

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE
MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

LEONARDO SARTORETTO

CRISE E TRANSIÇÃO: UM CAPÍTULO DA MODERNIZAÇÃO
CONSERVADORA DA AUTOCRACIA NO BRASIL

MARÍLIA – SP
2017

LEONARDO SARTORETTO

CRISE E TRANSIÇÃO: UM CAPÍTULO DA MODERNIZAÇÃO
CONSERVADORA DA AUTOCRACIA NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Marília - como requisito para obtenção do título de mestre em ciências sociais.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Deo

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Marília-SP

2017

Sartoretto, Leonardo.

S251c Crise e transição: um capítulo da modernização conservadora da autocracia no Brasil / Leonardo Sartoretto. – Marília, 2017.
197 f. ; 30 cm.

Orientador: Anderson Deo.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 189-196

1. Vargas, Getúlio – 1883-1954. 2. Ditadura. 3. Brasil – História – Aliança liberal, 1930. I. Título.

CDD 320.981

LEONARDO SARTORETTO

CRISE E TRANSIÇÃO: UM CAPÍTULO DA MODERNIZAÇÃO
CONSERVADORA DA AUTOCRACIA NO BRASIL

Banca Examinadora
Dissertação de Mestrado

Prof^o. Dr. Anderson Deo (Orientador)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Prof^a. Dr^a. Angélica Lovatto
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Prof^o. Dr. José Milton Pinheiro de Souza
Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação – Campus de Alagoinhas

Prof^o. Dr. Marcelo Augusto Totti (Suplente)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Prof^o. Dr. Antonio Carlos Mazzeo (Suplente)
Universidade de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

Marília, 25 de agosto de 2017

“O que se exige do homem é que seja útil ao maior número de semelhantes, se possível. Caso não consiga, sirva a poucos, ou aos mais próximos, ou a si mesmo”

(Da vida retirada) – Sêneca

AGRADECIMENTOS

O processo de construção de um trabalho acadêmico cuja duração se estende por quase três anos, como é o caso deste mestrado, certamente compreende o auxílio de inúmeras pessoas, de dentro e de fora da vida universitária. Sejam contribuições críticas e debates com professores da casa e camaradas de trabalhos afins, sejam as conversas sobre a importância do estudo e o rumo que minha vida tem levado nesses últimos anos com amigos íntimos que não pertencem a essa realidade acadêmica, todos de diferentes formas, embora analogamente sempre profundas, tiveram seus papéis contributivos naquilo que o realizador desta pesquisa, e, portanto, ao qual unicamente deve ser responsabilizado pelo conteúdo, tentou construir ao longo deste árduo processo: a coerência necessária para um estudo de fôlego como este.

Importante desde já fazer a menção ao auxílio financeiro que me foi prestado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que com a bolsa de estudo me proporcionou a possibilidade de dedicação integral a este trabalho. Seria fundamental que todos aqueles que desta luta participam tivessem as condições necessárias para enfrentar este percurso como aquilo que ele verdadeiramente é, um trabalho que praticamente absorve todo o tempo do seu agente e que fragmenta-lo com outra ocupação durante seu desenvolvimento apenas esmorece as forças que o pesquisador pode aplicar a ele.

Aos meus colegas de pós-graduação Adair Humberto Simonato Junior, Alex William Leite, Eder Renato de Oliveira, Rafael dos Santos Alcântara, Marcelo de Marchi Mazzoni, Ivan Thomas Oliveira, Alexandre dos Santos Lopes, Paulo Victor Zaneratto Bittencourt e tantos outros com quem partilhamos disciplinas, dúvidas, esclarecimentos e rodas de conversa acerca de muitas questões importantes para nossa formação intelectual.

Aos meus amigos do basquete e do futebol, que não cabe aqui nomear, pois são tantos! Acolheram-me deliciosamente para que eu tivesse momentos de descontração e lazer, tão necessários como contraponto ao esforço intelectual que o estudo teórico exige.

À Renata Rodrigues, Letícia Navarro de Lima, Cinthia Alves de Araújo Bissa, Natália dos Santos Carvalho e Caroline Oliveira pessoas que mesmo distante, em suas várias modalidades, fecundo papel exerceram em minha motivação, contribuindo com sua inestimável amizade que nem mesmo a ausência de contatos frequentes conseguiu demover.

Ao meu companheiro de morada Wagner Antunes que, embora não partilhando de muitas de minhas convicções acerca da análise da realidade, sempre as compreendeu com profundidade gerando intensos e, às vezes, ríspidos embates teóricos, mas nos quais o respeito nunca esteve ausente. Cabe mencionar também a recente amizade, porém já intensa, com Caio Ícaro Alves dos Santos que tem demonstrado grande interesse pelas questões humanistas que permeiam as ciências sociais em geral. O intercambio e o debate com profissionais de outras áreas, em seu caso, a saúde, é fundamental para a retomada da compreensão da realidade enquanto totalidade social.

Ao meu irmão Lucas Sartoretto, responsável em grande parte por esta guinada na minha trajetória de vida que foi a entrada na área dos estudos superiores. A ele devo em muito os estímulos para seguir em frente e a parceria de constantes discussões que me fizeram sempre repensar inúmeros pontos de vista, equivocados ou não.

Aos meus irmãos de coração, companheiros que levarei para o restante da vida, Jabis Ronaldo, Bruno Christian de Souza, Vinicius Lima de Oliveira, Heric Endo e Jair Félix de Mendonça que são aos quais eu posso recorrer quando desejo verdadeiramente conversar sobre os problemas que afetam o meu ser, onde grande número de vezes se encontram os relativos à vida acadêmica. Em resposta a isso ofereço minha compreensão às suas dificuldades, medos, desabafos e desafios, que certamente contribuem em muito para minha humanização!

Aos professores Marcos Tadeu Del Roio, Angélica Lovatto e Milton Pinheiro. O primeiro por compor a banca de qualificação, pelas considerações de suma importância que fez a este trabalho e pela paciência com que teve para me orientar em preciosas questões acerca do debate sobre a formação social brasileira. Os últimos por comporem a defesa desta dissertação, com destaque para a professora Angélica Lovatto presente também na banca de qualificação com suas considerações valiosas para a reorientação que este trabalho sofreu desde então. Graças a elas pude retornar com mais vigor ao verdadeiro foco deste trabalho, já mencionado anteriormente, a coerência teórico-metodológica.

Ao professor Anderson Deo pela orientação, amizade e parceria que se estende desde os tempos de graduação. Sua capacidade de tratar de assuntos tão sérios e fundamentais de forma humilde e não impositiva desperta em mim muita admiração. Sou grato a ele pelo norteamento que tem me proporcionado neste caminho tão áspero da ciência!

Aos meus queridos pais que forneceram a base material, afetiva e educacional para minha formação integral como indivíduo. À Solange Inês Fiedler Sartoretto e Maximino Sartoretto devo tudo o que sou e o que conquisto na vida, e com eles espero compartilhar meu caminho. Obrigado, mãe e pai, pelo amor, carinho e apoio que tem me dado na vida!

“Hegel já dizia há cem anos: ‘as massas avançam’. ‘A ausência de um novo poder espiritual nesta época que é uma época revolucionária, produzirá uma catástrofe’, anunciava Augusto Comte” (Roberto Simonsen)

“(…) Vargas, na eventualidade, um instrumento da história, como dirigente mais esclarecido que a burguesia brasileira conheceu” (Nelson Werneck Sodré)

“De qualquer modo, a burguesia necessariamente temerá a estupidez das massas enquanto elas permanecerem conservadoras, e o discernimento das massas assim que elas se tornarem revolucionárias” (Karl Marx)

RESUMO

O presente trabalho procura compreender as transformações que ocorrem na base do poder político da autocracia burguesa brasileira em 1930. Nomeadamente a crise que leva a recomposição das suas frações no bloco do poder com a ascensão da Aliança Liberal ao Governo Provisório. Para tanto estudamos a formação e consolidação da fração agrário-exportadora e portadora do grande capital cafeeiro, já que esta vai ser a matriz do intenso desenvolvimento que a nossa formação social vai conhecer com base no ciclo do café. É através de sua gênese e desenvolvimento que observamos que, no bojo de seu avanço social, inclusive na composição de sua hegemonia que ocorre durante a Primeira República, contradições como a formação de uma industrialização com capitais oriundos da acumulação cafeeira vão transformando a estrutura produtiva de sua dominação. Por outro lado, seu domínio absoluto começa a ser contestado em 1922, ferindo mortalmente sua capacidade hegemônica. A Aliança Liberal, herdeira de toda essa crise política, ao agregar em si inúmeros grupos, camadas e frações sociais que já não se veem mais representadas pela política monocultora e agroexportadora do café, com grande ênfase ao apoio armado tenentista, se insurrece e desloca do centro do poder a fração paulista. Como grupo dirigente, ela então reorienta o centro dinâmico da economia brasileira, respondendo ao caráter de suas próprias contradições, e com medidas políticas como o corporativismo trava contato íntimo com a burguesia industrial. Novamente se apropriando do Estado para recompor a relação de suas frações burguesas, e outra vez alijando a classe trabalhadora do poder através de sua organização em moldes corporativistas, mesmo que isso as leve para dentro do próprio Estado, e ainda reprimindo com violência os grupos sociais que não lograram obedecer a esse ditame, como a reorganização do DEOPS bem expressa, características todas de uma legítima autocracia burguesa, agora reposta em novos patamares, o grupo dirigente encabeçado por Getúlio Vargas procede a uma genuína modernização conservadora desta forma de domínio brasileira.

Palavras-Chave: Getúlio Vargas dirigente autocrático; Rearticulação do bloco no poder; Crise de hegemonia agrário-exportadora

ABSTRACT

The present work tries to understand the transformations that occur in the base of the political power of the Brazilian bourgeois autocracy in 1930. In particular, the crisis that leads to the recomposition of its fractions in the power bloc with the rise of the Liberal Alliance to the Provisional Government. In order to do so, we study the formation and consolidation of the agrarian-exporting fraction and the great capital of coffee, since this will be the matrix of the intense development that our social formation will know based on the coffee cycle. It is through its genesis and development that we observe that, in the midst of its social advance, including in the composition of its hegemony that occurs during the Old Republic, contradictions such as the formation of an industrialization with capital from the coffee accumulation transform the productive structure of Their domination. On the other hand, its absolute domination begins to be contested in 1922, mortally wounding its hegemonic capacity. The Liberal Alliance, inheriting all this political crisis, by aggregating in itself numerous groups, strata and social fractions that are no longer represented by the monoculture and agro-exporting policy of coffee, with great emphasis on the tenentista armed support, insurrection and dislocation of the Center of power the São Paulo fraction. As a leading group, it then reorients the dynamic center of the Brazilian economy, responding to the character of its own contradictions, and with political measures such as corporatism, it has intimate contact with the industrial bourgeoisie. Once again appropriating the state to recompose the relation of its bourgeois fractions, and again throwing away the working class of power through its organization in a corporatist way, even if it takes them into the state itself, and still repressing social groups with violence which have not been able to obey this dictum, such as the reorganization of the DEOPS expressed, all characteristics of a legitimate bourgeois autocracy, now restored to new heights, the leading group headed by Getúlio Vargas proceeds to a genuine conservative modernization of this form of Brazilian domination.

Key words: Getúlio Vargas autocratic leader; Rearticulation of the block in power; Crisis of agrarian-export hegemony

Sumário

I - Caráter burguês da formação social brasileira	22
Elementos fundantes de nossa sociabilidade	22
Liberalismo e escravidão: elementos conciliáveis	33
Essência autocrática da burguesia agrário-exportadora	39
II – O complexo de domínio agrário-exportador.....	58
Formação do capital e da burguesia cafeeira e o caráter de sua acumulação	58
Mudança de regime: A conquista do poder e a consolidação do federalismo	78
As engrenagens da hegemonia e o bloco no poder.....	92
III – O movimento estrutural de um bloco histórico autocrático	110
A relação entre lavoura e burguesia agrário-exportadora cafeeira.....	111
A indústria e sua organização de classe frente à burguesia agrário-exportadora cafeeira	117
Germina uma nova configuração para a economia mundial	128
IV - Crise de hegemonia e redirecionamento do bloco no poder	136
A crise política desemboca na Aliança Liberal	136
Burguesia industrial: alteração de uma postura política	156
Burguesia industrial, Vargas e os intelectuais: o acesso ao bloco no poder.....	164
Considerações finais.....	182
Referências.....	189
Bibliografia	197

INTRODUÇÃO

O nosso tema é a autocracia burguesa. Inicialmente, sua fração agrário-exportadora, a formação do seu poder político, econômico e social que constitui o fundamento de sua hegemonia durante a Primeira República. Em seguida, procura-se acompanhar o movimento dialético dessa estrutura social que engendra complexas contradições e a crise que a desestabiliza (1922-1930). Por fim, o processo de transformação política que se segue à essa crise e que altera a configuração do bloco no poder (1930-1933), trazendo para seu âmago a fração industrial, constituindo, ao mesmo tempo, outro rearranjo político restrito à classe dominante, afinal estamos falando de autocracia burguesa e não de democracia.

O conceito de autocracia parece advir das teorias e dos manuais de política liberal, na medida em que tende a separar a política da economia, o Estado da sociedade civil, reivindicando a posse efetiva do poder para aqueles que estão presentes nos mais altos cargos diretivos. É assim que autocracia era como oficialmente o próprio czarismo se definia na Rússia pré-revolucionária, o poder pertencente apenas a uma única pessoa, ao czar. Assim também, é como alguns pensadores que se pautam pela teoria liberal analisam a classe dominante da Primeira República, como Raymundo Faoro, Júlio de Mesquita Filho ou ainda o desconhecido intelectual paulista Jorge Americano¹. Articulando este conceito ao de oligarquia – que procuramos não usar aqui por compreendermos que obscurece mais do que auxilia a análise da relação entre as frações e grupos dominantes – estes teóricos entendem que o poder político de fato é determinado por aqueles que estão dentro da Comissão Central do PRP, cúpula do único grande partido paulista que teria atuado, com o apoio do PRM na “Política do Café com Leite”, soberanamente no período. Lembramos ainda que Faoro, um dos poucos pensadores de cunho liberal que foram verdadeiramente a fundo na compreensão da natureza de nossa formação social, criou o conceito de “estamento burocrático” - que não é exatamente a mesma coisa que autocracia, como o restante dos liberais a entendem-, o qual estaria presente no jogo político de nossa história desde pelo menos Portugal quinhentista².

¹ FAORO, R. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012; MESQUITA FILHO, J. *A crise nacional*. Reflexões em torno de uma data. São Paulo: Seção de obras d'O Estado de São Paulo, 1925. AMERICANO, J. *A lição dos fatos*. São Paulo: Livraria acadêmica saraiva & c. editores. 1924.

² Por meio de uma discussão densa e intrincada é que Faoro diferencia o termo estamento do de elite, classe política ou dirigente, pois estão “longe do estamento – este, como a classe e a casta, uma forma de

Estas interpretações, ao servirem para demonstrar um dos caminhos mais trilhados no percurso analítico da Primeira República, nos auxiliam também a apontar que não é por ele que nos pautamos, pois quando o conceito de autocracia é utilizado por aqueles que pretendem se guiar pela complexa articulação do real, entendendo-o como “unidade do múltiplo”, e pelo “sentido do concreto histórico” (GRUPPI, 1979, p. 75), ele adquire outro significado³. Fundamentalmente, por que busca inserir na análise histórica a determinação das classes sociais, ou seja, a articulação do todo em suas conexões recíprocas, entendendo a realidade como um complexo de múltiplas determinações. Que fique bem claro que isto não significa procurar a existência da burguesia e de proletariado em qualquer lugar e tempo da história. Como bem apontou Domenico Losurdo, a teoria marxiana se propõe a investigar a história a partir de “uma teoria geral do conflito social”⁴. Buscamos, portanto, captar o *modus operandi* que a classe burguesa dominante impõe à dinâmica da formação social brasileira, ainda que dentro dela exista uma classe mantida em tal estado degradante que alguns teóricos passem a designá-la como casta, mas que melhor conceituada quando apontada a sua subsunção formal, enquanto trabalho de caráter ainda não especificamente capitalista, posto a valorizar capitais, como é o caso da escravidão. Precisamente nesse sentido é que usamos o conceito de autocracia. Ele quer designar a forma como a classe dominante brasileira dirigiu

estratificação social -, vinculado, por motivos de sobrevivência histórica, à aristocracia pré-burguesa, anterior ao princípio da soberania popular como fundamento político, moral e teórico do Estado. Só se aproxima do estamento, concretamente implantado na história portuguesa e brasileira, pelo seu conteúdo minoritário” (Ibid, p. 110). Concordando com a ideia de Mosca de que a democracia é uma circulação eterna de elites, ele, como um liberal, tende a retirar o caráter de classe dirigente desse grupo no poder. Historicamente falando, para Faoro, há momentos nas democracias burguesas que “crises de democratização” cumprem a função de afastar do poder esse estamento, ou mais tarde estamento burocrático quando incorpora em si o bacharelismo e o funcionalismo formando seu aparelhamento de poder (2012, p. 449). É assim que, para Faoro, “nosso modelo – O Estado português prolongado no Brasil – não conheceu esse influxo, senão por empréstimo, permanecendo, na sua substância, patricio (...). Afirma, na hipótese, por força de seu isolamento, conteúdo estamental” (Ibid, p. 112).

³ Quanto ao método da totalidade que guia nossa abordagem, há alguns textos importantes para compreendê-lo. Suas conexões mais gerais estão expostas de forma sucinta no *prefácio para a crítica da Economia Política de Marx* (1982) e foram, mais tarde, desenvolvidas por Lukács (1970) na sua obra *introdução à uma estética marxista*, mais especificamente no capítulo 3 intitulado o Particular á luz do materialismo dialético. Também existe um notável texto de Jose Paulo Netto *Introdução ao método da teoria social*. Ressalte-se ainda o virtuoso estudo de Luciano Gruppi sobre *o pensamento de Lênin* citado acima, sua aplicação prático-revolucionária do método a uma particularidade concreta, a situação histórica da formação econômico-social Russa.

⁴ “(...) a teoria da luta de classes de Marx e Engels é uma teoria geral do conflito social, embora não seja apresentada de forma orgânica e sistemática. É possível fazer uma comparação: considerando a experiência da extraordinária estação cultural marcada pelo desenvolver-se da filosofia clássica alemã, Carl Von Clausewitz escreve se celeberrimo ensaio sobre a guerra, que abrange os mais diversos conflitos armados, lendo-os como continuação da política por outros meios; Marx e Engels compõem idealmente um tratado sobre o conflito social e político, que, elevando-se a um nível mais alto de generalização e abstração, a partir da divisão do trabalho em classes antagônicas e da luta de classes, lê em chave unitária as diversas formas do conflito social, inclusive as guerras e os diversos tipos de guerra” (2015, p. 67).

sua formação social exclusivamente para si, utilizando os outros grupos e classes como meros instrumentos dos interesses de sua política.

Assim, parece-nos necessário situar essa pequena contribuição ao estudo da autocracia brasileira dentro de uma tradição maior e mais abrangente que remonta ao pensamento de Caio Prado Júnior (2004). Este autor demonstra como somos ontologicamente constituídos enquanto forma de sociabilidade burguesa ao nos ser designada pela Metrópole portuguesa a características de colônia produtora de gêneros agrícolas com o fim de comerciar com os grandes centros europeus. Ao analisar como a escravidão é apenas uma dentre um leque maior de formas postas a trabalhar para o capital e como a classe dominante, essa burguesia agrário-exportadora, vai ultrapassando diques históricos sucessivos, sempre rearticulando o seu poder de domínio e alijando as massas trabalhadoras de uma participação mais substancial, inclusive por meio da violência, a mais bárbara possível, o historiador abre caminho para que Antônio Carlos Mazzeo (2015) prossiga no mesmo diapasão analítico conceituando essa classe como autocrática⁵ desde sua gênese no período colonial.

Acreditamos que estes atributos expostos acima expressam bem seu perfil político, demonstrando sua face social de classe. Além disso, nos permite entender como um conceito de origem liberal, que diz respeito a um indivíduo ou a poucos indivíduos, transformou-se, dialeticamente, num conceito que expressa o ser de uma classe que, sendo a responsável por dirigir as demais classes existentes, se porta de forma individual e egoísta, ancorando-se sempre no Estado para promover aquelas transformações pelo alto. Afinal, a definição de uma classe não se dá apenas pela sua localização dentro da estrutura produtiva, mas também pela orientação social que ela impõe à sua política.

Pauta a substância deste estudo também outras concepções metodológicas que, embora derivadas de matrizes interpretativas distintas, conseguem captar aspectos essenciais da realidade. Como a tentativa de articular dois conceitos importantes para entender o real em

⁵ É importante lembrar que Mazzeo retira o conceito de autocracia de Florestan Fernandes (2008), porém o faz inserindo numa análise caiopradiana na medida em que para Florestan Fernandes antes do último quartel do Império brasileiro não teríamos ainda classes sociais de cunho burguês ou pelo menos, a classe que dominaria a formação senhorial seria a de senhores de escravo numa relação com nuances muito complexas de se perceber, já que possuiria uma face burguesa, porém voltada apenas para a comercialização externa. Por outro lado, sua face senhorial e de status aristocrático ditaria as regras da forma de sociabilidade interna. Portanto, se há convergências entre o pensamento de Caio Prado e de Florestan, e de fato as há, elas se colocam mais enquanto compreensão da consequência do desenrolar histórico dessa classe dominante, em especial no século XX, sendo, nesse caso, mais essenciais as divergências entre os dois pensadores, motivos pelo qual adotamos o primeiro como base de nosso estudo.

seu movimento processual e dialético: o de “bloco no poder”⁶, que acreditamos necessário para a compreensão das relações que as frações da classe dominante estabelecem entre si, basicamente onde ocorre o jogo político numa formação social autocrática. Importante ainda para perceber quem dentre elas é portadora da hegemonia na direção política. E o de “bloco histórico” para demonstrar a unidade que existe entre estrutura e supraestrutura, aquela unidade orgânica sem determinismos rígidos como aponta Gramsci (1978a), porém com determinação em última instância pertencendo ao estrutural (LUKÁCS, 1970). Além disso, esse conceito nos traz uma interessante compreensão acerca dos intelectuais⁷ numa formação social, seu papel de gerir as questões políticas, sociais, ideológicas e jurídicas da dominação e reprodução dessa dominação de classe.

A análise do que intitulamos *um capítulo da “modernização conservadora” da autocracia no Brasil*, derivada da insurreição armada de 1930, deve levar precisamente isso em conta, quer dizer, deve acompanhar tanto a história do desenvolvimento das forças produtivas, nas alterações que estas sofrem durante a ação dos Homens na História, como a dinâmica do movimento superestrutural, desde que este seja entendido como orgânico em relação àquela base. Como aponta Hugues Portelli, que realizou importante estudo sobre o conceito de Bloco Histórico em Gramsci:

Qualquer ato ou ideologia orgânico deve ser ‘necessário’ à estrutura, o que significa que essas ideologias devem organizar os grupos sociais e dirigi-los de acordo com as condições socioeconômicas: ‘Enquanto historicamente necessárias, tem elas uma validade ‘psicológica’; ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno onde os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. (1977, p. 48).

É fundamental reter essas questões, principalmente a necessidade da organização e da relação de amadurecimento da consciência dos grupos pela superestrutura, para compreender como a ação do novo governo dirigido por Getúlio Vargas - saído de dentro da Aliança Liberal que derrubou as forças republicanas paulistas representantes do grande capital cafeeiro - pode adotar medidas durante a profunda crise mundial de modo a integrar o desenvolvimento do país com o seu parque industrial, até então menosprezado. Ou seja,

⁶ Conceito exposto em *o 18 de brumário de Louis Bonaparte* de Marx (2011), mas que melhor destrinchado em suas minúcias por Poulantzas (1977), conforme teremos oportunidade de discutir no corpo do texto.

⁷ Lembramos que o conceito de intelectual utilizado por nós é diferente do da vulgata. Antônio Gramsci procede a uma “ampliação muito grande do conceito de intelectual”, pois “somente assim torna-se possível alcançar uma aproximação concreta à realidade” (1982, p. 11). Intelectuais, portanto, são aqueles “comissários”, ou seja, aqueles delegados pelas classes dominantes a exercer a função de coordenar a hegemonia social e a direção do governo político da dominação de classe.

apenas na medida em que os dirigentes políticos respondam de maneira “reflexa” – lembrando sempre a importância que Lukács (1970) dá à necessidade da “cadeia do pensamento” ser um “reflexo” o mais aproximado do desenvolvimento do real - a estes movimentos estruturais, é que a dinâmica superestrutural adquire caráter permanente. Desta forma, não espanta ter em mente como é após a ascensão de um novo bloco no poder em 1930 que a dinâmica da economia brasileira se desloca da economia mercantil cafeeira para a produção industrial interna, ainda que seja uma industrialização restringida, entretanto aí se soma às já complexas questões abordadas também a da determinação da divisão internacional do trabalho, cujo impacto nesse processo buscamos discutir no texto.

Assim sendo, procuramos no primeiro capítulo demonstrar quais são os momentos de entificação dessa classe. Seriam nos longínquos anos de 1383-1385, na revolução de Avis, momento de unificação do Estado Português, que seriam lançadas as primeiras determinações desse processo. Basicamente, a dependência da classe burguesa portuguesa frente ao rei para desbancar o poder da aristocracia, bem como o seu enobrecimento, justamente pelo contato íntimo que teria ao longo da história portuguesa com a casa real, promotora das grandes navegações que tanto beneficiaria essa classe mercantil.

Ao falar das grandes navegações e dos “descobrimientos”, somos induzidos a pensar, caso os entendamos como partes um grande processo, na acumulação originária de capitais que os utilizou como mecanismos de concentração de riquezas, riquezas essas que mais tarde seriam aplicadas na industrialização europeia, à qual, por sua vez, cria o verdadeiro modo de produção capitalista (MARX, 2013). Seria, portanto, precisamente o sentido mercantil impresso à nossa colonização pela Coroa Portuguesa que determinaria o interesse daqueles que viriam povoar o território colonial, a saber, o de produzir gêneros agrícolas para exportação. O método utilizado para tal fim, o plantation e a escravização de índios e de negros, trazidos pelo comércio triangular, completaria a tríade sob a qual essa autocracia se manteria equilibradamente durante mais de três séculos.

Concatenadamente, o sistema do capital, conforme se expande, tende a gerar transformações em seu metabolismo social. As pressões desse movimento não tardam a chegar até nossa formação social, ressoando internamente. A classe dirigente absorve esses impactos, mas os absorve apenas segundo as demandas que lhe são interessantes, procedendo assim a uma reorganização do seu poder de modo a se colocar a altura do momento histórico.

O processo de independência é conquistado, fundamentalmente, dessa forma, utilizando-se da roupagem liberal advinda da onda revolucionária francesa, articulando-se novamente em torno do Estado na figura de D. Pedro e mantendo a velha subordinação aos centros hegemônicos pela sua posição escravocrata e agrário-exportadora. Todo o período imperial do século XIX perpassa mais ou menos intocável quanto a essas linhas gerais, embora transformações nas forças produtivas ocorram.

A principal delas é a ascensão de um novo ciclo produtivo, o do café, encontrado para impulsionar a economia que, contraída desde a queda da mineração, vivia com pouco mais do que o comércio do ouro, muares e charque. Assim, no segundo capítulo procuramos demonstrar como um novo setor burguês, agora localizado no Vale do Paraíba e no Oeste paulista, e não mais no Nordeste como os setores algodoeiros e canavieiros prósperos de outrora, é impulsionado pelo “ressurgimento agrícola”. Apesar do controle da metrópole ser qualquer coisa de absolutista quanto ao quinto e as demais formas de imposto, capitais oriundos daquele comércio conseguem ser transferidos para a esfera produtiva em plantações de cana de açúcar no Oeste paulista. Estas, por sua vez, asseguram não só alta lucratividade para esses produtores pelo incentivo que as guerras napoleônicas lhe ofereciam, mas também a própria posse dessas terras. Ora, é precisamente este pequeno surto açucareiro que vai originar tanto os capitais como a matriz social daquele novo setor burguês. O processo indicado que tem seu início na segunda metade do século XVIII, encontra já nas primeiras décadas do próximo século essa transferência em curso e antes mesmo de 1850 o café assume a primazia na economia. De forma extremamente sucinta, essa é a história da acumulação de capitais e da origem social da burguesia cafeeira.

Entrávamos em um novo patamar histórico. Adquirindo um dinamismo nunca antes conhecido pela nossa economia, esse ciclo cafeeiro vai tanto “caminhar” pelo território expandindo sua base, como também diversificar a estrutura produtiva do país. Impulsionadas não só pela industrialização que alcançava uma gama maior de países no centro do capitalismo, mas, sobretudo pelo estágio que este alcançava, o monopolista, novas atividades vão se juntar à relativamente simples produção escravista nas fazendas, substituindo o comércio feito por tropeiros. Mais do que isso, esses novos setores, as ferrovias que diminuem os custos de transporte, as máquinas de beneficiamento que valorizam o produto, as casas bancárias que proporcionam investimentos de maiores escalas, as indústrias que complementam as necessidades de reprodução da mão-de-obra, todos eles vão formar a base material para a diversificação de classe dessa burguesia. O caráter da acumulação do ciclo

cafeeiro é tal que permite não apenas que seus lucros alimentem a própria expansão da produção cafeeira, mas especialmente o fomento de novos empreendimentos com rentabilidade própria, ainda que dependentes da produção cafeeira. Isso é fundamental se quisermos entender como surge o grande capital cafeeiro, a fração dessa classe burguesa que vai ser cosmopolita, viver em casarões e em bairros nobres das grandes cidades e delegar suas atividades nas fazendas para funcionários de confiança. Sem isso também não entendemos como uma franja dessa mesma burguesia cafeeira permanece com seus capitais restritos ao âmbito da fazenda, a chamada “Lavoura”. E muito menos, como em momentos de auge da produção cafeeira, que em poucas décadas conhece a superprodução, os capitais dessa atividade vão fomentar o início da industrialização paulista.

Desse intenso desenvolvimento material até a gestação do descontentamento com o regime centralizador monárquico não vai muito. Imbuído em suas nuances conservadoras que evitava a toda custo um processo revolucionário, ou mesmo apenas armado, para derrubar o Império, a grande burguesia cafeeira, situada dentro do PRP, vai ser retardatária quando este processo atinge seu ápice. O golpe vem, entabulado por setores militares e civis mais radicais e o PRP nele embarca como figurante de segundo escalão. Porém, astutamente ela saberia esperar o momento certo para que se revelasse a fraqueza de sustentação de um governo militar sem base de classe. Ademais, a centralização do poder também ia contra a nova orientação que o regime republicano favorecia, a saber, a autonomia dos estados, tópico de base da campanha republicana.

Apesar desse profundo processo renovador e fermentador da sociedade civil, - fato interessante – os traços fundamentais que conformam “o sentido da colonização” (PRADO JÚNIOR, 2004) não vão ser rompidos no alvorecer do período republicano. Atente-se para o fato de que se há o desmembramento da escravidão, ela não apenas é feita de forma a proteger a burguesia agrário-exportadora, que lhe resistiu até o último instante e quando não mais pode, despejou os escravos no mercado interno sem o mínimo auxílio social. Ao lado disso, ela é substituída pela imigração e pelo colonato, uma forma encontrada pela classe dominante de, teoricamente, generalizar a implementação do trabalho assalariado e, ao mesmo tempo, aumentar a taxa de exploração responsabilizando o próprio colono pela reprodução de sua existência.

O segundo capítulo se encerra com uma seção que procura demonstrar como a política econômica de valorização do café, que sempre aprofundava a dependência do país aos

credores externos, favorecia mais a uma fração de classe sobre a qual os custos dos impostos sobre as sacas exportáveis, a falta de um financiamento mais global para a produção e a superprodução faziam estragos relativamente menores devido à sua diversidade de empreendimentos, com os quais poderiam arcar mais facilmente aqueles prejuízos. Essa fração de classe que, desta forma, se torna hegemônica é a portadora do grande capital cafeeiro, a fração que possui empreendimentos em praticamente toda a cadeia produtiva, desde a fazenda, até a participação nas casas de exportação. Por outro lado, a própria dependência que a estrutura produtiva brasileira possuía com relação à exportação de café, de sua mão-de-obra para satisfazer a produção voltada ao mercado interno, de suas divisas para importar máquinas e pagar dívidas externas nos ajuda a entender como essa hegemonia se estendia sobre o conjunto do outros estados, com suas estruturas produtivas próprias.

Como consequência dessa efervescência das atividades sociais, político e econômicas, temos um incremento das contradições da sociedade civil quando o século XX é inaugurado. Precisamente elas é que formam o conteúdo do terceiro capítulo. Ali vemos como a estratificação da burguesia em frações distintas começa a tumultuar o cenário político. Tentativas de fundar um partido que represente a Lavoura, aquela franja que não logra extrapolar o seus investimentos das fazendas de café, demonstram como começa a ganhar força uma oposição situada dentro do próprio PRP. Os debates se situam, sobretudo, na questão da valorização e na representação de classe nela atuante. Contudo, a dependência estrutural das exportações do café que perpassava ambas as frações impede um posicionamento mais radical dessa fração e uma verdadeira fratura teria que esperar até 1926, quando surge o Partido Democrático.

Politicamente, a outra grande fração atuante no período demonstraria a mesma subserviência em relação ao grande capital cafeeiro, à diferença de que a sua base material de classe era muito mais poderosa do que a da Lavoura. A burguesia industrial se organizava enquanto classe pelo menos desde 1881 na Associação Industrial. É verdade que quase sempre eram intelectuais, militares e políticos que falavam em seu nome. A criação do CIB em 1903 diminuiria essa fraqueza, mas não a eliminaria, já que suas associações nunca passavam de centros e organizações setoriais, ou seja, não visavam constituir verdadeiros partidos políticos para lutar pelo poder. Assim, o que faz dessa fração classe um ator fundamental na trama republicana é o potencial que carregava. Germinada com capitais retirados da própria acumulação cafeeira, a industrialização era portadora do potencial de negar a reivindicada “vocação agrícola” do país. No entanto, seu posicionamento político não

contribuía para tal. Seria preciso que as determinações da Divisão Internacional do Trabalho atuassem para que ela se desenvolvesse. A Grande Guerra, ao desestabilizar o comércio internacional, fecha as portas para nossas importações e a indústria se vê diante da necessidade de repor ela mesma as necessidades internas. Os lucros adquiridos com a situação monopolista e o capital não investido pela impossibilidade de importar máquinas formam um montante de investimento que pode ser aplicado quando cessa a guerra.

A retomada das exportações após o termino do movimento bélico e a febre gerada pela valorização do café, agora institucionalizada, impedem uma visão clara sobre o desenvolvimento da indústria. Na década de 1920 ela passa, inclusive, a gerar um incipiente departamento de bens de produção, importante para reproduzir internamente parte da acumulação. A superprodução cafeeira que alcança patamares monumentais a partir de 1927-1928 agrava a situação da economia e deixa a contradição das forças produtivas prestes a se exasperar, aguardando apenas algum fenômeno que acenda o pavio. Ocorre o crack da bolsa de valores de Nova York em 1929 e a crise toma proporções mundiais. Afetando profundamente economias tanto industriais como agrário-exportadoras, ela confirma a tendência que vinha se desenvolvendo desde 1914 quando a Inglaterra perde o posto de grande potência para os EUA. Novamente o comércio externo se desorganiza, as exportações caem e o país se vê em grandes dificuldades. Essa contextualização a nível mundial é feita ao fim do terceiro capítulo para que compreendamos o todo à que a parte da crise política inaugurada em 1922 se articula.

Deste modo, o quarto capítulo prioriza o descontentamento que, a partir de determinado momento, 1922, novos e velhos grupos sociais demonstram com o tipo de dominação autocrática. Acompanha a crise de desestabilização do poder hegemônico nos seus grandes traços, desde o tenentismo que procura responder ao recrudescimento da violência dos últimos três mandatos da Primeira República até a formação da Aliança Liberal que herda essa crise. Entretanto, mantém seu foco na análise dos grupos que formam essa coalizão que, ao fim da campanha política com sua derrota nas eleições de 1930, se decide “revolucionária”. Procura orientar o leitor para a percepção que, dentre as várias manifestações de interesses orientados para o fortalecimento do mercado interno presentes nesses grupos conformadores da AL – pois mesmo o PD sendo anti-industrialista, havia nele setores que apoiavam medidas modernizantes para a classe operária, por exemplo -, dois predominam e, vitoriosos, passam a desfrutar do Governo Provisório de forma mais confortável e a implantarem seus projetos – entendidos aqui enquanto ideias genéricas postas

em prática. Falamos do tenentismo e da nova geração republicana gaúcha positivista que tem em Vargas sua máxima expressão.

Aqui não se deseja esquadrihar todo o significado do movimento armado de 1930, mas tão somente apontar como ele corresponde de maneira reflexa ao desenvolvimento anterior que apontamos no terceiro capítulo, formando assim uma unidade orgânica entre estrutura e supraestrutura, tornando-a permanente. Utilizando perspicaz frase de Marx (2011), trata-se de um período engendrado por “atos necessários da luta de classes”. Os instrumentos de que o novo grupo dirigente utiliza para isso estão no corporativismo - aliado à legislação trabalhista -, que logra atingir vários objetivos simultaneamente, desde o acolhimento das demandas dos trabalhadores de maneira conservadora, perpassando pela entrada da burguesia industrial no Bloco no Poder, até a busca de harmonizar o domínio de classe dentro da fábrica para fazer o capitalismo deslançar. De outro lado, estão as medidas de política econômica encontradas para sanar a crise, tomadas conscientemente para que se diversifique a atividade econômica, contribuindo para que o seu dinamismo seja transferido para a atividade industrial. Isso ocorre porque, aparentemente formando um paradoxo, mas só aparentemente, é pela salvação da burguesia do café que o restante da economia é preservado das consequências mais nefastas da crise. Concorre para isto também, a posição da burguesia industrial que, após a derrota em 1932, transforma seu projeto político reacionário na busca de modernização econômica e na criação do que consideram “elites” dirigentes da organização social.

Todo esse movimento do real acaba por contribuir, finalmente, para uma tentativa de aproximação orgânica, o que não quer dizer de todo bem sucedida, do grupo dirigente, dos intelectuais e técnicos especializados em questões trabalhistas localizados dentro do Governo com a burguesia industrial dentro da nova configuração do bloco no poder que se estabelece. Todo esse “complexo de complexos” determina a essência do novo movimento, tornando-o uma modernização conservadora da autocracia burguesa. Ao se apropriarem do Estado para realizar essas transformações e ao manterem praticamente a salvo a forma de domínio pela qual se expressa a face social da burguesia agrário-exportadora e seus latifúndios, desresponsabilizando-se pela reforma agrária, os novos dirigentes da burguesia colocam a sua dominação de classe em um novo patamar histórico sem negar seu caráter autocrático. Nesse sentido, outra vez na história do Brasil o novo encontra sua forma de nascer sem que seja preciso negar o velho.

I - Caráter burguês da formação social brasileira

Elementos fundantes de nossa sociabilidade

Conforme entendemos, o período denominado República Velha ou mais propriamente Primeira República do Brasil, iniciado com o golpe político-militar de 1889, pode ser considerado como o auge do poder de uma burguesia agrário-exportadora que aqui se originou e que, sem rupturas bruscas, pode ter seu poder remontado à formação colonial, tendo fortes heranças sócio-político-culturais de nossa metrópole. Dito de outra forma, acreditamos que a essência de nossa formação social é burguesa desde sua colonização por Portugal. Tentaremos demonstrar ao longo de nossa pesquisa a importância da compreensão da realidade enquanto processo que se forma no movimento da contradição do real, que não nasce pronto e acabado, mas que os “momentos em movimento desse mesmo processo real” é que formam sua essência (LUKÁCS, 1970, p. 82). Desde já se aponta, portanto, que a essência de uma formação social não é imutável e embora suas determinações primeiras se façam sentir por algum tempo, no caso brasileiro demasiado grande, podem elas ser transformadas através da dialética de forças contrárias.

A história desse processo que perpassa diferentes ciclos e conjunturas mantém uma unidade por aquilo que Caio Prado denominou de “Sentido da Colonização” (2004). A obra desse pensador é predominantemente retomada pelas suas contribuições à história econômica, contudo queremos ressaltar aqui o viés político de suas investigações. Como fruto de um sistema mercantil em desenvolvimento, a colonização brasileira não pode ser dissociada, sem prejuízo de sua compreensão, desse processo que é o mesmo denominado por Marx de “acumulação originária de capitais”⁸. Não se trata de dizer que os agentes sociais que aqui se

⁸ MARX, 2013. Diferente da tradução, preferimos, todavia, utilizar a concepção “originária” já que acumulação de capitais existia até mesmo na antiguidade sendo o capital a forma de acumular riqueza sobre o trabalho de

instalam são membros passivos dessa relação. Os colonizadores que para cá se dispuseram vir, sabiam que vinham imbuídos de objetivos delegados pela Coroa Portuguesa, como fica claro no aviso dado pela Rainha Maria I de Portugal em 1785 quando dos primeiros sinais de que manufaturas ameaçavam contestar o seu sentido agrícola colonial:

EU, A RAINHA, Faço saber aos que estes alvará virem: Que sendo-me presente o grande número de Fábricas, e Manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes Capitánias do Brasil, com grave prejuízo da Cultura e da Lavoura, e da exploração das terras Minerais daquele vasto Continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população é evidente que quanto mais se multiplicar o número de fabricantes mais diminuirá o dos Cultivadores; e menos braços haverá, se possam empregar no descobrimento e rompimento de uma grande parte daqueles extensos Domínios, que formam, que ainda se acha inculta, e desconhecida: Nem as Sesmarias, que formam outra considerável parte dos meus domínios, poderão prosperar, nem florescer por falta do *benefício da Cultura, não obstante ser esta a essencialíssima Condição com que foram dadas aos proprietários delas* (Apud SODRÊ, 1968, p. 206) [grifos nossos]

Uma breve introdução histórica sobre nossa metrópole se faz necessária para entender o contexto de nossa colonização e seu “sentido”. O processo de formação do Estado nacional português tem seu desenrolar com a morte de D. Fernando, o último da casa de Borgonha em 1383, que teria tentado estabelecer um equilíbrio entre burguesia e nobreza, deixando, ao morrer, uma situação em aberto por não ter herdeiros. Na luta entre o retorno à aliança espanhola representada pela única filha do Rei Fernando, Beatriz de Portugal, e a burguesia por D. João, Grão-Mestre de Avis, seu importante dirigente, esta última aliança vence mantendo a autonomia do reino e iniciando a Dinastia de Avis. A Revolução de Avis (1383-1385) seria, portanto, uma vitória dos interesses burgueses ao elevar um membro da classe mercantil á posição de rei, ainda que a nobreza não fosse definitivamente derrotada como força social.

Quanto ao caráter econômico do período, Mazzeo comenta sobre o vigoroso impulso que o comércio português teria atingido desde os acordos comerciais com a Inglaterra no século XIV, no desenvolvimento da pesca no litoral e nas cidades com suas feiras que chegavam a atrair estrangeiros, cristãos ou muçulmanos. A partir dessas atividades mercantis, em específico do comércio marítimo do sal e na criação de gado, é que teria origem a classe burguesa portuguesa. Como aponta o mesmo autor, é no comercio que se localiza a força

outrem. Marx vai tratar, portanto, da “Moderna história do capital”, do comércio mundial e do mercado mundial surgidos no século XVI.

econômica e social que vai subverter o mundo medieval atomizado pelos feudos, nascendo do jogo dialético das suas próprias contradições: “Portugal nunca viveu dentro das ‘clássicas condições’ feudais da Europa. Em realidade, foi Portugal a encarnação mesma da transição do feudalismo para o capitalismo, em função de suas determinações históricas”⁹.

Com essa breve nota histórica, procuramos apontar a aproximação da burguesia portuguesa com o poder político¹⁰. Essa aproximação, se não era direta – afinal o regime era monárquico –, ao menos possibilitava para essa burguesia ter interesses fundamentais representados pela política econômica da Coroa, como as grandes navegações em busca de rotas comerciais lucrativas. Interessa-nos agora compreender o significado da formação do Estado Nacional Português num quadro mais amplo, de forma a apreender a sua relação com a totalidade na qual ela se inseria.

A “era capitalista”, que data do século XVI (MARX, 2013, p. 787), não é um fenômeno idêntico ao sistema capitalista capaz de se reproduzir continuamente, da mesma forma que a acumulação originária de capitais é um processo muito posterior ao surgimento do capital. O capital, que é a forma de produzir riqueza sobre o trabalho de outrem, é quase tão antigo quanto a própria história da humanidade. Todavia, a acumulação (pertencente já a “era capitalista”) que dá origem ao sistema capitalista e, portanto, a relações sociais de tipo especificamente capitalistas, é algo bem recente se tomado de uma perspectiva histórica. Foram por meio de guerras, rapinas, extermínios, comercio desigual, sistemas protecionistas, dívidas públicas, etc., que os capitais – riqueza produzida por outros que não aqueles que se

⁹ (1980, p. 85). Assim, quando Mazzeo aponta a particularidade da formação social portuguesa apresenta-nos ainda importante forma de relação da organização do trabalho português que seguirá como parâmetro até muito recentemente no caso brasileiro: a dialética entre o velho e o novo, ou seja, como com a inserção de contratos de arrendamento e mesmo de trabalho pago análogo ao assalariamento, a situação econômica desses trabalhadores pouco se diferenciava da situação dos servos, chegando mesmo à condição escrava.

¹⁰ Embasado em outro viés metodológico que não seguimos em nosso trabalho, Sérgio Buarque de Holanda em sua análise da História da Civilização Brasileira ressalta aspectos que também vão nesse sentido. Comenta o autor, a falta de requisitos necessários dos portugueses para o exercício de trabalho na terra, daí a necessidade das doações pelas sesmarias antes mesmo da Revolução de Avis por D. Fernando e também a artificialidade na nobreza que, parasitária, nunca cumprira sua função de proteção e direção dos moradores rurais, a diferença de outros países europeus como, por exemplo, a Inglaterra. O fato é que o autor concorda que o período é configurado por uma intensa luta de grupos e classes em torno dos monarcas e se com D. João I a nobreza teria seu poder cerceado pela ascensão da dinastia de Avis, baseada no apoio popular da burguesia, só é plausível afirmar que no período mais próximo das grandes navegações com D. João II (1481-1495) é que a nobreza seria melhor disciplinada pela “rudeza implacável” deste rei, que ousaria executar, inclusive, “o mais poderoso aristocrata português de Bragança”, Fernando II, e mataria com suas próprias mãos outro, o Duque de Viseu. Essa “limpeza” das pressões aristocráticas no poder e seu consequente apoio no terceiro Estado é que iria permitir ao país “a ordem necessária para o bom êxito das grandes navegações” (HOLANDA, 1968, p. 19).

apropriam dela – que dão *origem* ao capitalismo foram acumulados. Pode-se chamar de “era capitalista” (ou acumulação originária de capitais como preferimos) esse processo, somente pelo fato de que ele está intimamente ligado à sua posterior utilização, ou seja, ao processo de dissolução dos camponeses de suas terras (o campesinato propriamente feudal) e a subsunção desses trabalhadores, agora com estatuto de liberdade individual, ao capital, processo do qual viria a surgir também a indústria. Portanto – veja-se a complexidade do processo – o capitalismo, forma social de produção capitalista da vida, é anterior à indústria, esta sendo a forma de reprodução especificamente capitalista (o capitalismo verdadeiro, segundo Marx).

Processo histórico é justamente o que condiciona toda essa relação. Ao nascer do jogo contraditório das forças produtivas encetadas pelo feudalismo, a mercadoria, que é o elemento central daquilo viria a ser uma formação social burguesa, inclusive em sua generalização para a própria força de trabalho humana, como aponta Marx, “é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa, razão pela qual ela já aparece desde cedo, ainda que não com a predominância que lhe é característica em nossos dias” (2013, p. 157).

Há, portanto, o capital e o “modo de produção que lhe corresponde”. Falamos aqui, apenas, do processo que origina o segundo mediante a acumulação do primeiro. Exatamente no cerne desse processo é que se coloca a questão daquilo que a história oficial denominou como “descobrimento” das terras do Pau Brasil.

A questão de saber se haveria uma única e verdadeira orientação nos descobrimentos e na colonização da América desperta uma reflexão interessante. Seria um empreendimento exclusivo de instituições religiosas, portanto, feudais de buscar o maior número de almas, logo de servos e vassalos, para enriquecimento do poder espiritual? Ou seria uma empresa exclusivamente comercial, onde a cobiça e a ganancia eram os únicos móveis e o lucro era o espectro de visão possível dos navegadores? O fato é que há uma intrincada relação entre esses motivos, ambos se fazendo presentes com muita força.

Como aponta Florestan Fernandes (1968) em sua análise acerca das antecedentes formações sociais indígenas, é a partir do momento em que os portugueses decidem que apenas o escambo com os nativos e a extração de produtos tropicais se tornavam objetivos muito mesquinhos, resolvendo partir para a agricultura e montando o complexo dos plantations, com toda a história de resistência dos Tupis, seja pela guerra, seja pelo exílio em locais onde os portugueses não os encontrariam, é nesse momento que a organização social dos tupinambás que, por sua própria lógica, rígida e orientada por valores antigos de seus

ancestrais e no diálogo com o mundo onde os deuses lhe dirigiam, começa a se desintegrar e a perder a capacidade de filtrar autonomamente a influência cultural portuguesa como acontecia quando lhe eram apenas ofertados – possibilidade apenas insinuada, não forçada - os escambos. A transformação, portanto, é de outra natureza quando se obrigam os indígenas a trabalhar para a empresa portuguesa - Esse processo, por exemplo, começa a se desenvolver a partir de meados do século XVI. Mesmo a pretensa intervenção humanista dos jesuítas acabou por desempenhar o papel de “agentes de assimilação dos índios à civilização cristã” (Ibid, p. 84), educando-os para o trabalho colonizador. Esse fato, ao podermos traduzir para o ponto de vista econômico, diz respeito a separação dos indígenas de seus meios pessoais de produção de vida: a caça, a coleta e a horticultura. É claro que essa não é a separação que leva a relação especificamente capitalista, monetária. A escravização dos índios e dos africanos é precisamente *um método* de acumulação originária “em que os industriais não tiveram a menor culpa” (MARX, 1996, p. 341). É parte da construção do novo tempo social, pois,

o dinheiro, enquanto conceito existente e atuante do valor, confunde e troca todas as coisas, ele é então a confusão e a troca universal de todas as coisas, portanto, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas. (MARX, 2008, p. 160)

O dinheiro torna as forças em jogo no seu contrário. Nesse sentido, por exemplo, é compreensível que as primeiras expedições espanholas, ainda no século XV, por mais que fossem financiadas pela Corte para descobrir riquezas, eram dirigidas por alguém que buscava encontrar as Índias e retomar Jerusalém para “ganhar almas para nosso senhor” - pois era isso que desejava Cristóvão Colombo -, transformam-se em seu contrário. As “descobertas” já faziam parte da formação de um novo momento histórico, ou melhor, da sua transição. Longe da metrópole a possibilidade de ganhar dinheiro e de enriquecer facilmente faz daquilo que era para ser a catequização de almas uma “sociedade de massacre”, transformam a América numa possibilidade de viver sem religião, mesmo que seja em seu nome. O ouro fácil e abundante permite burlar todas as regras, ou mesmo transforma-se na própria regra, como diz Tzvetan Todorov sobre o encadeamento da conquista: “a ‘barbárie dos espanhóis nada tem de atávico, ou de animal, é bem humana e anuncia a chegada dos tempos modernos” (TODOROV, 2014, p. 209)¹¹.

¹¹ O livro de Tzvetan Todorov “*A conquista da América*” é extremamente interessante e embora tenha como fundamento da pesquisa “a questão do outro” e da semiótica, ele se baseia numa extensa e profunda análise dos documentos e correspondências do período da descoberta da América Espanhola. Segundo Todorov,

Assim, os tempos modernos trazidos pelos colonizadores para a América representam exatamente esse processo de “acumulação originária”. Isso fica mais claro quando nos atentamos para o fato de que o capitalismo, já em sua “era”, faz uso de formas arcaicas e antigas para acumular capitais. É exatamente dentro dessa processualidade histórico-ontológica que se coloca a colonização brasileira. Quanto ao fato de realizar a produção essencialmente mercantil dos novos tempos como o único objetivo da formação social, a produção pela produção com um fim em si mesmo, essa “tendência imanente da relação capitalista não se realiza de maneira adequada, não se converte em condição necessária [...] enquanto não se tenha desenvolvido o modo de produção especificamente capitalista” (MARX, 1978, p. 69). Nesse caso, não há contradição alguma em dizer que no sistema colonial português a cristianização dos índios, elemento ideológico vindo de tempos passados, era um motivo tão importante quanto à produção mercantil de produtos tropicais e busca pelos metais preciosos. O que precisa ser deixado claro é que a relação econômica, a lógica do lucro mercantil foi quem determinou os rumos principais da colonização.

Duas são as condições que o dirigente da produção deve lançar mão para realizar a produção de capital sob formas pretéritas: deve possuir tanto meios de produção como de trabalhadores em quantidades amplas. É quando

O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo de imediato, um processo de exploração do trabalho alheio. É isso que denomino subsunção formal do trabalho ao capital. É a forma geral de todo processo capitalista de produção; mas é ao mesmo tempo uma forma particular, a par do modo especificamente capitalista desenvolvido, já que a última inclui a primeira, mas a primeira não inclui necessariamente a segunda (MARX, 1978, p. 51).

analisando as cartas e diários de Cristóvão Colombo, naquelas navegações: “a necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim. Na verdade, Colombo tem um projeto ainda mais preciso do que a exaltação do Evangelho no universo, e tanto a existência quanto a permanência deste projeto revelam sua mentalidade. Qual um Dom Quixote atrasado de vários séculos em relação a seu tempo, Colombo queria partir em cruzada e libertar Jerusalém! Só que a ideia é extravagante em sua época e como, por outro lado, não há dinheiro, ninguém quer escutá-lo. Como um homem desprovido e que gostaria de lançar uma cruzada podia realizar seu sonho, no século XV? É tão simples quanto o ovo de Colombo basta descobrir a América e conseguir nela os fundos...” (Ibid, p. 13-14). Não era, portanto, a perspectiva de um Homem como a de Colombo que iria mudar todo um tempo que se anunciava. Ele seria carregado como todos os outros que com ele descobriam e financiavam as descobertas. Por outro lado, toda modernização nunca rompe total e imediatamente com o passado e sempre conserva traços do velho tempo. A história é acima de tudo um vir-a-ser onde os novos tempos nunca nascem prontos, mas vão, subterraneamente, minando a velha ordem de coisas.

Basta citar a relação de produção sob a qual se fizeram mais de três séculos de história entre nós para mostrar a existência daquela tendência a subsumir formas passadas de sociabilidades à lógica de produção de valor¹². Esse fenômeno será um dos eixos da posição política que assumirá a nossa burguesia¹³. O escravismo, diferente do utilizado na antiguidade e já existente na península ibérica¹⁴ foi literalmente instrumentalizado de modo a tornar possível a exploração em grande escala que era o plantation. A ele foi atribuído o sentido de fechar a tríade: organização mercantil latifundiária, monocultora e escravista, apta a produzir para a troca mercantil monetária.

Houve tentativas de forçar os indígenas a trabalhar nas plantações, mas também houve muita resistência, afinal não era a lógica pela qual ditavam sua vida social e muitos, simplesmente desistindo da vida, se deixavam morrer pela angustia da nova situação. Com a impossibilidade de legar ao índio a característica de elemento central da força de trabalho e pela parca disponibilidade de trabalhadores livres e da rala população ibérica da época, o “escravo africano revela-se como o agente de trabalho historicamente possível quando se dá a colonização portuguesa por via da grande propriedade açucareira: ele constituía o único que podia ser compelido a trabalhar inteiramente a serviço de outro” (FRANCO Apud MAZZEO, 1980, p. 93).

A colonização brasileira sistemática viria, então, somente depois de constatada a inexistência de feitorias para comercializar e a tentativa de implantação das sesmarias, falha pela realidade colonial ser distinta e distante da portuguesa. Tendo as posses coloniais que contribuir para o enriquecimento do Reino, postulado do sistema mercantil, se fez necessário reorientar o método da distribuição das terras. É onde se põe em vigor, em 1548 por Dom João III, o Regimento do Governador Geral. Tratou-se de uma realidade dos fatos, pois a quem haveria de se dar as terras coloniais se não para quem tivesse posses adequadas à sua

¹² Segundo o próprio Marx, “o capital, como dissemos anteriormente, é de início indiferente ao caráter técnico do processo de trabalho do qual se apossa. No começo, ele o toma tal como o encontra” (2013, p.322).

¹³ Comentando o caráter de nossa colonização, Caio Prado Júnior capta o essencial dessa análise - embora em sua característica de não atribuir no mais das vezes conceitos rigorosos em suas excelentes análises históricas -, ao afirmar que os elementos que se dispõem para cá nos primórdios, para além de virem como dirigentes em busca de oportunidade mercantis rendosas, vão ser portadores de formas de produção que atendem em cheio a esses requisitos estabelecidos por Marx, “isto é, em grande unidades produtoras – fazendas, engenhos, plantações, (as plantations das colônias inglesas) – que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores” (2004, p. 29).

¹⁴ Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1968) o tráfico negreiro data de 1441 e localizava-se em Arguim, uma ilha na hoje Mauritânia, costa ocidental da África.

exploração?¹⁵. Aqui nasce uma importante característica da burguesia brasileira: sua herança direta da fidalguia portuguesa, porém com a diferença de apoiar-se mais na propriedade territorial do que nos favores que recebiam de El Rei. Essa relação íntima que os agentes mercantis teriam com a casa real, acabaria por lhes imprimir nuances de nobreza (MAZZEO, 2015).

A carga social que traziam os colonizadores portugueses para a América era complexa e contraditória. Pode-se afirmar que, de um lado, não seria uma pura translação de sistemas sociais, mas também, por outro, aquele peso histórico, cultural e ideológico, sem tardar, se faria sentir de forma vigorosa nas classes dirigentes coloniais.

Assim foi posta a colonização brasileira com todas as heranças que Portugal e a acumulação originária de capitais lhe legavam. Destarte começam a se revelar as suas particularidades enquanto formação social burguesa. É precisamente o momento em que o universal se faz penetrar no singular, é quando a produção para a troca que principiava a dominar a Europa se entifica numa relação dialética nas terras americanas colonizadas pelos portugueses¹⁶. A começar pelo desenvolvimento econômico levado a cabo aqui por esta burguesia, trata-se de um desenvolvimento por ciclos. O açúcar foi o primeiro deles, continuação de certa forma da produção açoriana atlântica desde o século XV, pelo conhecimento já adquirido no processo produtivo e pela certeza da existência de mercado consumidor, ficando conhecido como “solução açucareira”, vigorando especialmente no litoral baiano (SODRÉ, 1968).

O algodão seria o próximo gênero a ser festejado. Sendo implantado no século XVIII, sem excluir a produção açucareira, o Maranhão seria por ele colonizado, transformado e desenvolvido (PRADO JR, 1968, p. 149). O que antes era uma região pobre e um gênero plantado para a vestimenta escravista, torna-se uma capitania próspera e uma atraente mercadoria para o comércio.

¹⁵ Devido à própria particularidade das condições da colonização reside aí um momento de determinação da colonização brasileira. Se os portugueses tinham se desgostado com o trato da terra eram agora obrigados à retomá-lo: “Aqui, uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária. Assim, um povo de comerciantes, que fazia um século se afastara do cultivo do solo para se dedicar de preferência à especulação mercantil, era novamente arrastado para o amanho da terra” (PRADO JUNIOR, 1999, p. 14)

¹⁶ A referência fundamental para a dialética entre singularidade e universalidade por meio da particularidade é LUKÁCS, 1970.

Indissolúvelmente ligado às plantações agrícolas, estava a criação pastoril do gado. Por já se saber lucrativa, toda a atividade dos engenhos de açúcar se orienta para sua produção, o que abre espaço para a introdução da carne de gado de modo a suprir a ausência de uma produção de culturas não exportáveis. Como aponta Sodré (1968), a criação de gado é o apêndice que tornou possível a produção açucareira. Aqui entra outra característica marcante do tipo de desenvolvimento levado a cabo por nossa burguesia: se uma atividade comercial mostra seus dotes de modo a dar lucro maciço, mesmo a produção de subsistência é abandonada para que cada pedaço da plantação seja destinado ao gênero exportador:

O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, vota a agricultura de subsistência [...] cria um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. [...], sobretudo na Bahia e em Pernambuco, há um verdadeiro estado crônico de carestia e crise alimentar que frequentemente se tornam em fome declarada e generalizada. Isto ocorre sobretudo nos momentos de alta dos preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e atenções se voltam inteiramente para ela e as culturas alimentares são desleixadas e abandonadas. Situação paradoxal, porque é a miséria e a fome a ombrearem com a prosperidade daqueles preços elevados. (PRADO JR, 2004, p. 163).

A alta lucratividade atraía a cobiça e foi ela mesma a causa da derrocada do sistema açucareiro. As invasões holandesas (1595-1663) mostraram o desejo desses grupos de se apropriar da produção colonial brasileira, pois já eram senhores de grande parte do comércio europeu. Após sua derrota militar - pois são expulsos do Brasil após breve domínio de partes da Bahia e de Pernambuco -, mas vitória estratégica, os holandeses partem para as Antilhas com o conhecimento do processo produtivo adquirido em berço colonial. Perdia-se, assim, tanto o cooperativismo com os holandeses como o monopólio da produção do produto (FURTADO, 1980, p. 16-17) que ditava o dinamismo na economia colonial.

Novamente demonstrando que no momento de nossa colonização foi a nós atribuído um sentido norteador, uma lógica econômica que orientava nossa formação social, viria o ouro suscitar todos nossos esforços e em sua inerência aquele movimento próprio desses ciclos econômicos onde “abandona-se tudo em demanda de outras empresas, outras terras, novas perspectivas. O que fica atrás são restos, farrapos de uma pequena parcela da humanidade em decomposição” (PRADO JR, 2004, p. 128). Portanto, ao inserirmos o ouro

nesse processo mais amplo da história econômica brasileira, ele se apresenta como outro lance de ocasião atrás do qual o sentido burguês percorria.

Entrementes, o ciclo aurífero teria um significado mais duradouro em nossa história, pois nele seria possível encontrar traços construtivos, para além de seu caráter aventureiro que apenas buscava arrancar as jazidas e lança-las no comércio europeu. Assim como o charque ajudaria a povoar o sertão nordestino e as Minas Gerais enquanto corolário do açúcar litorâneo, o ouro cumpriria o papel de levar relativo progresso material àquelas regiões que em breve, após a independência, seriam Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais e em menor escala Rio de Janeiro e São Paulo. É precisamente esse o sentido da colonização brasileira, uma colonização que se vai fazendo de acordo com os interesses comerciais, que vai se expandindo de acordo com as oportunidades de negócio que lhe aparecem ditadas pelas necessidades do mercado europeu. É bem verdade que nos estados sulinos teríamos um processo distinto com as imigrações de colonos¹⁷, mas ele não teria a mesma força capaz de ditar os rumos da empresa colonial.

Absorvendo um século de desenvolvimento econômico, o ouro só permitirá que lhe surja um concorrente quando de sua escassez. Até por que historicamente quando um elemento alça o pedestal de antonomásia (ao se dizer, por exemplo, ouro no século XVIII, ou então café no início do século XX, era o Brasil, a própria referência do produto) do país, todos os recursos, gentes e atenções para ali unicamente se orientam. Então, quando o ouro deixa de ser vistoso, pois escasso, surge o mais importante ciclo econômico da história brasileira, o café.

Embora existindo como plantio em algumas regiões como Pará e Santa Catarina, o café não era visto como gênero capaz de concorrer com o algodão, açúcar e mesmo cacau produzido no Nordeste. Nesse estado de gestação, teve de esperar a crise da produção haitiana

¹⁷ Os estados da região Sul seguiriam outra lógica: “a emigração provocada (sobretudo de ilhéus do Açores), de casais, isto é, de famílias constituídas, com que se povoaram alguns raros pontos da colônia. O governo concedia-lhes passagem gratuita e facilidades para o estabelecimento: terras (sempre em pequenos lotes), instrumentos agrícolas, sementes, etc.; e eles partiam para seu destino em grupos numerosos indo ocupar regiões previamente demarcadas para recebê-los. Este tipo de colonização, inteiramente diversa daquilo que se observa no geral da colônia, teve resultados muito interessantes (...), isto é, o rápido crescimento da população e seus hábitos altamente sociáveis, são dos mais salientes. O sistema de colonização por casais foi adotado pela metrópole para povoar regiões próximas às fronteiras e ameaçadas de agressão externa” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 52).

levada a cabo pela sua independência¹⁸. A partir desse momento o café, utilizando as condições disponíveis internas, terra e mão de obra e capitais, principalmente liberada pela extração aurífera e plantação açucareira, conforme Caio Prado (1962), alcançaria espaço dentro do “renascimento agrícola” que vivia o país¹⁹.

Não se trata aqui de desenvolver a história minuciosa de cada ciclo, mas de demonstrar que todos eles, ou melhor, a história do desenvolvimento econômico do país, em largos traços, gira em torno da produção para a exportação, da mercadoria de troca. Posto isto, passamos a classificar a formação social brasileira no quadro da acumulação original de capitais, entendendo ter esta como classe dirigente uma burguesia agrária, pois

podemos afirmar que quando a mercadoria se torna o elemento dominante das relações econômicas, está dado o novo ‘ser’, é efetuado aquele ‘salto qualitativo’. Como afirma o mesmo Lukács [...] ‘todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto’. A partir daí cada vez mais a produção deixa de se basear no valor de uso e se orienta exclusivamente para a produção de valores de troca, de mercadorias, é aí que se encontra a dimensão *ontológica* do sistema capitalista de produção, e é por meio da ampliação desse sistema de mercadorias que vai ser possível ao mercantilismo concentrar e centralizar capitais (ainda em sua forma dinheiro), para mais tarde serem utilizados na revolução industrial, no desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista. (SARTORETTO, 2015, p. 21)

A exposição até aqui se limitou aos elementos ontológicos do capitalismo entendido como nova forma societal que nasce das contradições do feudalismo, através da força desagregadora do comércio e, em específico, da inserção que encontra a formação social colonial brasileira no mesmo. A seguir procuraremos demonstrar por meio da relação entre liberalismo e escravidão que, além de não existir contradição fundamental entre esses elementos, ela ilumina uma importante característica do próprio sistema capitalista, a saber, que a imersão do mundo burguês não se faz numa ruptura total com formas anteriores ao trabalho livre, mas através de uma relação modernização-conservação com os próprios elementos pré-capitalistas que em cada particularidade encontra. Servirá ainda para iniciarmos o debate em torno da definição do perfil social da classe dominante brasileira.

¹⁸ Grande produtora de açúcar e café, o Haiti teve sua guerra de independência entre 1791 e 1804. Processo que também levou imediatamente ao fim de sua escravidão e a um governo, ainda que curto, que adveio da própria revolta dos escravos e descendentes de africanos.

¹⁹ O ciclo do café, pela importância que tem neste estudo, será melhor apreciado no capítulo que se segue.

Liberalismo e escravidão: elementos conciliáveis

É importante realçar essa questão, por que no Brasil, já após a sua autonomia, que foi exclusivamente política, e onde ainda vigorava a escravidão, adotou-se um liberalismo como seu corolário. Mas o que de especial tem essa relação? Fundamentalmente que a libertação do jugo de Portugal se faz à revelia de modificações essenciais nas relações de poder e mesmo na estrutura econômica e social.

Tanto é, que após a vinda da Corte para o Brasil em 1808, o futuro rei de Portugal, D. Pedro, filho de D. João VI, trava uma aliança com a burguesia nativa para então se tornar o agente da independência política do Brasil. Como a intenção desse processo mandava fazê-lo com calma, não em moldes revolucionários como no Haiti ou mesmo na clássica revolução burguesa americana, toda a massa popular é alijada do processo e o marco fundamental disso é a perpetuação da escravidão e a adoção do liberalismo em moldes monárquicos, esquivando-se da instauração de um regime republicano.

Esse complexo de determinações fica mais claro quando se atenta ao absurdo que foi a tentativa da “Constituição da Mandioca” de 1824, que, buscando incluir em seus fundamentos elementos do liberalismo, propõe vigiar o cumprimento do contrato entre senhores e escravos! (PRADO JR, 1963, p. 54). Não sendo bastante, D. Pedro I acreditando ser muito progressista tal constituição a dissolve junto com o Congresso, outorgando sua própria Constituição. Posto isso, as rebeliões que em decorrência deste processo surgiram e a forma como foram tratadas nos fornecem outro aspecto dessa relação: a forma violenta como essa burguesia lida, nos processos de modernização social, com as forças que tentam de alguma forma dialogar ou fazer notar suas reivindicações.

Analisando o caso concreto, Anderson Deo aponta que aquele “liberalismo se aplica às relações entre senhores e homens livres – mesmo que de forma contraditória e excludente, pois estes não tinham o direito ao voto, por exemplo” (2011, p. 48). E assim, ao contrário de tentar penetrar na escravidão para extirpá-la, o liberalismo aqui implantado se vale da própria existência desta forma de trabalho forçado, o mantendo, para continuar o sentido de nossa colonização e garantir a permanência de uma classe no poder, quando as circunstâncias exigem mudanças.

Essa é a forma na qual o liberalismo vai sendo absorvido e reproduzido pela classe burguesa agrário-exportadora. Assim como o capitalismo enquanto sistema universal se põe de modo particular em diferentes realidades às quais na sua relação de interconexão formam aquela universalidade (LUKÁCS, 1978), o liberalismo também se universaliza e é absorvido e reproduzido de acordo com a singularidade de cada formação social.

Herdamos de Portugal, nossa metrópole, um “mercantilismo ilustrado”. O que isso significa? Que nos países de Reforma Católica, como Portugal, o iluminismo tende a perder seu radicalismo, sendo submetido a uma espécie de filtro político: os déspotas (NOVAIS, 1979). Importante para o caso, isso significa que o liberalismo também penetra em terras brasileiras moldando-se à sua estrutura produtiva, freando transformações mais radicais.

Submetida sempre a um controle muito teso das atividades internas, seria apenas com o descenso do ciclo da mineração que teríamos uma modificação fundamental do relativo enriquecimento da sociedade colonial. Como afirmamos anteriormente, parte das riquezas produzidas pelas explorações auríferas não foram “retidas” pela Coroa. Além de servir de exploração do território central “virgem”, incorporando-o ao setor produtivo da colônia, foi por meio dela que o plantation escravista se disseminou para o para São Paulo, por exemplo, abrindo espaço para a expansão das formas de troca e da circulação da riqueza, ou em outras palavras, da criação de um rudimentar mercado interno. O ouro, portanto, ainda que obedecendo aos ordenamentos exportadores de nossa economia consegue manter internamente parte de sua riqueza²⁰.

A vinda da Corte para o Brasil, acontecimento oriundo de fatores externos, é concomitante a esse processo. A abertura dos portos, a independência e a formação do Estado Nacional vão oferecer a base política para a nova dinâmica que a economia vinha adquirindo, ditada justamente pela “vitalidade” da escravidão. Os três processos citados acima representam internalização das funções decisórias - do ponto de vista político a burguesia colonial perdia seu caráter de submissão à metrópole -, assim, para a classe dirigente agrária a solução era óbvia: estabilizar a escravidão era manter o potencial da economia agrário-exportadora e, ao mesmo tempo, elevá-lo a outro patamar, diretamente ligado à Inglaterra e

²⁰ Embora tenhamos largo embasamento na obra de Caio Prado Júnior, o autor parece não ter notado esse processo positivo que a mineração trouxe. Para o historiador a “riqueza relativamente avultada que produziu, drenada, aliás, toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a prodigiosa destruição dos recursos naturais” (2004, p. 171). Entretanto, o próprio Caio Prado, mais a frente coloca que “o contrabando se tornou incontrolável, e a administração era obrigada a fechar os olhos” (Ibid, p. 184), donde se presume que o quinto deixava condições de algum tipo de acumulação interna de capitais.

aos países capitalistas hegemônicos. Dentro de uma análise política não há dúvida de que os interesses mais estreitos e imediatos daquela burguesia levaram-na a uma decisão conservadora, pela qual na esfera econômica o objetivo principal era manter a produção escravista como base material do sistema.

Somente por meio desses esclarecimentos de como a escravidão não era um peso morto para a classe dominante, mas que, ao contrário, dela brotava todo um impulso modernizante de sociabilidade é que se torna possível entender todo o processo político conturbado brasileiro do século XIX no qual desaguara a monarquia brasileira. Ou seja, ao se libertar da tutela política portuguesa e cumprindo a fio os ditames daquele “mercantilismo ilustrado” português, nosso grupo dirigente demonstrou ter consciência de como agir para preservar seus interesses de classe, ainda que para tal fosse necessário preservar o regime escravista. A herança portuguesa tem seu papel, sem dúvida, nesse processo, mas não se deve simplificá-lo de maneira excessiva desconsiderando o fator de já possuímos então a autonomia política.

A monarquia, principalmente no segundo reinado na pessoa de Dom Pedro II, através do “golpe da maioridade”, como saída para o turbulento período onde a regência se mostrou incapaz de conter os ânimos revoltosos, passou a existir fundamentalmente em função do perigo que havia de abolição, pois data de 1845 o Bill Aberdeen aprovado no parlamento inglês que considerou lícito julgar o tráfico de escravos como pirataria, tendo ainda atrás de si alguns estágios como em 1807 quando aboliu o tráfico em suas colônias.

Estabilizado o poder político, inicia-se um surto de modernização no país, especialmente a partir de 1850, quando da criação de estradas de ferros, telégrafos e linhas de navegação. Isso também se dava graças ao ritmo da economia mundial, pois internacionalmente, a Inglaterra abandonava a política mercantil e apostava todas as fichas na industrialização, porém mantinha a hegemonia nos entrepostos comerciais justamente para dar saída de suas manufaturas. A Alemanha, lutando pela sua unificação, inicia a sua industrialização, que viria a ser consolidada em grande parte pelas sanções impostas à França pela vitória na guerra franco-prussiana. O mesmo acontecia com os EUA que, numa política de isolacionismo, marchava rumo ao oeste distribuindo pequenos lotes de terra e sustentando, através da reforma agrária, sua própria industrialização ao Norte. (LENIN, 1980).

Como a outra face da modernização econômica da classe dirigente era o conservadorismo político e a estabilização política no regime monárquico era a condição para

garantir o sucesso de mais um ciclo econômico baseado na escravidão, o capital estrangeiro, que antes de tudo quer segurança e garantia de alta rentabilidade para inversões, se sentia mais confortável para realizar seus investimentos internamente.

Nesse sentido a figura do visconde de Mauá pode ser aqui reivindicada como expressão típica dessa burguesia brasileira. Certamente, o fato de possuir ele empreendimentos industriais não o qualificava como um negador do nosso sentido político e econômico. Em absoluto, pois como aponta Gorender “os empreendimentos de Mauá eram compatíveis com o regime escravista e contribuía para tornar viável seu funcionamento, num período já de declínio” (1990, p. 12). O que fica ainda mais claro se se atentar para seu título de nobreza (“Barão de Mauá”), um dos tantos fabricados artificialmente pelo regime monárquico e provando sua adesão ao regime.

Por um lado, a conservação de estruturas seculares de dominação e exploração agora sob o invólucro do liberalismo não tornava o país mais distante dos centros econômicos, por que, na verdade, ela era a condição para esses vínculos se estreitarem. É exatamente o liberalismo que aliança a burguesia agrário-exportadora interna com as burguesias centrais que recebiam dela seus produtos. A chamada “vocaçã agrária”, retirada das teorias das vantagens comparativas, um discurso liberal, seria comprado pela classe dirigente imperial e serviria para amarrar a relação de dependência. Consequente e contraditoriamente, por outro lado, as características mais consentâneas do sistema capitalista como trabalho livre, sistema republicano e industrialização iam forçando sua entrada.

Essa relação se reveste de um caráter muito intrincado, já que não se trata apenas de uma relação amigável entre burguesias que são sócias pura e simplesmente, que chegam a um acordo tácito, ou mesmo às claras, para que o regime se mantenha agrário. Também aqui a relação de forças se faz sentir. A modernização que avança pelo país é fruto de um novo setor que está em desenvolvimento, o urbano-comercial. Essa esfera, principalmente pelo comércio de exportação e importação, é dominada por firmas estrangeiras que dispõe de um melhor conhecimento e contato com o outro lado do mercado, o polo externo. É do seu interesse que as cidades brasileiras cresçam e ganhem certa modernização, mas, ao mesmo tempo, que o regime continue sendo agrário, por que é da organização da exportação dos gêneros primários que a formação social brasileira ocupa o seu lugar na divisão internacional do trabalho²¹.

²¹ Esse processo que, embora, já avançasse em direção à transição para o imperialismo, pode revelar as seguintes características: “Durante este curto período, em que os países dominantes possuíam apenas o

Todavia, quem detém a dominação política interna é a burguesia agrário-exportadora e seguindo uma tradição que remonta desde a colônia, essa fração burguesa sabe que, para a sua vocação agrária, a economia urbana tem um potencial explosivo e deve ser contida em limites assaz estreitos. Basicamente ela busca frear esse impulso modernizador de acordo com seus interesses. Atente-se aqui para o fato de que não era por bondade nem por humanismo que a Inglaterra pôs em prática a estratégia de findar a escravidão, ela objetivava com isso criar o máximo de mercado nas regiões coloniais e semicoloniais para que estas absorvessem suas mercadorias. A burguesia brasileira, então, passaria a solapar a emergência de um verdadeiro mercado interno, em bases assalariadas e puramente capitalistas, e a defender conscientemente, para que suas estruturas de poder não fossem ameaçadas, uma ordem burguesa sistematicamente agrária, como ficaria mais claro na constituição do regime republicano.

O resultado é aquele ponto inicial a que fizemos referência acima, ou seja, uma espécie de colaboração entre ambos os interesses no que diz respeito à dominação econômica com vantagens para os grupos internacionais e cabendo a hegemonia política e social interna a burguesia nativa, onde os potenciais conflitos com as classes subalternas, sempre mantidas na mais abjeta condição de existência, de maneira nenhuma alcançam patamares radicais.

Compreendemos assim, que a escravidão não só não foi empecilho para que a ideologia de nossa formação social, após a ruptura do pacto colonial, fosse o liberalismo, mas também não impediu que sob essa ideologia houvesse uma modernização do país, baseado no excedente econômico extraído da própria escravidão. É certo que com nuances conservadoras, mas é exatamente esse o ponto. O liberalismo, que compreende em si diversas interpretações,

controle de mercado dos processos econômicos, seria possível falar-se, *stricto sensu*, de neocolonialismo. A dominação externa tornou-se largamente indireta. A expansão das agências comerciais e bancárias na região envolvia um pequeno número de pessoal qualificado, a difusão em escala reduzida de novas instituições econômicas e de novas técnicas sociais, e várias modalidades de associação com agentes e interesses locais e nacionais. A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso do que imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. De fato, os 'produtores' de bens primários podiam absorver pelo menos parte do quantum que antes lhe era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas 'economias coloniais' recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno. Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito do seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do status quo ante da economia, com o apoio e a cumplicidade das 'classes exportadoras' (os produtores rurais) e os seus agentes ou comerciantes urbanos". O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e seus dirigentes no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial. (FERNANDES, 1975, p. 15-16).

como o protecionismo da industrialização dos Estados Unidos e seu isolacionismo e até mesmo o escravismo monárquico brasileiro – como vimos a Constituição de 1824 retirou da realidade um acordo contratual entre senhores e escravos -, é em si uma filosofia política que tende a compreender que uns são mais iguais que outros, legitimando, inclusive, a própria instituição da escravidão em alguns momentos de sua história (LOSURDO, 1998).

Isso sem levar em conta sua distorção, quando não a ausência de uma investigação, da história, seja em seu surgimento ao inverter os termos do processo original²², seja no decorrer de sua existência onde o liberalismo só é adotado posteriormente ao desenvolvimento dos países industrializados²³. A análise cuidadosa da história do desenvolvimento político e econômico moderno, definitivamente, não corrobora com os pressupostos da teoria liberal e do contratualismo, pois aquele que é historicamente

de um lado, produto da dissolução das formas das sociedades feudais; doutro, resultado das forças produtivas novamente desenvolvidas a partir do século 16 – aparece como um ideal cuja existência pertence ao passado. Não como resultado histórico, mas como um ponto de partida da história. (...) Toda época nova compartilhou até agora dessa ilusão. (MARX, 2008, p, 238).

Portanto, o problema, acima de tudo, aí diz respeito à ignorância da gênese histórica de um determinado grau do desenvolvimento social, nesse caso da formação do modo de ser social burguês.

²² O que, paradoxalmente, leva até um liberal convicto, mas que tende também para uma análise seria dos processos históricos a constatar tal fato: “Naturalmente, mesmo nesse caso, o curso histórico que dá origem a uma determinada ordenação jurídica e a sua justificação racional apresentam-se com os termos invertidos: historicamente, o Estado liberal nasce de uma contínua e progressiva erosão do poder absoluto do rei e, em períodos históricos de crise mais aguda, de uma ruptura revolucionária (exemplares os casos da Inglaterra do século XVII e da França do fim do século XVIII); racionalmente, o Estado liberal é justificado como o resultado de um acordo livre entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura. Enquanto o curso histórico procede de um estado inicial de servidão a estados sucessivos de conquista de espaços de liberdade por partes dos sujeitos, através de um processo de gradual liberalização, a doutrina percorre o caminho inverso, na medida em que parte da hipótese de um estado inicial de liberdade, e apenas enquanto concebe o homem como naturalmente livre é que consegue construir a sociedade política como uma sociedade com soberania limitada. Em substância, a doutrina, especialmente a doutrina dos direitos naturais, inverte o andamento do curso histórico, colocando no início como fundamento, e, portanto, como prius, aquilo que é historicamente o resultado, o posterius.” (BOBBIO, 2006, p. 14-5).

²³ Daí o nome do livro de Ha Joon Chang (2004) “chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica” para simbolizar o abandono de várias medidas protecionistas e não ortodoxas após sua consolidação econômica. Enquanto, por outro lado, seguem pregando políticas de abertura que não foram adotadas por eles aos países em situação de desenvolvimento, ou seja, incentivando o liberalismo para se aproveitar das “boas instituições” nos países que ainda não tem condições de concorrência leal.

Essência autocrática da burguesa agrário-exportadora

Entendemos nesta altura, depois da análise histórica de algumas transformações sociais, políticas e econômicas pela qual percorreu a particularidade brasileira e de esclarecido o perfil ideológico de nossa classe dirigente, ser o momento de elevar a discussão generalizando os traços mais característicos dessa burguesia. Já apontado o caráter de uma produção que se fazia ontologicamente nos quadros da acumulação originária de capitais, contribuindo para o desenvolvimento das forças produtivas que desembocariam mais tarde no sistema capitalista e apontado a forma de trabalho que fez uso, a escravidão, passemos agora para a análise mais minuciosa da classe dirigente brasileira, acompanhando o método de destacar prioritariamente os elementos de “conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna” (MARX, 2008, p. 267), de acordo com sua relevância estrutural.

Entretanto, para a discussão que aqui pretendemos, é necessário, antes de qualquer coisa, levantar alguns problemas. Por exemplo, qual a relação entre fins e meios levado a cabo por nossa classe dirigente na colonização? Esclarecendo melhor, houve “erros” técnicos ou mesmo políticos na empresa colonizadora? Seriam eles os responsáveis pelo atraso social em que nosso desenvolvimento se colocou durante séculos a fio?

Questões como essas, ao serem debatidas, nos ajudarão entender a própria natureza daquilo que somos, de como nos formamos enquanto sociedade, bem como das relações de força que aqui sustentaram a gênese e o desenvolvimento do nosso capitalismo.

Na seção anterior discutimos quais eram os anseios e os determinantes do processo de independência. Ali pudemos notar que se houve ruptura, sua natureza foi profundamente conservadora, pois o que antes se alegara ser uma imposição da Coroa portuguesa, a de estabelecer plantations com base escravista e direcionada para exportações, após 1808 e os processos seguintes que formariam o Estado Nacional e autonomizariam politicamente a classe dominante, nos revela ser a estrutura própria dessa classe social. Em seus grandes traços, a situação de colônia exportadora para os grandes centros europeus não era apenas uma pressão externa à qual era obrigada a aceitar, mas também um sentido que, na primeira transformação política de monta, ao ser posto a prova, foi incorporado, reafirmado e reproduzido pela própria burguesia interna, por decisão política própria.

Não desejou e nem lhe era razoável alterar o centro dinâmico de sua economia. Atente-se que o perfil das pressões dos países hegemônicos nesta época não era da mesma natureza que do período do capitalismo monopolista, a Inglaterra não possuía a política de intervir militarmente – a não ser em suas colônias - como fez os Estados Unidos e demais países imperialistas após o século XX. A burguesia brasileira, sendo agrário-exportadora, por que motivo ela deveria, confortável como classe dominante, mudar seu lócus de dominação? Ela já era classe dominante mesmo no período colonial, ainda que subordinada ao exclusivo metropolitano. Romper essa cadeia política era o que de mais urgente havia após 1808. Quanto ao restante dos elementos estruturais, pouco precisava ser feito.

As principais modificações que o século XIX conheceria em termos de infraestrutura, por exemplo, seriam as estradas de ferro, a melhoria nas comunicações, navios a vapor, energia elétrica, tudo, porém, orientando-se a sua utilização para subsidiar a exportação primária. Esses fenômenos, segundo desejamos mostrar, não devem ser entendidos como o aproveitamento máximo da classe dominante interna dos espaços abertos pelos polos centrais capitalistas. Eles são predominantemente uma escolha, fruto do caráter conservador de nossa burguesia dirigente. A abolição dos escravos era uma alternativa e, se mesclada com a distribuição de terras, poderia dar novo rumo ao desenvolvimento da economia – como a reforma agrária efetuada pelos Estados Unidos em 1862 na Homestead Act, com tremendos frutos para seu desenvolvimento industrial -, mas preferiu-se a lei de terras de 1850 que percorria o sentido oposto, tornando as terras devolutas cedidas apenas “a título oneroso”.

Não se trata de defender que o caminho correto fosse esse ou aquele, ou o parlamentarismo inglês ou o federalismo americano, para que o perfil de nossa burguesia fosse mais racional ou mais consentâneo com os teóricos do liberalismo. O fundamental aqui é apontar que a forma com que seria mantida a dominação representaria sempre um alijamento profundo das massas subalternas e isso exclusivamente para manter a forma burguesa de exploração colonial que beneficiava diretamente apenas a classe portadora dos bens de produção. A frase que lembra que o Brasil foi o último país americano a abolir a escravidão dá tons sérios, mas profundamente corretos nessa discussão. A indústria, por exemplo, “as forças essenciais objetivadas do homem” (MARX, 2004, p. 111), a única que consegue dar conta da produção para uma população em constante crescimento, não era uma impossibilidade estrutural, era uma impossibilidade política, não havia forças capazes de reivindicar e levar a cabo esse projeto.

Teçamos alguns apontamentos quanto ao contexto mais universal em que se desenvolvia essa burguesia. O capitalismo hegemônico se erige primeiramente na Inglaterra, Estados Unidos e França. Radicalmente revolucionária, todavia, é esta última revolução burguesa, que embora tenha sido fortemente influenciada pela americana, é quem vai propagar a onda nacional-burguesa pelo mundo, principalmente através da sua ideologia, o liberalismo. Os países que efetivamente acatariam a nova ordem das coisas seriam Alemanha, Itália e Japão. Estes entram no rol das revoluções burguesas pela via passiva, ou seja, através de revoluções/restaurações, modernizações conservadoras e de reformas pelo alto, onde a radicalidade das transformações é fortemente freada. Mas freada por quê? É preciso lembrar que, diferentemente dos casos americano e francês do fim do século XVIII, todas elas ocorrem após a segunda metade do século XIX.

A própria Revolução Francesa exercia um exemplo medonho para as burguesias europeias, pois quem realmente levava aquela revolução até o fim fora uma fração da classe média liberal: os jacobinos. A burguesia francesa de 1789 tinha sua própria forma revolucionária que era “um constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis garantidas para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários” (HOBSBAWM, 1991, p. 77). O jacobinismo que representa a radicalidade da revolução francesa tem, conforme Poulantzas (1977, p. 175), um “conteúdo social particular”, pois sofreu a influência do subconjunto ideológico da pequena burguesia, se caracterizando por uma espécie de “sociedade de pequenos produtores independentes”, exatamente pela particularidade da revolução francesa, onde quem levou até as últimas consequências a declaração dos direitos universais foram os representantes da pequena burguesia, como Robespierre e Saint-Just.

Além do jacobinismo e do terror de 1794, as burguesias europeias aprenderam que fazer revoluções em meio a uma nascente indústria que explora os trabalhadores deixando-os no seu mais baixo nível de existência ou mesmo em regiões onde a dominação no campo era intensa, era algo muito perigoso do ponto de vista social. O ano de 1848, que tinha a missão histórica de ser um conjunto de revoluções de conteúdo burguês, embora feitas pelos trabalhadores pobres, se transformou no momento onde a burguesia tornava-se justamente contrarrevolucionária, por que elas próprias, naquela “primavera”, fugiram de suas revoluções. A mais rápida delas, a mais intensa e também a mais fracassada onda revolucionária viu as camadas mais subjugadas irem à rua em busca de repúblicas democráticas e populares. Porém, mesmo que com seu descontentamento chegassem a minar

a legitimidade das monarquias absolutistas, não conseguiriam mais do que ver passo a passo dos moderados aos democratas radicais abandonarem-nos à luta revolucionária solitária pela República, enquanto aqueles grupos negociavam-na por meio de alianças com a reação, que aceitaria se liberalizar para doravante criar a era do ouro da sociedade burguesa.

Mais significativo ainda é a análise de Marx sobre a revolta dos trabalhadores tecelões na Silésia. Anos antes da primavera dos povos, portanto em 1844, os trabalhadores silesianos se organizaram para reivindicar maiores salários e ao verem suas demandas negadas se radicalizaram destruindo máquinas, fábricas e escritórios. O exército prussiano teve de ser chamado para reprimir o movimento que estava destinado a fazer valer seus interesses. A instituição militar cumpriu muito bem seu dever. Não seria um fenômeno isolado e nem casual essa revolta de operários alemães, pois se comparadas aos movimentos semelhantes na Inglaterra e na França, predominantemente econômicos e políticos, respectivamente, demonstrou possuir um real e profundo caráter social, ao declarar possuir a consciência do que é verdadeiramente a essência do proletariado:

A canção dos tecelões, aquela audaz palavra-de-ordem de luta na qual lar, fábrica e distrito não são mencionados uma vez sequer e na qual, pelo contrário, o proletário proclama, de modo claro, cortante, implacável e poderoso o seu antagonismo com a sociedade da propriedade privada. (...) Não só são destruídas as máquinas, essas rivais do trabalhador, mas também os registros de contabilidade, os títulos de propriedade, e enquanto todos os outros movimentos se voltavam primeiramente contra o senhor da indústria, o inimigo visível, este movimento volta-se também contra o banqueiro, o inimigo oculto. Enfim, nenhuma outra revolta de trabalhadores ingleses foi conduzida com tanta coragem, reflexão e duração²⁴.

Fundamentalmente, isso quer dizer que o proletariado mundial àquela altura, representado pelos trabalhadores alemães, já se sentia forte o suficiente para desafiar a sociedade burguesa. Mais do que isso, sabia onde se encontravam as raízes dos males e não pensava só de forma política, quer dizer, apenas na derrubada pela força e pela violência, mas pensava em termos sociais, nas relações de classes e de dominação.

Aquele instante histórico marcava o ponto no qual a burguesia, caso quisesse alcançar o poder, podia lançar mão de outros métodos que não os de tomada radical. É precisamente este o momento em que a burguesia deixa de buscar a verdade, tanto na ciência como na

²⁴ Trata-se de um artigo de Marx de 1844 intitulado *Glosas críticas marginais ao artigo: "O Rei da Prússia e a reforma social"*. De um prussiano. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>. Acesso em 22 set. 2016.

política, para se orientar exclusivamente na retaguarda de sua dominação de classe. Em alguns momentos erigi um chefe paternalista e demagogo, caso de Napoleão III, em outros se contenta com uma dominação puramente econômica, caso da Alemanha ou então faz como a Italiana que através de um pacto com as forças semifeudais do Sul da Itália (o Mezzogiorno) reforça a exploração daquelas massas camponesas. Portanto, o grande momento burguês não é aquele quando a burguesia assume o poder de forma revolucionária impondo seus objetivos de forma hegemônica, mas quando ela percebe que “classe média, liberalismo, democracia política, nacionalismo e mesmo as classes trabalhadores eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político” (HOBSBAWM, 1977, p. 42).

Ainda assim, 1848 seria um prelúdio e um aprendizado para 1871, quando de fato o proletariado buscava realizar um projeto que dissesse respeito aos seus próprios interesses. Aqueles tão convictos “Communards” como Luís Roux, do conto de Ilya Ehrembourg, seriam fuzilados com seus belos cachimbos de barro na boca ao término dos dois meses da Comuna criada em Paris naquele ano. Luís Roux vira seu pai João Roux cair morto em 1848 e só sobreviver porque Paris precisava de “pedreiros, carpinteiros e ferreiros”²⁵...

As burguesias se sentiriam mais confortáveis compartilhando o poder com quaisquer classes do Antigo Regime, ao invés de partir para a luta de classes e criar uma hegemonia política e social sobre o conjunto da população como fizera a revolução francesa. Portanto, onde houvesse uma ameaça à ordem burguesa como houve naqueles países que lograram fazer suas revoluções burguesas no século XIX, os agentes sociais daquela classe procederiam a uma forma de revolução burguesa profundamente conservadora, evitando trazer para a disputa do poder político a classe trabalhadora, força que doravante não podia mais ser desconsiderada nas tramas revolucionárias.

Essa breve menção às características dos casos clássicos e não clássicos não é destituída de sentido. Queremos com isso indicar como a particularidade de cada luta de classes molda o desenvolvimento de suas respectivas formações sociais. Muito mais importante, foi compreendermos como se trata de um percurso histórico onde a burguesia, após conquistar o poder revolucionariamente mediante a disputa franca na luta de classes, passa, nos momentos posteriores de conformação do sistema capitalista mundial, a adotar uma postura conservadora e mesmo reacionária, demonstrando em sua decadência ideológica que

²⁵ Trata-se, como já observado, da história do conto do escritor Russo Ilya Ehrembourg (1891-1967) intitulado “Os três cachimbos”.

prefere partilhar o poder com elementos das ordens feudais e monárquicas a permitir um avanço democrático da classe operária.

Nesse sentido, a diferença específica do caso brasileiro se encontra na relação de forças. Ao deixar na mais abjeta miséria as classes subalternas, sejam as indígenas, sejam os escravos africanos, ou mesmo os demais grupos exteriores ao binômio senhor-escravo que se articulavam ao trabalho, a história política de nossa civilização é um constante e exclusivo rearranjo de poder intraclasse dominante, pois seus representantes jamais levaram a cabo realizações que englobassem aqueles grupos em políticas de efetiva participação no poder. Do ponto de vista social os quatro primeiros séculos de nossa história podem ser assim sintetizados.

Isto também não significa que nunca houve levantes e pressões populares, pelo contrário, a nossa história é repleta delas. A revolta dos cabanos no Pará, a revolta dos balaios no Maranhão e a agitação praieira em Pernambuco dão conta de exemplificar casos situados apenas durante o final do Primeiro Reinado. A grande questão foi a forma com que ocorreram seus desfechos, sempre sofrendo seu caráter progressista e esmagando brutalmente essas pressões, posição sempre guiada pelo medo de que um dia ao seu caráter popular viesse se acoplar a definição de revolucionárias, em suma, tal reação aos descontentamentos populares “é uma força que vai em contínua ascendência, que se revigora de momento a momento, num recrudescimento incessante de energias contrarrevolucionárias; energia esta que procura haurir onde quer que espere descobrir novas forças”²⁶.

Somado esse apontamento ao fenômeno singular já indicado de nascermos ligado à acumulação mercantil, não necessitando a burguesia brasileira intervir nos desfechos políticos senão para romper seus grilhões coloniais – e ainda de forma conservadora – temos mais elementos para discutir o perfil político dessa classe. Com a decadência ideológica e política das suas congêneres europeias a partir de 1848 e com o robusto desenvolvimento do capitalismo e, como consequência, também da classe e da consciência de classe do operariado europeu – dois fenômenos que não podem ser dissociados – a burguesia brasileira, a despeito

²⁶ PRADO JUNIOR, 1999, p. 87. Este livro de Caio Prado Junior, *evolução política do Brasil*, de 1933, é uma excelente demonstração de como a autocracia burguesa brasileira com todas suas clássicas características de violência ao elemento popular, rearranjos políticos pelo alto e instrumentalização do estado, ainda que o autor não utilize esse conceito, renega às massas trabalhadoras do país inteiro, exemplificado pelas revoltas das diversas regiões que alcançam até o Pará, a participação política durante os momentos de Colônia e Império pelo qual nossa formação social passou. São esses os capítulos de nossa evolução que o autor se propõe a analisar nesta obra.

dos traços conservadores que já a acompanhavam, receberia, digamos, um impacto extra, na forma com que lidava com as questões progressistas que iam surgindo na ordem interna.

Por outro lado, como lembra Florestan Fernandes, a análise do poder de uma classe deve ser feita sempre de acordo com o fenômeno que movimenta a estrutura social, a saber, a luta de classes:

As análises de Lênin, de uma situação comparável na Rússia (a revolução de 1905 e seus desdobramentos posteriores), sugerem que a ‘fraqueza’ da burguesia precisa ser tomada como um dos elementos de um todo complexo e muito instável. Na verdade, não existe um ‘burguesia débil’: mas outras classes (ou setores de classe) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável. (2008, p. 250)

Não havendo risco de oposição de qualquer projeto econômico-social – somente nos debates acerca do regime republicano veríamos alguns esboços nesse sentido, como apontaremos no segundo capítulo – pela inconciliável situação que havia entre as classes subalternas e sua possibilidade de organização política, é possível afirmar que, antes de inevitável, o tipo de dominação que essa burguesia escolheu foi conveniente para seus interesses, lembrando que depois de 1844 e 1848 ela poderia ainda “aprender” com a dinâmica política europeia, lançando mão até do jargão “comunista” para tachar movimentos que buscassem se relacionar com os trabalhadores. Então qual o sentido em se falar de “erros”, de baixa produtividade, de ausência de técnicas e de fragilidade ou debilidade política por não se ter avançado para um projeto nacionalista ou democrático nos moldes já realizados em outros países capitalistas? Como magistralmente Caio Prado Júnior aponta em suas análises, trata-se “de ‘erros’ na perspectiva de certos interesses, mas de acerto na de outros, uma vez que constituíram em regra procedimentos necessários para os fins visados. É em função desses fins que devem ser julgados” (2007, p. 24).

Seria então uma espécie de burguesia “apolítica”, incapaz de organizar um Estado onde este fosse o âmbito de resolução de seus problemas como a miséria social reinante? Também a esse problema Marx nos oferece a negativa, pois “o entendimento político é precisamente político na medida em que pensa dentro dos limites da política”²⁷, isto é, estabelece limites precisos, fora dos quais nada pode ser feito nem tentado. Acreditando que tudo se resolve pela simples força da vontade, o princípio da política, quando estruturado

²⁷ Citação de Marx, cf. texto citado na nota 24.

nesses moldes, pode ser incapaz de perceber a raiz dos verdadeiros males sociais, nas relações de dominação de classe, na organização da estrutura produtiva.

Dito isto, podemos então nos perguntar, mas que tipo de dominação é essa da qual falamos, que tem na aparência a característica de ter sido inevitável, mas que em verdade foi “uma empreitada de grande êxito”?

A resposta pode ser encontrada de forma extremamente condensada num conceito: “autocracia burguesa”. O conceito que resulta da ampla discussão feita anteriormente quer dizer que: 1) que a dominação burguesa sempre se utiliza de expedientes pelo alto, isto é, fica restrita a manobras intraclasse, para as transformações políticas, econômicas e sociais 2) Que para essas transformações ela precisa se apossar do Estado para cimentar a sua união como classe, o Estado, portanto, como locus de organização dessa classe 3) que a repressão policial é um dos instrumentos mais usados para “dialogar” com as massas subalternas, alijando-as de qualquer participação substancial ou mesmo aquelas que não representam riscos para a estabilização da dominação burguesa²⁸.

²⁸ Quanto à sua utilização pela vertente teórica que vê na luta de classes, seja no âmbito político, econômico ou ideológico, o elemento central da dinâmica de uma formação social, o conceito de autocracia foi primeiramente utilizada para analisar a realidade brasileira por Florestan Fernandes (2008) - ainda que de forma “ecclética” como bem apontou Gabriel Cohn (1987) -, em seu brilhante livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (2008). Todavia, a perspectiva que seguimos mesmo ao receber essa influência de Florestan avança em relação a ela, alterando substancialmente a aplicação desse conceito. Trata-se do já citado livro de Antônio Carlos Mazzeo, *Estado burguesia no Brasil, origens da autocracia burguesa* (2015). É importante aqui fazer essa distinção acerca da interpretação da natureza de nossa natureza social tida por Florestan, mesmo que tendo em conta a seguinte análise sobre seu pensamento: “Na verdade, já em RBB [“A Revolução Burguesa no Brasil”], Florestan não se recusa a enfrentar essa tarefa [da análise das relações dominantes-dominados]: embora se valha de uma terminologia weberiana (‘patrimonialismo’, ‘estamento’ etc.), ele nos apresenta nesse livro uma análise das motivações comportamentais dos senhores de escravos que se aproxima em muito casos de uma análise marxista, já que tais motivações são por ele vinculadas à sua gênese nas relações sociais de produção” (COUTINHO, 2011, p. 228). Não temos aqui a intenção de analisar o conceito de casta, estamento e classe social em Florestan, este é um trabalho demasiado complexo para o qual não temos fôlego no momento, mas queremos apenas deixar claro nossa discordância com a aplicação do conceito de autocracia do autor, que se restringe a situações que ocorrem a partir de determinado momento do desenvolvimento de nosso capitalismo e em especial do que seria, na ótica de Florestan, sua institucionalização em 1964 com o golpe civil-militar: “Desde os primórdios da colonização, o lado especificamente capitalista do senhor rural sempre apareceu no nível da comercialização dos produtos (e por isso mesmo foi neutralizado ou deformado). Graças à consolidação da situação de mercado, sob a influência de fatores externos e internos (nos casos, preponderam os primeiros), os componentes de um arcabouço social que sufocavam ou restringiam os móveis propriamente capitalistas do comportamento econômico foram selecionados negativamente e eliminados. Em consequência, o agente econômico foi sendo progressivamente ajustado à categoria econômica a que deveria pertencer, em virtude do tipo de capital com que operava. Nesse sentido, filiar o fazendeiro de café ao capitalismo comercial e financeiro seria uma explicação do tipo ‘ovo de Colombo’, se o começo e o fim do processo não se contrapusessem, como uma economia colonial pré-capitalista se opõe a uma economia nacional em integração capitalista e se o aburguesamento final do senhor agrário não envolvesse a própria desagregação da ordem escravocrata e senhorial. Mesmo no nível de explicação considerado, o Brasil só conseguiu condições para

Para uma melhor ilustração destas características recorramos a exemplos históricos.

Já se apontou a instrumentalização humana de que essa burguesia é capaz para satisfazer seus ensejos de acumulação de capitais e produção mercantil, quando foi ela a última dentre os países americanos a “libertar” no sentido mais literal deste termo os escravos. Podemos, entretanto, aprofundar um pouco mais essa questão.

A relação entre imigração e abolição é assaz complexa, embora já bastante discutida. Alguns historiadores costumam atribuir a ela uma relação dialética, tendo na decadência do regime servil a determinação primeira e causa da aceleração da implantação do trabalho livre, sem desconsiderar as lutas políticas pela abolição²⁹. Não queremos aqui discutir o êxito dessas concepções, a que nos parece, no fundamental corretas. Todavia, queremos realçar a interpretação de Cheywa Spindel, pois nos parece captar um aspecto também fundamental dessa relação contribuindo para nosso objetivo de lançar luz ao caráter autocrático brasileiro. Segunda a autora, que realizou uma profícua pesquisa acerca da expansão cafeeira no Oeste paulista, expansão está que, em meio a um inegável processo de declínio mundial da escravidão, procedeu a uma reativação ou mesmo intensificação desse sistema de trabalho servil, “é justamente onde e quando as forças produtivas atingem seu nível mais elevado, em relação a outras áreas do Estado e mesmo do país, que haverá um apego maior à instituição escravocrata” (1980, p. 54). Isto teria acontecido, segundo Spindel, em grande medida por que as tentativas de implantação de colônias de imigrantes se faziam no mesmo ambiente

realizar essa transformação, como uma evolução estrutural do meio social interno (para usar conceitos de Durkheim), a partir do momento em que a estrutura da situação de mercado passou a exigir que o senhor agrário (ou o fazendeiro de café) agisse livremente como agente econômico capitalista. Desse momento em diante, o seu destino econômico, social e político deixou de ser uma função da grande lavoura exportadora, projetando-se em torno de vários interesses gerados pela concentração do capital comercial e financeiro” (p. 138-139). É possível captar bem o sentido de um processo que se desenvolve, para Florestan, transformando “a mentalidade e o comportamento prático” dessa classe dirigente agrária, que a tornaria cada vez mais capitalista, que parte do senhor agrário e perpassa pelo coronel, já sendo este “o antípoda do senhor agrário” (p. 139), até que esses dirigentes encarnem o “Homem de negócios” que não se ocupava diretamente da fazenda, mas tinha funcionários assalariados para tratar dos seus problemas. Como esperamos ter deixado claro na primeira seção deste capítulo, *o que radicalmente distingue nossa interpretação da de Florestan é o caráter burguês ontológico de nossa formação social*. Veja-se também a introdução deste estudo.

²⁹ (PRADO JUNIOR, 1962); (SODRE, 1990). Cabe lembrar que, se as análises sobre as causas do fim do cativo em ambos os autores são semelhantes quanto ao seu caráter conservador, as interpretações do período subsequentes em quase nada se identificam. O primeiro entende que a miríade de formas sob as quais o trabalho, após a abolição, se estrutura são formas de exploração que podem se nivelar, quanto a sua função exploratória de servir ao capital, ao trabalho assalariado em variadas graduações, ao passo que Sodré, embora reconheça a criação de um incipiente mercado de trabalho junto com relações capitalistas, concomitantemente enfatiza uma “regressão feudal” muito particular em algumas áreas, tornando a realidade brasileira intrincada em seu entendimento pela existência de “formas mistas” de produção, definida no seu conceito de “contemporaneidade do não coetâneo”, onde modos de produção feudal, escravista, capitalista e até indígena se misturam no mesmo período histórico.

estrutural do trabalho escravo, coagindo o trabalhador estrangeiro a se fixar nas fazendas sob aqueles mesmos abusos. Essas notícias chegavam à Europa que instituiu proibições à imigração ao Brasil.

Paralelamente ao fracasso que a colonização dos imigrantes ia demonstrando, os fazendeiros recorriam ao uso de variados métodos de racionalização e concentração do trabalho escravo nas plantações, tais como o uso da maquinaria no beneficiamento, a utilização de todos os outros contingentes de escravos da fazenda na lavoura, além da já conhecida migração escravista interestadual e mesmo intraestadual advinda de outros tipos de atividades, pois a concentração, em 1874, de escravos nas zonas paulistas as quais o café avançava chegava a 90% (Ibid, p. 77).

Utilizado nestes termos, o trabalho escravo só deixaria de ser adequado para a produção cafeeira - as sanções que a Inglaterra impunha ao Brasil se, de um lado, resultava em sua queda imediata, de outro, era compensada pela sua “racionalização” -, quando, além das revoltas e das fugas dos escravos, outros processos viessem satisfazer os pressupostos de substituição desse trabalho; a saber a impossibilidade de se apropriar de terras de maneira fácil para subsistir e a disponibilidade de um contingente de trabalhadores libertos dos seus meios de produzir a vida. A primeira delas se daria ainda em 1850 com a lei de terras e a segunda adviria de fatores externos. Tendo a Itália realizado sua entrada no rol das revoluções burguesas em 1870, com o Risorgimento, numa conciliação da burguesia com os proprietários de terras semifeudais do Sul³⁰, um contingente considerável de mão-de-obra era expulsa de suas terras, ficando assim “duplamente livre”. Era, predominantemente, desse contingente de sem trabalho que se recrutariam os imigrantes para substituir os escravos na lavoura cafeeira.

O ponto central que aqui se relaciona com nosso estudo é que fazendo uso da escravidão, que dentre as formas de acumular capitais pode ser considerado “provavelmente o mais odioso tipo de pilhagem da história humana”³¹, no limiar da sua abolição, de modo extremamente racional,

o processo de produção cafeeira ‘pôde’ aguardar – e não ‘teve’ que aguardar – as condições propícias à introdução do trabalho livre. Vale dizer: uma vez mantida a taxa de acumulação, a economia cafeeira ‘pôde’ aguardar, por um lado, que o capitalismo europeu – italiano, sobretudo, produzisse um excedente de força de trabalho – uma oferta de mão de obra livre e abaixo do

³⁰ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

³¹ FERNANDES, 2004, p. 375.

custo, porquanto volumosa e já expropriada dos seus meios de subsistência. Por outro lado, ‘pôde, aguardar a convergência de injunções favoráveis a uma estrutura de poder capaz de garantir os interesses dos cafeicultores, oferecendo o patrocínio do Estado para a importação de mão-de-obra livre estrangeira. (SPINDEL, 1980, p. 37-38)

Ao volvermos para o processo histórico, vemos que ele parece confirmar o argumento da autora, já que não foram poucas as tentativas de colonização de diversas origens étnicas antes do colonato que por se identificarem assaz com a condição escravista não funcionaram e tiveram de ser abandonadas. Isto por que elas eram antes tentativas de reforçar a instituição da escravidão do que de substituí-la imediatamente. Esperar o desenvolvimento de uma alternativa para o trabalho não tão idêntica à escravidão como até então tinham sido as tentativas das colonizações anteriores constitui, portanto, uma escolha política³².

Todavia, não se pense com isso que seja fácil captar a essência desse processo do real de maneira a refleti-lo adequadamente no pensamento, como almejamos fazer aqui, sempre lembrando que de maneira aproximativa, nunca definitiva. Evaristo de Moraes, por exemplo, ao estudar “a crença dominante” da época através de uma análise sociológica, elucida-nos novos elementos como quando afirma que os legisladores e políticos que elaboravam as leis de abolição progressiva não as faziam por crueldade:

(...) tais escravistas, de envolta com os seus interesses econômicos e políticos (...) alimentavam a opinião de ser o cativo vantajoso para o próprio escravo... Por isto eles se preocupavam com a sorte dos que nascessem livres, em 1871, e dos que saíssem da escravidão, por sexagenários, em 1884. Ainda, em 1888, quando a esperança de protrair a Abolição estava inteiramente dissipada, o argumento do prejuízo que a reforma iria causar *aos próprios libertos* ilustrava os discursos dos opositoristas (1924, p. 386) [Grifos do autor]

Esse tipo de análise, ao ver na escravidão a consciência social de uma época, ainda que em esmorecimento, acredita que essa instituição só teria sua extinção quando a opinião pública, de forma esmagadora, pressionasse seus dirigentes políticos para que descumprissem o pacto umbilical que mantinham com a Monarquia e, conseqüentemente abolissem a

³² Por outro percurso, seguindo o viés sociológico “ecléctico” da fase intermediária de seus estudos, a análise da questão escravista no Brasil de Florestan Fernandes se encaminha para o mesmo sentido ao afirmar que os contatos diretos com a modernidade capitalista no século XIX no Brasil “indicam que os senhores se empenharam, de fato, em prolongar ao máximo a duração da escravidão, não só para ganhar tempo para poderem substituir o escravo pelo trabalhador assalariado livre, mas, principalmente, para explorar, da forma mais intensa possível e no prazo possível, o trabalho escravo” (2004, p. 418).

escravidão. Ao ter cumprido essa exigência, a campanha abolicionista teria conseguido “revolucionariamente” uma “mudança de opinião” e um esvaziamento da consciência social escravista, inclusive, transformando a mentalidade dos escravos para que se vissem como agentes de sua própria liberdade. Obrigava-se, assim, a compreensão por parte políticos de que, ao verem a marcha inexorável do fim do cativo, não tinham alternativas a não ser ceder à força das ideias.

A crítica de Evaristo de Moraes, na medida em que não atribui tão somente à crueldade e à falta de humanidade os crimes cometidos pela escravidão contra negros e índios, é correta. Porém, deixa a desejar na medida em que – talvez os objetivos referidos agora não façam parte de sua pesquisa - não leva em conta que a escravidão já era também um fardo econômico para a própria classe dirigente. Também deixa de inserir a abolição no contexto maior da totalidade brasileira, na medida em que não avança na continuidade do processo para poder explicar o fato de que se a classe dirigente cede à pressão abolicionista, então como compreender a forma em que ela vai promover, num simples despejo, a abolição dos escravos e a imigração subvencionada pelo Estado para repor o fator trabalho para esses mesmos proprietários sem que lhes resultasse prejuízos? Já é fato conhecido de toda a literatura a situação de desamparo e total falta de atenção, condição igual senão pior à anterior, em que os escravos libertos passam a viver após a abolição. Restaria, portanto, explicar essa substituição de formas de trabalho que preserva o caráter autocrático dessa burguesia agrário-exportadora³³. Afinal, com o colonato substituem-se os escravos, mas não seus proprietários.

Assim, quando finalmente a abolição pode ser realizada, seu processo se deu na conveniência da classe dominante que já não suportava mais a reprodução dos custos de sobrevivência do trabalho escravo. Mas, ao substituir-se o escravismo, a classe dominante vai lançar mão do colonato, uma forma de trabalho que, se não explora o trabalhador predominantemente pela coerção brutal como era o escravo, explora por outros meios que são em alguns aspectos tão bárbaros como a própria escravidão. O colonato, uma estrutura sociometabólica complexa, era constituída por três características: pelo pagamento de um salário, recebia também o colono uma porcentagem do café que colhia e ainda tinha a permissão de utilizar as terras entre os cafezais para plantar para si gêneros de subsistência

³³ Cabe mencionar uma das raras análises lúcidas vindas de quem participara desses acontecimentos históricos. Trata-se de Rui Barbosa, quando afirma que do jeito a que foi executada, sem nenhuma providência administrativa de alcance social para os escravos, e degenerando por fim no “culto da princesa redentora”, a abolição “era uma ironia atroz. Dar liberdade ao negro, *desinteressando-se* absolutamente da sua sorte, não vinha a ser mais do que alforriar os senhores” (1958, p. 23).

tais como o milho, mandioca e feijão. Ora, ao permitir que o colonato plantasse seu próprio consumo, era permitido aos fazendeiros de café pagar um salário abaixo do necessário à subsistência ao colono, sem perda de produtividade para as plantações. Casais com mais proles, por exemplo, eram preferidos em detrimentos de casais simples, pois os filhos ajudavam tanto na lida como na reprodução da força de trabalho que se dava não tanto pelo salário, mais sim na produção doméstica.

É nítido aqui o processo de retardamento do trabalho assalariado, onde a burguesia brasileira, ao invés de inserir a classe trabalhadora em um progresso social das formas de trabalho, resgata, incorpora e recria, em um novo plano, formas passadas de sociabilidade “dentro da unidade produtiva capitalista. [...] Esta recuperação de outras formas de organização foi a solução encontrada pelo capital para ‘socializar’ o custo do fator trabalho, partilhando-o com os outros segmentos incorporados ao sistema econômico” (SPINDEL, 1980, p. 101-102).

A abolição da escravatura, do ponto de vista das categorias econômicas, representa a situação do trabalhador enquanto duplamente liberto – das suas condições de se reproduzir e para contratar sua força de trabalho -, porém a especificidade que deu continuidade a esse processo de ampliação do mercado de trabalho foi típica do modus operandi da classe dirigente, o que quer dizer que nem os direitos de cidadania que a Revolução Francesa, dois séculos antes, havia garantido à sociedade civil burguesa foram aqui aplicados. Tampouco ao direito de barganha salarial o trabalhador tinha direito.

Ainda uma vez, é no livro de Spindel que encontramos fenômenos autocráticos semelhantes na imersão da débil, mas nem por isso portadora de menor brutal exploração, a indústria. Tendo o colonato uma rotatividade muito grande pelo seu nível de exploração que, como vimos, situava-se no limiar e por vezes abaixo do necessário para a subsistência, teriam os imigrantes na fase avançada de seu regime, que era contratual, uma maior liberdade para se despojarem dessa forma de trabalho. Seria, assim, a nascente indústria o palco que atrairia essa massa de imigrantes, quando não deixavam o país para buscar trabalhos mais vantajosos na Argentina ou nos Estados Unidos, visto que raramente regressavam à sua pátria.

Ao que se sabe, a reprodução social da força de trabalho não pode ser feita por muito tempo abaixo do custo necessário de sua subsistência sem que afete o próprio processo de produção de capital, com a deformação da força de trabalho e sua conseqüente queda da produtividade. Mas há uma condição que vem suprir esse “problema” capitalista: o exército

industrial de reserva. Servindo como pressão para a redução do valor do trabalho, o excedente de força de trabalho permite que a exploração possa ser feita em níveis intensos, até mesmo a ponto de “depredar” a força de trabalho. A política de imigração permitiu que o contingente que aqui entrasse fosse muito superior às necessidades de recomposição do fator trabalho após a escravidão. Criou-se assim um contingente de “sem-trabalho”. Some-se a isso o fato de que a indústria brasileira tinha seu principal setor na indústria de tecidos, à qual a composição orgânica do capital representa um uso muito maior de assalariados do que de máquinas, porquanto maior a exploração do trabalhador maior seria a taxa de lucro. Percebem-se assim, como os “impérios” do Conde Matarazzo ou do grupo dos irmãos Jafet surgidos durante os primeiros impulsos da industrialização brasileira puderam ser criados.

Ao ter a possibilidade de lançar pouca preocupação à reprodução do trabalhador, a remuneração da indústria – além de aprofundar a dependência do trabalhador em relação ao capital, pois sua subsistência agora, diferente da do colonato, dependia totalmente da aquisição monetária no trabalho - negava ao trabalhador um “padrão tradicional de vida”, com o mínimo necessário para sua reprodução, que é o salário:

As altas taxas de exploração da mão-de-obra, no início da industrialização paulista (hoje ainda mais elevadas), significaram um ‘consumo’ da força de trabalho: não apenas ‘o consumo produtivo pelos meios de produção que valorizam o valor’, mas sim ‘um desgaste, uma depredação da força de trabalho, que se reflete no padrão sanitário da população e, em última análise, na taxa de mortalidade’

A esta depredação da força de trabalho pelo capital industrial, se associa um fato que, provavelmente, deve ter pressionado ainda mais as taxas de produção: trata-se da inclusão da mulher e do menor no contingente de assalariados. (...) Quando, em virtude dos baixos níveis de remuneração, a mulher é compelida a participar do processo de produção industrial – o que, por sua vez, amplia o efeito depressivo sobre os salários, na medida em que aumenta o exército de reserva – a família assalariada sofre uma deterioração do seu nível de vida (SPINDEL, 1980, p. 152-153).

Essa relação é algo assustadora, pois nega a própria natureza do salário mínimo que é a de possibilitar ao trabalhador o direito de reproduzir suas forças vitais para atuar incessantemente dentro da fábrica. Não é a toa que os primeiros anos do século XX entre nós, representados expressivamente pelos atos de 1906 e 1917, viriam a conhecer tremendas

greves. O capital, além de utilizar o esforço humano para retirar dele valor, na infância da indústria brasileira, retira dele tempo de vida³⁴.

A análise do percurso da história brasileira nos permite interpretar que a existência social do trabalhador encontra como regra e não como exceção condições de trabalho que tendem a diminuir sua saúde, seu tempo de vida, sua forma de reprodução familiar, mesmo em casos como o do assalariamento por tempo de serviços prestados. Não é pela ausência de oportunidades históricas que a democratização das formas de trabalho, sua elevação dentro de um quadro progressista, não teve vigência entre nós - pelo menos até o período que estamos investigando, o fim do trabalho servil e a emergência do colonato. Mais uma vez, o caso da abolição é crucial nesse aspecto. Ainda naquele momento, de acordo com as condições de vida da exorbitante massa de trabalho do país, a absorção da população liberta para a participação da vida social do país em decisões políticas constituiria uma verdadeira revolução, um salto gigantesco para quem vivera três séculos num regime odiável como fora o cativo. Todavia, novamente nossa classe dirigente deixara passar essa oportunidade, atribuindo outro destino à massa de ex-escravos.

Para terminar o já extenso painel histórico não podíamos deixar de citar, com indizível pesar, Canudos. O fenômeno sertanejo representa a autocracia burguesa brasileira na sua

³⁴ Ao retomarmos Marx podemos constatar que não é novidade nenhuma na história da acumulação capitalista a exploração em níveis precários de existência, dificultando a “mera vida vegetativa do trabalhador”. A Inglaterra do século XIX, durante a chamada “era de ouro liberalismo” que Marx teve o privilégio de acompanhar durante sua vida viu não poucos expedientes como esse que estamos estudando. O proletariado agrícola – a Inglaterra era o país mais industrial do planeta e nenhum quintão seu desconhecia a influência da produção capitalista – já conhecia a produção moderna desde meados do século XVIII “embora o revolucionamento das relações de propriedade fundiária, que consiste a base e o ponto de partida da modificação do modo de produção, seja muito anterior” (2013, p. 746). Porém, se seu irmão inglês do século XV viveu a “idade de ouro do trabalhador”, cada geração que lhe substitui se encontra em condições mais deploráveis de vivência a tal ponto que alguns dos trabalhadores do Sul da Inglaterra de 1830 reduzem sua condição à uma categoria bastante específica que é a de “um composto de assalariado e indigente” com seu salário abaixo do mínimo, tendo as paróquias que completar o necessário para sua reprodução “vegetativa”. As condições enfrentadas pelo proletariado agrícola é tal na Inglaterra de Marx que ao procurar um local para morar ele encontra a circunstância onde o locador daquelas casas (“pedaço de chão que o especulador imobiliário chama de seu”) é ao mesmo tempo o dono da taberna e da mercearia. “Nesse caso, o trabalho rural encontra nele um segundo patrão, ao lado do arrendatário. Ele tem de ser ao mesmo tempo seu freguês. (...) ele é obrigado a comprar, pelos preços impostos pelo merceiro”, acabando por transformar o lugar em “colonial penal do proletariado agrícola inglês” (Ibid, p. 757). Marx não hesita nem um pouco em citar um comentador, o qual afirma que o trabalhador inglês de seus dias se “converteu novamente em servo” (Ibid, p. 751). Fica claro que sua pesquisa procura demonstrar como, com o capitalismo, as condições de vida dos trabalhadores tendem a se realizar na proporção exatamente oposta á criação da riqueza social de um país e que aquelas analogias feudais se restringem às condições de vida dos trabalhadores e não a uma possível regressão ao modo de produção feudal que estaria ganhando espaço de novo naquele período, afinal não é nada desprezível o fato de que todos os fenômenos citados acima se encontram no capítulo intitulado “A lei geral da acumulação capitalista” da sua magnânima obra *O Capital*.

essência, levando suas características à máxima expressão. O sertão nordestino conhecia a decadência do ciclo do açúcar, presenciava as secas ferrenhas que assolavam seu interior, vivenciava a imigração para o ciclo da borracha na Amazônia, mas não sabia o que era progresso social, afinal a estrutura latifundiária do Nordeste pouco se alterara desde a época colonial. O desfecho é claro: a ausência de trabalho para toda essa população liberta pela vasta gama de problemas que devastava a região.

Concomitantemente, Antônio Conselheiro, na singularidade de sua vida, passara por muitos infortúnios que o fizeram abandonar a vida de comerciante e virar peregrino pelos sertões. Na procura de encontrar salvação para suas causas, seja terrena, seja espiritual, a ele correm andarilhos que fugiam da fome, sertanejos desempregados, escravos libertos e fanáticos religiosos formando uma espécie de procissão sertaneja que termina por se assentar na margem do rio Vaza-Barris, num pequeno arraial chamado Canudos. Não desejando senão organizar suas vidas segundo os princípios altruístas que moviam a sua fé, Canudos atrai para si o ódio da classe dominante, da igreja e do governo republicano. O monarquismo de Antônio Conselheiro se era político, avantajavam-se muito mais suas características místicas, tendo, por isto, muitos lhe conferido o status de “psicose”³⁵. Todavia, o que importa reter aqui desse desastre social foi a forma com que foi lidada essa pretensa “secessão” monarquista. Somente após quatro expedições durante um período de dois anos (1896-1897), numa relação de forças extremamente desigual, onde o relevo do terreno e a força do ideal se revelaram as melhores técnicas de luta, enfim os sertanejos cansados, esfomeados e tendo por morto seu líder, sucumbem à vitória envergonhada das tropas republicanas. Depois de rendidos os “criminosos”, invade-se a cidade, bombardeiam-se as casas, derrubam-se todas as igrejas, salga-se a cidade para deixa-la infértil! Antônio Conselheiro, já morto, é decapitado e tem sua

³⁵ É assim que, por uma complexa e inventiva explicação que se advoga “científica”, o antropólogo Nina Rodrigues, partilhando de concepções positivistas e evolucionistas nas quais bebera como fonte, compreende o fenômeno canudos, como uma “epidemia de loucura” ou em sua própria síntese: “foi o instinto belicoso herdado por essa população [os jagunços do interior nordestino] do indígena americano, que, para dar satisfação pelas armas às suas aspirações monarquistas, se apoderou do conteúdo de delírio de perseguição de Conselheiro que, nas suas concepções vesânicas tinha identificado a República com a Monarquia” (2006, p. 56). Ou seja, não é louco apenas Antônio Maciel, mas toda a população que nele acreditara. Antônio Conselheiro seria louco por si (sofreria de psicose progressiva desenvolvida por vários estágios) e a população jagunça sofreria do “caso de delírio a dois” por ser uma mistura híbrida de várias raças, portanto em degenerescência, apresentando características atávicas guerreiras e incapacidade – ou capacidade falida - de compreender a civilização moderna e a necessidade de leis, ansiando sempre em encontrar uma figura religiosa para crer, e quando a encontra, Antônio Conselheiro, crê-a e acaba por retificar a sua loucura, delírio de perseguição ou simplesmente alienação como o denomina Nina Rodrigues. Além de tudo, Nina Rodrigues atribui a ele uma tentativa de forjar o comunismo, porém não sabemos com certeza se correspondia ao mesmo medo que desenvolvia os dirigentes da classe dominante a respeito do fenômeno.

cabeça levada à Bahia para investigações de anomalias mentais por Nina Rodrigues, médico e antropólogo imbuído de ideias racistas³⁶.

Assim, o que todos esses procedimentos autocráticos, conforme os qualificamos, representam é que, muito além da determinação sociológica da consciência social de uma época, a forma como os dirigentes por ela escolhidos e a própria classe burguesa objetiva cimentar a formação social representa, sobretudo, uma escolha de caráter político, baseado estruturalmente em questões de sua reprodução como classe dominante e, ao mesmo tempo, dependente e subordinada ao capitalismo hegemônico.

Ressaltamos até aqui as características fundamentais dessa autocracia, o modo brutal como articula o fator trabalho dentro da estrutura econômica e social de produção da vida e como necessita do Estado para promover alterações pelo alto sempre mantendo no centro delas o seu interesse particular, excluindo a articulação de quaisquer interesses das massas nas decisões substanciais e mesmo triviais da vida democrática. Tentamos ainda esmiuçar a forma como ela atuou em alguns momentos chave de nossa história.

Mais algo pode ser dito acerca da formação social brasileira? Evidente que sempre se pode. No período colonial, sem presença de partidos, sem imprensa desenvolvida, voto extremamente censitário e contando com apenas câmaras municipais e órgãos metropolitanos para articular uma sociedade que tinha na exportação de gêneros tropicais o seu corolário, seu centro dinâmico, relegando à produção de subsistência um papel secundário e muito frágil. A independência, com uma população alfabetizada que quando muito passava dos 5 %³⁷, pouco faz para melhorar esse cenário do que criar alguns partidos representantes unicamente das

³⁶ A tentativa de apagar Canudos da história “revela o horror das classes dominantes à organização e a libertação do homem do campo, o eterno escravizado. Contra esse esforço de união e organização valiam todas as armas e acusações.” (BASBAUM, 1976, p. 223). Isto foi dito pelo historiador acerca de outra campanha também realizada no Nordeste, mais tarde em 1931, por José Loureiro, mas que certamente cabe bem no corpo de Canudos. Neste outro massacre “As habitações foram incendiadas pela fúria selvagem dos chamados mantenedores da ordem. Aviões cedidos ao interventor de então [Ceará], metralharam o reduto” (Ibid). Para prejuízo de Canudos, a revolta da armada (1893-1894) ainda estava fresca na mente republicana em sua época, pois nela havia influência monarquista, sendo Canudos disso acusado. Já a colônia de José Loureiro, em caldeirão no Ceará era vista como “a segunda Canudos” e por isso devia seguir o mesmo caminho que a primeira.

³⁷ Segundo Casalecchi (1980, p. 50) em 1872 a taxa de alfabetizados no meio urbano era de 5,6% e no meio rural 0,75%.

classes possuidoras e uma burocracia nova. As consequências para a situação da cultura brasileira eram medonhas³⁸.

Fazendo da política um jogo entre grupos que se percebiam como aristocratizados, possuindo a característica fundante da negação do diálogo, substituindo-o pela violência na dominação, fica claro que a hegemonia que essa classe consegue criar é muito débil. Para dizer com outras palavras “o negro e o índio teriam tido certamente outro papel na formação brasileira, papel amplo e fecundo (...) se se tivesse procurado neles, ou aceitado uma colaboração menos unilateral e mais larga do que a dos simples esforço físico”³⁹?

A autocracia burguesa, portanto, tal qual existiu nesses quase 400 anos de sociabilidade brasileira, foi portadora de uma política de interesses tão egoístas e imediatos que não esteve em seu horizonte a propagação maciça da cultura, do ensino e das artes a não ser para os membros pertencentes ao seu restrito grupo. A esse respeito, a situação só principiaria a se transformar qualitativamente com a decadência da escravidão e da entrada de

³⁸ “Isso gera importantes consequências para a situação do intelectual. O escravismo cria um grande vazio entre as duas classes fundamentais da sociedade brasileira: por um lado, os escravos que, evidentemente desorganizados e carentes de um projeto político global, não podem absorver os intelectuais como seus intelectuais orgânicos; e, por outro lado, os latifúndios escravocratas, que precisavam dos intelectuais apenas como mão de obra qualificada para a implementação das atividades administrativas do Estado que controlavam. Não precisando legitimar sua dominação através da batalha de ideias, as classes dominantes de então incentivavam uma cultura puramente ornamental, que serviu para conceder status tanto aos intelectuais quanto aos seus mecenas, mas que não tinha incidência efetiva sobre as contradições reais do povo-nação” (COUTINHO, 2011, p. 20).

³⁹ (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 273). É claro que houve colaboração cultural desses grupos, como por exemplo, os credos religiosos afro-descendentes que ainda hoje são praticados. Porém, devem-se mais ao próprio dinamismo do processo de absorção da ideologia religiosa dominante, o catolicismo, que se mesclou com esses credos. O que ressaltamos é que não houve uma política que buscasse verdadeiramente incorporar esses grupos na vida social senão tardiamente. Há ainda exemplos de Intelectuais do porte de Gilberto Freyre que, através de teorias mais fundamentadas, definiriam a formação brasileira como “processo de equilíbrio de antagonismos”, tendo na relação entre senhores e escravos o “mais geral e o mais profundo deles”, e, desta forma, acabariam legitimando a produção escravista como uma amálgama de sucesso. A passagem a seguir explicita bem como o erudito pensador consegue extrair dessa relação um processo “democratizante”: “Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram, entretanto de transigir com índios e africanos quanto a relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor de ‘superiores’ com ‘inferiores’ e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização (...) foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e ate esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos, e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos” (2006, p. 33).

imigrantes estrangeiros, com a conseqüente necessidade de tornar os seus interesses “egoístas e imediatos” os interesses também destes trabalhadores “livres”, ou seja, como interesses de toda nação.

Fica, assim, esclarecido o caráter bem sucedido com que a nossa burguesia dirigiu a economia agrário-exportadora e dependente das demandas da economia mundial. Ao invés de ser caracterizada tecnicamente como exploração de baixo nível técnico por não ter logrado implantar novas tecnologias à produção, a adubação das terras e de substituir a mão de obra escrava pela assalariada, essas condições pertenceram à própria natureza da empresa colonial aqui encetada. Como bem coloca João Manoel Cardoso de Mello ao sustentar

que as técnicas predatórias do solo não resultaram pura e simplesmente da presença do escravo como trabalhador direto. Nem muito menos a superexploração a que estava submetido decorria, digamos assim, de uma propriedade da escravidão. Tanto um quanto a outra provêm, antes de mais nada, da lógica do lucro. Produzir em larga escala a baixos preços era a única maneira de expandir a produção auferindo lucros e enfrentando com êxito a concorrência dos demais países produtores. (1991, p. 70)

Sucesso completo para uma classe, aquela que dirigia a produção orientada para fins mercantis. A questão de saber se esse tipo de acumulação teria condições de, além de auferir grandiosos lucros, proporcionar um progresso capaz de transformar a base produtiva da economia, a isto o ciclo do café viria responder.

II - O complexo de domínio agrário-exportador

Formação do capital e da burguesia cafeeira e o caráter de sua acumulação

Iniciamos a discussão já no primeiro capítulo afirmando que a Primeira República no Brasil se erigiu em auge daquele sentido colonizador, levado a cabo, em sua vez, por uma burguesia agrário-exportadora. Foi necessário, entretanto, apresentar alguns argumentos teóricos e metodológicos que embasassem essa afirmação. Aproveitamos ainda, para qualificar alguns traços dessa burguesia ou mais precisamente sua orientação social que é a forma de dominação autocrática. Vamos agora tratar de indicar alguns pontos que possam esclarecer o modo específico de acumulação e reprodução de seus capitais e da conformação dessa burguesia, já que é precisamente ela que vai ser a classe dominante daquele período.

Já havia trabalho servil, como se é de deduzir, em São Paulo mesmo antes da produção cafeeira, pois seja na lavoura de açúcar em São Paulo, que data ainda de fins do século XIX seja antes dela, na produção de subsistência do século XVIII, utilizavam-se escravos. Sendo também voltada para a produção mercantil, a economia canavieira é quem dá o grande impulso inicial para a concentração de escravos em São Paulo, anteriormente ao denso crescimento da zona do Vale do Paraíba nas primeiras décadas do século XIX.

Assim, quando Caio Prado Júnior indica o “renascimento agrícola” que viveu o país ainda no século XVIII, após a decadência da mineração, impulsionado pela desorganização

das outras colônias com suas metrópoles em guerra na Europa, tendo Portugal permanecido neutro, ele aponta o roteiro econômico e geográfico seguido pela capitânia:

O que se passa em São Paulo, neste terreno, se assemelha a um paradoxo. Assistimos aí a inversão da regra geral. Até fins do séc. XVIII é ainda o litoral que prevalece sobre o planalto interior; e é nele – estamos ainda na regra – que se verificou seu primeiro ciclo agrícola. Mas no momento em que a agricultura paulista, acompanhando o movimento geral da colônia, toma verdadeiro impulso, e pela primeira vez passa a representar alguma coisa no conjunto da economia do país, não é o litoral que escolhe, este ficará em segundo plano. É no planalto que se localizará a principal região produtora de açúcar com que São Paulo começa sua restauração e progresso. (1962, p. 60).

Ao concentrar quase um quarto da riqueza paulista já no início do século XIX, a capital São Paulo demonstra que os germes de seu desenvolvimento localizam-se anteriormente ao que então se costuma colocar, localizados apenas na década de 70 daquele século. Produção também essencialmente mercantil, a lavoura açucareira, estimulada pelas guerras napoleônicas, impulsionada pelo grande surto que passa a viver é quem permite a acumulação de capitais na região de São Paulo ser direcionada mais tarde ao café.

Além disso, São Paulo e mais precisamente o Oeste paulista desde cedo conheceu a diferenciação entre as categorias sociais de comissário e fazendeiro.

Afigura-nos bastante interessante essa relação da particularidade paulista, na medida em que, diferente do comissariado instalado no Rio de Janeiro, onde a exportação sempre passava em suas mãos de alguma forma, resultando num controle muito grande dos investimentos e do capital circulante do café, tornando-o partícipe da montagem, custeio e até mesmo da própria área da produção do café, o comissário santista, relegado a um posto secundário não teve a mesma força. Como aponta Flávio Saes

É inegável que os comissários em São Paulo também atuaram no financiamento da produção cafeeira, não apenas nas fases iniciais, mas mesmo nas primeiras décadas deste século [XX]. Entretanto, parece também claro que a posição relativa do comissariado santista face aos fazendeiros paulistas do Oeste nunca pode assumir o caráter dominante típico do comissariado do Rio de Janeiro. Tal fato poderia ser explicado pelos problemas que atingiriam Santos como praça comercial secundária (diante do Rio de Janeiro) associado à concorrência potencial ou efetiva da atividade mercantil centrada na cidade de São Paulo. Além disso, formara-se no bojo da economia açucareira paulista uma fração de grandes proprietários que deveria ter acumulado grande capacidade financeira ao longo de quase um século de atividade. (1986, p. 49)

Substituindo o litoral, o grande quadrilátero formado por Piracicaba, Sorocaba, Mogi-Guaçu e Jundiá se apresentou como o lócus onde se deram os estímulos do crescimento de São Paulo e onde o café pode ser impulsionado pela acumulação açucareira e esta, por sua vez, pode encontrar capitais numa acumulação ainda anterior, em seus comerciantes e mercadores que aproveitavam a situação excepcional da capitania como centro de trocas dentro da Colônia: “Não dispondo de produtos locais de alta rentabilidade no comercio exterior, a economia paulista tem seu fato dinâmico na participação dos setores lucrativos do comercio interno” (CANABRAVA Apud SAES, 1986, p. 54).

Levanta-se a hipótese de mesmo a terra já haver sido acumulada nesse quadrilátero ainda no século XVIII, não excluindo a possibilidade da compra de sesmarias devido aos amplos espaços vazios na região. Contudo, não era apenas o capital, que por um longo processo de acumulação, poderia ser remontado á economia canavieira e mesmo ao século XVIII pela rota comercial que era a província de São Paulo. Através de um minucioso estudo de atas de empresas, biografias e pesquisas históricas acerca das famílias latifundiárias na produção cafeeira dessa região, Flávio Saes percebe a semelhança da formação das riquezas das famílias que, sendo a maioria ou oriundas da ou aumentadas durante a fase de expansão canavieira, vão fomentar a primeira expansão do Oeste paulista⁴⁰.

Provavelmente, não deve ser semelhança a seguinte comparação entre as duas produções “o ano em que mais se exportou açúcar (1846-1847) também deve ter coincidido com o momento em que foram plantados os grandes cafezais, cuja frutificação se verificará em 1850-1851, quando a exportação de café pelo porto de Santos superou a de açúcar” (ELLIS JUNIOR Apud SAES, 1986, p. 61). A formação, tanto do capital cafeeiro quanto de grandes nomes da primeira expansão para o Oeste paulista que trará consigo parte crucial da modernização das forças produtivas da economia cafeeira tem uma ligação umbilical com o ciclo anterior do açúcar na capitania paulista, este por sua vez, podendo ser, em parte, remontado à anterior acumulação efetuada por meio do transporte e comercio na região, seja de gado, ouro ou mesmo dos gêneros que eram exportados⁴¹.

⁴⁰ Os nomes de referência são as grandes e poderosas famílias da região, tais como a Martinho da Silva Prado, Antônio Queirós Teles, a família Vergueiro, dentre outras (SAES, 1986).

⁴¹ Caio Prado Júnior também indica claramente a movimentação que a capitania conheceu nesse período: “Mas isto que fora a princípio a razão de ser da ocupação do território que constituiria São Paulo (sécs. XVI e XVII), foi também a causa da estagnação e decadência da capitania (séc. XVIII). Zona de passagem, São Paulo não chegou a formar, no período colonial, vida própria; a pequena mineração de lavagem que aí se praticou nos dois primeiros séculos, a insignificante agricultura ensaiada, de caráter puramente local, não tiveram expressão alguma. As grandes fontes da vida paulista serão o comercio de escravos indígenas, preados no alto sertão e

Quando falamos, portanto, de produção mercantil em São Paulo não podemos remontar apenas à riqueza dos fazendeiros de café, pois há um movimento poderoso que é anterior a ela. A produção mercantil é o caractere que permeia todo esse processo de formação do capital e da burguesia cafeeira do oeste paulista. Portanto, se a origem social da burguesia cafeeira data da época em que a lavoura canavieira em São Paulo começou a ganhar força com o renascimento agrícola, a formação de seus capitais pode ser remontada a um período um pouco mais antigo na comercialização de vários gêneros, animais e até mesmo de escravos que passavam por aquela capitânia no século XVIII, recebendo novo e mais forte impulso com a produção e exportação do açúcar em sequência.

Desta maneira é que nasce a economia cafeeira e a classe detentora dos seus meios de produção. Mas, para que o café se tornasse o centro motor do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como destaca Sérgio Silva (1981), foi necessário que nas décadas de 1870 e 1880 ocorressem não apenas um deslocamento geográfico de suas plantações, cada vez maior para o Oeste paulista, com terras mais férteis, mas também alterações nas suas relações de produção. Basta citar o exemplo do Conselheiro Antônio Prado que personifica essa característica importante da expansão cafeeira, do fazendeiro que eram também Comissário, também acionista da Companhia paulista de estradas de ferro, era dirigente do Ofício de Imigração e dono ele mesmo de um banco. Vejamos mais de perto o funcionamento da história do ciclo cafeeiro e seus desdobramentos para poder melhor discernir essas questões no esteio da consolidação republicana da burguesia cafeeira, apenas mencionada.

Somente em fins do Império, na década de 1880, é que o Brasil ultrapassa a produção mundial, monopolizando o mercado: 5.940.000 sacas para o Brasil e 4.665.000 para o restante do mundo (CARONE, 1970, p. 30). Mas até aí já haviam sido construídas toda uma série de estruturas de apoio para a produção, em parte justamente pelo seu dinamismo econômico. Uma breve descrição das características principais da estruturação do “complexo cafeeiro” e as particularidades de cada zona agrícola, seu lugar e seu tempo na história desse ciclo ajudarão a entender o funcionamento dessa planta que “marcha”.

Até os anos de 1850 o motor de acumulação cafeeira seria o braço escravo sem nenhum tipo de empecilho. A partir desse momento uma serie de questões vão atravancando

vendidos no centros agrícolas do litoral; comercio de gado que vem dos campos do Sul, e por aí passa com destino à marinha, inclusive e sobretudo o Rio de Janeiro; finalmente, quando se descobre o ouro em Minas Gerais, São Paulo será por algum tempo a única ou principal via de acesso para ele. Todas estas formas de atividades se extinguem nos primeiros anos do séc. XVIII” (2004, p. 67).

aos poucos a produção nesses moldes. O tráfico, oficialmente cessado desde então, começava a encarecer o preço dos escravos. Por outro lado, o país se aproveitara das terras virgens e avançara o Vale do Paraíba, sendo beneficiado ainda pela subida dos preços mundiais do produto a partir de 1857. Uma espécie de mini-ciclo começa com a capacidade produtiva daquele ano entrando em vigor em 1863, aumentando a produção e forçando os preços a baixarem, mas logo retomados por fatores naturais, como explica João Manoel Cardoso de Mello (1991, p. 71). Auxiliados pela baixa da oferta mundial e pela possibilidade da abundância de fatores internos, o Brasil alavanca sua produção até 1875. Essa é, muito grosso modo, a história da ascensão do café no Vale do Paraíba. É nesse momento que entram as chamadas modificações nas forças produtivas, que serão profundamente contraditórias. Elas, ao mesmo tempo em que permitem prosseguir a acumulação em bases escravista, lançam as condições para a emergência do trabalho assalariado.

Nunca é demais lembrar que na ótica de Wilson Cano (1977) o que impulsiona um “complexo” – pois a mineração, o ciclo da borracha também eram “complexos” – é operar na base de relações monetárias, especificamente capitalistas, fato que vai proporcionar ao café se retroalimentar expansivamente e ainda permitir que seus capitais aflorem para outros ramos da economia, germinando novas industriais, bancos, ferroviários, infraestrutura, expandindo o próprio Estado como locus dirigente, etc. É por isso que o café se distanciou dos outros ciclos que se embasavam predominantemente na escravidão, pela alteração nas relações de produção. Não que o café não tenha surgido se utilizando dessa forma de trabalho, mas o fez apenas para acumular capitais e durante certo tempo, enquanto sua escassez e onerosidade não lhe periclitassem a estrutura.

O importante dessa relação é demonstrar a capacidade dessa acumulação se expandir para fora de sua própria lógica, ou mais precisamente demonstrar como a alta lucratividade, tanto esperada como já adquirida, faz com que os proprietários dessas fazendas avancem na direção desses outros empreendimentos. Por isso, o caso das estradas de ferro é exemplo típico.

As estradas de ferro foram fundamentais na expansão do café para o interior e corolariamente para que deste interior chegasse ao porto para ser escoado. Sérgio Silva nos apresenta o Cálculo de Taunay evidenciando que “o preço dos transportes pelo trem era seis vezes inferior ao das tropas de mulas” (1981, p. 51). Além disso, não se trata apenas do transporte em si, mas do transporte ferroviário como uma empresa de serviços públicos. Ou

seja, o transporte para além de beneficiar os investimentos da produção do café, representava desde cedo uma possibilidade de lucro a mais. Concedidas por medidas governamentais, as linhas ferroviárias fizeram com que se organizassem grandes empresas por ações com vistas também à sua rentabilidade como empresa de transporte.

Flávio Saes nos esclarece as razões teóricas práticas e disso. Ao recorrer à fonte marxiana n'O capital descobre que o setor de transporte é ao mesmo tempo produtivo enquanto indústria de transportes – evite-se confundir com o trabalho não produtivo do comércio – e continuação do processo de produção dentro do processo circulação. Assim, o lucro que se tem na indústria de transporte é extraído da mais-valia dos trabalhadores dessa indústria como qualquer outra.

Entretanto, a indústria de transportes não produz propriamente uma mercadoria, pois aparece como continuação do processo de produção. Exatamente por este fato, no entanto, passa a existir certa 'solidariedade' entre a indústria de transportes e a produção de mercadorias, ou seja, a sobrevivência e a expansão da indústria de transporte exigem a continuidade da produção de mercadorias. Nesse sentido, admitindo que o capital comercial limite a expansão da produção e a transformação do modo de produção, torna-se difícil admitir o mesmo tipo de ação ao capital da indústria de transportes. Entretanto, por atuar dentro do processo de circulação, à indústria de transportes não importa, em princípio, a forma de produção; importa que ela se faça. Desse modo, também não cabe, senão em circunstâncias especiais, supor que a indústria de transportes imponha a transformação da produção de mercadorias. (1986, P. 22).

O que se quer ressaltar dessa discussão técnica é a contradição gerada pela própria expansão da produção cafeeira. Ao compreender as estradas de ferro como um fator crucial para a diminuição dos custos e para aumentar a rentabilidade dos capitais empregados em sua produção ao invés das mulas, a burguesia gera um princípio de contradição dentro da própria produção cafeeira, a saber, a formação de um setor que, ainda que se constitua como continuação e auxílio da própria produção cafeeira, carrega consigo a característica de ser um investimento lucrativo em si mesmo. Mesmo que no período de sua formação e durante as primeiras décadas essa contradição se mantenha latente, ela é portadora, como algumas outras que demonstraremos no decorrer deste trabalho, de um potencial desagregador imenso que só aumentará em conformidade com o próprio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas⁴².

⁴² No caso da relação entre ferrovias e fazendeiros de café a grande questão eram as tarifas ferroviárias. Nos períodos de alta dos preços do café, ambos os setores saíam ganhando, porém quando sobrevinham as quedas

O esclarecimento é importante por que demonstra como é do próprio capital da produção cafeeira que surgem os investimentos e muitos dos investidores, quando não pertencentes a empresas estrangeiras, das estradas de ferro. Também demonstra que, por um lado, o desenvolvimento da indústria de transportes ferroviários tende a abarcar uma crescente parte das receitas de café, mesmo quando seu preço está em baixa, afinal as tarifas de transportes são fixas e, por outro, que a redução do volume das exportações cafeeiras tende a prejudicar a renda das ferrovias que dependem dessa produção para gerar valor.

Todo esse movimento envolto na formação da grande empresa de serviços ferroviários é o exemplo mais claro do desenvolvimento do “capital cafeeiro”. Como desvenda Sérgio Silva, “o desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro. Mas a economia e o capital cafeeiro ultrapassam largamente as plantações” (1981, p. 58-59), o que quer dizer que há certa camada de fazendeiros, os “líderes da marcha pioneira”, que, se afastando do cuidado das plantações, vão para a cidade grande ser tornar grandes comerciantes. Passam então a abrir casas de exportações, a financiar as plantações de outros fazendeiros e mesmo a criar indústrias. Assim, o capital que tem sua origem na produção agrária passa também a ter aspectos de capital comercial, capital bancário e capital industrial. Dentro do capital cafeeiro existiriam, segundo a análise de Sérgio Silva, duas grandes frações de capitais: “os grandes capitais – isto é, a camada superior da burguesia cafeeira – definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais – isto é a camada inferior da burguesia cafeeira – definiam sobretudo uma burguesia agrária” (Ibid, p. 61).

A diferenciação é precisa na medida em que percebe a existência do “grande capital cafeeiro”, aquele que estende a valorização dos seus capitais para outros setores da economia. Porém, peca quando atribuí essa diversificação somente a funções distintas dentro do grande capital cafeeiro e não concebe a existência dessa camada “superior da burguesia” como uma fração autônoma de classe, diferenciando-a da fração que permanece exclusivamente ligada a produção nas fazendas. Quem nos esclarece essa confusão é Perissinotto: “dizer que essa classe detém a propriedade de grandes plantações não implica dizer que todas as plantações estejam nas mãos do grande capital” (1994, p. 31). Portanto, é com base no próprio conceito

dos preços internacionais e as crises, as primeiras manifestações se voltavam contra as taxas de transporte das ferrovias. Para fugirem às críticas atribuídas à sua responsabilidade, por sua vez, as empresas ferroviárias procurar transferir o peso da culpa para o Estado que onerava demais essas empresas e elas simplesmente repassavam esses custos aos seus serviços (SAES, 1986).

de grande capital cafeeiro elaborado por Sérgio Silva, que nega a existência de frações autônomas dentro dessa burguesia cafeeira⁴³, que conseguimos perceber a existência delas.

Ora, isso contempla aquilo que viemos chamando de burguesia agrário-exportadora, já que esse conceito quer englobar a diversidade de características que o “complexo cafeeiro” gerou, não se mantendo isolado na fazenda nem se caracterizando a formação social como absolutamente rural. Afinal, como notamos o setor de transportes, as casas bancárias e de exportação, fundadas pelo próprio capital cafeeiro, contribuem em muito para o desenvolvimento da urbanização, que por sua vez, fortalece a dependência daquela produção em relação ao comércio.

Essa relação dialética entre os dois setores acima apresentados é apenas um exemplo de como as transformações geradas pela vitalidade do ciclo cafeeiro tornam muito mais complexa a relação entre suas partes, gerando contradições, explícitas ou latentes, onde elas próprias impulsionam e expandem o funcionamento dessa economia. E se a análise do grande capital cafeeiro expressa, não a superação do nosso sentido colonizador, mas a sua reposição sobre bases que reforçam a predominância do caráter mercantil de nossa formação social, é na formação da indústria que poderemos encontrar o germe capaz de negar essa orientação que nos mantém estreitamente dependente de conjunturas externas.

A discussão da origem de nossa industrialização se apresenta bastante interessante nesse aspecto. Há hoje uma consagrada literatura apontando que pertence aos capitais oriundos da acumulação cafeeira o impulso para esse setor. É assim que Warren Dean (1971), já no primeiro capítulo de seu livro, põe-se a discutir como “o comércio do café gera a indústria”. João Manoel Cardoso de Mello, entretanto, é quem ressalta melhor a articulação íntima dos dois setores, nos seus termos contraditórios, onde não são em momentos de crise que o capital “vaza” do complexo cafeeiro, mas sim naqueles de auge, com taxas de alta rentabilidade, evitando efeitos maiores da superprodução do café. Ao passo que se direciona

⁴³ “O capital cafeeiro tinha, portanto, diversos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos, correspondem a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes – o capital agrário, o capital industrial, etc. – e frações de classe particulares (a burguesia agrária, burguesia industrial, burguesia comercial, e etc.). Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos diretamente) frações de classe relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções” (SILVA, 1981, p. 60).

para o setor secundário “em que, se bem o capital cafeeiro dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo impõe limites estreitos à acumulação industrial” (1991, p. 104).

Além de receber esse impulso contraditório, a indústria em si mesmo é portadora do potencial de negar a vocação agrária, ontológica em nossa formação social. Porém, essa indústria, que seria progressivamente o centro da grande luta de nossa economia na primeira metade do século XX, mesmo sendo impulsionada pela intensa fluidez de capitais arrolados na produção cafeeira, viria a conhecer determinações estruturais que restringiriam sua produção apenas ao setor têxtil, limitando seu papel no desenvolvimento:

Para compreender corretamente a questão, é preciso atentar que, nas duas últimas décadas do século passado, em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais e no bojo da ‘Segunda Revolução Industrial’, a indústria pesada, especialmente a siderúrgica atravessa uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Vê-se, imediatamente, que se apresentam problemas praticamente insolúveis de mobilização e concentração de capitais e que os riscos do investimento numa economia como a brasileira, onde o capitalismo apenas engatinhava, se tornam extraordinários. Finalmente, o que não é menos importante, a tecnologia da indústria pesada, além de extremamente complexa, não estava disponível no mercado, num momento em que toda a sorte de restrições se estabelece num mundo que assiste a uma furiosa concorrência entre poderosos capitalismo nacionais. (Ibid, p. 102-103).

Ainda que restringindo esse potencial de desenvolvimento, o surto cafeeiro foi capaz de gerar todo um complexo industrial que, do ponto de vista econômico, transformou a dinâmica de acumulação brasileira. Esse complexo, ao englobar indústrias diretamente envolvidas com o setor cafeeiro propriamente dito, contribuiria para fomentar sua própria acumulação. Não se trata, pois, de uma nova orientação a que estaria se submetendo a burguesia agrária, ela estava modernizando o seu setor produtivo, pois o que verdadeiramente atraía as inversões de capitais eram as perspectivas de lucro e estas estavam na dinâmica cafeeira como um todo, com seu complexo de indústrias de beneficiamento, tecelagem, sacaria, transportes, casas de exportação, bancos, etc.

Não obstante, diferentemente das empresas de transporte ferroviários, a maioria dos dirigentes que formariam a incipiente industrialização brasileira de fins do século XIX não viria das sedes das grandes fazendas de café, embora seus capitais se originassem naquelas estruturas produtivas.

A pesquisa de sua origem social demonstra que foram imigrantes que fundaram a maior parte dos primeiros estabelecimentos industriais: segundo Sérgio Silva (1981, p. 85), 84% seriam de imigrantes, filhos ou netos destes. Também não seriam imigrantes que vieram para cá trabalhar nas lavouras pela grande imigração subvencionada. Não. Trata-se de outro grupo, dos “burgueses imigrantes”, que vinham com alguma experiência e capital já acumulados na Europa para montar internamente um comércio de importação, muitas vezes representando ou tendo contato íntimo com firmas estrangeiras⁴⁴. Ora, por ser o Brasil um país agrário-exportador, o comércio tinha nele um papel fundamental na economia. Ao ser possível auferir margem ponderável de lucros pelo comércio, esses estrangeiros, aos poucos, encontrariam na importação e preparação final desses produtos para o mercado interno uma oportunidade de estabelecer indústrias e se tornar uma fração própria da burguesia. Novamente aqui se utiliza a própria análise de Sérgio Silva para demonstrar a existência de uma fração autônoma de classe, coisa que o autor, como vimos, nega: “Matarazzo começa como importador de óleos alimentares, farinha e arroz. Os irmãos Jafet, Crespi, Diederichsen também começam no setor de exportação. Roberto Simonsen (...) foi também importador” (Ibid, p. 90).

Aqui, portanto, o capital cafeeiro desemboca em um desenvolvimento muito mais específico. A sua dinâmica de acumulação alcança tão alto grau de desenvolvimento que é capaz de gerar do interior de outros setores, como no caso o comércio de importação e exportação, elementos que com capitais retirados de sua acumulação gerem novas estruturas produtivas. Mas, não se trata de qualquer estrutura produtiva, a industrialização de um país é um fator preponderante para a sua emancipação econômica, para que as decisões mais importantes de sua vida social sejam internalizadas e não dependam de conjunturas externas, às quais não tem nenhum tipo de controle. De sorte que essa burguesia industrial, ao se formar, já nasce submetida politicamente à fração agrário-exportadora.

Os industriais e suas organizações de classe não buscavam a política tradicional para defender seus interesses, eram intelectuais e militares que cumpriam essa função. Portadora dessa característica muito particular, não seria a própria burguesia industrial quem, por exemplo, associaria a crítica monocultora à drenagem da riqueza brasileira e à sua situação de

⁴⁴ A imigração italiana era muito heterogênea se comparada com as outras nacionalidades como por exemplo a espanhola: “A grande diferença entre a imigração espanhola e a imigração italiana está em que esta última imigração estava estratificada em classes sociais: havia camponeses sem terra, operários, comerciantes, capitalistas, artesãos, além de intelectuais. A imigração espanhola, ao contrário, foi predominantemente de camponeses” (MARTINS, 1989, p. 9)

dependência. Nomes como Felício dos Santos, Rui Barbosa, Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correia, Alberto Torres, etc., eles sim é que batalhariam pela valorização da produção nacional, pelo mercado interno e pelo progresso dessa fração de classe, o que acaba por revelar “sua deficiência congênita e a consecutiva dependência e subordinação da burguesia industrial brasileira, desde seu nascimento” (DEO, 2005, p. 131-132)⁴⁵.

Então podemos compreender o que realmente torna único o ciclo cafeeiro em nossa história econômica. É exatamente esse poder de acumulação, capaz de extrapolar em muito a produção de sacas de café na fazenda, que torna o conceito de capital cafeeiro fundamental para entendermos a dinâmica engendrada pela economia cafeeira. Mais do que isso, ele gera não apenas uma mera modernização das suas forças produtivas, possibilitando as plantações expandirem-se para o Oeste paulista, mas, para além da criação de mecanismos de retenção e financiamento dessas plantações, importantes em crises de superprodução, um esboço de industrialização que, portata por um grupo que se torna fração de classe autônoma, vai oferecer, pela primeira vez em nossa história, um contraponto ao sentido de produzir mercadorias unicamente para exportação.

A força da acumulação cafeeira não trazia, contudo, apenas a união de regiões do país pela riqueza que a planta trazia. O café também se tornou o responsável pela degradação de uma vasta porção de nossas terras, até então pouco exploradas. Contemporâneos das devastações do Vale do Paraíba percebiam - é o caso de Monteiro Lobato, que nasceu e cresceu na própria região de Taubaté, umas das primeiras a conhecer a decadência - que a “uberdade nativa do solo é o fator que o condiciona. Mal a uberdade se vai se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece; foge dela o capital – e com eles os homens fortes” (1921, p. 3). Se, de um lado, o progresso do café trazia prosperidade econômica, por outro, trazia também a destruição. Esse fenômeno caracterizado pelo escritor se insere bem em nossa tradição cultural imediatista, onde a economia agrário-exportadora sempre foi priorizada em detrimento do fomento ao desenvolvimento de cidades industriais⁴⁶. Percorrer o caminho

⁴⁵ A discussão, aqui apenas mencionada, será desenvolvida com mais profundidade no próximo capítulo.

⁴⁶ “Uma cidade industrial é sempre mais progressista do que o campo, que dela depende organicamente” (GRAMSCI, 2002, p. 87). Deve-se fazer aqui uma ressalva, pois que de nada adianta cidades aos montes se nelas não se desenvolvem a indústria, que é um fenômeno do desenvolvimento especificamente capitalista. Na Itália, por exemplo, quando escrevia Gramsci, havia duas vezes mais cidades que na França, porém nestas, as indústrias que haviam, as tornavam centros capitalistas, diferente das formas de trabalho atrasadas e arcaicas que haviam nas cidades italianas.

lastreado pela expansão do café nos dará os elementos necessários para entender esse fenômeno.

Vamos estabelecer breve diferenciação temporal e geograficamente das várias zonas a que essa planta abarcou historicamente, mesmo porque há ali alguns elementos que vão ajudar a esclarecer a decadência o sucesso de cada região.

O estudo de Sérgio Milliet procura demonstrar como o ciclo do café vai predominantemente, pois outros fatores ai entram, embora em menor intensidade, moldar a demografia e até mesmo a geografia econômica do Estado de São Paulo. Com algumas exceções como a Zona Sul a partir da capital que pouco conheceria da vitalidade do ciclo do café e da região Central, onde aí o café se faz às margens de rios, Paraíba e Tietê respectivamente, e as quais já conheciam na história paulista as entradas, bandeiras e mesmo algumas estruturas de exploração aurífera, seria o desenvolvimento da plantação de café que ditaria a dinâmica social durante mais de um século. Fiquemos, portanto, com o estudo e as classificações das zonas do *Roteiro do Café* (1941).

A divisão se dá cronológica e temporalmente em sete áreas:

- **Zona Norte** compreendendo fundamentalmente os municípios de Areias, Bananal, Caçapava, Caraguatatuba, Jacareí, Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Ubatuba;
- **Zona Central** compreendendo a chamada área do polígono basicamente com a Capital, Campinas, Piracicaba, Itapetininga e as áreas de Itu Jundiá, Parnaíba, Rio das Pedras, São Pedro, Sorocaba, Tietê;
- **Zona Mogiana** englobando Amparo, Batatais, Casa Branca, Cravinhos, Franca, Guará, Mogi-Mirim, Mococa, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São José do Rio Pardo, Socorro e Vargem Grande;
- **Zona Paulista** que se acerca de Anápolis, Araras, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Jaboticabal, Limeira, Monte Azul, Rio Claro, São Carlos e Viradouro;
- **Zona Araraquarense** que compreende Barra Bonita, Bariri, Brotas, Catanduva, Dois Córregos, Ibitinga, Itápolis, Jaú, José Bonifácio, Mirassol, Pederneiras, Ribeirão Bonito, Rio Preto, Tabatinga e Taquaritinga;

- **Zona Noroeste** compreendendo Araçatuba, Avaí, Bauru, Cafelândia, Birigui, Duartina, Gália, Garça, Lins, Marília, Penápolis, Pirajuí, Piratininga e Promissão.

- **Zona Alta Sorocabana** compreendendo Agudos, Assis, Avaré, Botucatu, Espírito Santo do Turvo, Fartura, Lençóis, Ourinhos, Palmital, Piraju, Platina, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo.

Mesmo se algo arbitrária a divisão, como o próprio autor aponta, ela consegue nos dar uma noção da ramificação que o café vai tomando durante um período de cerca de cem anos (1836-1935), particularizando cada Zona, que como é possível notar, leva o nome das estradas de ferro que as encaixavam.

Assim, por ordem cronológica como demonstra o mapa do estudo de Milliet, do final do século XVIII até aproximadamente 1836, o plantio de café em São Paulo nada tem do que viria a ser no restante do século. Ele acompanha as vilas já formadas e apenas se utiliza do burro de carga, mas mesmo assim tem certo ritmo de crescimento e 582.066 arrobas são colhidas em 1836, das quais 4/5 na zona Norte e o restante na Central.

Dos próximos 18 anos que transcorrem (1836-1854) o café começa a abarcar as zonas Mogiana e Paulista, com produção de 81.750 e 223.470 arrobas respectivamente. Já a zona Norte conhece um aumento de mais de dois milhões de arrobas e cuja população aumenta 40%, enquanto a zona Central triplica sua produção.

Nos 30 anos seguintes (1854-1886) algumas das características estruturais do ciclo cafeeiro se farão sentir com profundidade, quando então ele substitui com força máxima a produção açucareira no Estado. Na zona Norte, onde se situa o Vale do Paraíba, alguns pés de café chegam aos 50 anos de vida e o uso intensivo da terra demonstra que a monocultura a cansa fazendo a produção decrescer. No mesmo período a zona Central tem aí seu auge produtivo com 3.000.350 arrobas e mesmo a população da zona Norte ainda aumenta em 60%. As zonas Mogiana e Paulista se encaminham para uma ascensão vertiginosa que seria completada pela imigração. Mesmo antes da abolição as zonas araraquarense e Alta Sorocabana são invadidas e passam a conhecer a mão-de-obra escrava, porém por curto período.

O ciclo cafeeiro alcançava aí o período de maior prosperidade até então. Não se conhecia ainda a crise, mas se caminhava em seu sentido:

Os lucros da lavoura cafeeira levam ao abandono das outras fontes de riqueza, à fome de cereais, ao encarecimento dos gêneros todos. Na zona Central o próprio açúcar se despreza. De 538 mil arrobas, em 1854, a produção desce, em 1886 a 218.504, nível em que vai se fixar desde então. (MILLIET, 1941, p. 24).

Com mais da metade do Estado plantando café, a superprodução aparece. Todavia, o ciclo brasileiro do café é como que alheio a essas crises e, além de ser uma planta perene, vai se aproveitar em larga medida do “Encilhamento”. Mesmo a Convenção de Taubaté (1906), embora tenha alcançado sucesso relativo na proibição de plantação de novos cafeeiros, não impede que de 420.000 arrobas em 1888 a zona Araraquarense passe a 4.152.438 em 1920 com um aumento de população de mais de 1000% (43.358 para 579.683). Somente a Mogiana alcança o número de 8.000.000 arrobas e a Paulista metade desse número. A força do embalo lucrativo do café seria tamanha que em plena valorização sistemática, como viria a ser a década de 1920, encontraria disposição ainda para invadir outra zona, a Noroeste. Seu auge seria atingido somente por volta de 1935, no âmago de um conturbado processo político e de uma guerra civil em seu próprio Estado!

A zona Norte do Estado já nos começos do século XX era conhecida como uma zona abandonada pelo café, embora sua população ainda tenha crescido 40%. Migrando e rompendo cada vez novas fronteiras para o Oeste, o café fazia uso daquelas terras apenas enquanto as considerava produtiva, e isso se dava pelo período de algumas décadas. Assim que começavam a demonstrar sinais de cansaço, eram abandonadas por aqueles que tinham condições de buscar terras mais férteis nas novas regiões ainda pouco exploradas. Pode-se agora perceber, em largos traços, o que foi a expansão do café para o Oeste paulista servindo-se das novas terras, das estradas de ferros e meios de comunicação, bem como das crescentes levadas de imigrantes. Em 1935 somente as regiões Araraquarense (26,99%), Noroeste (23,97%) e Alta Sorocabana (12,47%) somadas representavam 63,43% da produção do Estado. O número de habitantes da zona Noroeste em 15 anos (1920-1935) crescerá de 136.454 para 608.027.

A esses fenômenos que acompanhavam a expansão do café, nota-se o menor percentual de escravos nas regiões que se estabeleceram antes de sua grande expansão e intensa imigração (1886-1897), embora ali também eles fossem usados nas regiões que cresceram nesse período como a Paulista, Mogiana e Araraquarense. A população negra

estaria localizada predominantemente nas regiões mais antigas como a Norte e a Central, devido ao seu surto ocorrer antes da abolição da imigração (Ibid, p. 47-58).

Não se pode dizer que a lógica adotada pela expansão da lavoura cafeeira era de planejamento de longo prazo, por isso, paralelamente á crise da década de vinte, portanto contando cerca de 20 anos de “combate” à superprodução pelos planos de valorização, abre-se uma nova zona e mais próspera talvez que todas. A zona Noroeste vai ter seu ciclo num período de vida de 15 anos, à custa de numerosas matas e terras completamente virgens: “66 vezes a produção de 1920 e 5 vezes a mesma população” (Ibid, p. 65); progresso e lucros mantidos pelo alto rendimento por mil pés de café. Para assegurar esse crescimento, a região cuida para que outra coisa não se plante a não ser o café, diferente das outras áreas que mesclavam ainda a citricultura, cana-de-açúcar ou algodão.

O que impediu a total decadência e êxodo das regiões Central e Mogiana não lhes dando o mesmo destino da zona Norte é a cultura do algodão que vem estancar em parte o sangramento de suas economias e a industrialização que se iniciou nessas áreas no alvorecer do século XX. A zona Central ainda se caracterizava por ser um grande centro de comunicações e comércio. Embora seja encontrado também em outras zonas, o fenômeno das cidades mortas é mais característico da zona Norte.

Para compreender melhor o significado da rota do café não basta seu estudo demográfico, é preciso também retomar aspectos sociais e mesmo políticos. Vimos no primeiro capítulo como a substituição da mão de obra escrava, ao invés de lhe ser imposto um momento de transformação, ela “pôde” aguardar um contexto mais favorável extorquindo toda possibilidade de uso da escravidão. A alta dos preços na década de 1870 e as estradas de ferro balanceando os custos e poupando mão de obra permitiriam também manter a acumulação sobre o trabalho escravo mesmo na relativa carência de seus braços.

Vejamos isto mais de perto. O cenário do abolicionismo se desenrola de forma extremamente lenta até finalmente ocorrer sua síncope. Existiram inúmeras medidas, reviravoltas, equilíbrios e desequilíbrios entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, ambos se imiscuindo de tomar a responsabilidade pela questão abolicionista. É verdade que sanções sobre o número de escravos são tomadas a todo o momento e, logo depois, também suavizadas. O que mostra o poder de resistência da classe dominante que ainda se resiste escravista (BIEGUELMAN, 2005, p. 61).

Por outro lado, as tentativas de colonização de imigrantes remontam à primeira metade do século XIX e eram predominantemente voltados para núcleos coloniais, visando lhes dar pequenas propriedades. Não se tratava, como o nome pode nos induzir, de aumentar a povoação do país e se essa questão existiu foi desde logo hostilizada pela grande lavoura que não desejava concorrência, mas sim braços para a lida, especialmente após a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que punha fim ao tráfico e proibia a entrada de escravos no Brasil.

Os objetivos seriam todos eles orientados para o *complemento* – e não substituição – do tipo de trabalho existente na grande plantation: “o abastecimento dos mercados de consumo com os produtos da pequena lavoura e o fornecimento de braços, a salário módico, nas épocas em que a grande lavoura deles necessitasse”, conforme relatórios citados do período (Ibid, p. 91). Mas, onde predominava a plantation, seja por falta de capitais necessários, seja pelo parco mercado interno ou mesmo pelo simples título provisório de propriedade que pouco lhe garantia a posse, o desestímulo se sobressaltava e fracassavam a criação de pequenas propriedades para os imigrantes.

Já nas primeiras colonizações que se faziam diretamente para compor mão de obra na plantação cafeeira, o que vigorava era o sistema de parceria. Isso requeria do colono uma grande confiança para com os fazendeiros, pois o custo de sua passagem era pago pelo fazendeiro e depois deduzido de seus ganhos. Quanto ao regime de parceria em si, o colono participava do cuidado e colheita do café somente após quatro ou cinco anos, portanto já plantado, visto que o fundamento do regime era dividir o lucro da venda do café, sendo considerado dispendioso pelos fazendeiros obter seu trabalho antes disso. Além disso, a venda do café no mercado só se fazia muito tardiamente no ano.

Na percepção dos problemas desse sistema estaria grande parte do sucesso da implantação do Colonato mais tarde. Os colonos se viam frustrados das expectativas que a metade das vendas do café lhe proporcionava e abandonavam as fazendas sem mesmo cumprir seu contrato. Os fazendeiros, por sua vez, descontentes com a possibilidade de fuga dos imigrantes, não podendo trata-los a fio como faziam com os escravos, descontentavam-se de introduzi-los e reforçavam o trabalho escravo.

Quanto ao imigrante, esse regime de trabalho não lhe dava nenhum incentivo, pelo contrário, além de fazê-lo esperar pela venda do café para receber seu pagamento, deste lhe era retirado os custos da passagem e manutenção de sua viagem. O problema dessa organização era que ela “privava o colono de uma oportunidade econômica de que se valerá

quando, mais tarde, lhe for entregue o trabalho essencial da cafeicultura, - ou seja, o usufruto das terras intercafeeiras, que ele explora simultaneamente com o trabalho do cafezal” (BEGUELMAN, 2005, p. 97). Ao invés disso, quando lhe eram disponibilizadas terras, eram apenas as distantes e já improdutivas para a cultura de subsistência.

O busílis da questão é: Quem poderia lhe proporcionar essa forma de colonato que lhes era mais vantajosa? Como vimos já na década de 1880 a zona Norte e mesmo parte da Central já estavam com suas terras exaustas e abarrotadas, sem possibilidade de expansão.

Já pudemos notar também que grande parcela da burguesia agrário-exportadora se apegava ainda ao escravismo e impunha ferrenha resistência ao “imigrantismo”. A defesa da imigração tinha sua principal representação na figura de Antônio Prado que, mesmo pertencendo ao Partido Conservador, rompe com o Gabinete Cotegipe (1885-1888), de seu partido, e se converte à causa abolicionista levantada pelo Partido Liberal com Dantas. A princesa Isabel então, frente à crise, resolve demitir Cotegipe e instaurar o Gabinete João-Alfredo-Antônio Prado onde a 13 de maio de 1888 a Abolição é decretada.

Uma política mais definida e consciente como a Sociedade Promotora da Imigração só viria a existir a partir de 1886. Ou seja, ainda que existisse imigração no período anterior, ela era instituída como espécie de teste e muitas vezes rejeitada ou então combinada com o trabalho escravo. Mesmo na lei sexagenária os escravos libertos deveriam ser mantidos por três ou cinco anos prestando serviço aos fazendeiros!

Que não seja subestimado o peso enorme da campanha abolicionista ou da libertação da província do Ceará já em 1884. Ambos os fatores iam fechando cada vez mais o leque de opções dos rearranjos políticos disponíveis para não se abolir a escravidão.

Numa síntese, o movimento, se coloca da seguinte forma: o primeiro impulso é dado pelos polos externos. Após isso, internamente a campanha abolicionista vai ganhando adeptos, os partidos resolvem então tomar a questão no debate político, mas, não conseguem resolve-los com postura definida, sempre jogando uns aos outros a imagem de subversivos para alçar o poder e ganhar o apoio da burguesia cafeeira. Dentre esses fatores somados ao alto custo da mão de obra escrava, a ação dos caifazes e a negativa do exército em repreender as fugas é a Coroa quem toma a palavra final, “libertando” os escravos. Dada a forma como ocorreu, esse processo é uma verdadeira revolução passiva, em todos os seus traços: um impulso primário modernizador e democratizante é dado pelo polo externo influenciando as

classes subalternas e médias, resolvido, porém, segundo interesses das classes dominantes, para dizer no caso brasileiro, autocraticamente⁴⁷.

Coloca-se, então, com toda a clareza a seguinte propositura:

Torna-se possível alijar definitivamente a explicação que se serve do recurso a interpretar as transformações ocorridas no Oeste paulista, em contraposição ao Vale do Paraíba, como consequência de uma ‘mentalidade’ específica dos empreendedores daquela área.

Na verdade, com tal esquema, não se faz mais que repetir, reformulando-a embora e com pretensão científica, a ideologia do Oeste paulista, que atribuía aos fazendeiros do Vale do Paraíba o epíteto de ‘emperrados’. Ora, o papel da análise, a nosso ver, consiste justamente em procurar compreender as condições estruturais que impeliram a lavoura da área mais nova a buscar definições econômicas diversas, estimulando nos seus fazendeiros um comportamento diferencial e, correlatamente, a ‘mentalidade’ peculiar – agora percebida como resultante, e não mais, de forma simplista, como causa. (BEIGUELMAN, 2005, p. 84).

O que o livro de Beiguelman nos esclarece é que a vantagem do Oeste paulista não é ideológica, empreendedora e nem monocausal, mas que reside numa série de fatores que se interligam em torno da existência quase permanente de terras virgens, da criação de ferrovias que facilitavam e barateavam o transporte, do momento histórico internacional de sua penetração e também da possibilidade do colono criar animais e vender o excedente que plantavam para sua subsistência, devido á fertilidade que a fronteira Oeste, sempre em expansão, lhe oferecia. Os outros componentes de sua remuneração – porcentagem da venda de cafés colhidos e salário fixo – eram ínfimos, demorados ou insuficientes para sustento de sua família⁴⁸. Já no final da crise escravista, década de 1880 em diante, o governo se vê forçado a subvencionar quase a totalidade dos custos da imigração retirando do fazendeiro este peso para não sucumbir toda a economia. Em contrapartida, no Vale do Paraíba, não se trata apenas da negação da substituição do braço escravo, o qual os colonos abominavam em trabalhar lado a lado, mas da impossibilidade de proporcionar aquele fator atrativo aos

⁴⁷ “A extinção do tráfico [1850] corresponde á abolição francesa [de suas colônias em 1848], a libertação dos nascituros [1871] é colocada em pauta posteriormente à Guerra de Secessão [1861-1865] e promulgada depois de medida análoga em Cuba [“Lei Moret” 1870]; por fim, a abolição brasileira [1888] segue-se à Cubana [1886], tendo o Brasil permanecido como o último país com escravos” (BEIGUELMAN, 2005, p. 82).

⁴⁸ Veja a aceção sobre o assunto de um estudioso da condição do imigrante: “O pagamento em dinheiro era, porém, um ardil que, em termos reais, empobrecia o imigrante ainda mais” (MARTINS, 1989, p. 10).

trabalhadores, pois tanto as terras já eram improdutivas, como as safras, velhas, impossibilitando a agricultura de subsistência aos colonos⁴⁹.

O período conhecido como “grande imigração subvencionada” aconteceria no intervalo dos últimos quinze anos do século XIX e a instituição que a organizaria seria a Sociedade Promotora de Imigração. Sua primeira fase buscava trazer preponderantemente trabalhadores italianos⁵⁰, grandes famílias, crianças e mulheres e seus agentes seriam o Conselheiro Antônio Prado e seu irmão Martinho Prado Júnior.⁵¹

No lustro final do século XIX a superprodução viria a atingir o próprio âmago dos cafezais. A proibição de plantar novos pés e, portanto, de produtos de subsistência na terra mais fértil, base da motivação do colono, faria a sua rotatividade aumentar. Outros países, principalmente os Estados Unidos com políticas imigratórias, apareceriam como centros receptores desses imigrantes, quando não retornavam para seus países de origem.

Aa alterações no regime do colonato e a própria política contencionista de Joaquim Murinho (1889-1902) enfraqueceriam o motor de expansão do Oeste paulista, mas temporariamente apenas, pois outra onda de imigração, predominantemente de espanhóis, viria aceitando plantar em terras menos férteis. Como bem demonstrou José de Souza Martins, após 1902 o decreto italiano Prinetti proibia a imigração subvencionada para o Brasil. A lavoura paulista conheceria, então, nova era de imigração correspondente à nova fase do ciclo cafeeiro onde “a agricultura intercalar do colono aparecia como um desperdício, como uso anti-econômico de terra que devia ser destinada à produção do café” (1989, p. 22).

⁴⁹ Assim dizia um relatório da Província de São Paulo em 1888: “Em verdade, não podem estes proprietários [do Norte da província] dar ao imigrante, em toda a extensão de seus prédios, as vantagens que encontram nas zonas mais férteis e de trabalho mais cômodo e remunerador. Estabelecidos em terreno depauperados, é certo, ainda o imigrante não se conservara nele, se tiver notícias de mais vantajosa colocação, comprometendo-se, então, de uma vez, a sorte do território abandonado” (Abud BEIGUELMAN, 2005, p. 108).

⁵⁰ Só em 1887 dos 36 mil chamados para imigrar para o Brasil, 35 mil eram italianos e vinham pelo trajeto Gênova-Santos. (BEIGUELMAN, 2005, p. 113).

⁵¹ A explicação da quantidade de imigrantes que para cá se direcionariam a despeito dos outros países que também precisavam de braços pode ser dada pela própria prosperidade do café, sem desconsiderar o desejo de branqueamento racial, outra tese segregadora de que a autocracia brasileira lançaria mão. A Argentina, por exemplo, especialmente no período 1885-1906 também viveu um período de atração imigrantista bastante intenso, porém o que se desejava naquele país era antes a colonização do país e para isso o objetivo recaiu em cima dos espanhóis e franceses, beneficiados com o subsídio, visto como gente verdadeiramente trabalhadora, além de ser considerada “gente da própria raça” argentina. Embora, como o Brasil veio a conhecer, a imigração italiana fosse muito diversificada e não conseguisse impedir os italianos de imigrar para a Argentina, estes eram tidos como excessivamente subversivos – politizados – e não se deixavam naturalizar, chegando mesmo a causar a impressão de fomentadores de “colônias livres” em território argentino (OLIVEIRA, 2011). Portanto, o ciclo do café, em sua imensa prosperidade, era uma forte atração para o grosso da imigração europeia, especialmente a italiana de baixas condições socioeconômicas (GRAHAN apud MELO, 1991, p. 125).

Efetua o colono espanhol dupla jornada de trabalho, uma para sua subsistência em terras exaustas e outra no plantio do café. Às vezes nem o próprio plantio alimentício existia e sua remuneração era feita apenas em espécie. Essa fração da imigração brasileira deixaria poucos traços culturais em nossa nacionalidade devido à forma em que era explorada nas fazendas. O momento histórico de transformação das condições do colonato marcada pela monetarização seria cruel com o espanhol, que assim como os outros imigrantes contribuiu para a riqueza de São Paulo, embora não tenha recebido méritos semelhantes.

Acreditamos que com essas análises é possível compreender os grandes traços da estrutura produtiva proporcionados pelo desenvolvimento intenso em bases capitalistas da ascensão do ciclo cafeeiro. Mais especificamente, como seu próprio impulso de acumulação, inicialmente escravista, ao extrapolar o âmbito da produção, gera contradições à sua própria lógica. A formação do grande capital cafeeiro desemboca, aos poucos, na diferenciação de suas atividades econômicas, levado a cabo por uma parcela da burguesia agrário-exportadora, aquela que não se limita mais a simples produção na fazenda, mas estende seus negócios para as empresas de transporte e serviços urbanos, para o alto comércio, para os bancos, etc. Sem dúvida, isso gerava atritos, como veremos melhor em momento oportuno, entre as várias atividades. No entanto, os altos lucros da acumulação cafeeira possibilitavam o reforço do laço de dependência entre eles na medida em que todos dependiam em alguma instância da produção e exportação do café. Suas relações, portanto, eram a um só tempo, de oposição, como no caso das tarifas de transporte, e também de complementariedade, ao ser o transporte de café a continuação do seu processo de produção. Apenas constituídas, tais contradições permaneceriam por algum tempo no estado latente.

O impulso, ainda que germinal, de uma industrialização é outro exemplo dessa relação contraditória. Gerada pelos próprios capitais cafeeiros retirados do comércio de exportação e importação, a indústria, pela primeira vez, cria as condições para a superação do papel de colônia de exportação a que nossa estrutura social se submete desde sua formação. Por outro turno, mantém esse seu potencial limitado na medida em que não consegue extrapolar sua produção para o departamento de bens de produção, gerando capacidade de decisão interna, e também por que a própria burguesia industrial nascente não traz consigo nenhum projeto de emancipação dessa indústria frente à sua dependência estrutural da capacidade de exportar da produção cafeeira.

Quanto ao papel representado pela imigração, ainda que não se estabeleça de imediato em relações inteiramente monetárias e especificamente capitalistas ela é um dos pilares dessa modernização. Impossibilitado por algumas áreas como a zona Norte e carro chefe de outras como Mogiana, Sorocabana e Paulista, o tipo de acumulação, em especial o regime de trabalho do colonato, que ela proporciona ao ciclo cafeeiro é crucial para alargar as suas taxas de lucro, o que, por sua vez, possibilita inversões em outras atividades que diversificam a base da economia, ainda que subordinadas à exportação de café.

É em decorrência, portanto, da própria base de acumulação cafeeira que a formação social brasileira viria a conhecer uma profunda modernização de suas atividades capaz de estimular o desenvolvimento capitalista, fornecendo o substrato material para a trama política que se estabeleceria com a queda do império, a proclamação da República e apropriada elaboração da Constituição de 1891. Tudo isso é consequência do desenvolvimento do nosso sentido social de produzir mercadorias agrícolas para as necessidades de outros povos, sentido esse que tem sua gestação em nossa colonização e que vai adentrar no século XX - nunca é demais lembrar, lastreado em outra modernização política pelo alto com exclusão da participação subalterna – concedendo à classe dirigente um poder que até então ela não conhecia.

Vejamos agora, parte por parte, como o desenvolvimento de toda essa base econômica possibilitou à classe cafeeira a conquista do poder político, como o regime federalista reforçou a disposição das burguesias em setores regionais, impossibilitando-a de se tornar uma classe verdadeiramente nacional e por fim, já que a conquista do poder político não necessariamente leva a ela, a série de instrumentos arrolados para a formação de uma hegemonia, capaz de reproduzir continuamente o poder e a dominação da burguesia agrário-exportadora.

Mudança de regime: A conquista do poder e a consolidação do federalismo

Inserida no tumultuoso movimento de desagregação monárquica, vamos encontrar a burguesia cafeeira alojada no Partido Republicano Paulista (PRP). A história de formação desse partido deve ser remontada ao fenômeno conhecido como Reversão Política de 1868,

momento considerado o início da decadência das instituições monárquicas. Foi ali que nasceu o Centro Liberal - quando da troca, pelo Imperador, de um gabinete de sua orientação por outro formado pelos conservadores -, que mais tarde viria a ser o Clube da Reforma, ala dos liberais mais radicais, que por sua vez, em 1870 endossariam em peso o Manifesto Republicano que propunha a substituição do regime monárquico pela República⁵².

Na esteira desse movimento, realiza-se, em 1873, a Convenção de Itu criando o Partido Republicano Paulista. Como não poderia deixar de ser, o partido, nascendo em contexto escravocrata e fortemente conservador, adquire as marcas de sua época. Para ser partícipe do partido e da política era necessário ter posses e rendas líquidas anuais altas, o que os tornava, ambos, um âmbito restrito àqueles com poder econômico, excluindo, conseqüentemente, as camadas populares, ou seja, sendo a sociedade marcada pelo predomínio agrário-exportador, eram os grandes fazendeiros que dominavam a instituição. Quanto à imprensa do partido, embora seu órgão oficial fosse o Correio Paulistano, em 1875 surgiria “A província de São Paulo” – tornando-se mais tarde o Estado de São Paulo –, também marcante como propagador da sua ideologia, o liberalismo com todas as nuances características daquela classe.

Fervorosos debates abolicionistas - lembre-se Joaquim Nabuco com *o abolicionismo* de 1883 - incendeiam o parlamento. Data desta época também a recepção das ideias positivistas no Brasil, principalmente nas Escolas militares e faculdades de medicina, lutando contra o predomínio do bacharelismo, fruto da sociedade escravocrata. A questão militar ganha força frente à pequena capacidade que o Império demonstra em absorver as novas forças sociais em ascensão. Benjamin Constant, professor militar e propagador das ideias positivistas no Exército, ascendia ao posto de grande líder daquela corporação ao final do Império, ao passo que Júlio de Castilhos dava o apoio de seu partido republicano no Rio Grande do Sul à causa militar, além da fazer daquele estado um laboratório das formulações de Augusto Comte. Com o exército e importantes setores civis em oposição, a centralização monarquia perdia a capacidade de resistência à crise, que não era apenas política, mas também social na medida em que a escravidão, seu sustentáculo, estava definhando.

⁵² A respeito da bibliografia sobre a formação do partido, bem como da propaganda republicana no período de desagregação monárquica (1870-1889), ver *O Partido Republicano Paulista e a política em São Paulo*. (LOVATTO; BARSOTTI; 2015). O artigo ainda conta com uma primeira seção na qual faz uma síntese de suas fases históricas, desde a formação, desenvolvimento até a extinção do partido em 1937.

Nesta luta, o PRP tinha como meta para alcançar o regime republicano o caminho da reforma do sufrágio pela maioria eleitoral no parlamento, e não um golpe ou qualquer tipo de insurreição armada (CASALECCHI, 1980, p. 39), se posicionando, portanto, como um partido conservador. Não conseguiu, todavia, conter o fluxo dos acontecimentos e a derrubada do regime centralista veio liderado pela intelectualidade que florescia e assentado no apoio dos militares, tendo o PRP se inserido de última hora no movimento para não perder o movimento histórico.⁵³ Silva Jardim era o mais radical defensor da ideia republicana e embora tenha lutado para estendê-la a um espectro mais amplo da população, por ser minoria, foi derrotado e acabou vendo a república se constituir num episódio característico dos grupos dirigentes brasileiros⁵⁴, o qual Leôncio Basbaum caracteriza como comédia de absurdos, mas que, o inserindo, como viemos fazendo até agora, na história política do país nada tem de absurdo:

O primeiro desses absurdos: existe um Partido Republicano, mas não é este quem proclama a república. Quem o faz é o exército que, em seu conjunto, não é republicano. E esse é segundo dos absurdos.

Mas isso é apenas o começo. Quem assume a responsabilidade do golpe militar que derruba o Império? Um distinto oficial do exército – o mais graduado – e que em toda a sua vida fora monarquista e amigo do imperador. (1981, p. 13)

As relações na política, apesar de conterem inúmeras mediações, não podem ser desligadas de sua base material econômica. É assim que da imperícia política – capacidade de conquista do poder, mas certa confusão ideológica na hora de impor seu perfil político, o que de outro lado, é característica de sua classe social⁵⁵ -, criar-se-ia certa debilidade consensual

⁵³ Apenas para demonstrar a relação de forças dentro do próprio movimento republicano e ao mesmo tempo mostrar à que interesses se ligavam veja-se a descrição de Casalecchi, referenciada a José Murilo de Carvalho (1980, p. 45-46): “O Rio se apegava as reivindicações do manifesto de 70, relativas aos direitos e liberdades individuais, á soberania do povo, á verdade democrática. São Paulo dava ênfase ao federalismo, à autonomia provincial, medidas que se vinculavam aos interesses dos grandes proprietários. O movimento separatista na província paulista confirmava essa tendência. Dos republicanos paulistas, em 1878, mais de 30% eram proprietários rurais; na província do Rio eles representavam menos de 2%, enquanto profissionais liberais (advogados, jornalistas, professores, médicos, engenheiros, etc.) representavam mais de 60%”.

⁵⁴ “Em maio de 1889, uma polêmica republicana ocupou o centro das discussões. Quintino Bocaiuva, da ala mais conservadora e majoritária dos republicanos, propunha uma evolução como caminho para a instauração da república. Silva Jardim, da ala minoritária, adepto da revolução como caminho para a instauração da república, e que se notabilizou como propagandista entre 1888-89, rompe com a ala de Quintino Bocaiuva, acusando o Manifesto Republicano de 1870 de reacionário” (LOVATTO; BARSOTTI, 2015, n.p.).

⁵⁵ Para uma análise concreta da atuação política da classe média ver a análise política de Marx (2011), o 18 de brumário de Louis Bonaparte, onde estão expostos elementos para compreender a representação política das classes fundamentais do capitalismo e mesmo, no caso da classe média, transitórias.

por parte do exercito cabendo aos políticos profissionais cimentarem a aliança. Quintino bocaiuva representando o Rio de Janeiro, Júlio de Castilho o Rio Grande do Sul e Rui Barbosa como correspondente das letras jurídicas seriam os responsáveis por estabilizar o regime, impedindo que o mesmo morresse ainda em seus primeiros passos. Por outro lado, eles precisariam garantir que não haveria uma simples ditadura unilateral do exército, pois para aceitar a aliança, os políticos civis exigiriam que se afastasse o perigo de repetir o domínio dos caudilhos platinos nas repúblicas vizinhas, onde, através da Guerra do Paraguai, o exército teria travado contato. Daí Rui Barbosa ser o grande redator da Constituição de 1891.

Deodoro da Fonseca, aquele distinto oficial do exército que assumiria o golpe, seria o primeiro chefe republicano e de quebra já encontraria um parlamento extremamente hostil. Educado na hierarquia e não nas críticas e oposições, não tendo espírito político para aturalas, acabaria por dissolver o Congresso, composto majoritariamente por interesses do café de São Paulo. Não sendo representante dessa classe⁵⁶, Deodoro, com as devidas mediações, seria a expressão da “elite intelectualizada e culta das classes médias” (BASBAUM, 1981, p. 23), assim como Rui Barbosa tentaria atender interesses nacionalistas ao prosseguir com a política do Encilhamento - entendendo elites aqui como dirigentes políticos de suas classes.

Note-se que no desenrolar desses acontecimentos, a grande burguesia agrária, ou mais precisamente seus dirigentes localizados no PRP, não estavam nos altos cargos do novo regime republicano, embora certamente a esse partido grande parte da campanha ideológica e da construção de suas bases federativas se devia. A ideia republicana somava duas das grandes forças no jogo político para decidir a sorte da constituição: um pequeno grupo dentro do Exército e o próprio partido que levava esse nome. Por outro lado, o poder dessa parte do Exército, imbuído da nuance positivista centralizadora, era tamanho que mesmo um terceiro grupo em jogo, já praticamente derrotado, e que por isso tentava algumas conquistas como um regime centralizado, os monarquistas, percebiam seu poder já adquirido e tentavam detê-lo.

Não seriam, entretanto os Monarquistas que conseguiriam enfraquecer a marcha do Exército, mas a própria constituição de 1891 ao impor ao soldado o papel “obediente”, o princípio hierárquico de sustentar as instituições constitucionais (CARONE, 1970). Rui

⁵⁶ Veja-se o anacronismo que cometia Deodoro ao pronunciar-se em mensagem ao Congresso em 1891: “nem uma palavra sobre o café: ao contrário, imbuído ainda das ideias já superadas do tempo da monarquia, que aprendera na juventude e nas quais vivia ainda em pensamento, achava-se profundamente preocupado com a crise... do açúcar! Quer que se multipliquem as usinas, garantia de juros de 6% ao ano aos Bancos que emprestem dinheiro a essa lavoura em plena ruína internacional!” (BASBAUM, 1891, p. 44).

Barbosa e os redatores da Carta conseguiram submeter o comando dos inferiores aos superiores no Exército sem a alternativa de apreciação das ordens. Abria-se, assim, o caminho para o federalismo tornar-se hegemônico. Ainda assim, o exército poderia ser o ponto de busca das oposições em momentos de combates às oligarquias dominantes durante todo o período republicano.

Enfraqueciam-se os partidos nacionais, embora os presidentes ainda fossem militares centralizadores. Começava a ficar claro que a chave do novo federalismo estava nos Estados e em seu apoio. Deodoro tentara impor a esses dirigentes – os governadores eram então denominados “presidentes” de seus Estados – a sua política, mas aquelas unidades federativas que já de início conseguissem impor seus presidentes civis como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, três Estados e três grandes economias, mostrariam o caminho pelo qual se poderia resistir ao poder central. Pistas da futura política dos governadores iam sendo recolhidas no percurso.

Só que a análise efetiva do jogo político também demanda uma compreensão de questões sutis. Foi exatamente isso que o PRP fez ao perceber que era preciso manter seu apoio atrelado ao poder do Estado para tentar alçar, na sequência, a presidência através de um civil, pois o momento se qualificava pelo fato de as classes armadas estarem politizadas, inquietas e ressentidas de uma volta ao passado monárquico. A estratégia, portanto, seria a de apoiar o presidente: “velha tradição adesista da política brasileira. Arrebanhar prosélitos, pondo uma pá de cal no passado, foi, desde logo, uma decisão perrepista, segundo a vocação dos partidos brasileiros de só respirarem oxigênio emanado do poder” (CASALECCHI, 1980, p. 62). Até mesmo ex-monarquistas eram bem vindos dentro do partido da burguesia cafeeira.

Com Deodoro a relação se mostrava delicada, este sequer dialogava com o Congresso e mesmo a Marinha, pela Revolta da Armada (1891), se indispunha com ele. Em situação difícil, Deodoro renuncia e assume o vice Floriano Peixoto, candidato que tivera maior apoio dos civis paulistas nas primeiras eleições. Ao apoiar Floriano na presidência, visto que havia larga oposição exigindo que o Marechal convocasse novas eleições como previa a constituição, que prescrevia o dever de nova disputa caso o presidente ou seu vice vagasse antes de dois anos de mandato, São Paulo viabilizava a estratégia de se fortalecer cada vez mais dentro dos quadros de poder, embora Floriano não se mostrasse dócil como pensavam.

São Paulo ainda viveria um drama particular. Floriano Peixoto que, segundo acreditavam, estaria sob o controle paulista, ao assumir a presidência se mostrou tão “ditador”

quando Deodoro, com a diferença de respeitar o Congresso, mas com claras mensagens de que um golpe sempre os vigiava da esquina. Américo Brasiliense, imposto governador de São Paulo por Deodoro, sentiu a força desse Estado que se militarizava contra a intervenção e teve de devolver sua presidência para o PRP. Floriano Peixoto, por outro lado, ao consolidar a república, para ele centralizadora, precisou recorrer ao apoio de São Paulo e do Rio Grande do Sul no combate à Segunda Revolta Armada (1893-1894), que exigia as debatidas novas eleições. Caíra numa espécie de cilada. De agora em diante o destino do país teria de ouvir São Paulo que reivindicava sua autonomia e laços mais frouxos na federação. A questão para os paulistas era esperar as eleições.

Ao vencer as eleições de 1894, Prudente de Moraes se tornaria o primeiro civil a dirigir o país, agora uma república federativa, e assumiria o governo enfraquecendo o poder dos militares, demonstrando que “um governo sem uma base de classe é incapaz de permanecer no poder a não ser pela força das armas” (BASBAUM, 1981, p. 31).

Essa conquista era muito favorecida pela Constituição de 1891, que fizera valer os interesses dos grupos ligados ao café, pois o tema que dominava toda a discussão no interior do partido e até no parlamento era a da centralização versus descentralização. Ao se intitular “República dos Estados Unidos do Brasil”, a constituição conferia ampla autonomia aos Estados, e aquela crítica, vinda já de longa data, ao governo monárquico de que ele sobrevivia se ancorando no gigantesco progresso de São Paulo acaba por vencer a batalha contra o positivismo que desejava uma república centralizada e, se possível, monocrática. O positivismo perdia a batalha ideológica para o liberalismo nas províncias economicamente mais prósperas como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Contudo, teria seu impulso vital transferido para o Rio Grande do Sul, lapidado na Constituição Estadual de 1891 e no pensamento de Júlio de Castilho.

Ainda que tivesse que enfrentar crises políticas como a criada pelo Partido Republicano Federal⁵⁷ ou então a da revolta da Praia Vermelha e a de Canudos que sempre traziam à tona o espectro do “jacobinismo” na República, bastaria que os dirigentes da classe cafeeira de São Paulo recorressem às suas verdadeiras bases para se consolidar no poder, o municipalismo, onde o PRP reinava absoluto e soberano com a infinidade de fazendas e

⁵⁷ O Partido Republicano Federal é a tentativa, com êxito temporário, da formação de um partido nacional durante a Primeira República. Data de 1893 e é fruto da união dos clubes e partidos estaduais, mas tendo como pilar central o Partido Republicano Paulista para impor o nome de Prudente de Moraes para Presidente. Após 1898 com a vitória de Campos Salles à presidência pelo PRP em dissidência do partido nacional o PRF desapareceria com força no jogo político.

plantações de café dentro do Estado. Elegendo Campos Salles em 1898, outro paulista para a presidência, São Paulo demonstraria finalmente ter encontrado o caminho para a conquista do poder político sempre que desejasse afinal ele era o maior beneficiário do novo regime inaugurado e de seu corolário, a Constituição de 1891.

Antes de nos aprofundarmos no arcabouço sócio-político criado pela burguesia agrário-exportadora de São Paulo, vejamos como o regime republicano orientou as principais forças econômicas do país, ou seja, embora o federalismo não tenha criado, pois já existia no Império e mesmo desde a Colônia, a dispersão da classe burguesa em várias unidades regionais, ele aprofundou essa relação dando a autonomia necessária para que cada estado levasse a cabo a política econômica que melhor se adequasse, de acordo com suas possibilidades, à sua estrutura produtiva.

Por exemplo, a grande burguesia cafeeira de São Paulo era diferente da fração também cafeeira de Minas Gerais, pois embora ambas tivessem seus interesses na exportação de café a desigualdade de proporções a favor de São Paulo era óbvia a tal ponto que o estado mineiro se via obrigado a recorrer aos impostos interestaduais para aumentar seus tributos, faculdade possibilitada pelo fim da proibição dessa prática em 1904⁵⁸.

Como em todos os estados da federação, em Minas o partido republicano, o PRM e a sua Comissão Executiva, mais conhecida como “tarasca” – figura lendária constituída de uma mescla de vários animais que devastava, impondo pavor, todo lugar por onde passava - também era o partido do dominante. O partido foi criado em 1897, porém demoraria alguns anos ainda para Minas Gerais se lançar com mais afinco nos debates nacionais e o faria por um empuxo inicial de São Paulo, criador da Política dos Governadores. O estado mineiro tinha primeiramente a tarefa de organizar suas disputas políticas internas.

Sendo o Estado mais populoso do país, a economia mineira não era homogênea e dependia muito da agricultura cafeeira e da pecuária. Fato interessante é que Minas Gerais se manteria durante a maior parte da Primeira República numa espécie de extensão do mercado interno de São Paulo, pelo seu atraso industrial, além do que, não tendo acesso direto ao Mar dependia do Rio de Janeiro e de Santos para a exportação de seus produtos, transferindo, ao

⁵⁸ (LOVE, 2006). Os impostos estaduais se faziam pela taxaço das exportações e os federais se obtinham das importações.

mesmo tempo, seus capitais para as firmas daquelas regiões. Tal situação não se modificaria enquanto “a área metropolitana de Belo Horizonte não se tornasse importante polo de crescimento por direito próprio, o que só começou a acontecer na década de 1920” (WIRTH, 2006, p. 91).

É interessante como a situação de um Estado se desvela quando colocada na relação com outros que, conjuntamente, conformam o contexto maior do país. Minas Gerais ao ser posto como segunda grande potencial do país, na verdade, se mostrava muito frágil em sua estrutura interna, também dominada pelos coronéis. Ao não ser imposta uma taxaço aceitável da propriedade de terras – o que só progrediria a partir de 1927 e mais especialmente do rearranjo político de 1930 - a renda fiscal do estado sempre estava deficitada, e isso, conseqüentemente, atrapalhava quando o assunto era investir em infraestrutura, pagar suas onerosas dívidas e investir nas questões sociais de uma enorme população. Essa debilidade relativa de Minas aumentava ainda mais o potencial econômico e político de São Paulo.

A força de Minas Gerais no federalismo estava, fundamentalmente, na estabilidade e unidade política tão cara ao presidencialismo de 1891. Unidade aqui não significa ausência de conflitos, mas sim que, ocorridas as resoluções partidárias ambas as forças em disputa se uniriam em torno do vencedor. O apelo à estabilidade era tão profundo em Minas que quando a política paulista ousasse desrespeitar a dignidade do pacto republicano, os mineiros é que dariam o primeiro impulso para formar o bloco desestabilizador do regime.

Auxiliada pelo forte senso patriótico, a política de Minas Gerais, que não via os filhos dos coronéis estudarem fora de seu estado, se restringia a um pequeno número de ilustres membros e famílias tradicionais, aqueles representantes do PRM. Diferentemente da Bahia onde os coronéis não aceitavam a submissão a salvador, os coronéis das variadas regiões como do triângulo mineiro, zona da mata, da fronteira perto do litoral e Capital tinham o valor do estado acima da autonomia municipal, é claro que cobrando o preço monetário adequado para sempre apoiar os governadores como mandava a cartilha coronelista (WIRTH, 2006).

Esses dois estados, auxiliados pela impotência de outras economias de lhe fazerem frente, desenvolveriam o corolário da política dos governadores, a política do café com leite, que era o rodízio dos dois estados no cargo de presidente de república. Argumentando a ausência de partidos com legítimas lideranças Campos Salles, ao deixar a presidência em 1902, interviria na sucessão presidencial indicando outro paulista, mas também um vice-presidente mineiro (Silviano Brandão) e prometendo a este estado a chefia das eleições

seguintes. Estava formalizado o revezamento de São Paulo e Minas Gerais no executivo. Contudo, o próprio prosseguimento do percurso republicano viria a demonstrar que as coisas não se dariam como o acordado. É característica intrínseca das frações burguesas brasileiras a constante luta entre si e desta forma cada sucessão presidencial republicana representaria uma crise política. Embora a política econômica fosse mantida sempre em seus largos traços de apoio ao café, os diversos estados em especial São Paulo e Minas Gerais, sempre buscavam sobrepor-se ao acordo para ganhar a presidência e, conseqüentemente, mais benefícios do poder executivo, seja por cargos diretos ou por medidas de apoio e liberdade em seus estados.

Afastando-se desses acordos presidencialistas, o Rio Grande do Sul constituía um Estado à parte na federação brasileira por inúmeros motivos. Não se depreenda por isso que tendo o maior nível de alfabetização já em 1890 (25,3%) e a maior porcentagem de pequenas propriedades geridas pelo dono que lá não dominasse a grande propriedade de terra e não houvesse coronelismo ou sua variante regional, que a literatura consagrou de caudilhismo⁵⁹.

O desenvolvimento do Rio Grande do Sul adquirira um ritmo constante, embora lento, desde o período da guerra dos farrapos (1835-1845), quando, tendo que radicalizar sua luta, inclusive, com a ameaça de separatismo, conseguira importantes vitórias políticas para sua produção orientada para o mercado nacional. Sobretudo no que nos interessa no período republicano, o que particularizaria o regime político dos rio-grandenses seria a sua ideologia e a classe que dirigia o Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Remontando ao período da campanha republicana e criado em 1882, o PRR, que tinha sua chefia em Júlio de Castilhos, se destacaria já em sua fundação ao fazer frente a então coligação dominante do regime monárquico, existente no estado gaúcho através de Gaspar da Silveira Martins, senador imperial. Aquela aliança representante dos estancieiros, predominantemente situados na região da Campanha, fronteira com o Uruguai e Argentina, perderia seu domínio junto com a queda do Império. A “Revolução Federalista” que desponta em 1893 é fruto da tentativa de

⁵⁹ É interessante apontar que a imigração não ibérica que se assentou no Rio Grande do Sul, predominantemente italianos e alemães, auxiliou muito para o desenvolvimento relativamente mais homogêneo ali comparativamente aos outros estados. Foi graças a esses imigrantes também que a pequena indústria orientada para o mercado interno se desenvolveu. A produção de couro, mas principalmente de charque e mais tarde a de arroz, eram itens fundamentais para a subsistência de todas as classes brasileiras, mas principalmente daquelas populares da região Nordeste e do Rio de Janeiro. Por outro lado, lutavam ferozmente para sobreviver na disputa mercantil com as produções da região platina, pois na Argentina já em 1886 havia frigoríficos, tendo o estado gaúcho só desenvolvido os seus no transcurso do grande conflito mundial de 1914. Já o charque uruguaio mais barato entrava no país a contrabando pelos reduzidos custos de sua produção, inclusive com sapiência do governo que também se beneficiava dos baixos preços, evitando inflações e descontentamentos populares (LOVE, 2006).

sua facção de retomar o poder das mãos do PRR, que aliados aos militares no governo presidencial proclamam sua própria Constituição estadual em 1891.

Como Júlio de Castilho retirava suas orientações políticas das doutrinas positivistas de Augusto Comte, acaba que a Constituição rio-grandense é um exercício de transplante do positivismo para o país. As orientações de uma “monocracia”, de um republicanismo radical, de um parlamento que se restringe à questão orçamentária, da ojeriza à oposição que nada faz de construtivo com suas críticas, da valorização da educação e do “progresso na ordem” estão presentes nos mais 30 anos de governo do PRR⁶⁰.

Condições geográficas também exerceram influência muito grande na sorte política do estado. Situado na fronteira sul do país, foi local constante da histórica luta pelas regiões do Rio da Prata e por isso sempre se viu situada de tropas militares, tendo inclusive em algumas etapas de sua formação histórica estado sob o comando direto dos militares que representavam a Coroa Portuguesa. Podendo ou não ter sido determinante na escolha do positivismo, doutrina da autoridade severa, da ordem, o fato é que esse status militar a que se atribuía sempre ao Rio Grande do Sul tornou a relação do PRR com as tropas do exército muito estreita e a “a máquina castilhista emergiu da guerra [federalista] como uma organização altamente disciplinada, capaz de arregimentar poderes militar e eleitoral desproporcionados à posição demográfica do Rio Grande na nação” (LOVE, 2006, p. 136).

Assim, não seria exatamente como representante dos grandes fazendeiros, os estancieiros, que o PRR se posicionaria, distinguindo-se de todos os outros estados do país. Por outro lado, isso também não significa que aqueles tão famosos “coronéis” estariam ausentes, mas apenas que eram mais obedientes ao poder político. Basicamente a singularidade coronelista no Rio Grande do Sul se dava da seguinte maneira:

(...) o apoio de um partido disciplinado era importante, e para essa disciplina o partido se escorava em quatro coisas: o poder do governador para cancelar eleições municipais ou interferir por decreto na política local de outras maneiras; o controle dos assuntos do partido, no nível local, exclusivamente por coronéis leais a ele; a capacidade dos coronéis de mobilizarem votos em seus distritos, com emprego da violência e da fraude, quando necessário; e a eficiência de uma poderosa Brigada Militar estadual, que podia ser utilizada para finalidades políticas (LOVE, 2006, p. 126).

⁶⁰ A dissertação de mestrado de Eliane Superti (1998) é uma análise dentre as poucas que se pode encontrar onde o foco da pesquisa é a influência do positivismo na formação do pensamento político nacional, com ênfase para a especificidade gaúcha, e seu papel ideológico nos acontecimentos que culminaram nas transformações de 1930.

Institucionalmente, o Rio Grande do Sul ficaria conhecido como o estado que verdadeiramente possuía partidos ideológicos, nas formulações do PRR advogando a ditadura republicana e do PF (Partido Federalista) de Gaspar Silveira Martins, criado em 1892, defendendo o parlamentarismo. O Rio Grande do Sul ao só conhecer um partido no governo, encobria a relação entre ambos, que era de constante conflito. Nesse aspecto, o interessante é que “o PRR não lutou para conquistar para si o apoio dos coronéis, mas criou uma força de resistência a estes” (PINTO Apud SUPERTI, 1998, p. 78), estruturando uma aliança com setores do exército. Embora os estancieiros não estivessem diretamente representados no poder sua influência econômica era grande e os embates permaneceriam latentes durante todo o período republicano. Os castilhistas enfrentariam outra vez uma guerra civil em 1923, onde a oposição seria encampada por diversos setores como operários e estudantes, resultando no pacto de pedras altas, reformador da Constituição de 1891 ao proibir as reeleições.

Embora o imposto sobre a propriedade (1904) tenha sido introduzido apenas no ano posterior à morte de Júlio de Castilho, o estado ximango continuaria sendo governado sob a égide do PRR enquanto durasse o regime Republicano. Primeiro por seu fiel escudeiro e executor das legislações de inspiração positivista, Borges de Medeiros, depois por membros da nova geração, a de 1907, Getúlio Vargas e Borges de Medeiros.

Em sua vez, o Rio de Janeiro era o único estado ao qual se podia dizer que superava São Paulo em certos aspectos econômicos, pelo menos no limiar do século XX. A indústria se desenvolveu mais rapidamente no Distrito Federal do que em São Paulo, seja por ser o centro mais cosmopolita e capital do Império, seja por ter sido o epicentro do Encilhamento, conjunto de medidas que procurava salvar a economia após a abolição da escravidão e que acabou por fornecer importante progresso a alguns setores industriais. Portanto, não se trata aqui de estabelecer o mesmo paradigma do complexo cafeeiro para o Rio de Janeiro como bem demonstram Ângela Maria de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1988) em excelente estudo sobre a classe trabalhadora e a industrialização do Rio de Janeiro, espécie de compilação e ao mesmo tempo um estudo com propostas alternativas⁶¹.

⁶¹ A mesma tese sobre a não identidade de acumulação entre industrialização e produção cafeeira no Distrito federal é defendida por Maria Antonieta P. Leopoldi em *Política e Interesses na industrialização brasileira, as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

Segundo as autoras, o que se teria destacado nos últimos levantamentos de dados de sua pesquisa, na década de 1980, levados a cabo pela necessidade de questionar os estudos clássicos do complexo cafeeiro que por generalização englobavam o caso do Rio de Janeiro, é que a industrialização da região fluminense sofreu forte impulso dos capitais oriundos do comércio local e das importações, sendo, inclusive, em alguns casos, anterior à produção cafeeira. Seu trabalho, portanto, busca debater as

questões relativas às bases de expansão industrial carioca. Através da análise da implantação das indústrias têxteis de algodão no Rio de Janeiro entre 1878 e 1895, a autora [Ana Maria Monteiro] procura ressaltar a especificidade deste processo, decorrente em parte da condição da cidade, de capital do Império e em seguida da República. Sua pesquisa, realizada num universo composto por 12 fábricas instaladas no período, revela que o capital investido nesses empreendimentos não estava diretamente relacionado com a atividade exportadora. Na verdade, esses investimentos tinham como principais agentes os negociantes de tecidos, e ligavam-se ainda ao capital bancário (GOMES; FERREIRA, 1988, p. 13-14).

Mas a superioridade do Distrito Federal teria vida curta. A íntima relação entre capitais oriundos da plantação de café e industrialização em São Paulo faria desse estado o centro da maior concentração industrial do país em poucas décadas. A imigração que se orientou preferencialmente para esse estado criou a necessária mão-de-obra gerando, ao mesmo tempo, o exército industrial de reserva que, por sua vez, cumpriu a função de rebaixar os salários e alargar a taxa de extração de mais-valor.

Sob uma perspectiva sociológica, embora a autora aponte que falem dados concretos para comprova-las, existem as teses que apontam para o medo dos financistas e importadores de sustentarem por muito tempo investimentos na indústria da época que não oferecia perspectivas de lucros altos como aqueles do complexo cafeeiro paulista. Na primeira oportunidade que a taxa de rentabilidade baixavam as associações anônimas eram desfeitas, minando o desenvolvimento daquelas indústrias.

Ainda apontam também as autoras, recorrendo a outros estudos, que após 1914 a Light and Power Company, empresa canadense que monopolizava o abastecimento de energia elétrica no período, começou a taxar em 50% ouro o fornecimento para as indústrias carioca, o que encarecia demasiadamente o custo para aquela região (Ibid, p. 19). Segundo Carone (1978), mal entendidos com a Light sobre tarifas e taxa ouro só se encerrariam com uma regularização mais enérgica do governo Vargas em 1933.

Á todos esses elementos some-se o vigor proporcionado pela acumulação cafeeira em São Paulo e teremos a industrialização do Rio de Janeiro perdendo seu posto de primeira grandeza para a economia paulista nas primeiras décadas do século XX. A região fluminense ainda teria que conviver com os setores mais decadentes do café, aqueles, como o Vale do Paraíba, que primeiro exauriam a produtividade das suas terras e que mais dificuldades teriam para se libertar da escravidão.

Como não haveria nenhum estado que pudesse fazer frente à grandeza econômica de São Paulo, construída sobre bases bem particulares como já demonstramos, o único produto tropical que chegaria a ameaçar o pedestal das exportações cafeeiras seria a borracha. Em verdade, esse produto se ocupou pouco da prosperidade comercial que alcançou. Extraída na Amazônia, levaria consigo para aquele estado todas as características que um ciclo comercial em nosso país gerava: riqueza efêmera, abundância de homens e depois abandono.

Maria Ligia Coelho Prado e Maria Helena Rolim Capelato (2006) distinguindo as fases históricas da formação da região amazônica veem a da borracha como a última e mais próspera. Já possuindo a sua extração desde o século XVIII, a história desse ciclo passa a merecer essa referência quando surge a pneumática por volta das últimas décadas dos 1800. É quando então o capitalismo brasileiro, preservando aquele seu sentido inicial, responde a essa demanda europeia para lá orientando um contingente enorme de suas forças produtivas.

Conhecendo relativamente pouco o trabalho escravo negro, a economia amazônica historicamente se adequou as características dos índios e mestiços que melhor dominaram a região, imersa na maior floresta tropical do planeta, e que sabiam seguir os cursos d'água que eram os caminhos pelos quais se chegavam ao coração da região. Como a atividade exportadora requer mão de obra em larga escala, não se podia empregar a escravidão negra, pois ela estava justamente indo para seu término naquele período. A solução encontrada consiste em buscar aqueles que outrora foram trabalhadores no algodão, no cacau e no açúcar, ou seja, naquela massa trabalhadora do Nordeste que, vivendo profundos anos de seca causadores, por sua vez, de uma intensa pobreza na região, se viam na obrigação de procurar meios de sobrevivência onde existisse oportunidade; aquela massa de trabalhadores nordestinos, “calcula-se que em número de cem mil – penetraram no território onde as fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Peru ainda não haviam sido definitivamente estabelecidas, foram eles os responsáveis pela anexação ao Brasil da região” (PRADO;

CAPELATO, 2006, p. 318). O local seria denominado como Território do Acre, comprado da Bolívia em 1903 mediante indenização irrisória de dois milhões de libras.

Quanto à relação social de trabalho que lá vigorava, ela muito pouco se diferia das outras regiões, a motivação do lucro não media esforços para tornar possível aquela extração da goma: “numa cadeia de dependências, a falta de capitais obrigou a casa aviadora a subordinar-se ao capital estrangeiro, o seringalista a tornar-se devedor da casa aviadora e, num elo mais forte, o seringueiro a sujeitar-se ao seringalista” (Ibid, p. 325).

Importa, todavia, apontar que na década de 1901-1910, quando a produção de café atingia cerca da metade das exportações brasileiras ou mais precisamente 51,3% e 130.599.000 sacas de 60 kg, a borracha atingia mais da outra metade restante da sua cota, 28,2% com 345.754 toneladas⁶². Seguiu-se uma rápida prosperidade que modernizou alguns pontos da cidade de Manaus, construindo teatros, palacetes, bibliotecas, serviços de transporte e água encanada. O progresso ainda teria o mérito de chamar a atenção para o estudo de doenças tropicais nas quais muitos dos trabalhadores da borracha morriam. Todavia, veio a bancarrota. Tornando-se vilão dessa ruína, Henry A. Wickmam, um botânico inglês, ainda no século XIX, levaria milhares de sementes para seu governo, onde as selecionaria em seus jardins e as transferiria para colônias na Ásia, regiões também tropicais, nas quais essas sementes floresceriam com sucesso. No sistema capitalista, mais precisamente em sua divisão internacional do trabalho, é uma fatalidade que os produtos agrícolas gerem mais riquezas nos países que os empregam na manufatura do que naqueles que os plantam. Ao não levar isso em conta, o país “não fez outra coisa senão ouvir o canto da sereia da demanda mundial de matéria-prima, mas sem participar minimamente do verdadeiro negócio da borracha: o financiamento, a comercialização, a industrialização, a distribuição. E a sereia ficou muda” (GALEANO, 2010, p. 133)⁶³.

⁶² Dados retirados de PRADO; CAPELATO 2006 e CARONE 1970.

⁶³ Mas o ciclo da borracha também seria notável por uma circunstância que o tornaria único na comparação com a economia paulista. Tratam-se das organizações, congressos, sindicatos de valorização, incentivos fiscais, isenções que foram criados para reter o preço do produto no mercado mundial. Elaboraram-se até projetos federais para discutir a questão como foi o caso do Plano de Defesa da Borracha na gestão de Hermes da Fonseca em 1912. Aprovado por unanimidade pelo Congresso a faculdade de abrir créditos a medidas como usinas de refinamento, hospedarias, estradas de ferro, etc., o projeto estacou após sofrer críticas do representante paulista Francisco Glicério na Câmara dos Deputados. Argumentava ele o exorbitante custo que o projeto geraria, ao passo que foi respondido pelo deputado amazonense Luciano Pereira da seguinte maneira: “Se em vez de beneficiar o Norte a lei fosse em benefício do Sul, estou certo de que o nobre Senador nada tinha a opor-lhe, achando talvez S. Exa. ainda poucas as medidas nela configuradas... é por motivos iguais a esse que se diz ter sido até hoje a União mãe para o Sul e madrasta para o Norte... o governo quis fazer exceção a esta praxe odiosa e S. Exa. acha que ela ainda deve perdurar mais tempo (Apud PRADO; CAPELATO,

Foi necessário nos estendermos nesse panorama mais geral da regionalização da burguesia em estados praticamente segregados pela própria configuração da estrutura econômica. O federalismo as dispunha dessa forma e a política republicana adquiria o caráter de disputa de interesses onde cada estado buscava barganhar auxílio unicamente para si, afinal essa era uma das características que tornavam essas várias burguesias estaduais em frações autocráticas, dificultando ainda mais sua união enquanto classe nacional. Esse problema de cisão intraclasse, por sua vez, impedia no mais das vezes, - mas não impossibilitava e isso é muito importante para a parte que se segue do estudo - que suas várias frações compartilhassem certos interesses gerais, retardando políticas mais progressistas de desenvolvimento social para o país.

As engrenagens da hegemonia e o bloco no poder

O fato de ser uma classe autocrática não impedia que essa burguesia agrário-exportadora, classe que modernizava as estruturas produtivas alavancando o ciclo cafeeiro até o ponto de monopolizar a sua produção mundial, fosse capaz de levar a cabo políticas econômicas de larga escala. Possuir esta última capacidade, de modo nenhum, negava o caráter essencial dessa classe. A política de valorização do café é o grande exemplo do seu descomprometimento com projetos que objetivassem a superação da subordinação da economia brasileira na divisão internacional do trabalho- ainda que dentro dessa dependência ela possa ter atingido estágios mais elevados com a barganha que essa valorização lhe proporcionava. Ao mesmo tempo, contudo, também demonstra a possibilidade de que, dentro dessa forma segregada e desunida organicamente em que essas burguesias se localizavam

2006, p. 333). Havia ainda outra dificuldade que impedia a economia da *Hevea Brasiliensis*, a seringueira, a ombrear a plantação brasileira de café e que minava o sucesso da valorização: o monopólio da extração da borracha no mercado mundial, um dos pressupostos para o sucesso do plano, já estava perdido quando se resolveu tentar sua defesa. Ele data do último quartel do século XIX, quando representou mais de seis décimas partes do que o mundo produzia. Como é possível depreender dessa discussão, o apoio de São Paulo era crucial para tornar a valorização possível, porém São Paulo tinha seus interesses voltados apenas para si mesmo. Enquanto isso a produção mundial, estimulada inicialmente pela prosperidade brasileira, continuava a crescer a tal ponto que quem decidiu lançar mão de um projeto de limitação da oferta foi a Inglaterra, que abocanhava progressivamente o mercado do produto, com o Plano Stevenson em 1922. Taxando um imposto progressivo conforme a exportação ultrapassasse 65% da produção, a superprodução, embora não resolvida, foi amainada, mesmo sob críticas dos interesses americanos sob os auspícios da ideologia liberal.

dentro do regime federativo, uma delas levasse a cabo seus interesses de forma hegemônica frente à suas congêneres de outros estados, possuidores de interesses divergentes e também frente às demais frações dentro de seu próprio estado.

Ao conquistar o poder presidencial, não adviria daí necessariamente que essa classe conquistasse também a hegemonia dentro da correlação de forças políticas. Portanto, antes de entendermos a política de valorização do café, precisamos entender os mecanismos que possibilitaram a esses interesses serem privilegiados dentro da luta política das frações dentro do estado de São Paulo e frente aos outros grupos e classes que não estavam atreladas diretamente, como no estado paulista, ao complexo cafeeiro.

Bem sucedida em sua estratégia de criar no período dos governos militares - a “República de Espada” (1889-1894) - certa dependência do poder presidencial para com o estado paulista, conseguindo, assim, traduzir seu predomínio econômico em influência política, a grande burguesia paulista, ao conquistar a presidência do país, não esgota seus objetivos de classe.

Ainda no quadriênio Prudente de Moraes, Campos Salles, então presidente de São Paulo (1896-1897), sustenta em sua plataforma presidencial que teria “o partido político por uma força de governo”, embora em total desinteresse faccional, ou seja, desejava o apoio de “amigos desinteressados” ao Executivo⁶⁴. Porém, uma vez eleito, recebe em seu mandato como herança uma crise política profunda. O momento se apresentava conturbado: o Partido Republicano Federal se cindia, as “revoltas” em Canudos eram taxadas de reações monarquistas e uma crise financeira se arrastava desde o encilhamento a tal ponto de obrigar o país a solicitar o Funding Loan⁶⁵. De tudo isso, o presidente concluiria que seu princípio para governar estaria totalmente ausente, não haveria quase nenhuma “simpatia dos agrupamentos políticos”. Em uma situação assim, o governo estava se preocupando mais em conter as indisciplinas do que com a administração do progresso do país propriamente dito.

Faz-se importante notar que a instauração da república derrubou o poder moderador que existia durante o Império. Sem esse princípio de intervenção direta nas crises regionais, a

⁶⁴ As citações do presidente Campos Salles foram todas extraídas de CARONE, 1970. p. 302 passim.

⁶⁵ O Funding Loan de 1898 foi uma medida tomada pelo Ministro da Fazenda de Campos Salles, Joaquim Murinho, e que estabeleceu um acordo com bancos credores internacionais que permitiria ao Brasil receber um novo empréstimo para organizar seu crescente endividamento – resultado do Encilhamento, mas também da má gerência dos governos monárquicos e dos anos iniciais da república que se viram aos montes com guerras civis internas. O reinício do pagamento da dívida ficou estipulado para o prazo de treze anos (1911) (CARONE, 1970).

federação se tornava muito vulnerável à crítica dos estados, já que deveria buscar o consenso destes para governar. As eleições de 1900 para o legislativo demonstram a gravidade desse problema e o Congresso tem seu trabalho dificultado pelas lutas partidárias. É, então, quando presidente paulista, astutamente, encontra o ponto nevrálgico para operar a intervenção e se livrar desse perigo que ameaçava a existência da federação.

Enquanto mecanismo jurídico, o regime republicano possuía uma instituição chamada “Comissão de verificação dos poderes” da Câmara dos Deputados ou das Assembleias Estaduais que recebia as atas eleitorais e verificava se haviam ou não fraudes para proclamar e diplomar os vencedores. Tratava-se da última instância a recorrer, pois antes disso os votos de cabrestos, controles das mesas eleitorais, duplicatas, etc., eram sempre utilizados para burlar as atas. Campos Salles resolve então modificar a forma de escolha do Presidente da Câmara que, por sua vez, elegia a “Comissão dos cinco” julgadores dos diplomas. Antes da modificação, o critério de seleção se fazia pela idade e o mais velho era o escolhido. A alteração atribui o poder para a pessoa do presidente eleito da última seção legislativa que, certamente, seria alguém escolhido pela situação, em maioria. “Assim, admitindo-se que o presidente da Câmara apoiava o Presidente do Brasil (o que sempre ocorria), o Executivo encontrava-se na posição de controlar o mandato dos parlamentares” (LOVE, 1975, p. 101). Desta forma não só a representatividade ficava engessada, como a chance da oposição de alçar ao comando dos estados se reduzia ao mínimo. Por outro lado, era inegável que a situação se adequava aos princípios de Campos Salles. Essa solução para que o presidente eleito, de acordo com os planos paulistas, governasse soberanamente ao descontentamento das oposições ficaria conhecida como “Política dos Governadores”⁶⁶.

Esse degolamento das forças descontentes facilitava em muito o funcionamento da estrutura partidária representante dos interesses paulistas, o PRP. Isso por que a sua dinâmica nos fornece elementos para compreendermos o processo de constituição da hegemonia de uma dentre as frações dominantes ligadas ao complexo cafeeiro.

⁶⁶ É verdade que já nos desentendimentos acerca da influência de Francisco Glicério e do PRF sobre sua autoridade, Prudente de Moraes (1894-1898) consulta diretamente os governadores de estados secundários como Pernambuco e Bahia, agindo de forma a desregular o jogo partidário que intermediava as eleições. Campos Salles, ainda presidente de São Paulo, se baldeando para o campo da ordem assim agia pensando nas próximas eleições. Portanto, tratava-se de uma tendência que já se esboçava desde a época de Floriano quando teve de se apoiar em São Paulo e no Rio Grande do Sul para combater as revoltas da marinha. Campos Salles, ao dar a cartada final na modificação do mecanismo de verificação dos poderes, desfechando todo um processo astutamente desenrolado pacientemente por São Paulo, a regulamentou e tornou essa uma das chaves para a permanência dos representantes paulistas do café dentro do poder.

O partido republicano paulista foi durante toda a Primeira Republica o único partido dominante da política paulista e aquele o qual todos os outros partidos estaduais deveriam levar em conta no jogo político presidencial. Somado à política dos governadores que legitimava todas as situações estaduais desde que recebesse apoio incondicional, o PRP no poder executivo dispunha da capacidade de levar a cabo as políticas econômicas que mais interessassem à sua classe, aquela portadora do capital cafeeiro. Ele era uma espécie de alto escalão das decisões políticas, era o lócus verdadeiramente privilegiado de onde partiam as definições de comando do país. Mais do que isso, ele representava a hegemonia de uma fração específica daquela classe. É o que se pode comprovar analisando a sua cúpula partidária.

Em 1901 surge uma cisão dentro do PRP, quando Campos Salles antecipa a nomeação de seu sucessor, tarefa que pertencia à Comissão Central do partido, e o fato leva o ex-presidente Prudente Moraes a desertar e formar o Partido Republicano Dissidente de São Paulo (PRDSP). Já em 1902 ocorre uma rebelião em diversas cidades do interior do estado reivindicando que a política financeira do estado leve em conta a situação calamitosa da lavoura. Em 1906, o partido sofre uma relativa derrota nas eleições federais. Todos esses momentos indicavam que a base do partido estava se desestabilizando e que tinha início uma crise de representatividade entre a cúpula e seus membros, os produtores de café do interior, descontentes que estavam com a questão do comissariado e com a superprodução.

Ainda no ano de 1906, a Liga Republicana, órgão de reunião de todas as oposições ao PRP, ao ser formada com os objetivos de reforma eleitoral, autonomia municipal e valorização do café, não deixa outra saída ao partido governista senão a reforma de sua Comissão Central. Foco de crítica pelos dissidentes, o PRP acaba concedendo as duas novas vagas criadas na Comissão Central do partido, passando a formar então sete nomes. Fundamentalmente não era tão difícil a conciliação, bastava a facção de Campos Salles ser menos intransigente, afinal “eram a dissidência e o PRP os dois lados da mesma moeda, tratando-se de uma luta entre irmãos” (CASALECCHI, 1987, p. 128), uma luta por mais espaço dentro do poder.

Isso demonstra que o PRP, embora partido dominante, não era homogêneo, pois continha em si membros tanto da grande burguesia cafeeiro, cosmopolita, como daquela exclusivamente “fazendeira”, a Lavoura. Esta estava descontente com a subordinação de seus interesses aos do grande capital cafeeiro e por isso se levantava contra a política presidencial. Todavia, incapaz de se organizar politicamente num partido próprio, a fração ligada à lavoura

mostrava sua subalternidade frente aos interesses do grande capital cafeeiro permanecendo dentro daquele partido, onde a comissão executiva era fundamentalmente dominada por dirigentes da grande burguesia cafeeira. Até o ano de 1906 o partido recorria aos diretórios municipais para legitimar a candidatura de suas chapas, porém após o congraçamento com a doação das duas vagas dentro da comissão central, esta passaria a monopolizar completamente as decisões partidárias.

Por um lado, o fato vem demonstrar o caráter de conluio entre as frações dominantes da política brasileira, como aponta Epiácio Pessoa:

No miserando regime político em que vivemos estão abolidos de fato os meios normais de revezarem-se os partidos no poder. Sabemos como se fazem e operam as eleições nos Estados; pode o partido da oposição dispor de grande maioria do eleitorado, o Governo do Estado impedirá a sua livre manifestação, e se por qualquer circunstância não o fizer, terá à mão, em todo caso uma assembleia unânime, fabricada a jeito para depurar os adversários que lograrem ser eleitos... Nestas condições, pretender alcançar o poder pelo processo ordinário e legal das urnas, é pretender uma utopia. Resta, pois unicamente o recurso da aproximação, do acordo, da fusão com os elementos governistas (...) há a considerar que, fora daquele caminho, o partido só teria dois alvites a seguir: ou dissolver-se definitivamente o resignar-se a uma oposição eterna, irritante, inglória e improfícua. (Apud CARONE, 1970, p. 298)

De outro, ele aponta para o domínio hegemônico de uma fração específica, aquela que tinha seus capitais investidos nos mais variados ramos do complexo cafeeiro, desde o início da cadeia produtiva até as casas de exportação, perpassando pelo financiamento e redes de bancos. A percepção da composição social dos membros da comissão central atesta isso. Segundo levantamento bibliográfico feito por Perissinotto, “podemos perceber que dos 55 nomes que compõe a executiva do PRP, entre 1889 e 1930, 25 estão de alguma forma, ligados ao grande capital cafeeiro” (1994, p. 133).

Dentro do PRP, portanto, o congraçamento era de fácil solução para aqueles que formavam a classe dominante. Sempre no importante ano de 1906, outro acontecimento viria dar um caráter mais urgente e necessário àquela reconciliação. A greve geral operária daquele ano se alastraria rapidamente pelo Estado causando pânico em relação ao elemento popular, característica intrínseca daquela classe dominante. A aplicação dos planos de valorização do café acordados desde fevereiro daquele ano cimentaria, por fim, toda aquela estrutura partidária de interesses envoltos ao café.

De ora em diante, assim se estruturaria o órgão diretivo do partido, onde se encontravam os “papas quadrienais”⁶⁷. A consulta aos diretórios municipais seria puramente formal, afinal o liberalismo era a ideologia que os republicanos gostavam de estampar em sua bandeira. A eleição deveria ser revestida democraticamente, mas o que prevalecia de verdade era a imposição hierárquica do Conselho na direção inversa à aparência, do topo para a base partidária. Era exatamente nos momentos de formação das chapas dos partidos que se desvelava a verdadeira relação entre base e cúpula partidária.

O partido dispunha ainda de instrumentos próprios para assegurar a eleição. Dando preferência aos republicanos históricos, àqueles pertences a fase já longínqua da propaganda republicana, para ocuparem a Comissão Central e, por consequência, o poder de eleger os candidatos à presidência, o partido prosseguia mandando e desmandando conforme o interesse de sua fração, agora unida na cúpula pela pressão vinda da base. Ser indicado pelo partido era sinônimo de ser eleito, em qualquer instância. Mas, para garantir essa correlação necessária os candidatos tinham que passar pelo momento de verificação e, como sempre, passavam. O que não acontecia com os candidatos oposicionistas. Do alistamento eleitoral onde a força adversária era barrada, seja listando crianças ou analfabetos, utilizando o famoso bico de pena dos mesários, seja pelo alistamento do eleitor em dois municípios simultaneamente ou ainda pelo voto dos defuntos e dos ausentes, a gama de subterfúgios para controlar as eleições era imensa, isso para ficar nas práticas pacíficas.

Já as formas violentas praticamente não conheciam limites, pois cada grupo dispunha de seus capangas e jagunços. Nos casos onde a oposição tivesse condição de competir, a polícia acabava por desequilibrar a situação: “se a capangagem exercitava-se em todas as facções, a força policial só arremetia contra a oposição, na proteção do partido governista, provocando ‘o sacrifício dos dissidentes’” (CASALECCHI, 1987, p. 219).

Entretanto, se o PRP, monopolizando a cena política em São Paulo, expressaria na sua estrutura interna a relação de poder entre as frações daquela burguesia cafeeira, a prática

⁶⁷ Rui Barbosa mais tarde a respeito de sua plataforma presidencial em 1919 - o vitorioso Rodrigues Alves nas eleições de 1918, falecera por gripe espanhola antes de assumir seu cargo - chega a citar de forma cômica, mas que expõe a qualidade de tal tipo de comissão partidária: “O primeiro é o Sr. Antônio Azeredo, o ‘suco’ do Senado. Acertei? Pois seja Deus louvado. Outro é o Sr. Urbano dos Santos, o passa-culpas da matança do Satélite. Vai direito? Então sigamos. Vem atrás o Sr. Dous Jota Seabra, o bombardeador da Bahia. Dei no vinte? Neste caso, vou-me animando. O quarto vem a ser o Sr. Lauro Muller, o nosso leninezito em esboço. Estais por isto? Ides então concordar em o quinto é o Sr. Álvaro de Carvalho, o derradeiro principalhaço da oligarquia paulista. Não errei? Pois dou tudo em que o sexto será o Sr. Carlos de Campos, a prole torta do presidente da convenção civilista. E o sétimo? Fazeis questão de o saber? Então, por vossa conta. O sétimo é o Sr. Altino Arantes, o Adônis do Guarujá” (1958, p. 100-101).

coronelistas, por sua vez, demonstraria que ambas as frações, já que latifundiárias, se utilizavam de um mesmo mecanismo de dominação para fazer valer seu poder de classe.

Estendendo-se por uma cadeia de relações que chegam até a exploração dos trabalhadores dentro da fazenda, o coronelismo é, dentro do regime federativo que floresceu em 1891, a forma político-social em que os grandes proprietários de terra exerciam sua dominação. Atente-se para o fato que ele é um dos elementos fundamentais que permitia a concentração da terra ser expressa no poder político de uma classe, a grande burguesia cafeeira. Dentre inúmeros aspectos a serem ressaltados, preferimos atentar aqui para a mútua dependência e necessidade da política estadual recorrer a um acordo, um pacto onde “o partido do governo estadual não pode dispensar o intermédio do dono de terras” (LEAL, 1975, p. 42). Pois é isto o coronelismo⁶⁸, o apoio dos proprietários de terra, sejam eles apenas fazendeiros ou representantes do grande capital cafeeiro, moradores dos centros urbanos e com funcionários na direção de suas fazendas, aos candidatos oficiais do partido nas eleições estaduais e federais e em troca a chamada “carta branca” desses políticos para mando e desmando dentro de sua circunscrição⁶⁹. A política dominante do Estado aqui não pode ser desvinculada, portanto, da estrutura econômica onde se efetiva a dominação de classe, ou como aponta Marx “o Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade”⁷⁰

Ao manter os trabalhadores na dependência econômica em suas fazendas, seja pelo colonato, seja por formas mistas de assalariamento, o coronel se torna o responsável pela organização “democrática” daqueles trabalhadores que estão incluídos dentro do sufrágio que a época permitia. É ele quem lhes fornece o veículo, o motorista e lhes concede o dia de folga

⁶⁸ A referência é ao clássico livro de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto* (1975). Com a devida ressalva de que, datado do ano 1949, portanto, de um momento em que a estrutura agrária já tinha sofrido algumas transformações pelos processos políticos por que o Brasil passara e sentido a decadência do ciclo cafeeiro, é possível captar ali a estrutura de dominação que pôde sustentar o controle político da burguesia cafeeira durante todo o período da Primeira República.

⁶⁹ Indo mais longe, Renato Perissinotto chega a deduzir dessa relação que ela é a expressão “no nível político, do domínio econômico da produção pelo grande capital cafeeiro, domínio que, para ser garantido, deve ser expressar também politicamente” (1994, p. 107). Não adotamos em nosso estudo, pelos pressupostos que embasam, em específico, essa análise de Perissinotto, que entende, de acordo com a teoria poulantziana, uma autonomia relativa da política frente à economia. Assim, o coronelismo se apresentaria basicamente através do elemento de “permanência de características pré-burguesas na estrutura jurídico-política” (Ibid, p. 105), da dependência dos trabalhadores para com a lavoura e na confusão do elemento público com o privado pelo poder local, quando os coronéis faziam da política municipal extensão dos seus negócios particulares. Ainda que compreendamos que a fração do grande capital cafeeiro seja a hegemônica dentro do bloco no poder, não há uma análise rigorosa que demonstra que somente eram coronéis os burgueses ligados exclusivamente a produção de café e os representantes políticos apenas aqueles portadores do grande capital cafeeiro.

⁷⁰ Novamente, citação retirada do artigo de Marx cf. citado na nota 24.

na eleição. Mesmo os pequenos sitiantes, meeiros e parceiros que não estão totalmente sob a custódia do coronel apenas sabem o que é melhoramento de vida quando este, dono de todo poder político, lhes concede os favores de que necessita, que de outra forma não lhe seriam acessíveis. Em contrapartida, todos esses sujeitos sociais se veem “obrigados”, na variada gama de sentidos que este termo pode comportar, a votar no fazendeiro que lhe foi benéfico, pois dificilmente lhe ocorre a ideia de que sua existência é mantida naquela situação pela estrutura social dominada, na base, por esse mesmo coronel.

Esse “voto de cabresto”, onde os capangas dos coronéis estão a vigiar a eleição, feita a descoberto, serve magistralmente para manter o poder local nas mãos do fazendeiro. É como se mecanismos de adaptação com a constituição de 1891, onde o voto revestia a carapuça democrática, fossem descobertos para legitimar melhor esse tipo de dominação. Ao ter juridicamente determinada a relativa independência dos estados pela Constituição, a sagacidade presidencial paulista recorreu à política dos governadores para amainar as dissensões estaduais e lhe garantir estabilidade. E para garantir a estabilidade estadual, os presidentes de seus estados⁷¹ fizeram pactos com os coronéis, os chefes locais municipais.

Por outro lado, a dependência financeira do coronel frente ao estado é o que o leva a sacrificar a independência do município. Estes tinham enormes dificuldades de orçamento e se viam constantemente solicitando auxílio ao Estado. A autonomia, portanto, que o coronel possuía era “extralegal”. Tendo a “autonomia legal cerceada por diversas formas, o exercício de uma autonomia extralegal fica dependendo inteiramente das concessões do governo estadual. Já não será um direito da maioria do eleitorado; será uma dádiva do poder” (LEAL, 1975, p. 51).

Assim, o que caracteriza o coronelismo é mais do que a situação particular de mando e autoridade dos coronéis em cada localidade, essa é apenas uma característica. Enquanto forma de práticas políticas, ele é uma vasta e complexa relação dos três níveis de poder: municipal, estadual e nacional, podendo desta maneira, cimentar, ao lado do federalismo da constituição e da política dos governadores, a hegemonia política de uma poderosa classe. Ao qualificar apenas a forma de domínio pessoal, o coronelismo perde sua particularidade e pode ser transferido para qualquer época e região, confundindo-se com a análise das questões de

⁷¹ Para uma “geografia do coronelismo” consultar Edgar Carone (1970).

cidadania com aponta José Murilo de Carvalho⁷². Utiliza-se aqui, portanto, a terminologia do coronelismo especificamente para definir a forma de poder das burguesias agrário-exportadoras, tipificadas pela burguesia cafeeira, em seus municípios no período da República Velha, onde a Constituição de 1891 impôs o federalismo em âmbito nacional e os primeiros presidentes paulistas lançaram mão da política dos governadores para dominarem com estabilidade. Sem inseri-lo no âmbito geral não é possível entender seu completo significado.

Posto esses elementos, já temos muitos material para realizar uma discussão, a nosso ver, fundamental. Trata-se da questão em torno do conceito de oligarquia. A própria raiz da palavra já demonstra sua diferença fundamental com o termo democracia, uma vez que este quer indicar, segundo longa tradição que remonta aos gregos, o exercício do poder por todos. O termo oligarquia, por sua vez, quer dizer o governo de poucos em função de seus interesses privados. Também se diferencia de aristocracia, que seria o governo dos bons, realizado pretensamente em prol do bem geral. Portanto, oligarquia, é basicamente um conceito de conotações negativas. Fica claro num primeiro momento, que o conceito traz referência apenas ao quantitativo excluindo a análise qualitativa, ou seja, não há nomeação de quais classes sociais dominam em cada cenário histórico.

Assim sendo, é essa compreensão de fundo que se tem quando se nomeia o regime republicano de “oligárquico”. Na historiografia a respeito da Primeira República (1889-1930) é dominante o uso do conceito de acordo com essa tradição. Assim é, por exemplo, que Casalecchi, importante historiador do PRP, usa: “Oligarca era aquele que tivesse posição de mando na alta esfera do Estado e do Partido” (CASALECCHI, 1987, p. 185-186). Note-se que nessa definição não há nenhum esclarecimento sobre o caráter de classe dessa dominação.

Pedro César Dutra Fonseca busca realizar essa mesma discussão e faz uma generalização, a nosso ver equivocada, quando comenta que historiadores de peso como Caio Prado, Nelson Werneck Sodré, Edgar Carone e mesmo Celso Furtado teriam utilizado forma muito ampla esse conceito, ora para definir uma classe, ora para o tipo de dominação. Segundo Fonseca, em sua própria obra “o termo é usado num sentido único e preciso. Entendo por oligarquia uma situação de poder em que são estabelecidas regras ou normas, legais ou por tradição que permitem a um mesmo grupo dirigente perpetuar-se no poder” (1987, p. 142).

⁷² CARVALHO, J. M. Coronelismo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORONELISMO.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

Ainda que sua obra indique a existência do caráter de classe social nessa “oligarquia”, Fonseca o estende para toda a burguesia, não especificando a relação interna entre suas distintas frações, pois é da opinião de que dentro daquela “situação de poder” não haveria apenas “oligarcas rurais”, mas conjuntamente a eles, os industriais, comerciantes e até importadores. Portanto, as “oligarquias” estaduais, na ótica de Fonseca eram situações de poder que “congregavam as burguesias de seus respectivos estados, seja a agrária, a comercial, a industrial ou a financeira” (Ibid, p. 143). Nessa análise, além da confusão específica que o conceito de oligarquia trás, ela também não nos permite captar o predomínio por parte de uma daquelas frações existentes.

É precisamente aqui que inserimos o conceito de “bloco no poder”, pois quando o utilizamos, queremos apontar que dentre as várias frações e classes dominantes existentes numa formação social apenas uma é a hegemônica. Por exemplo, numa formação social burguesa onde os interesses burgueses de dominação de classe são hegemônicos frente aos grupos subalternos e onde essa classe dominante se cinde em frações distintas, uma delas tende a ser hegemônica dentro do bloco no poder. Quer dizer, além de fazer valer seus interesses de classe dominante sobre o conjunto da sociedade, classe média, camponeses, operários, etc., a fração hegemônica também faz com que seus interesses econômicos sejam os interesses políticos preponderantes dentro daquele bloco no poder frente às outras frações da burguesia, seja agrária, industrial ou bancária, etc. (POULANTZAS, 1977).

A análise das relações internas do Estado capitalista demonstra que ele é intrinsecamente permeado por inúmeros conflitos e que a luta de classe, em seu seio, não se restringe, de modo algum, à sua contradição maior, burguesia versus proletariado. Entretanto, é claro que ele forma uma unidade de domínio da classe dominante, uma totalidade, unidade apenas que não é monolítica, pois, bastante conflituosa. É precisamente a dominância hegemônica de uma fração que garante a unidade do bloco no poder, evitando que os conflitos intraclasse destruam o Estado, o lócus de dominação da classe burguesa como um todo.

Assim, ao abandonarmos o termo “oligarquia”, consagrado pela historiografia do período, lançamos mão do conceito de bloco no poder, pois acreditamos que ele reflete de forma mais aproximada a configuração da organização política do Estado Republicano. Quem desenvolve o conceito é Nicos Poulantzas, porém ele o retira da magistral obra política de Marx, *o 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Nesse estudo, Marx põe em prática seu método de análise de conjuntura quando destrincha, de modo único, a relação de forças entre os

diversos grupos e classes presentes em uma formação social capitalista desenvolvida, aquela que leva a luta de classes sempre ao último termo, a Francesa. Mais particularmente, os acontecimentos revolucionários que se iniciam nas jornadas de junho de 1848 e tem o desfecho com o golpe de estado de Luís Bonaparte em dezembro de 1851, restaurando o Império e iniciando ainda o momento reacionário da burguesia enquanto classe social, que doravante abandona a postura revolucionária e se posta atrás de seu cretinismo parlamentar e de sua decadência ideológica reacionária⁷³. Portanto, ainda que não defina nominalmente a conjuntura francesa como um “bloco no poder”, com sucessivas alterações na hegemonia, até a ditadura pura do governo burguês sem fraseologia, o conceito esta ali presente.

Embora nosso estudo não compreenda uma exposição exaustiva das várias frações de classes existentes em nossa forma social, apresentamos as três mais importantes frações da classe dominante que tiveram origem pela mesma forma genética, o capital cafeeiro. Além disso, é em grande medida em torno dessas frações que o jogo político encontra o seu espaço na Primeira República. Tanto a fração estritamente fazendeira da burguesia, que restringia as inversões de seus capitais ao espaço restrito da “Lavoura”, quanto a fração da burguesia industrial, grande parte oriunda de imigrantes envoltos no comércio de exportação e importação, estavam subordinadas politicamente à fração hegemônica, à grande burguesia cafeeira, à fração agrário-exportadora por excelência, grupo este que desde cedo percebera como era vantajoso investir na modernização do ciclo cafeeiro, até porque novas atividades produtivas poderiam trazer maior rentabilidade para seus capitais e, portanto, reforçar a sua capacidade de poder político.

Ora, já pudemos notar como era exatamente essa fração que dominava a cúpula partidária do PRP, órgão institucional que monopolizava as decisões políticas do Estado de São Paulo. No entanto, se esta análise do bloco no poder apresentou somente a relação de

⁷³ O livro o 18 de brumário de Luís Bonaparte de Marx é ainda fonte riquíssima para compreender como se identificam representados e representantes políticos e como ocorrem as crises nessa relação. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem muito esclarecedora acerca de um caso concreto, porem que não deve ser tomada de forma absoluta para caracterizar a representação política e literária de uma fração ou classe social: “A social-democracia acredita, antes, que as condições específicas de sua libertação constituem as condições gerais, as únicas nas quais a sociedade moderna pode ser salva e a luta de classes evitada. Tampouco se deve imaginar que representantes democratas eram todos shopkeepers [lojistas] ou os seus defensores entusiásticos. Por sua formação e situação individual, mundos podem separar os dois. O que os transforma em representantes do pequeno-burguês é o fato de não conseguirem transpor em suas cabeças os limites que este não consegue ultrapassar na vida real e, em consequência, serem impelidos teoricamente para as mesmas tarefas e soluções para as quais ele é impelido na prática pelo interesse material e pela condição social. Essa é, em termos gerais, a relação entre representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam” (2011, p. 139).

forças entre as frações paulistas, uma vez que este estado, justamente pela força que as impulsionam, a acumulação cafeeira, ultrapassa o Rio de Janeiro em importância e passam a dinamizar a economia do país, é preciso entender de que forma os interesses dessa fração, que era hegemônica em São Paulo, conseguiu também a hegemonia dentro da política nacional, política que era profundamente fragmentada em estados soberanos.

A forma federativa instaurada a partir de 1891 muito contribuiu para obscurecer a compreensão das relações entre as classes dominantes. Entretanto, é fato por todos sabido, que o Brasil, no cenário mundial, era praticamente conhecido pela antonomásia de “país do café”. E quem, se não São Paulo, era o maior produtor nacional do produto? Assim, mesmo sabendo que a análise da hegemonia deva levar em conta não só as questões econômicas, mas também a capacidade de direção política de uma classe, a análise da política econômica nos fornece elementos cruciais para entender a constituição da dominação:

O indicador da hegemonia não é, portanto, a preponderância econômica de uma fração sobre as demais, ou por outra, não é a maior participação na mais-valia global que a determina. É preciso explicar porque esse critério – a política econômica – deve ser privilegiado para detectar a hegemonia no interior do bloco no poder. A formulação de uma política econômica significa que interesses fundamentais de uma fração da classe dominante são atendidos e interesses também fundamentais de outras frações não o são. Assim, percebe-se que a formulação da política econômica de Estado é um campo de luta onde se decide questões centrais relativas aos interesses de classe, e a sua resultante reflete a relação de forças entre as frações dominantes. O Estado na Primeira República, tanto no nível federal como no estadual, sobretudo em São Paulo, participava de forma ativa na gestão da economia, e, sem dúvida, a sua política econômica, ao mesmo tempo, contemplava e deixava de contemplar interesses fundamentais da classe dominante, revelando que fração de classe ocupava no interior do bloco no poder uma posição hegemônica e que fração ou frações ocupavam uma posição subordinada. (PERISSINOTTO, 1994, p. 27).

Portanto, nessa complexa disposição das frações dominantes dentro da formação social brasileira, que consolidou juridicamente pelo federalismo a regionalização da burguesia brasileira dentro de sua estrutura produtiva, a política econômica nos auxilia também a demonstrar de que forma uma fração de classe que hegemonzava os interesses políticos dentro de seu estado passa a ampliar essa hegemonia para o conjunto da nação⁷⁴.

⁷⁴ Com relação ao estudo do processo de formulação da política econômica, isto é, de constituição da hegemonia, Renato Perissinotto mesmo aponta que “no entanto, um trabalho desse tipo não poderia ser feito numa dissertação mestrado, sobretudo tendo em vista a exaustiva pesquisa empírica que seria necessária para realiza-lo. Portanto, neste livro o nosso objetivo é mais modesto. Procuramos, fundamentalmente, embora não

O período de crise que viveu o café desde a superprodução do final do século XIX, perpassando pelo Funding Loan em 1898 para sanar as finanças, “abandonando” a lavoura a sua própria sorte, a solução que foi dada a esses problemas com o convênio de Taubaté em 1906 e as valorizações posteriores, inclusive, a política permanente de defesa do café que seria criada na década de 1920 indicam claramente que era a produção de café o interesse que o país mais se esforçava para defender na política nacional.

A primeira grande crise que assola a plantação de café data de 1895 e ocorre em parte pelos investimentos proporcionados pelos altos preços que a planta obtinha até então e em parte pela própria natureza da bebida. O café é um gênero de consumo que é relativamente inelástico, o que quer dizer que sua procura é pouco afetada pelas flutuações da renda, para cima ou para baixo e que se satura quando atinge o limite do mercado (FURTADO, 1980). Isso significa que a produção ao não encontrar uma absorção no consumo, quando superestimado, tende a acumular do lado da oferta, pressionando os preços.

Ao lado dessa variante, existiria outro problema que estaria causando descontentamento aos produtores de café: a questão que envolvia toda a intermediação até o processo final de exportação. Formada originalmente por predominância portuguesa, o papel do comissariado - o homem de confiança do fazendeiro, aquele lhe empresta dinheiro, armazena seu café e trata de negociar com as casas exportadoras -, seria aos poucos transferido para o domínio de brasileiros e por estrangeiros radicados no país. Existiria ainda, nesse caminho do café até o porto, o ensacador, que possuiria a função de comprar o excedente, mantendo-o um período em seu poder, antes de vender para os exportadores. Estes, por sua vez, seriam representantes diretos das empresas estrangeiras, já conheceriam o mercado de seus países e teriam contato mais íntimo com as redes de distribuição estrangeiras. A crise que avança a partir de 1895, ano de grande colheita, acabaria por fortalecer a posição dos exportadores. Estes na ciência de que o fazendeiro dependia muitas vezes dos comissários que retinham seus lucros, tratavam de se dirigir diretamente até a fazenda para comprar a preços mais baixos as sacas. Daí é fácil perceber a atitude especulativa que assumiam os exportadores monopolizando a exportação (CARONE, 1970).

só, constatar qual é, na Primeira República, a fração hegemônica. (Ibid, p. 28). Embora o autor considere o “capital estrangeiro como fração hegemônica no interior do bloco no poder nacional”, ele aponta como, dentre as frações dominantes internas, a fração-agrário exportadora é que detém a hegemonia no processos político. Essa análise vai de encontro com nossa exposição acerca da gênese e formação do poder daquilo que conceituamos aqui como autocracia burguesia, motivo pelo qual utilizamos o estudo do autor.

A crise se aprofundaria com a política deflacionista de Joaquim Murinho, posta em prática para atender as exigências do Funding Loan de 1898. Surgiriam então propostas de monopólio nacional da exportação, criar-se-iam serviços de propaganda para a entrada de café em novos países e cogitar-se-iam empréstimos rurais por julgarem ser a crise de caráter apenas financeiro. Também - e isso para o caso é fundamental - trabalhos teóricos sobre a crise seriam elaborados como o de F. Ferreira Ramos e Augusto Ramos, tomando conhecimento da produção mundial. Alexandre Siciliano, em sua vez, um industrial e importador italiano, baseado naqueles dois autores, elaboraria um plano de valorização consistindo na criação de um sindicato monopolista para comprar as sacas a um preço razoável com empréstimos europeus. Em contrapartida o governo proibiria a plantação por seis anos⁷⁵.

Com base nesse cenário de forte pressão dos fazendeiros, comissários e ensacadores, é realizado então, em 1906, o convênio de Taubaté. Propondo uma intervenção maciça no mercado, o plano, todavia, não se realizou exatamente nos termos propostos por Siciliano em 1903, mas sua proposta daria o direcionamento e os eixos principais para a defesa dos interesses da burguesia cafeeira e todos que dela dependiam. O primeiro entendimento do plano seria de que o governo federal arcasse com os custos dos empréstimos, estipulados em 15 milhões de libras esterlinas, e ficasse responsável pela taxaço de três francos por saca. Todavia, o segundo momento é entravado com o surgimento de dois problemas: a negativa de Rodrigues Alves, partícipe do Funding Loan com os Rothschild, de encampar a dívida com os empréstimos e a recusa destes banqueiros ingleses de fornecerem os referentes empréstimos necessários para viabilizar o plano, alegando a incompatibilidade entre essa nova dívida e a retomada da anterior que se daria a partir de 1911.

A solução encontrada para o primeiro problema foi a mesma que vinha sendo praticada desde os governos militares: recorrer a negociações entre estados, tais quais eram

⁷⁵ O plano esta exposto conforme Edgar Carone: "Criar-se ia um sindicato que compraria, sem concorrência, 15 ou até 16 milhões de sacas de café por ano, pelos seguintes preços: 5\$500 por 10 quilos do tipo 7-New York, no 1º ano; 6\$000, no segundo ano; 6\$500, nos seis anos seguintes. O sindicato depositaria 1 000 000 de libras esterlinas em caução e, por sua vez, o governo proibiria, por 6 anos, novas plantações de café, compraria e destruiria toda produção que excedesse aos 16 milhões de sacas anuais, e daria ao sindicato bonificação de 1\$500 por saca, no 1º ano, 1\$750 no ano seguinte, e 2\$000 nos seis anos seguintes. Para controle do preço, a organização estocaria 3 000 000 de sacas de café e, em condições determinadas, poria paulatinamente o café no mercado, evitando a baixa e combatendo o estoque excessivo. Afinal, com o controle de todos os elementos que pudessem aumentar a produção, o sindicato poderia ver realizado o seu desejo: em 8 anos, a produção, segundo os cálculos médios, ficaria estacionada na casa dos 16 milhões de sacas anuais, o consumo iria aumentando progressivamente; logo, os estoques diminuiriam e, no prazo estipulado, desapareceriam. E o preço do café subiria" (1970, p. 40).

soberanos perante a Constituição de 1891. São Paulo, Minas Gerais e Bahia acordam entre si as regras do Convênio:

- Intervenção dos estados na compra do excedente das safras pelo preço mínimo de 55 a 65 francos ouro;
- Com a negativa do banco Rothschild de fornecer os empréstimos, o país recorre a uma gama de outros bancos europeus e americanos contraindo empréstimos menores, possíveis pela própria disputa imperialista de alargar sua influência e ampliar lucros sobre países periféricos, fato que resolve o segundo problema. Para completar o montante de 15 milhões, recorreu-se às casas exportadoras que em troca do adiantamento de 80% do valor das sacas, ficariam responsáveis por armazenar esse montante;
- Para saldar ou amortizar os empréstimos seria estipulado um imposto ouro sobre cada saca de café que destinasse a exportação, os já citados três francos por saca;
- Coroando o acordo e pensando, ou melhor, imaginando cuidar do problema no longo prazo, caberia aos estados adotar medidas que inibissem novos plantios.⁷⁶

Apesar da relativa demora no funcionamento do plano, somente a partir de meados de 1907, e das críticas ferrenhas que recebe o país acusado de burlar as regras sagradas do mercado, de ir contra a natureza econômica e ferir os interesses dos consumidores, o plano desemboca em sucesso: “o balanço de 1907 mostra que todos os compromissos externos foram saudados e que o lucro obtido é imenso” (CARONE, 1970, p. 43). Mesmo Rothschild se vê compelido a entrar no negócio com seus empréstimos. Com Afonso Pena assumindo a presidência em fins de 1906, é retomado o apoio federal. É inegável a maré de progresso econômico que a valorização traz. Bom, isso pelo menos no curto prazo. Acontece que, como demonstra a análise de Furtado (1980) que capta o caráter processual do fenômeno, o plano não incidia na raiz do problema, ou se o fazia, era de maneira parcial. A questão é que numa economia dinâmica como a capitalista, os capitais não podem ficar engessados sem serem reinvestidos e não foram criadas conjuntamente novas medidas que oferecessem centros de aplicação desses capitais que estavam sendo forçados a não permanecerem nos cafezais.

Os preços, ao serem retomados em níveis lucrativos e muito acima destes, inevitavelmente incentivaram novos plantios. Já apontamos o caráter perene do cafeeiro, mas também é preciso dizer que após seu plantio ele demora de quatro a cinco anos para produzir,

⁷⁶ Conforme FURTADO (1980); CARONE (1970).

desta forma os novos pés plantados pelo ânimo da valorização só viriam a contribuir na matemática produtiva a partir de 1910. Embora o problema da superprodução estivesse controlado ao longo das duas próximas décadas, pois se lançará mão de mais duas valorizações no regime republicano em 1917 e 1924-1925, as medidas tomadas pela valorização do gênero, não contribuíam verdadeiramente para algo mais do que adiar a solução definitiva, criando um problema que acabaria por ser uma das causas da derrocada do regime.

A política de valorização do café se, por um lado, demonstra a força hegemônica que São Paulo conquistou com suas maquinações políticas fazendo dos seus interesses particulares os gerais do país – como apreciamos, um estudo mais elaborado cujas conclusões deram fundamento ao Convênio de Taubaté foi feito por industrial, Alexandre Siciliano e outros estados fortes como Minas e Bahia acamparam a ideia -, de outro lado, é o exemplo típico da política feita pela autocracia burguesa, uma política interessada apenas em seu grupo social, sua classe, e que é restrita ao imediatismo, a soluções de caráter momentâneo. Não estava no horizonte político e ideológico dos representantes e dirigentes daquela classe a alternativa analisada por Celso Furtado de buscar alternativas para a alocação dos capitais cafeeiros. Afinal já vimos como a questão da borracha na Amazônia foi rejeitada pelos representantes políticos de São Paulo.

Essa mesma política autocrática não se atentou para o fato de que elevando artificialmente os preços pela burla do mecanismo de equilíbrio da oferta e da procura, via monopólio da produção, “não seria possível evitar que a política de defesa dos preços do café fomentasse a produção desse artigo naqueles outros países que dispusessem de terras e de mão-de-obra em condições semelhantes às do Brasil” (FURTADO, 1980, p. 183).

Toda essa complexa rede de fenômenos, quer dizer, com toda a regionalização produtiva que sofre a burguesia, impedindo que haja uma classe verdadeiramente nacional em termos territoriais, segregando-a nos seus interesses mais vitais e com sua incapacidade de levar a cabo um projeto de desenvolvimento mais vigoroso do capitalismo brasileiro, fica dito que esse tipo de hegemonia é frágil ou então que se assenta sobre uma base tênue? Muito pelo contrário, pois, embora essa burguesia mantenha essa hegemonia no terreno político por uma espécie de pacto, possibilidade gerada pelo regime federativo, significando que a sua relação com as outras frações mais a justapunha do que a aliançava de maneira orgânica – o que por sua vez criava consequências perigosas, principalmente nos momentos de crise profunda,

como oportunamente se poderá compreender -, do ponto de vista econômico e mesmo ideológico a hegemonia ecoava longe. Vemos isso no discurso de um deputado republicano que ficou conhecido por defender interesses ligados ao mercado interno e à industrialização, Serzedelo Correa, que comentava o seguinte a respeito da crise em que vivia a produção cafeeira no início do século XX:

Pode a união recursar ao estado de São Paulo o seu auxílio, já não se diz moral, mas real, de coparticipação nos sacrifícios que a questão do café esta a exigir? Quem, senhores, com o conhecimento do assunto, será capaz de afirma-lo? O café entra em mais da metade, em muitos anos por cerca de três quartos, do valor exportável com que todo o nosso vasto país adquire essa série de utilidades que carecemos para viver e paga essa série de despesas que fazemos no exterior. Quer isso dizer que mais de metade da renda total de nossas alfandegas, quase três quartas partes dos recursos que temos para vida interna e externa da união, o temos por causa da exportação de café. Desvalorizar essa produção e dificultar a importação, é diminuir nos mercados de consumo as condições da oferta do que consumimos, encarecendo a vida; é reduzir as rendas ou recursos com que custeamos todos os serviços, isto é, paralisar o nosso progresso, abrir o déficit em nossos orçamentos, agravar a situação da nossa moeda, deprimindo-lhe o poder aquisitivo. É, enfim, trazer de norte a sul, do Rio Grande ao Acre, uma atmosfera de amarguras, de opressões, de sofrimento que afetam o capital e o trabalho, o Estado e o município, o comércio e a indústria, o lar, a pátria inteira. (Apud FAUSTO, 1972, p. 11-12).

Perceba-se que não se trata de um discurso embasado na pretensa “vocação agrícola” do país. Serzedelo Correia era um profundo estudioso dos problemas brasileiros e crítico do seu caráter monocultor⁷⁷. Mas mesmo assim não fechou os olhos diante da capacidade de progresso que o ciclo do café gerou ao país e até mesmo ameaçava o país de cair numa atmosfera sombria caso não seguisse a valorização do produto. De fato, como apontava Correia, era dos capitais produzidos pela economia cafeeira que eram retiradas as divisas para importação seja de máquinas para as indústrias, seja de bens de consumo necessários ao período, já que suas produções não se realizavam internamente. O próprio pagamento das dividas externas era feito com o montante que a exportação do café era capaz de gerar. A

⁷⁷ Veja-se o seu livro de 1903 intitulado “O problema econômico no Brasil”, onde o autor debate uma variada gama de problemas que vão desde a exploração das riquezas minerais, o cuidado com a remessa de lucros para o exterior, as indústrias nacionais e até mesmo as produções de subsistência como arroz, milho e trigo. Porém, quando o foco é debater o problema do café, Serzedelo não evita de comentar que “a crise que trouxe a sua depreciação não é uma questão de São Paulo, de Minas ou do Estado do Rio; não é uma questão de um grupo numeroso de lavradores, de Estados do Sul, enfim; é, sim, uma questão nacional, uma questão que afeta toda a federação, que envolve todos os interesses de todos os Estados, porque ela afeta todos os órgãos de nosso organismo econômico, a todas as funções da vida de nossa Pátria em sua integridade física e moral” (1980, p. 96).

atividade cafeeira matinha dependente grande parte do consumo do mercado interno. As finanças públicas, por sua vez, dependiam da constância do gênero para que os bancos estrangeiros depositassem sua confiança no país. Mesmo a estabilidade do câmbio estava umbilicalmente ligada a ela. Como então abandonar um gênero que faz toda uma economia, não apenas regional, mas nacional, progredir e modernizar o país? Mesmo a orientação da economia gaúcha que se baseava no mercado interno dependia direta ou indiretamente dessa valorização. Era essa cadeia produtiva, tendo em vista a dinâmica na qual estava inserida, que Serzedelo Correia defendia quando pleiteava a atenção do governo para a defesa do café.

Portanto, a hegemonia do grande capital cafeeiro a nível nacional não estava fundada apenas no plano político com o pacto federalista e no controle da política nacional pelo único grande partido paulista e o mais forte dos republicanos a nível nacional, o PRP. Ora, se eram predominantemente os interesses particulares de uma fração burguesa paulista aqueles representados pelas valorizações da política econômica republicana, o fato de receberem apoio de outras frações dominantes, tanto internas como externas ao estado de São Paulo, indica que também os interesses, ainda que não os fundamentais, daquelas outras frações, em alguma medida, realmente eram representados por meio da defesa dos interesses do grande capital cafeeiro. Isto ocorria justamente devido a dependência que a economia brasileira sofria pela exportação do café. Assim, hegemonia é aqui entendida exatamente nesses termos, não da capacidade de negar outros grupos ou de liquidá-los, mas da conquista da direção na luta política, tornando aqueles grupos, mesmo que portadores de interesses diversos, seus aliados (GRAMSCI, 2002).

III – O movimento estrutural de um bloco histórico autocrático

Na medida em que apresentamos no capítulo anterior o processo de gênese e formação da burguesia cafeeira enquanto classe que incorpora o sentido colonizador de nossa formação social, quer dizer, que cria um novo ciclo econômico agrário-exportador, bastante diferenciado, capaz de atrair as atenções do país, e também quando apresentamos a luta política, dentro da relação de forças, da qual participou e o processo no qual se inseriu para, não apenas conquistar o poder, mas desenvolver uma hegemonia dentro de seu próprio estado e através do impulso modernizante de sua acumulação cafeeira sobre as outras burguesias regionais, apresentamos a formação do Bloco Histórico Republicano.

Quando utilizamos o conceito de Bloco Histórico - aplicado com maestria por Gramsci (1987) na análise da questão meridional italiana -, procuramos ressaltar o modo como uma determinada sociedade se conforma e, mais precisamente, como as relações que ela promove em sua estrutura encontram uma unidade dialética e um vínculo orgânico com a sua superestrutura. Assim, o regime republicano brasileiro ao nascer encontra uma estrutura produtiva complexa e diversificada em torno da produção cafeeira e sobre ela, uma fração específica, a grande burguesia cafeeira, estabelece sua hegemonia dentro do bloco no poder. Mas, esse mesmo bloco histórico não pode ser compreendido na sua inflexibilidade e uma vez alicerçadas as forças históricas em seu seio é o movimento que prevalece, ou para dizer com outras palavras, são as relações de contradição que ditam aquela dinâmica.

O próximo capítulo deve, pois levar em conta como aquele movimento de valorização dos capitais cafeeiros tende a não mais se restringir ao âmbito da fazenda de café. A partir do momento em que a produção cafeeira, não apenas para sobreviver, mas para se ampliar, teve de extrapolar seu caráter predominantemente agrário e se realocar em outras atividades mercantis e mesmo na indústria, esse movimento, ao extrapolar suas contradições, faz com que cada setor antes ligado umbilicalmente à produção cafeeira, se descole dessa relação e se torne menos dependente de sua acumulação. Por sua vez, as classes detentoras de seus lugares dentro da produção começam a se movimentar, se deslocando de suas antigas posições e tornando-se relativamente independentes daquela acumulação que os originou. Precisamos entender esse fenômeno se quisermos avançar no entendimento da crise que desestrutura o regime republicano e a nova conformação histórica que se segue a ela.

A relação entre lavoura e burguesia agrário-exportadora cafeeira

A começar pela fração agrária – mais uma vez não se confunda esta fração com a grande burguesia cafeeira detentora de outros negócios que não apenas aqueles da produção de café, mas também seu financiamento, comércio, exportação, etc. Essa fração de fazendeiros, mesmo sendo também classe dominante, continua no período subordinada politicamente a outros interesses. Todavia, o próprio desenvolvimento do capital cafeeiro, dentro do qual ela participa como início da cadeia produtiva, torna o quadro geral agora mais caótico.

A defesa do café realizada pelo Convênio de Taubaté, que em 1906, ao lado da rearticulação da cúpula do PRP e da greve geral daquele ano, tinha colocado fim a cisão entre as duas grandes frações do capital cafeeiro, a lavoura e a fração agrário-exportadora, vai se tornar durante o percurso do regime, que faz daquela política um dos seus pilares de sustentação, motivo de grandes divergências entre elas. A política de valorização que buscava salvar a produção cafeeira da ruína, também nos possibilita acompanhar o movimento que essas duas frações efetuavam não apenas na luta intraclasses burguesa, mas na estrutura produtiva.

Após a primeira valorização, nova política de mesma natureza precisou ser efetuada em 1917 para recuperar os preços das exportações. À diferença da primeira, esta valorização foi feita com emissões de papel-moeda, o que acarreta certa injeção de dinheiro na economia favorecendo a disponibilidade de dinheiro para as classes produtoras. A geada de 1918 acelerou a recuperação do preço do produto. Porém, como já é de nosso conhecimento, as valorizações não faziam mais que jogar a solução do problema para adiante e este sempre voltava. Poucos anos depois, já no começo da década de 1920, os custos de produção internos aumentam gerando a queda dos lucros, o que força o governo a intervir novamente. Só que agora, não se ventila mais a solução pela emissão interna, mas apenas pela retomada dos empréstimos internacionais. A lavoura demonstra claro descontentamento pela negativa do governo em oferecer a alternativa anterior, que possibilitava também uma forma de crédito para aquela classe. Para piorar a situação, concentra-se ainda mais o mecanismo de comercialização do café quando praticamente “um único operador realizava as comprar – de

início a Companhia Mecânica e importadora e depois a Brazilian Warrant Company” (SAES, 1986, p. 259).

Quando surge em 1924 a proposta da criação de um instituto de defesa permanente a relação se mostra áspera. Aprovada a proposta, dentre os cinco membros designados para administrar o instituto, os secretários da Fazenda e da Agricultura e mais três nomes indicados pelo presidente do Estado, nenhum vinha dos órgãos de representação da lavoura, como, por exemplo, da Liga Agrícola ou da Sociedade Rural. Estes últimos reivindicavam não apenas a alteração da comissão dos cinco nomes, mas também expressamente a criação de um banco dos lavradores que possibilitasse créditos agrícolas para a retenção do estoque nas fazendas ou um grande instituto de armazenamento que estivesse sob seu controle⁷⁸. Ao entregar o excedente de sua produção às casas exportadoras, eles acabavam sofrendo o inevitável numa situação como essa: a especulação. Assim, essas propostas visavam combater a monopolização dos estoques pelas gigantescas e poderosas casas exportadoras, controladas ou por empresas estrangeiras, ou em menor grau pelos representantes do grande capital cafeeiro que dominavam as firmas brasileiras como no caso da Prado Chaves.

Na resolução desse conflito específico, a lavoura consegue alçar dois representantes dentro do instituto, mas o poder de decisão é subordinado ao presidente do Estado. Chegando, inclusive, a propor a desvinculação do instituto do Estado, a lavoura demonstra estar se distanciando do Governo, pois acreditavam que as medidas adotadas por este órgão tendiam a beneficiar grandes comerciantes e banqueiros especuladores e sobrecarregar sempre a lavoura com mais impostos sobre as sacas exportadas.

Quando analisamos a política econômica, embora fique claro o caráter subordinado da fração da lavoura frente aos interesses do grande capital cafeeiro, percebe-se também o descontentamento daquela fração exclusivamente agrícola e como começa a haver uma diferenciação daqueles interesses que, se antes eram umbilicalmente ligados ao café, agora parecem tomar rumos distintos. É então que vários empreendimentos do grande capital cafeeiro começam a se apresentar como negócios com alta rentabilidade própria, quer dizer, a se dissociar da rentabilidade ligada à produção cafeeira:

Foi entre a última década do século XIX e a Primeira Guerra Mundial que o grande capital cafeeiro se consolidou. Durante esse período, a expansão das estradas de ferro, o primeiro grande investimento dessa classe, se mostra pouco atrativa, o que levou os grandes fazendeiros a aprofundarem a sua

⁷⁸ O debate pode ser encontrado em Flávio Saes, 1986, p. 257 e passim.

participação em outros setores da economia como, por exemplo, o comércio de importação e exportação, os bancos, serviços urbanos etc., ou seja, a buscarem a valorização de seu capital em investimentos cada vez mais diversos.

A acumulação vai, assim, depender cada vez mais diretamente das tarifas ferroviárias, taxas de juros, tarifas de energia, lucros comerciais e outros que, por sua vez, representam parte importante dos custos da lavoura, isto é, dos custos daqueles ligados exclusivamente à produção agrícola. (PERISSINOTTO, 1994, p. 30).

Mesmo o exemplo das ferrovias, que o autor cita como pouco atrativas em determinado momento, mas que foram mais que necessárias para a expansão da produção, a diminuição de seu custo e a migração para terras mais distantes dos portos, demonstra também ser um investimento com rentabilidade própria, acabando por gerar uma dissociação de interesses entre plantação e transporte. Como as empresas ferroviárias eram concessões do governo e formadas por grandes acionistas elas acabavam por monopolizar o serviço de transporte que retirava sua renda da tarifa de embarque. Quando surge a oportunidade de transportar outros gêneros como algodão e mesmo produtos de subsistência, ela tem a possibilidade de diminuir a sua dependência do café.

Cabe lembrar ainda que não havia um sistema bancário desenvolvido para permitir que os fazendeiros segurassem seu produto até um preço razoável de venda. Vendo-se obrigados a venderem suas produções pela carência de dinheiro, os plantadores de café proporcionavam aos exportadores a oportunidade, que teoricamente devia ser deles, de esperar o momento certo de carência ou de elevação dos preços.

Todos esses problemas enfrentados pela fração que não diversificava seus interesses além da plantação de café advinham do domínio da fração agrário-exportadora sobre outras atividades. Monopolizando-as, poderiam jogar como quisessem com os interesses dos fazendeiros, estabelecendo acima do mercado os preços, o financiamento e a retenção do produto. Estando no controle de uma rede muito complexa de atividades, à qual os fazendeiros dependiam, o grande capital, sejam banqueiros ou exportadores, grandes comerciantes ou donos de empresas ferroviárias, eles não tinha razões “para pleitear uma séria política de crédito agrícola. Ao contrário, interessava-lhe manter sob domínio a esfera da produção agrícola e o controle da comercialização do café” (PERISSINOTTO, 1994, p. 48-49).

Importa reter aqui, que as crises de superprodução, embora afetassem profundamente a lavoura de café, pela relação direta que ele tinha com o produto, não afetavam da mesma forma a fração agrário-exportadora que tinha interesses em outros ramos com rentabilidades próprias e se outros mostrassem rendimentos mais elevados que a produção do café - que dependia do tempo de maturação de cerca de quatro anos nos cafezais -, ela poderia suportar a crise com muito mais segurança que a lavoura. Havia, portanto, dentro de toda aquela atividade dos capitais cafeeiros ritmos diferentes de acumulação que tendiam a ganhar existência própria distanciando-se cada vez mais do âmbito das fazendas.

A posição secundária á que era mantida dentro do bloco no poder, forçava a Lavoura a organizar constantemente sua participação política. Depois da débil atuação do Partido da Lavoura de 1900, outras associações tentaram representar este setor, algumas inclusive partindo do próprio governo e procurando harmonizar a situação, inserindo-a ao lado do grande capital cafeeiro. Dentre elas citamos a Sociedade Paulista de Agricultura (1902), a Sociedade Rural Brasileira (1919) e a mais combativa delas, a Liga Agrícola Brasileira (1921) que lutou ferozmente pela representação da Lavoura dentro do Instituto do Café, dominado por membros do governo e representantes do grande capital cafeeiro⁷⁹.

No entanto, a entidade que verdadeiramente consegue conquistar o direito de ser considerada seriamente no jogo político pelo PRP é o Partido Democrático. Ao representar, por um lado, uma cisão no interior das frações dominantes como fica claro quando um dos seus fundadores é o ex-monarquista e representante do grande capital cafeeiro Conselheiro Antônio Prado – note-se que este nunca participou do PRP -, a agremiação partidária expressa, por outro, um reacionarismo típico da classe dominante da qual participa, perceptível na data de sua fundação, o 35º aniversário da Constituição de 1891, e, portanto, na intenção deliberada de defender esta carta constitucional, deturpação da qual seria um dos grandes motivos da decadência em que o regime vivia. Também é possível notar que, se no seu interior formar-se-iam setores de representação das classes médias, “é fato que o Partido Democrático foi mais procurado que o PRP pelo interesse participante das linhagens decadentes de quatro séculos” (RAMOS, 1980, p. 135). Aliás, mesmo dentro das demandas modernizantes que o partido reivindicava, como a necessidade de levar em conta a “questão social”, justamente o que auxilia essa aliança é “a visão agrarista da sociedade brasileira, de que era portadora [também] a classe média paulista” (FAUSTO, 2010, p. 55).

⁷⁹ Uma breve análise dessas organizações encontra-se em Perissinotto (1994). Ver também Casalecchi (1987).

Inserida dentro de uma contradição típica do perfil autocrático da classe burguesa brasileira, a criação do Partido Democrático busca tornar a realizar uma de suas principais características, a transformação visando a manutenção da ordem, a necessidade de mudar para conservar:

Quando, finalmente, percebeu o conselheiro que a crise cafeeira agravava-se, comprometendo a estabilidade da economia paulista, sem que o PRP apresentasse soluções acauteladoras válidas; quando o Conselheiro sentiu que a Nação começava a enfasiar-se com os métodos políticos do perrepismo, baseados na legitimação das atas falsas, na depuração de candidatos regularmente eleitos, nas fraudes sucessivas das listas eleitorais, na insensível deformação e rejeição das sentenças judiciais; quando verificou que a crescente insatisfação da juventude militar constituía uma inequívoca peça de acusação a São Paulo, aos seus políticos e aos brasileiros sentiu que estava na hora de agir, que necessário plastificar as feições sem modificar os hábitos do organismo. (RAMOS, 1980, p. 133).

O livro *ideais e lutas de um burguês progressista* (1958) de Paulo Nogueira Filho permite, pelo viés retrospectivo, uma análise consistente da atuação do Partido, mas também conta com um traço muito sincero do autor ao relembrar certo ambiente social em que se forjavam aqueles acontecimentos: “O que para mim não oferecia dúvida era que, mesmo, em certos de meus amigos pessoais, ‘oniscientes’ e ‘inexcedíveis’, revivia, sob um aspecto inesperado, a alma dos feitores de escravos...” (Ibid, p. 207). Muitos dentre eles eram, portanto, representantes daquela fração burguesa ligada à Lavoura e que encontravam no Partido Democrático uma forma de lutar pelos seus interesses frente ao predomínio monopolista dos dirigentes políticos dentro do poder, que não eram senão membros do PRP, representantes da grande burguesia cafeeira.

Não cabe analisar aqui sua atuação dentro da Aliança Liberal e da crise que desarticula o regime, objeto de outra seção. O importante a reter aqui é a forma de ação a que esse partido se propunha – e isso é um avanço em relação a outras frações que sequer chegam a criar um, mantendo-se durante todo o período apenas em ligas e associações -, pois mesmo ciente de todas as fraudes e maquinações que a política situacionista utilizava para se manter no poder, praticamente consciente de que as vias legais estavam cerradas para alcançar o poder, mantinha sua estratégia dentro da atuação legal, quer dizer, focava sua política na crença de

que o alistamento cada vez maior de membros e as campanhas de esclarecimento acerca do caráter corrupto do PRP lhe trariam a vitória nas eleições⁸⁰.

Assim, a já surrada frase “a lavoura hoje com o governo. E se não for atendida, amanhã será a lavoura sem o governo. E depois, a lavoura contra o governo” quando da decisão de Washington Luís de abandonar a defesa em meio à superprodução, e quando muito preocupar-se com ela apenas para manter a estabilidade cambial de sua política monetária, demonstra que o princípio político dessa fração é estar com o governo, e que é o descontentamento continuado que pode levar a uma oposição mais severa. Entretanto, mesmo que a lavoura se radicalizasse ela não encontraria dentro do Partido Democrático maioria capaz de levar essa proposta a cabo. Teria que aguardar a formação de um bloco de forças que agregassem outros motivos particulares para que esse descontentamento prevalecesse sobre o governo do PRP.

Ora, ainda que esses fatos digam respeito apenas à relação entre lavoura e grande capital cafeeiro, e ainda que demonstrem a subordinada e limitada oposição que a Lavoura, mesmo quando inserida dentro de um verdadeiro partido político, era capaz de fazer ao PRP, defensor da grande burguesia cafeeira, eles representam parte de um movimento fundamental que estava a ocorrer gradativamente durante todo o primeiro regime republicano, em especial suas duas últimas décadas. Aquele processo que remonta desde a metade do século XIX, quando a produção cafeeira extrapola a simples produção e diversifica suas atividades, encontra aqui uma transformação qualitativa. O capital cafeeiro, hegemônico pela sua fração agrário-exportadora, e que possui com a lavoura desde a sua germinação uma relação de unidade contraditória, quer dizer de complementariedade e de oposição, rompe essa relação umbilical com o café e isso em decorrência do próprio caráter de sua acumulação. Para dizer com outras palavras, como resultado de suas próprias contradições geradas para desenvolver as forças produtivas, o capital cafeeiro engendra o fim de sua unidade em torno do café e a partir de agora as frações tem cada vez mais condições de se libertarem da acumulação gerada para exportação do café. Isso explica em grande parte todo o

⁸⁰ Para o então secretário do partido Paulo Nogueira Filho, o ambiente ao qual nomeia de “fascismo crioulo” seria de completa ilegalidade, tratava-se de “testes para-fascistas”, e para seu desgosto: “nossa agremiação, por sua vez, ao contrário de bradas às armas, proclamando assistir-lhe, diante daquela orgia de ilegalidade, o direito sagrado de revolução, sai-se do ‘bacanal do crime’ com uma comunicação que traçava um melancólico roteiro” (NOGUEIRA FILHO, 1965, p. 324), prosseguir na crença de salvação pelo alargamento do alistamento e intensificação da propaganda.

descontentamento da Lavoura em relação à política dominante que, como vimos, representa no poder os interesses do grande capital cafeeiro, hegemônico dentro do bloco no poder.

Com o exemplo mais simbólico disso ocorrendo nas críticas da lavoura ao perceber o abandono em que a produção do café era legada em seus mais variados aspectos, desde a falta de créditos, até as políticas que fomentavam a acumulação das já oligopolizadas casas de exportação e bancos de financiamento, não seria, entretanto, nessa relação que residiria a fratura mais importante do capital cafeeiro. Seria na acumulação gerada em torno do capital industrial, como vimos gerado também pela economia cafeeira, que estaria a ruptura crucial para o futuro da acumulação em bases mercantis.

A indústria e sua organização de classe frente à burguesia agrário-exportadora cafeeira

Talvez mais importante do que a intenção primeira de minimizar o dano causado pela abolição e pela crise do café, seja a disponibilidade de dinheiro e crédito que o Encilhamento e a sua política monetária expansionista⁸¹ vai proporcionar à indústria. Ao criar uma especulação financeira desenfreada ainda na transição do regime monárquico, o encilhamento acaba também por estimular o crescimento de alguns estabelecimentos industriais, a criação de novos e ainda um processo de concentração na organização de grandes empresas, principalmente no estado do Rio de Janeiro, local onde se situava a capital federal e por ser desde o império um importante centro não só comercial, mas também financeiro⁸². Ou seja,

⁸¹ Junto com a permissão de emitir moeda dada aos bancos e sociedades anônimas em 1888, o Encilhamento compreende também as políticas monetárias desde a queda do Império em 1889 que buscavam salvar a lavoura da escassez de braços que a abolição tinha lhe causado. Já no período republicano, regime que exigia maior liquidez monetária do que a antiga monarquia escravista, Rui Barbosa tentaria salvar a economia ampliando a Reforma bancária de 1888, proporcionando por sua vez, certa concentração de capitais (LEOPOLDI, 2000).

⁸² Mais uma vez, quem nos fornecer o cenário é Maria Antonieta P. Leopoldi: “Diversos ramos da indústria manufatureira apresentavam então, ao lado dos pequenos e médios estabelecimentos, um número reduzido de empresas de grande porte. Elas se destacavam pela alta concentração no valor de produção, na potência instalada, no capital investido e na força de trabalho quando comparadas aos demais estabelecimentos dos mesmos setores. As fábricas de tecidos de algodão no Distrito Federal, como também as do interior fluminense, eram as maiores do país na época do Encilhamento. Nesse momento, elas começaram a produzir tecidos mais finos e adotar técnicas de tingimento e estamperia, o que indicava uma mudança na qualidade do tecido produzido. Entre 1885 e 1895 foram fundadas 47 fábricas de tecidos de algodão, 12 das quais sediadas na região do Distrito Federal e no interior fluminense. Essas 12 indústrias, que correspondiam a 25% de todos os estabelecimentos têxteis de algodão, detinham, no entanto, a metade dos teares do país” (2000, p. 44).

mesmo que o Encilhamento tivesse criado muitas indústrias fictícias e sem capacidade de sobreviver quando sustados os auxílios governamentais, houve sim parte importante do contingente criado nesse período que conseguiu sobreviver e prosperar.

Esse primeiro fomento consciente que fortalece o parque industrial brasileiro seria importante para que ele tivesse condições de suportar as crises cafeeiras que, pela sua condição de dependência, dependendo da região, maior ou menor em relação a essa fonte de acumulação, afetariam também a indústria. Assim, ainda que a política de Joaquim Murinho no governo Campos Salles (1898-1902) fomentasse medidas para combater a crise financeira que o país vivia, e que na qual o Encilhamento tinha parte importante, e a queda de preços do café no período afetasse o grau de desenvolvimento da indústria, o setor manufatureiro já estava relativamente consolidado e não sofreria uma perigosa estagnação. De outro lado, novos ramos da indústria iam surgindo estimulados em grande parte pelo saneamento das cidades e fomento de obras públicas que fortaleceu a urbanização, os portos e as ferrovias levada a cabo pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906).

Concomitantemente a esse desenvolvimento do Distrito Federal, São Paulo também fomenta a sua industrialização e assim o faz concorrendo com maiores perspectivas do que aquelas que Rio de Janeiro dispunha. Como já notamos, o fato de em São Paulo a indústria estar umbilicalmente atrelada ao processo de acumulação cafeeira faz o desenvolvimento do “complexo cafeeiro” ser, em parte, o seu próprio desenvolvimento. O que não quer dizer que a industrialização no Rio de Janeiro esmorecesse, “na verdade, era a cidade do Rio de Janeiro que deixava de acompanhar o ritmo célere do desenvolvimento industrial da cidade do interior de São Paulo reunidos” (LEOPOLDI, 2000, p. 57). Mas, esse impulso só ganha corpo para se equiparar ao desenvolvimento do Distrito Federal durante a primeira guerra mundial. Assim, a associação industrial que vai surgir agregando poderosos empresários do Rio de Janeiro é explicável pelo longo período de maturação daquele parque, remontando-se desde 1880.

O Centro Industrial Brasileiro, criado em 1904 -, órgão que é herdeiro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional atuante desde 1827, mas que também incorpora o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem -, ainda que traga aquela nomenclatura, é um amálgama tanto de industriais como de comerciantes e importadores. É preciso lembrar ainda que os sindicatos na Primeira República eram organizações de direito civil, não atreladas, portanto, ao Estado. A verdadeira importância do centro residia nessa independência frente às

intervenções estatais e no seu caráter permanente, além de agregar as várias demandas isoladas que antes eram feitas pelos representantes de sua classe⁸³.

O CIB foi criado no momento em que os industriais do Rio de Janeiro iniciavam uma campanha em prol de uma tarifa protecionista, pressionando o Congresso para a aprovação de um novo código tarifário. A conjuntura de formação do centro dos industriais também é a de greves e movimentações operárias: entre 1898 e 1906 registraram-se 36 movimentos no Rio de Janeiro, envolvendo operários têxteis, sapateiros, gráficos, pintores, chapeleiros, estivadores. A greve, que reivindicava jornada de oito horas de trabalho e aumento salarial, não teve sucesso, e os industriais reagiram a ela com a demissão dos grevistas e a repressão policial. Contudo, a despeito da vitória dos industriais, evidenciou-se a força do movimento dos trabalhadores, o que deve ter contribuído para acelerar a formação do CIB em 1904. (LEOPOLDI, 2000, p. 64).

Primeiramente, fica clara a existência tanto de um processo de industrialização como da fração de uma burguesia industrial, mesmo dentro do contexto de vigência da hegemonia agrário-exportadora e do discurso da vocação agrícola do país. Entretanto, o caráter da luta entabulada pelo CIB, conjuntamente com outras organizações menores e setoriais da classe industrial, não tinha como objetivo negar o predomínio dos interesses portados pelo capital cafeeiro e o maior exemplo disso é a restrição, no fundamental, de suas lutas à questão tarifária, ou seja, pelo protecionismo. Já pudemos notar que no início do regime republicano não eram industriais, mas militares, engenheiros e parlamentares que faziam a crítica ao regime monocultor do país, dependente de conjunturas externas ao seu poder para se desenvolver. Além disso, essa classe, quando se organizou no CIB também não tomou qualquer iniciativa contumaz de elaborar um projeto de industrialização maciça, o que de outro lado, era um impedimento até mesmo estrutural pela dependência do capital cafeeiro em que vivia essa industrialização – mesmo o caso do Rio de Janeiro que apresentava um certo descolamento da produção cafeeira não tinha condições de retirar de outras fontes capitais necessários para um empreendimento de tão grande vigor como era essa demanda.

Basicamente, é nesse cenário de transferência do predomínio do Rio de Janeiro que passava o bastão de grande centro econômico para São Paulo, que a industrialização ganha um período de crescimento contínuo. A valorização do café em 1906, proporcionando uma melhoria nas suas trocas, favorece também a indústria na medida em que gera uma maior capacidade de o país importar máquinas. A criação no mesmo período da Caixa de

⁸³ Para uma análise dos problemas levantados pela classe no período ver as obras de Edgar Carone sobre o Pensamento Industrial no Brasil (1977), e sobre O Centro Industrial do Rio de Janeiro (1978).

Conversão, mecanismo que freia a valorização do câmbio e utiliza os empréstimos advindos para o café como fontes de um banco de emissão, permite ao país engatar uma sequência de progresso industrial nunca antes conhecida (CARONE, 1970).

O período da primeira guerra mundial vem revelar o caráter dialético da nossa industrialização. A relação umbilical que viemos ressaltando desde o segundo capítulo entre café e indústria, começa então a sofrer uma dissociação fundamental. A crise das exportações que a grande guerra deflagra cumpre a função de exacerbar as contradições que formam aquela relação, ou seja, a indústria gerada pelos próprios capitais oriundos da acumulação cafeeira vai possibilitar que ela mesma seja fonte crescente de investimento durante o período de fechamento do comércio exterior. Não falamos apenas da indústria manufatureira ou de produção de alimentos, mas também de exemplos como a de produção de energia que cresce muito no período (SAES, 1986).

Admitindo-se a hipótese de Sérgio Silva, de que não se deve encontrar uma relação única entre café e indústria⁸⁴, a impossibilidade gerada por um fator externo de continuar a acumulação cafeeira nos mesmos moldes anteriores à guerra, geraria, assim, o extrapolar de um polo dessa contradição. Quer dizer, se antes o limite para o desenvolvimento da indústria era dado pela posição dominante das exportações, a crise que a mesma sofreria acabaria por oferecer a oportunidade da indústria avançar em relação a esse limite, ainda que não o superasse. A queda da entrada dos capitais internacionais que tanto favoreciam a produção agrário-exportadora e, por vida indireta, a possibilidade de a indústria continuar se desenvolvendo como até então tinha feito nessas bases acaba por incidir no polo positivo desse processo: “em cinco anos, o país realizou um trabalho que razoavelmente levaria décadas para ser realizado sob condições normais. Uma revolução estrutural substituiu uma evolução estrutural, sem mudança da direção do processo” (NORMANO Apud SODRÉ, 1964, p. 250).

Essa relação é mais complexa do que se tem indicado com a simples utilização da capacidade ociosa. Na verdade, uma industrialização para ganhar ímpeto precisa de outros elementos para formar uma totalidade. Como aponta Liana Aureliano, as contradições geradas pelo capital cafeeiro vão mais além, elas implicam a criação de um setor de produção de bens assalariados e ainda uma agricultura mercantil de alimentos capaz de suprir parte importante das importações já antes da primeira guerra mundial: “não é difícil entender que esses são pré-

⁸⁴ CITÁ-LA

requisitos indispensáveis ao futuro, que sem eles seria impossível ao capital industrial aspirar a qualquer dinamismo próprio, ainda que limitado” (1976, p. 2). Não se trata é claro, de uma emancipação da indústria de toda a predominância de interesses agrário-exportadores, hegemônicos ainda em nossa formação social. Mas, tal processo não pode ser desconsiderado sem que se perca o entendimento, de maneira reflexa, do real.

Ainda que a formação social brasileira conhecesse esse fortalecimento de outras atividades fundamentais como uma indústria manufatureira e de bens assalariados, a agricultura de subsistência e um setor de energia a fomentar uma crescente urbanização, finda a guerra, ela iria presenciar a produção cafeeira absorver novamente todas as forças nacionais na busca de retorno das antigas expectativas de altos lucros. As três valorizações que se seguiram (1917, 1921 e a permanente em 1924) fizeram da década de 1920 um período de nova febre nas plantações. Fatores externos como a elevação internacional dos preços, puxada principalmente pela demanda crescente da economia norte-americana que vivia um crescimento acelerado por ter financiado a guerra, também auxiliavam essa corrida ao plantio.

Nesses termos de reorientação das atenções para a superprodução do café, todas essas outras atividades que já dispunham de certo vulto e mesmo dinâmica própria, ainda que limitada, eram “apagadas” e não mereciam a atenção da política do Estado. Nada de anormal até aí, pois já se sabe que tanto a classe hegemônica era autocrática e dispensava cuidados às outras atividades que não as de seus interesses, como que em períodos de auge de um ciclo agrário-exportador todas as atenções fundamentais do país se voltam para aproveitar os lucros proporcionados por esse auge.

Demorando cerca de quatro ou até cinco anos para que os novos cafezais engendrem o fruto, é só na metade dos 1920 que a superprodução se transforma num problema que beira a ao descontrole. A partir de 1927 já se esboçam safras muito maiores que o consumo mundial pode absorver e em 1928 a produção ultrapassa as 28 milhões de sacas. O fundamental para a discussão que queremos estabelecer aqui reside em que na retomada após a grande guerra e nas valorizações do café dentro do contexto de hegemonia dessa produção, as suas contradições não somem, não são eliminadas. Pelo contrário, elas são elevadas a outro patamar e se aprofundam. Conforme entram mais capitais estrangeiros para as sucessivas políticas de defesa do café e, com a elevação de seus preços, mais divisas sejam adquiridas, novas oportunidades são abertas para que a indústria importe as máquinas de que necessita. O

montante de lucros acumulados durante a guerra, quando era impossível importar, corrobora muito nesse sentido.

Como a relação entre indústria e café sempre era mais íntima em São Paulo, seria precisamente esse polo o centro dessas modernizações, ultrapassando, nesse momento, o Distrito Federal em termos de aumento da capacidade produtiva e de importância regional. Isso ocorre não só por que aquela indústria de bens assalariados se moderniza, mas por que tem início aí o desenvolvimento de um incipiente setor no departamento de bens de produção. Isso é fundamental para o futuro da economia do país, já que aquele setor desenvolvido como consequência do primeiro grande ciclo cafeeiro lá em 1880, o de bens assalariados, não tem capacidade de criar seus próprios mercados. Contudo, e veja-se com isso a proporção que a industrialização estava tomando, mesmo sem essa capacidade de ir abrindo caminho para sua produção, esse setor tinha sua contribuição para a economia, como bem aponta Liana Aureliano:

Na medida em que a estrutura de mercado era do tipo oligopólico competitivo, as grandes empresas tinham um potencial de acumulação superior e justamente elas eram capazes de se modernizar, enfrentando a concorrência externa, e crescer, mesmo na crise, à custa do deslocamento da produção das pequenas e médias empresas. Isto é tanto mais verdadeiro quanto não percamos de vista que o aguçamento da concorrência intercapitalista podia assumir dimensões inter-regionais, com a grande empresa paulista, a que estava em melhores condições, se apropriando de outros mercados regionais (1976, p. 39-40).

Não se deve, portanto, subestimar a importância desse setor industrial. Por outro lado, é para a criação do DI, o departamento de bens de produção, ainda que embrionariamente, que devemos orientar nossas atenções. A década de 1920 assiste a criação de uma série de novas indústrias, sem muita relação com as oficinas de montagem, de fabrico de peças e olarias existentes até a Grande Guerra. São exemplos disso a Companhia de cimento Portland, a Cia. Belgo-Mineira, no caso a fusão e expansão de uma já existente, a Cia. Metalúrgica de Ribeirão Preto, a tentativa fracassada da grande indústria de aço de Percival Farquhar, dentre outras⁸⁵. Claro que sempre com inúmeras concessões do governo. Mas, como dito, se trata apenas de um embrião desse setor, afinal, hegemonizado pelos interesses agrário-exportadores, nem o Estado nem a própria burguesia industrial, muito menos o capital internacional levaria a cabo uma industrialização de larga escala no DI, o departamento de

⁸⁵ Quem nos fornece os exemplos é Liana Aureliano (1976).

bens de produção. Sem necessidades e sem interesses que conduzissem tal política, seria necessário aguardar que uma crise mais radical desarticulasse a economia para perceber a importância da capacidade produtiva que estava sendo construída em torno da indústria.

Esse processo sinuoso que a industrialização percorre na década de 1920 pode ser também acompanhado pelas associações de classe da burguesia industrial, processo que em muito deve à luta dessas associações pela proteção tarifária. Novamente não se deve esquecer que é em resposta também ao movimento operário que essa fração desenvolve suas estratégias de classe. O grande nome que a representa durante o período de fermentação social que se segue à guerra, onde pipocam greves, insurreições, levantes operários e, inclusive a formação de partido comunista inspirado pela Revolução Russa⁸⁶, é Jorge Street que assume a presidência do CIB em 1912 denotando o controle daquela associação pelos industriais (LEOPOLDI, 2000). Personalidade extravagante, formada num contexto totalmente diverso do nosso, a saber, a sociedade alemã na qual a social democracia e um gigantesco movimento dos trabalhadores organizado em partido equilibravam a luta de classes, o industrial era, no mínimo, uma figura atípica dentro da burguesia industrial brasileira.

Street defendia o direito dos trabalhadores de se associarem em sindicatos alegando que até mesmo o “velho mundo já passou pelas fases de resistência e teve de ceder” (Apud TEIXEIRA, 1990, p. 66). Também desenvolvia políticas de controle social como a vila operária Maria Zélia que impunham códigos de conduta e invadiam até mesmo a vida privada dos operários, disciplinando-os para o trabalho. Entretanto, tudo isso não o tornava nem posição predominante dentro dos centros industriais, já que em 1918 há uma cisão dentro CIB⁸⁷, e nem o distanciava demasiadamente do caráter autocrático que também esta burguesia industrial portava. Basta, para isso, ver sua atuação dentro do debate sobre a legislação

⁸⁶ Faremos uma referência mais detalhada sobre esses fenômenos no capítulo 4 quando discutirmos a crise política.

⁸⁷ A postura de Jorge Street provocou essa cisão no CIB em 1918 ao reconhecer o direito dos operários se representarem pela União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT). Os industriais do setor algodoeiro saíram do Centro e formaram outra agremiação, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão (CIFTA). A classe industrial que estava unida para lidar com os levantes operários e para tratar questões de protecionismo frente ao governo sofreria, assim, um abalo causado pela liderança “extravagante” de Street. Nunca é demais lembrar o significado desta postura “extravagante”, que era o reconhecimento “forçado” de direitos que o mundo inteiro já tinha cedido para que sua “evolução” prosseguisse. Para Street ser chamado de “patrão sindicalista” era uma contradição em termos, patrão sim, “consciente” dos meios seguros de evolução do capitalismo por concessões “humanas e justas”, sindicalista já seria um “absurdo” (TEXEIRA 1990).

trabalhista despertada por aqueles movimentos, onde a sua posição pouco destoava do restante de sua classe, negando direitos clássicos ao trabalho⁸⁸.

Assim como para o desenvolvimento das forças produtivas, a década de 1920 teria uma importância crucial na história da organização da burguesia industrial. Prosseguindo com o caráter combativo que ajuda a atestar sua existência, ela vai se deparar com problemas frente à política restritiva do governo de Arthur Bernardes que eleva o câmbio favorecendo as importações, o que por sua vez, gera em 1926 uma crise de “superprodução”. Com a queda do preço do café a partir desse ano, uma série de fatores daí avindos dentre os quais a diminuição dos salários dos trabalhadores agrícolas e a conseqüente queda de seu consumo produtivo faz a indústria têxtil entrar em crise com o acúmulo de seus produtos. É iniciada então uma campanha em prol da revisão da tarifa dos artigos de algodão e de lã importados. Como a campanha “envolveu o uso da imprensa, o lobby sobre parlamentares e até o ‘subsídio’ ao Partido Republicano Paulista” (LEOPOLDI, 2000, p. 108), a reação veio com igual vigor. Tachando os industriais de magnatas e os acusando de prejudicarem o consumidor, setores antindustrialistas, organizados principalmente no Partido Democrático, e comerciantes que lucravam com as importações passaram a fazer a contra campanha. Essa luta nos permite lançar luz sobre muitos dos fatos ocorridos naquele momento.

Primeiramente, deve-se esclarecer que até aquele momento a composição de classe dos industriais paulistas era feita em várias associações conjuntamente a comerciantes, pela dependência em que sofrera dos capitais cafeeiros e o exemplo clássico é a Associação Comercial de São Paulo, órgão criado desde 1894, mas enfraquecido até 1917 quando então se funde com o Centro de Comercio e Indústria de São Paulo, uma das principais

⁸⁸ A necessidade de se discutir a questão social na conferência de paz em Versalhes demonstra o perigo mundial que o movimento operário representava naqueles anos e entre suas determinações estava a de oito horas diárias de trabalho. Internamente se retoma a discussão pelo Código de Trabalho que Maurício Lacerda apresentara em 1917, até então engavetado. Todavia, este também foi levado de acordo com a própria dinâmica do debate sobre a questão social imposta pela classe dominante, pois foram apresentados duas vezes nos anos seguintes substitutivos sem que fossem aprovados. Somente em 1923 surgiria o Conselho Nacional do Trabalho, órgão consultivo e não deliberativo, que debateria novamente sem sucesso a questão de um código de trabalho, apoiado firmemente pelas iniciativas do CIB na presença do seu líder Jorge Street que, junto com sua classe, não aceitava sequer a jornada de 8 horas de trabalho diária. O CNT ainda teria importância pela sua composição que ao lado de seis especialistas, ainda teria a participação de dois membros de cada grupo, ou seja, dos patrões, dos operários e do governo. Fundamentalmente, o órgão seria uma tentativa do governo Arthur Bernardes de barganhar e cooptar parte do operariado para contrabalancear o peso da oposição militar, antecipando assim a generalização desse mecanismo que se daria após 1930 (TEIXEIRA, 1990).

organizações patronais⁸⁹. O grande articulador dessa aliança é Macedo Soares, presidente da ACSP em 1923 e 1924, “defensor de um constante aperfeiçoamento da organização do empresariado, entendido como fator essencial para o reconhecimento do Estado dos interesses das chamadas classes produtoras”⁹⁰. Sua presidência é interrompida de maneira paradoxal após tentar convencer o presidente do Estado, Carlos de Campos, e o Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, a não bombardearem a cidade de São Paulo no levante tenentista de 1924. Tendo apelado durante o conflito para negociações de paz com os rebeldes chefiados por Isidoro Dias Lopes, Macedo Soares, dois meses depois, acabou preso acusado de contribuir para a causa rebelde. Foi exilado ainda no ano de 1924. Essa é mais uma história notável da incapacidade de diálogo que os grupos dominantes tinham entre si.

O importante é voltarmos ao ano de 1928, onde, dentro da ACSP, os industriais decidem que não aceitariam mais subordinar seus interesses dentro daquela associação aos dos comerciantes que predominavam no quadro dirigente. E o motivo é precisamente o grande conflito que existia internamente sobre a questão alfandegária. Duas chapas extremamente partidárias se formaram para as eleições diretoras daquele ano: enquanto a chapa situacionista agregou apenas dirigentes comerciantes, todos vinculados ao Partido Democrático criado em 1926, de outro lado, apenas industriais construíram uma chapa de oposição, sendo todos ligados ao Partido Republicano Paulista. Uma chapa de conciliação na pessoa de Antônio Carlos de Assunção, eleita, tentaria contornar essa situação conflituosa, todavia, sem sucesso. Segundo Warren Dean “em nenhuma outra ocasião se delineou tão claramente o reagrupamento político emergente de São Paulo” (1971, p. 151).

Como consequência daquela ruptura e não por acaso, o agrupamento dos descontentes cria então a CIESP (Centro das Indústrias do estado de São Paulo). O momento era de tensão em torno das polêmicas sobre a derrubada do regime que vinham desde 1922, o que poderia explicar a relação de amizade que o Centro tinha com o PRP. Os discursos iniciais de Matarazzo e de Roberto Simonsen e o convite ao presidente do Estado Júlio Prestes dão o tom amigável que a inauguração do Centro atribuía à política oficial. Afirmações como “é certo

⁸⁹ Esse fato dificultava muito a defesa da fração industrial que além de lutar contra os interesses hegemônicos das organizações ligadas ao café, organizadas separadamente, tinham de disputar lugar internamente com os setores comerciais na própria associação de classe. O CIB, por sua vez, representava desde cedo vários setores industriais do Distrito Federal e mesmo de outras regiões como Minas Gerais, não padecendo, portanto, do problema enfrentado por São Paulo (LEOPOLDI, 2000).

⁹⁰ LAMARÃO. S.; FARIA. A. Associação Comercial de São Paulo. (ACSP). Temático. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-comercial-de-sao-paulo-acsp>. acesso em: 19/10/2016.

que a base da estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra”, e depois alertando que “a independência política só existe (...) na estreita harmonia e íntima interdependência entre agricultura e indústria”⁹¹ esclarecem ainda mais essa posição conciliatória. Embora a inauguração do centro fortalecesse a organização daquela classe, não avançava muito diante da posição subordinada à grande burguesia cafeeira, pois como diria seu primeiro presidente, o imigrante italiano Francisco Matarazzo, em relação à questão aduaneira: “se sou industrial, como o indicou a generosidade dos meus amigos fazendo-me presidente do Centro, sou também negociante, importador em larga escala e fazendeiro neste Estado. Sinto-me, portanto, perfeitamente à vontade no que concerne a esta questão”⁹². Além de uma falta de compromissos com aqueles que eram unicamente industriais e dependiam de reformas nessa pauta para progredir economicamente, o industrial italiano parecia indicar que preferia atuar onde seus empreendimentos lhe proporcionassem maiores lucros.

Note-se que durante todo o período, desde suas primeiras organizações de classe ainda no Império ou com o CIB em 1904 e mais ainda quando da criação da CIESP em 1928, o que ocorre é que elas são apenas associações, isto é, não são partidos políticos. São criadas de modo concorrer para lutas restritas, não buscam em momento algum contestar a hegemonia do PRP, defensor dos interesses do grande capital cafeeiro. Mais do que qualquer outra coisa, elas refletem a relação que se faz sentir na economia, aquela tantas vezes apontada como contraditória. Se por um lado, a burguesia indústria é criada pelos próprios capitais oriundos do comércio de exportação do café, ela expressa sua existência de fração burguesa com críticas ao que se restringem principalmente na defesa tarifária protecionista, fundamental na sobrevivência de suas indústrias. Por outro lado, na medida em que ela se mantém apenas nessas críticas e não formula uma defesa radical contendo um projeto de industrialização maciça que possa libertá-la dos entraves que a própria acumulação cafeeira a coloca, ela demonstra seu caráter subordinado, ainda que, estruturalmente falando, o desenvolvimento das forças produtivas verdadeiramente capitalistas esteja ganhando capacidade para, aos poucos, assumir a dinâmica da economia.

Essas relações conflituosas que a burguesia industrial enfrenta durante a Primeira República, além de expressarem o modo pelo qual ela defendia seus interesses e a relação subordinada à qual se inseria, evidenciam também, como bem lembrou Perissinotto, a luta da burguesia industrial “com várias outras frações do bloco no poder, seja com a lavoura

⁹¹ Simonsen, discurso proferido na inauguração na CIESP (1973). p. 51-65.

⁹² Apud DEAN, 1971, p. 39.

cafeeira, com o comércio importador e mesmo com o imperialismo” (1994, p. 146), embora na maioria das vezes essa classe não fosse avessa à entrada de capitais estrangeiros no país. Isso se dava por que para todos esses interesses, o avanço da industrialização, portadora do potencial dessa negação, significaria a ruína da sociedade agroexportadora, à qual estavam atrelados seus interesses de classe.

À luz do que veremos a seguir, fica claro que a maior contradição gerada nessa relação intrincada entre industrialização e hegemonia agrário-exportadora é, a só um tempo, o caráter subordinado que a fração da burguesia industrial mantém durante todo o período ainda que criando sua organização expressamente classista, e o caráter relativo de desprendimento que esse capital industrial adquire em seu próprio desenvolvimento com relação à acumulação cafeeira, quer dizer, ele contribui em muito para aquilo que Flávio Saes (1986) aponta como ruptura da unidade do capital cafeeiro, onde aquelas atividades que antes apareciam amarradas sob o domínio do grande capital cafeeiro, a comercial, a bancária, a agrária e a industrial, se fragmentam e tendem a ganhar autonomia enquanto processos distintos de acumulação de capitais. E especificamente para o que nos interessa, tem início uma “industrialização restringida”:

O desenvolvimento do departamento de meios de produção durante a década dos 20 tem um significado muito mais profundo do que parece à primeira vista. Seu caráter decisivo está simultaneamente estabelecido: de um lado, é a expressão mais cabal do avanço da economia exportadora capitalista; de outro, a indicação evidente de que ultrapassou seus próprios limites, porque elemento estranho a sua estrutura e dinâmica, porque sinal mais claro de que o capital industrial poderia, mais adiante, ser capaz de se mover com certa autonomia em relação ao capital mercantil-exportador. Em outras palavras, o desenvolvimento e a diversificação da indústria de bens de produção marcam a *crise estrutural* da economia exportadora capitalista, ainda que tivéssemos atravessando um momento de expansão sem precedentes do capital cafeeiro (1976, p. 3). [Grifos do autor].

Nesses termos, o ano de 1929 aparecia como uma encruzilhada dentro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Com a vitória dos industriais sobre os aumentos tarifários no Congresso, mesmo sob protestos das associações rurais e até mesmo da Câmara dos Comuns da Inglaterra, de 8.310.615 kg de algodão importados em 1928, apenas 1.338.304 kg sofreriam o mesmo destino em 1929. Por outro lado, a grande recessão econômica de 1929 os enfraqueceria profundamente, pois a indústria seria um dos setores que mais sofreriam com ela.

Na vigência daquela contradição, ou seja, na não superação total pelo desenvolvimento restringido desse departamento de bens de produção e na postura retardatária da fração de classe industrial em lutar pela hegemonia dentro do bloco no poder, outros processos precisam ajudar a explicar a desagregação do regime republicano em 1930. O primeiro deles é a nova estrutura da divisão internacional do trabalho que começou a se esboçar desde o processo de desenvolvimento do imperialismo no fim do século XIX e que vai extrair da Primeira Guerra Mundial e da Crise, também mundial, de 1929 os seus momentos cruciais.

Germina uma nova configuração para a economia mundial

A Primeira Guerra Mundial, decorrida durante o quadriênio 1914-1918, é um evento tão complexo e tão carregado de processos que se influenciam mutuamente que é difícil, senão errôneo, lhe atribuir uma definição sucinta. É definida como o primeiro grande conflito mundial por que todas as potências econômicas, sem exceção, se envolveram em uma encarniçada luta sangrenta. A morte do arquiduque Fernando não é senão o estopim de um processo subterrâneo que se desenrolava desde o último quartel do século XIX, a que uma literatura consagrada atribuiu o nome de imperialismo. A guerra, entendida como o próprio desaguar dessa disputa por territórios e matérias primas em prol de economias nacionais que se desenvolviam em grande escala, vai ser uma determinante crucial para um fenômeno que imprimiria suas digitais na História de modo profundo, o fascismo, seja na sua variante italiana ou alemã. E para ficar numa última alusão rápida, é ainda como decorrência desse conflito beligerante que se consagra a alteração da divisão internacional do trabalho, onde seu posto hegemônico passaria da Inglaterra que revolucionara o modo de produção burguês no século XVIII para os Estados Unidos da América, já em 1914 a maior economia do planeta.

Ora, ainda que se analise tudo isso separada e parcialmente, não representam senão, no seu conjunto, um único e mesmo processo histórico totalizante que, em seu movimento, não se deteria aí, mas prosseguiria incorporando outros fenômenos como a crise mundial de 1929 e a própria Segunda Guerra Mundial. Afinal de contas, Eric Hobsbawm estaria coberto de razão quando analisaria, no século XX, “A Guerra dos Trinta e Um Anos” (1995, p. 58),

embora aqueles que tenham vivido o período o percebessem como duas guerras permeadas por um entreato. Trata-se, portanto, de um momento de intensificação das contradições do sistema capitalista:

Observando com atenção, a Primeira Guerra Mundial não só é expressão da luta de classes, mas o é em sentido triplo. Ela remete: a) à luta pela hegemonia entre as burguesias capitalistas das grandes potências; b) ao conflito social na metrópole, o qual a classe dominante espera neutralizar e desviar mediante a prova de força no plano internacional e mediante a conquista colonial; c) à opressão e à exploração dos povos em condições coloniais e semicoloniais para os quais, na linguagem de Marx a propósito da Irlanda, a ‘questão social’ põe-se como ‘questão nacional’. (LOSURDO, 2015, p. 65).

O século XIX caminharia para seus estertores numa configuração onde a maioria dos países da Europa Central já tinham se unificado e efetuado suas revoluções burguesas. Naqueles países em que a produção industrial, nos termos especificamente capitalistas, estava presente em um grau razoável, se realizavam aquelas tendências expostas por Marx já na década de 1860 no Livro I do capital, que era a da concentração, que se confunde com a acumulação e reprodução ampliada do capital, mas, sobretudo a da centralização⁹³. Trata-se não mais do auge do período da concorrência capitalista, de pequenas empresas, mas de perceber aí a formação de um novo período econômico, caracterizado por monopólios e oligopólios que tendem a dominar a produção. Note-se também, que estes surgem da própria imanência da concorrência, são frutos determinados pelas leis tendenciais capitalistas e pelo

⁹³ A Prússia nos anos de 1870 e 1871, quando da guerra franco-prussiana e após os acordos sobre ducados germânicos, até então em domínio do Império Austro-húngaro e da França, estende suas posses e a própria União Aduaneira formando o II Reich Alemão. O processo de industrialização da Alemanha é em parte causa e em parte consequência da sua unificação, uma vez que conscientemente foi empregada por Bismark fazendo parte de sua política bélica para conquistar territórios e, de outro lado, foi grandemente financiada com a derrota da França napoleônica na guerra franco-prussiana e pelos altos encargos que aqueles tiveram que pagar como indenização de guerra. A Itália tinha seguido o mesmo caminho em 1870, após longo processo de movimentos nacionalistas e revolucionários, sob forte influência do liberalismo emanado da Revolução Francesa, contra o mesmo Império dos Habsburgos, como nos ensina Gramsci (2002) em sua análise do Risorgimento. As revoluções inglesa e francesa datam de séculos anteriores e foram realizadas de maneira mais radical, considerados como casos clássicos. Se do ponto de vista político aquelas potências que pertenciam ao Oriente ou estavam no limiar da cisão geográfica não se encaixavam na definição de mundo moderno, o seu aspecto econômico, e é o que é essencial para nossa análise aqui, se enquadravam perfeitamente no mesmo grupo dos países unificados pelo alto ou com tradição revolucionária. A Rússia, após a abolição da servidão em 1861, libertou sua população que, gradualmente, se converteria em mão-de-obra para trabalhar nas indústrias. Embora alguns surtos de crescimento datem do período é somente após as crises da década de 1870 e 1880 que uma verdadeira industrialização surgiria no Império Russo. A dificuldade do desenvolvimento russo também adviria do fato de que o regime czarista buscava fomentar essa industrialização não promovendo uma ruptura política com a produção feudal, que sobreviveria em larga medida ao lado da economia industrial capitalista. Somente no início do século XX a Rússia ombrearia países como a Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, e isso mais em termos de taxa de crescimento do que distribuição por ramos e setores industriais, conforme os dados compilados pelo trabalho de Villela (1970).

sistema de crédito que surge como arma especial para vencer a concorrência. Numa pequena síntese, o eixo central do processo seria o seguinte: “os baixos preços das mercadorias dependem, caeteris paribus, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores” (MARX, 2013, p. 702).

Também a composição orgânica do capital sofre mutações, onde a parte constante, os meios de produção, tende a crescer mais rapidamente que a parte variável, o assalariamento, fazendo com que haja uma queda na taxa do lucro, uma vez que o mais-valor é obtido somente através da exploração da mão-de-obra no trabalho. A partir desse momento surge uma variedade imensa de táticas burguesas visando combater *a lei geral da acumulação capitalista*. Daí os trustes e carteis que combinam os preços altos para manter os lucros dentro de seus patamares, maquiando-se ou não sob uma fina roupagem de combinações financeiras.

E como corolário dessas transformações pelas quais passava o capitalismo no fim do século XIX, ele desenvolvia uma nova faceta política, o imperialismo. Uma ferrenha contenda por matérias-primas, colônias e influência sobre territórios-chave seria criada para vencer a concorrência, que não, não estava eliminada. A transformação do capitalismo concorrencial não quer dizer a eliminação da concorrência, pelo contrário significa a sua intensificação, porém agora por empresas com forças produtivas capazes de dominar fatias inteiras do planeta.

Os conflitos como a Guerra do Boxers (1899) onde todas as grandes potências mundiais⁹⁴ lutando contra a Sociedade Secreta dos Punhos Harmoniosos forçaram o caminho da entrada do capitalismo na China, instigados pela perspectiva de que a monstruosa população daquele país pudesse se tornar consumidora de suas mercadorias ou então a Guerra dos Bôeres na África do Sul de 1899, destes que eram colonos franceses e holandeses e lutavam contra a invasão britânica que buscava dominar as minas de diamante na região são casos sintomáticos do grau a que alcançara a luta concorrencial. A guerra Russo-Japonesa pela Manchúria (1904) e a Guerra dos Balcãs (1912) por territórios do decadente Império Otomano são apenas mais alguns exemplos dessas disputas.

Precisamente nessa esteira é que se lançam os acontecimentos que desembocariam na Primeira Guerra Mundial. A tríplice entente, a tríplice aliança e a guerra travada entre ambos

⁹⁴ Sem exceção, todos estavam presentes: Império Austro-húngaro, Império Alemão, Estados Unidos, França, Japão, Reino da Itália, Reino Unido e Rússia.

alcançando a casa dos milhões de mortos, fazem parte do próprio movimento econômico de estados-nação que, dispostos semelhantemente a um páreo, almejavam conquistas que lhes dessem o domínio soberano da Europa, primeiro, e do mundo inteiro, depois. É assim que a Áustria-Hungria declara guerra a Servia, o Império Alemão invade a França e a Rússia e esta, por sua vez, devolve a invasão na Prússia Oriental. Os conflitos vão se acumulando até abrangerem praticamente todo canto europeu.

Entra em crise, pois, o liberalismo. Aquela doutrina que desde o século XVIII pregava a não intervenção do Estado na economia, o livre jogo das forças no mercado, o *laissez faire*, em suma, o erudito pressuposto da separação entre economia e política sofre um duro golpe com as transformações que o capitalismo monopolista impõe à produção. A crise da ideologia liberal é a própria simbolização desse novo estágio do capitalismo.

[A ideologia do capital financeiro] é totalmente oposta á do liberalismo, o capital financeiro não deseja liberdade, mas domínio; não tem o gosto da independência que o capitalista individual revela, mas demanda sua arregimentação; detesta a anarquia da concorrência e deseja organização, apenas para reiniciar a concorrência em mais alto nível. Para isso, e ao mesmo tempo para manter e aumentar seu poderio, necessita do Estado para garantir o mercado interno através de proteção e deste modo familiar á conquista de mercados externos. Demanda um Estado politicamente forte, que não precisa levar em conta os interesses opostos dos outros Estados na formulação de sua política comercial. Necessita de um Estado forte que reconheça os interesses do capital financeiro no exterior e utilize o poderio político para obter tratados favoráveis de Estados menos fortes, um Estado que possa exercer sua influência em todo o mundo, a fim de transformá-lo numa esfera de investimento. O capital financeiro necessita, finalmente, de um Estado forte bastante para realizar uma política de expansão e conquista de novas colônias. (...)

Em bases econômicas, justifica-se ideologicamente pela notável deformação da ideia nacional, que já não reconhece o direito de toda nação à autodeterminação política e à independência, e que já não é uma expressão da crença democrática na igualdade de todas as nacionalidades. A vantagem econômica do monopólio é refletida no lugar privilegiado que deve ser atribuído à própria nação. Esta surge então como escolhida, acima de todas as outras. Como o domínio das nações estrangeiras é realizado pela força, isto é, de forma muito natural, parece aos dominadores que devem seus predomínios a qualidades naturais específicas – em outras palavras – as suas características raciais⁹⁵.

⁹⁵ HILFERDING, Rudolf. A ideologia do capital financeiro. In: SWEEZY, Paul, M. *Teoria do Desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 411-413.

A longa citação, numa bela síntese, dá os tons principais de como as burguesias passaram a se guiar na luta monopolista. Os discursos que antes reivindicavam uma distância quase que celibatária do Estado nos negócios agora confluem para um apelo ao fortalecimento da nação sem a contrapartida do respeito à próxima. Os lucros monopolizados com a proteção do Estado serviriam como meio, inclusive, de conquistar apoio por parte da classe trabalhadora, a chamada aristocracia operária, que participando dos benefícios imperialistas utilizaria da sua posição sindical para manter a dominação do restante de sua classe.

Como o próprio Lenin já havia afirmado, se baseando em Hilferding, a fusão do capital bancário com o capital industrial gera o capital financeiro que mediante vultosos empréstimos estrangeiros e participação nas maiores ações das empresas seus membros formam uma gigantesca oligarquia que domina os negócios em cada país. Não se trata apenas da preferência da exportação de capitais face à de mercadorias, mas a própria “exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. As transações tem um caráter tal que segundo Schilder ‘delicadamente, confinam com o suborno’” (LENIN VER)⁹⁶.

A Grande Guerra, portanto, coloca o liberalismo em descrédito perante as situações políticas no mundo, fazendo do fortalecimento do Estado um dos principais objetivos nacionais. Ela desorganiza a divisão internacional do trabalho, enfraquecendo economias e reorientando as teorias pelas quais as políticas econômicas eram formuladas. Como afirma Hobsbawn “aos poucos foi ficando claro como os governos tinham de assumir completamente a economia, e como eram agora essenciais o planejamento e a alocação de recursos” (1995, p. 53). Ainda mais, como o desenrolar de um processo maciço, estava prenhe de germes de

⁹⁶ Cada caso assume uma particularidade, um meio principal com que procura prosseguir sua acumulação nos moldes monopolistas. O caso dos Estados Unidos é o mais sintomático a esse respeito. Estaria encarnada no espírito popular americano a figura do Destino Manifesto, a ideia de que o país desde o sucesso da Revolução dos pais fundadores teria a missão histórica de levar a democracia ao mundo, seus valores e ideais. Pode-se dizer que esse *ethos* perpassou por todo o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos até moldar a própria configuração de ser do imperialismo americano, uma vez que ele se fez numa miríade de formas sutis que aparentam ser democráticas, por que não se utilizam da ocupação efetiva do território. A tática do protetorado, do apoio ao “caciquismo” e a “Diplomacia do Dólar”, a sua preferida, seriam os meios pelos quais os interesses americanos se imporiam na concorrência imperialista sem estarem expostos a essa pressão intervencionista mais direta – é claro que esta forma não estaria de todo ausente no caso americano, mas também não constituiria a regra (KIERNAN, 2009). Para aqueles que julgam que o imperialismo americano não cumpria a exigência de se considerar uma raça superior, a análise de David Harvey tem o mérito de sair do enfoque das aparências: “a teoria do destino manifesto alimentou seu próprio gênero particular de racismo expansionista e idealismo internacional” (2013, p. 47). Todos que não faziam parte do estilo de vida americano “democrático” eram inimigos daquela nação. “Diferentemente do imperialismo inglês, que é colonial, o imperialismo francês pode ser qualificado de usurário. A Alemanha oferece uma terceira variedade: as suas colônias não são grandes e o capital colocado no estrangeiro está investido em proporções mais iguais entre a Europa e a América” (LENIN, s.d., p. 30).

novos fenômenos. Países seriam arrasados, pouco importando se vitoriosos ou perdedores, impérios sucumbiriam. Aquele sistema capitalista tido por muitos como o auge da humanidade, a melhor e mais racional forma societal, parecia ruir⁹⁷. As transformações que se seguiam se incorporavam às particularidades de cada país seja criando regimes políticos até então desconhecidos⁹⁸ seja contribuindo para a diversificação das estruturas produtivas no redirecionamento das economias nacionais para seus mercados internos.

Avançando, na década de 1920 seriam formuladas tentativas de reestabelecer a situação que vigorava anteriormente a 1914. Buscar-se-ia reestabelecer o modelo do padrão

⁹⁷ A nossa apreensão do fenômeno, contudo, não é a única possível. É interessante notar como um economista que defende com unhas e dentes a viabilidade do *laissez faire* analisa o imperialismo. Lançando mão de um conceito da biologia e o aplicando por meios sociológicos é que Schumpeter (1961) vai definir a tendência dos países para as guerras daquele período como uma característica atávica do período feudal. Atavismo que vem do latim e significa “ancestral”, é uma herança biológica que se manifesta por características psicológicas e intelectuais. Assim, é a sobrevivência genética dos povos guerreiros, dos senhores feudais com seus exércitos particulares e das monarquias que lançavam mão de métodos bélicos para protegerem seus comércios da concorrência estrangeira que caracteriza a cena histórica moderna para Schumpeter. Mas se colocarmos o livro do pensador austríaco (1919) em seu contexto, ele é a pura expressão da tentativa de defesa de uma ideologia em crise, de um sistema mundial que lançava a humanidade na barbárie e ceifava milhões de vítimas, afirmando que era justamente a ausência da verdadeira concorrência burguesa que levava o mundo aos caos, sendo que, conforme viemos demonstrando cientificamente, é exatamente essa imanência do capitalismo, a necessidade de se sobrepujar na disputa econômica, que levou o mundo a um confronto fratricida. O livro de Schumpeter, nos seus objetivos, se assemelha com a torre Eiffel, uma tentativa de demonstrar o modo de vida capitalista como a maior conquista da humanidade, tendo que ser feita às pressas, quando descoberto que ainda no final do século XIX, o maior monumento do mundo eram as Pirâmides de Gizé, construídas há mais de dois milênios A.C.

⁹⁸ Como o caso do fascismo. Fenômeno estreitamente correlacionado à conjuntura monopolista, o fascismo é fruto da eliminação do papel econômico da pequena produção italiana, em particular o camponês parcelário e do despejo de muitos soldados após o término da grande guerra. E aonde se poderia realocar essa massa de despojados de seus papéis no capitalismo? O fascismo é a politização da pequena burguesia, que se faz classe, se organiza de modo a fazer valer seus interesses militarmente. Mas o Fascismo tampouco se constituiu apenas como um reflexo da estrutura econômica do sistema capitalista. O movimento dirigido por Mussolini também responde a uma crise de representatividade da burguesia italiana. O próprio Benedetto Croce, filósofo hegeliano que tanto influenciou Gramsci, inicialmente apoiou o regime. Aqui se apresenta uma terceira grande característica do fascismo que é o de uma crise moral da burguesia italiana que, embora, não tivesse sido a criadora do movimento a apoiou moral, política e financeiramente. Resultado de uma crise econômica, moral e política o fascismo é uma síntese de várias contradições exacerbadas da formação social (GRAMSCI, 2004), assim como a Revolução Russa, e não um elo menos desenvolvido como querem os que acreditam que as transformações sociais só se dão nos pontos mais fracos de uma corrente. Finalmente, como aponta Poulantzas “não existe aspecto essencial na ideologia fascista que não se acha em relação com a ideologia imperialista” (POULANTZAS, 1971, p. 295). Por toda essa complexa relação é que o fascismo se localiza na História como um fenômeno pequeno burguês enquanto politização das milícias fascistas, ao passo que, pela própria estrutura social italiana permeada por uma gigantesca massa de pequenos produtores, foi a forma encontrada pelo capitalismo italiano para efetuar a passagem para o capitalismo monopolista, visto que durante todo o processo quem obteve a hegemonia foi o grande capital, realizando concessões para a pequena burguesia que, embora não fosse propriamente isso, fizesse, via regime fascista, as vezes de uma ditadura burguesa. Para uma apreciação mais detalhada dessa relação entre ideologia fascista e imperialista remetemos o leitor ao nosso artigo “Fascismo e Imperialismo: um complexo jogo de grande política”, bem como a bibliografia nele contida em SARTORETTO (2016).

ouro. Mas, Aa Grã-Bretanha, que com sua hegemonia industrial conseguira sustentar esse padrão com a força da libra durante o século XIX, não possuía mais esse poder, a Grande Guerra tinha arruinado sua economia.

Os EUA, na contramão da decadência inglesa, ascenderiam como novo centro econômico, além de se tornar o país credor da reconstrução europeia, que saíra devastada do grande conflito. O montante de dinheiro investido dessa reconstrução foi tamanho que acabou por contribuir para o processo de especulação que se vivia na economia americana. Demonstrando uma vitalidade nunca antes vista, a crença de que o país finalmente alcançaria a felicidade e o estilo de vida desejado fez com que até os capitais emprestados para a reconstrução do velho mundo retornassem como investimentos de especulação na bolsa de Nova York. Ao lado de uma crise de depressão que não era apenas americana, mas sim sistêmica, o craque da bolsa foi o cume de uma catástrofe que abalaria profundamente o sistema capitalista.

Quando o crack vem atingir o EUA, ele era o centro financeiro mais importante do global, a segunda economia que mais importava no planeta, responsável por 43% de toda produção manufatureira do mundo e o grande responsável pelos empréstimos e investimentos que estava fazendo a Europa renascer após a guerra. Não é difícil depreender disso que vários países seriam diretamente afetados como a Alemanha, França e Inglaterra. Se algumas economias como Japão e URSS seriam pouco atingidas, o mesmo não se daria com os países exportadores que demonstravam grande dependência do bom funcionamento do comércio mundial: “Com a queda vertiginosa dos preços dos produtos primários, as regiões menos desenvolvidas, muitas das quais já as voltas com problemas de superprodução desde meados dos anos 20 mergulharam na depressão, o que tornou a Depressão Global no sentido literal” (CORSI, 2000, p. 24).

Em suma, desorganizara-se o comércio mundial. Desfechando o processo iniciado com a primeira guerra mundial, e agora encorpado pela queda da bolsa, as economias se fechavam e, desejando a autossuficiência, seus programas econômicos orientavam-se agora predominante para o mercado interno. Não foi diferente com a ascensão dos fascismos italiano e alemão. Contudo, importa perguntar aqui: o que representa esse quadro de queda brusca de fluxos de capital, de mercadorias e de força de trabalho para as economias ditas dependentes?

Para os países formalmente independentes, a crise, se de um lado acarretou uma depressão na atividade econômica com consequências negativas para toda a sociedade, de outro, abriu novos caminhos de desenvolvimento calcados no mercado interno e na industrialização a partir da desorganização da velha divisão internacional do trabalho – desenvolvimento este que já se vinha manifestando há algum tempo em vários países como resultado da própria expansão do capitalismo, que tendia a diversificar suas economias. Foi esse o caso de alguns países da América Latina (CORSI, 2000, p. 25).

A crise de 1929, uma crise sistêmica como ficou demonstrado, quando atinge o Brasil não cumpre, portanto, o papel de criar a situação desfavorável que a agricultura de exportação enfrenta. Antes a revela, expressa e a aprofunda. Ela vem demonstrar a fragilidade com que a política de valorização do café tratava os efeitos da superprodução. Enquanto valorizasse artificialmente os preços, não houvesse problemas com a demanda e disponibilizasse de capitais externos para financiar toda essa política não haveria problemas. Entretanto, todos eles sucumbiram de uma só vez. Não só a demanda caíra drasticamente com queda do nível de consumo mundial, o desemprego generalizado nos grandes centros, mas também cessara o mecanismo de financiamento. Completando o quadro desesperador, a política de valorização conseguiu produzir, ao mesmo tempo, a ampliação exagerada da capacidade produtiva interna e novos concorrentes internacionais: “a Grande Depressão, portanto, veio somente aprofundar uma crise que seria inevitável” (AURELIANO DA SILVA, 1976, p. 102).

Ao galgar o cenário que se nos descortina nos anos de 1929 e 1930, pudemos perceber que as análises efetuadas nesse capítulo contem os elementos estruturais capazes de fermentar uma formação social e alterar seu bloco histórico. Elas nos fornecem fatores como o movimento que as classes sociais, em especial a luta intraclasses burguesa, importante num regime político autocrático, percorrem em volta da hegemonia, o desenvolvimento da estrutura produtiva que tende sempre a ser um fator fundamental nas transformações sociais e a sua inserção dentro do contexto maior, da totalidade da economia mundial, já que o estudo de uma classe dominante deve sempre ser feito levando em conta sua posição internacional.

Resta agora saber o nível de organicidade que há entre esse movimento estrutural que a Primeira República realiza e a crise que desestabiliza o regime, de onde vão sair as novas forças dirigentes do país, pois como aponta um importante analista da obra gramsciana sobre tal relação, “apenas na medida em que os movimentos superestruturais respondam a essas condições, serão o ‘reflexo’ da estrutura e formarão com ela um bloco histórico” (PORTELLI, 1977, p. 48).

IV - Crise de hegemonia e redirecionamento do bloco no poder

A crise política que derruba o regime republicano dominado pela burguesia agrário-exportadora, crise que a literatura consagrou como “crise oligárquica”, se inicia em 1922. Vários e intensos descontentamentos surgirão desde o primeiro levante tenentista em 1922 até o estourar das duas crises, a cafeeira que é interna, e a da economia mundial. É como herdeira desse tortuoso processo que a Aliança Liberal vai, astutamente, se inserir no seio da crise de hegemonia em que vivia a classe dirigente e, de novo astutamente, como um aglomerado de forças muito díspares entre si, conquistar o poder⁹⁹.

O desenrolar de toda essa crise de hegemonia será analisado aqui somente na medida em que contribui para esclarecer o processo de derrubada do regime agrário-exportador, uma vez que esse trabalho não comporta estudos de folego tão grande como requerem o tenentismo em suas várias manifestações, a semana de arte moderna de 1922, a fundação do Partido Comunista em sua vasta complexidade, a Coluna Prestes e mesmo a manifestação de descontentamento de intelectuais de renome do período. Assim, vamos contextualizar a crise de hegemonia à qual todos esses atores sociais contribuíram, mas vamos manter o foco e nos aprofundarmos na composição da Aliança Liberal, uma vez que é de dentro dela que saem as forças vitoriosas que vão compor a nova configuração de políticos dirigentes do país após 1930.

A crise política desemboca na Aliança Liberal

O fio dos eventos históricos encontraria na década de 1920 vários movimentos que fariam a estrutura daquele bloco histórico da Primeira República se transformar. As frações de

⁹⁹ No entanto, alguns fenômenos devem ser observados antes desse período como tentativas de diálogos críticos com o regime, ainda que de forma isolada. Ver, por exemplo, a análise da postura da Liga Nacionalista de São Paulo criada em 1917 por influência das campanhas civilistas de Olavo Bilac (LEVI-MOREIRA, 1984); (BILAC, 1917); (NOGUEIRA FILHO, 1965). Veja-se também a análise da fundação do Partido Comunista que embora levasse esse nome era de inspiração anarco-sindicalista, fundada como resultado das greves gerais após a guerra mundial e com forte influência da Revolução Russa (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1967). Ou ainda a plataforma presidencial de Rui Barbosa a respeito das eleições de 1919 que propunha levar ao primeiro plano de sua política a questão social e ainda propunha uma reforma da Constituição (BARBOSA, 1958).

classe passariam a se definir com mais nitidez, a indústria assumiria papel importante na dinâmica da economia de tal modo que não pode mais ser desconsiderada, a urbanização se intensificaria trazendo consigo a conseqüente complexificação das estruturas de classe, principalmente das camadas médias e inferiores, e a superprodução alçaria o primeiro plano na economia. Ora, isso significaria o surgimento de novos grupos de interesses e acabaria por criar novo material para a administração estatal lidar. Ou para dizer com outras palavras, acaba por acarretar pressões na classe hegemônica de tal forma que ela, em contrapartida, se veria obrigada a reforçar suas estruturas de dominação, a saber, o fortalecimento da máquina do Estado, o aumento da orientação de recursos para seus interesses exclusivos de fração de classe, a necessidade de uso da força policial para combater os descontentes, etc.

Podemos iniciar a percepção dessa relação ao nos atentarmos para a configuração dos poderes presidenciais após 1918. Ela tende a se transformar, nas palavras de Caio Prado Júnior, cada vez mais em “ditaduras mal disfarçadas” (1979, p. 13). Iniciando essa postura reacionária temos a restauração da tradição monárquica em Epiácio Pessoa¹⁰⁰ de nomear civis para os Ministérios da Guerra e da Marinha, Pandiá Calógeras e Raul Soares, respectivamente, em 1919. O Presidente quebra, então, longo período de entrega dessa pasta aos militares, descontentando-os não só com isso, mas também com declarações nas quais dizia: “ojeriza, tenho sim, aos oficiais que, roídos de ambição ou de inveja descumram os deveres de sua nobilíssima profissão por se envolverem em tricas de politicagem” (Apud FORJAZ, 1977, p. 35).

Esses episódios lançam os germes de uma crise militar que estoura com as famosas “cartas falsas” atribuídas ao então candidato a sucessão Arthur Bernardes, as prisões de militares como o ex-presidente Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar pela mesma lei (1921) que tinha fechado associações anarquistas, fatos todos que afetariam profundamente o brio dos militares¹⁰¹. A consequência não tarda. Ela vem com os levantes tenentistas de 1922 e 1924, com foco para este último já no mandato de Arthur Bernardes cuja presidência foi realizada praticamente sob estado de sítio. Este presidente mandou criar um

¹⁰⁰ As eleições de 1918 elegeram Rodrigues Alves para o seu segundo mandato presidencial. Entretanto, este seria afastado e logo faleceria em 1919 em decorrência do surto de gripe espanhola. Delfin Moreira, então Vice-Presidente assumiria a chefia, também com doença terminal falecendo identicamente em 1919, até que novas eleições elegeassem o paraibano Epiácio Pessoa pelo PRM.

¹⁰¹ Há uma extensa bibliografia para se aprofundar sobre o tema, dentre elas consultar SODRÉ (1985); FORJAZ (1977); PRESTES (1991); CARONE (1970).

campo de concentração em Clevelândia no Oiapoque (AP), onde eram mandados os opositores do regime, com passagem só de ida¹⁰².

Sendo o tenentismo o movimento mais radical que viria a contestar a autocracia burguesa nesse período, ele não conseguiria, todavia, ultrapassar a crítica republicana de que o ponto nevrálgico da crise nacional seriam as instituições difamadas pelos políticos corruptos. Isso fica claro tanto na insurreição de 1924 em São Paulo¹⁰³ como na histórica marcha efetuada pela Coluna Prestes que unira tenentes saídos dessa insurreição com a do Rio Grande do Sul e que andara mais de 25.000 quilômetros pelo país. Apesar de, em sua rota tortuosa e sempre difamada pelo governo, objetar levantes revolucionários por onde passavam e mesmo incorporar elementos populares em suas guerrilhas, os tenentes não dispunham de qualquer tática ou estratégia de organizar essas massas politicamente, nem propostas concretas de como transformar a participação popular em uma representação mais orgânica, “assim, embora empreendendo uma guerra revolucionária de propaganda, os tenentes mantêm a concepção de que constituem uma vanguarda que pode e deve substituir o povo brasileiro, incapaz de realizar a revolução” (FORJAZ, 1977, p. 110-111).

Ao abandonar a tentativa de expandir a sua luta para as classes subalternizadas¹⁰⁴, a Coluna Prestes, expressão máxima do tenentismo no período, aceita a derrota, embora invicta nos combates contra as tropas governistas, e se interna na Bolívia. A partir de então a sua estratégia se volta exclusivamente para conspirações e planos de novos golpes. Contudo, há uma cisão no movimento que o divide em dois setores e que alguns autores tendem a nominar como “tenentismo social” e “tenentismo político” (CARONE, 1975). De um lado, Luís Carlos

¹⁰² Conta-nos Paulo Duarte que em 1927 o presidente Washington Luís mandara fechar a prisão e naquele ano “ao Rio chegaram os setenta e seis sobreviventes da Clevelândia, havendo lá perecido quatrocentos e seis homens que expiaram com a morte o abandono das endemias tropicais o crime de levantar-se contra o sr. Arthur Bernardes” (1977, p. 163).

¹⁰³ Ver os três manifestos lançados pelos tenentes, onde as palavras de ordem são a crítica à “inobservância da lei”, a “decadência moral”, a “perversão dos costumes”, o desequilíbrio “dos três poderes”, a luta pela “republicanização da república” pela “fidelidade à constituição”, pela “integridade moral” como fica claro na seguinte passagem: “Nada pretendem os revolucionários para si senão indicar ao povo o caminho a seguir e proporcionar-lhe os meios de reivindicar os seus direitos, substituindo os atuais poderes por forma e organização mais consentâneas com os interesses gerais, e menos acessível aos abusos apontados, sem substituir a forma republicana – Os revolucionários” (Apud FORJAZ, 1977, p. 66).

¹⁰⁴ A luta que conforme gostavam de chamar também de luta contra os “Bernardescos” em referência à pessoa do Presidente Arthur Bernardes e não contra a estrutura social do regime. Esse abandono fica ainda mais claro nas palavras de Lourenço Moreira Lima, o secretário da Coluna: “Já estávamos saturados das simpatias platônicas dessa matutada e dispostos a deixar que os revolucionários de palavras se revoltassem quando lhe conviesse, sem nos darmos ao trabalho de nos dirigir diretamente a eles. Cumprisse cada um o seu dever cívico, conforme achasse melhor e quem não tivesse vergonha curvasse a cabeça diante do calabrote bernadescos e continuasse covardemente escravizado às oligarquias que combatíamos de armas na mão” (1979, p. 287).

Prestes, o líder do movimento, rompe com seus subordinados ao travar contato com literatura marxista levado ao exterior por Astrojildo Pereira, dirigente do PCB que se formara em 1922¹⁰⁵, e se declara comunista. O manifesto de 30 de maio 1930 expõe claramente a concepção de revolução que passa a defender, uma “revolução agrária e anti-imperialista realizada sustentada pelas grandes massas da nossa população”¹⁰⁶.

De outro lado, os setores militares que não acompanham Prestes na sua conversão ao PCB, iniciam uma aproximação com membros da oposição civil, especialmente da dissidência perrepesta, o PD, do PRM e do PRR, que sempre se mantinha relativamente independente dos conchavos estaduais que elegiam os presidentes da República.

Enquanto a crise política abandonava as armas para se refugiar nas conspirações secretas, a política da grande burguesia cafeeira paulista continuava o seu caminho de resistência e elegia outro paulista para a Presidência, Washington Luís. Este assume a presidência aficionado pela ideia da reforma monetária e da estabilização do câmbio. Mas, se no âmbito econômico ele decide inovar ao trazer da Europa os planos econômicos que o Sr. Raymond Poincaré implanta para recuperação do franco, na esfera política as realizações de seu mandato continuam dignas de uma autocracia bem brasileira.

Em 1927 o PRP ignora o direito de representação das minorias e elabora uma chapa completa de candidatos para a Câmara Federal. A esperança que fizera muitos acreditarem surgir um novo tempo com o novo nome paulista, logo se esvaiu. Washington Luís assumia o posto difundindo ares de um homem administrador e não político, como atesta o depoimento de Barbosa Lima Sobrinho sobre ele, como alguém “íntegro, intransigente em assuntos de honestidade, trabalhador, enérgico, destemido, tinha, entretanto, o defeito da rispidez e da intransigência” (1975, p. 6). Não tarda para que a sua verdadeira face apareça. No mesmo ano de 1927 é anunciada pelo presidente a Lei Aníbal de Toledo (“Lei Celerada”) que restringia a imprensa e o direito de reunião civil, mas que claramente predominou sobre o movimento operário, criminalizando o PCB. Aumentava, portanto, o caráter reacionário da classe dominante e a situação se apresentava tenebrosa para as forças democráticas:

“Acentuadamente em 1928 e começo de 1929 o movimento operário em geral, e o PCB com ele, vinha crescendo e se organizando, aproveitando as fraturas

¹⁰⁵ Para uma análise da trajetória travada pelo PCB, desde a fundação do Partido Comunista de origem anarcossindicalista em 1919 até sua transformação em Partido Comunista mais coetâneo com os pressupostos marxistas e sua relação com a Internacional Comunista ver DEL ROIO (1990) e BANDEIRA; MELO; ANDRADE, (1967).

¹⁰⁶ O manifesto está reproduzido integralmente na coletânea *A revolução de 1930, textos e documentos* (1981).

no bloco do poder oligárquico. Em junho de 1929, quando o confronto entre setores da classe dominante mostrava-se dificilmente contornável, com a configuração da Aliança Liberal, foi iniciado um ataque contra as organizações do movimento operário para evitar que este continuasse avançando nos interstícios da desagregação do poder oligárquico. Começou-se a fechar sindicatos e outras organizações operárias a partir de 6 de junho, com uma sucessão de prisões, inicialmente no Rio de Janeiro, depois em outros estados: a gráfica da A Classe Operária foi invadida e fechada; a sede do BOC foi seguida vezes fechada; uma reunião do CGTB foi interrompida pela polícia, que prendeu 69 pessoas. A polícia de Vitória (ES) assaltou o CPP da Praia, onde estava sediado o BOC e deteve 40 elementos. A Classe Operária n.º 62, já na clandestinidade, foi apreendida em 3 de julho e qualquer eventual leitor desse órgão poderia ser preso. Entre 7 de junho e 1º de julho, a polícia teria efetuado 31 assaltos a 15 associações e detido cerca de 200 pessoas (...). Os comunistas tendiam a ver na repressão apenas uma questão policial, sem perceberem que estava em ação uma política do Estado que precisava acomodar-se com a burguesia industrial fortalecida na sua organização e na defesa dos seus interesses” (DEL ROIO, 1990, p. 175).

A derrota do BOC (Bloco Operário Camponês), política de alianças formada pelo PCB para a disputa eleitoral em 1928 e também fruto de um trabalho de análise teórica sobre a realidade do país¹⁰⁷, viria acompanhada também da dissolução de uma das poucas forças, senão a única, capaz de contrapor dialeticamente um projeto democrático à dominação burguesa autocrática. Mais do que isso, a proposta que tinha como objetivo inserir a classe proletária de forma autônoma na desagregação do poder hegemônico da burguesia agrário-exportadora foi arruinada quando da troca de liderança ocorrida no PC da URSS após a morte

¹⁰⁷ É importante fazer algumas considerações sobre essa política do PCB. O BOC é uma proposta tática para arregimentar uma frente única nas eleições de modo a suprir a deficiência organizativa e mesmo teórica do partido. Sabendo que a classe operária é desorganizada politicamente e o partido tem pouca inserção dentro das fábricas e sabendo que a Coluna Prestes é um movimento com grande repercussão nacional, julgando-a como representante da pequena burguesia urbana, elaboraria o PCB uma política de alianças com correntes políticas de outras classes e grupos sociais. A grande burguesia liberal, que eram os industriais e comerciantes, também poderia entrar nesta aliança, uma vez que o objetivo principal seria derrubar o regime oligárquico, feudal, o PRP. Note-se que as primeiras concepções ainda estavam muito embasadas pela analogia com a situação russa, sendo o Brasil também considerado um país semicolonial. Dessa forma, através de uma frente única momentânea, lutaria o proletariado por uma revolução “democrático-pequeno-burguesa”, buscando sempre e em todas as etapas a hegemonia do processo. Era a chamada teoria “etapista”. Confundia desta forma o conteúdo da revolução, conteúdo burguês de desenvolver as forças de produção capitalistas, com as forças motrizes dessa mesma revolução, que seriam principalmente o proletariado e a pequena burguesia. Aos poucos a teoria da revolução brasileira ia ganhando corpo e muito graças às reflexões de Astorjildo Pereira, que percebia que o PCB subestimava a penetração de forças especificamente capitalistas no campo brasileiro ao passo que a indústria também adquiria peso considerável na economia brasileira, encontrando esta em fase de transição. Deste modo a aliança se restringiria especialmente às forças dirigidas por Luís Carlos Prestes, desde que este aceitasse a condição de que o proletariado deveria ser a força dirigente do processo que, segundo entendia, parecia ser francamente revolucionário, já que a pequena burguesia não tinha capacidade de levar as últimas consequências tal porte de revolução. Essas eram, basicamente, as teses elaboradas pelo III Congresso Nacional do PCB em 1928, tendo como ponto a ser destacado ainda a ausência de considerações sérias para as massas dominadas no campo (DEL ROIO, 1990).

de Lenin em 1924, tendo Stalin ascendido ao poder em vitória contra Trotsky e Bukhárin. Uma complexa disputa teórica que tem por tema de fundo as orientações políticas a serem tomadas contra o fascismo, desemboca na substituição do grupo dirigente do PCB e na desarticulação desse grupo que elaborara uma teoria da revolução brasileira, a que mais tarde ficaria conhecida como “etapista”¹⁰⁸.

Desta forma, com a desarticulação do grupo dirigente do PCB e no abandono de Prestes do comando maior dos destacamentos da Coluna Prestes quando da aliança destes com grupos burgueses da oposição, é que vamos encontrar a classe operária e o tenentismo, as duas forças que demonstraram potencial de transformações mais profundas durante a crise do regime, e que em determinado momento pareceram se unir pelo BOC, sem sucesso. Desorganização de um lado e cooptação pelos partidos tradicionais de outro, formam a situação na qual pequena-burguesia urbana e proletariado vão estar na crise final do regime.

Se a capacidade de estabelecer um jogo dialético entre democracia e autocracia, através da luta política, estava descartada com a situação dessas duas forças sociais, podemos nos indagar o seguinte: Qual poderia ser o caráter de um movimento que viesse derrubar a burguesia agrário-exportadora - classe autocrática que necessita manter sempre as massas desorganizadas -, e que teria necessariamente de partir de nossa formação social? Esse é o primeiro ponto para se pensar na análise da formação da Aliança Liberal.

Entretanto, antes de acompanharmos propriamente o movimento efetuado pela Aliança Liberal cabe a nós analisar a última força que apareceu em cena e que muito contribuiu para agravar o clima de tensão entre a representação política da classe dominante no governo e os demais grupos de interesses. Trata-se do Partido Democrático. Já foi dito neste estudo, de forma breve, como o debate pela composição da direção do Instituto do Café abre uma crise que gera o ambiente propício para a formação do PD. Representantes da Lavoura que reivindicavam maior participação passam a se deslocar para esse partido, pois que entendiam ser demasiada a ingerência do Estado na questão da valorização.

O caso piora quando Washington Luís com a visão deturpada pelo foco em sua política monetária afirma a incompatibilidade entre os dois planos, o de estabilidade cambial e do café, e manda cessar a intervenção governamental na retenção dos estoques, causando a baixa dos preços. Demonstrava ainda, o presidente, descontentamento com o fato de que “à

¹⁰⁸ Para a discussão das teses do Social-fascismo e o seu impacto na desagregação da classe dirigente do PCB ver DEL ROIO 1990.

sombra da valorização, muitas fortunas haviam se formado e crescido vertiginosamente, traduzindo-se num fausto agressivo” (LIMA SOBRINHO, 1975, p. 72) por parte dos comissários. O que faria então o Presidente paulista quando, ao ignorar a vez de colocar um mineiro na Presidência, o governador de Minas Antônio Carlos, ele nomeasse o seu pupilo Júlio Prestes para saltar diretamente da presidência paulista para a nacional e recebesse em troca, por iniciativa dos mineiros do PRM, a candidatura opositora de Getúlio Vargas que afirmava em sua plataforma aceitar tanto a continuidade da política de estabilidade cambial, quanto a necessidade de valorizar o café, um interesse nacional, e com isso conseguisse agregar diversas forças descontentes, entre eles a fração dissidente da Lavoura paulista inserido dentro do PD? Nada. Washington Luís simplesmente se portaria como um autocrata, ou seja, não daria ouvidos para outros interesses e insistiria na candidatura de Júlio Prestes.

Ainda que o PD seja um campo político que agrega forças de variadas matizes – como, por exemplo, uma fração mais radical de democratas-liberais e intelectuais de São Paulo, com Júlio de Mesquita Filho e o grupo d’O Estado de São Paulo, Paulo Nogueira Filho, etc., o que permite sua aliança com setores da oposição gaúcha, o Partido Libertador de Assis Brasil, fusão que acaba por gerar o Partido Democrático Nacional em 1927 -, não há que negar que grande parte de sua composição surge de uma cisão de dentro da classe dominante, mais especificamente do PRP, a classe autocrática por excelência. Assim, o Partido Democrático se apresenta como mais um representante da crise que a burguesia agrário-exportadora sofre durante a década dos vinte.

Com exceção da burguesia industrial, que iria apoiar a candidatura perrequista de Júlio Prestes, todas as outras grandes frações dominantes encontram o seu motivo durante a crise política inaugurada em 1922 com o primeiro levante tenentista em Copacabana para deixarem de ser dirigidas pela fração agrário-exportadora. Isto fica claro quando essas forças decidem se portar de maneira revolucionária e derrubar pela força o regime federativo inaugurado em 1891 e dominado durante três décadas pela fração dominante do grande capital cafeeiro paulista.

Não importa que não nos detenhamos na campanha presidencial de 1930 e em sua pequena política que leva a vitória da chapa de Júlio Prestes encabeçada pelo PRP e mais 16 Estados, nenhum, entretanto de primeiro plano além de São Paulo fracionado. O que é notável é que a política do café com leite estava rompida e a burguesia mineira se dispunha a contestar o domínio daquela fração mais poderosa. O que deve ser considerado é que a

burguesia dominante gaúcha, instalada no PRR, que sempre fora a terceira força nacional, atrás de Minas e São Paulo, e se portara como elemento de desequilíbrio nas maquinações eleitoral, aceita o convite de Minas para se insurgir contra os interesses dominantes de São Paulo. Imprescindível é dizer que uma importante fração da classe dominante dentro de São Paulo, a Lavoura, encontrara forte representação política dentro do Partido Democrático e finalmente aceita participar de uma campanha radical contra a sua congênere incrustada no poder. Determinante também é a pequena burguesia, a única classe nacional que, em sua representação pelas forças armadas, aceitara pactuar com esses grupos dissidentes civis e passava a fornecer, de armas na mão, o substrato militar para essa campanha insurrecional. Finalmente, a burguesia paraibana era a outra fração dominante estadual a compor esse agregado heterogêneo.

Ora, se todos esses grupos que em determinado momento aceitaram a direção política da burguesia agrário-exportadora paulista, passaram naquele instante a não mais aceita-la e resolveram partir para a luta sangrenta, isso não significa outra coisa senão que a crise de hegemonia em que a classe dominante dentro do bloco no poder passava chegara ao seu ápice. Enquanto apenas pequenos grupos dentro das forças armadas se revoltassem e aquela burguesia tivesse condições de contorna-la, tudo estava bem. Porém, quando de uma vez só, todos os outros grupos dominantes resolverem herdar essa crise, e é isso que é a formação da Aliança Liberal, a crise de hegemonia passava a ser irreversível.

Para a grande política não é digno de grande atenção que as conspirações para a decisão de haver ou não insurreição tenham voltas e reviravoltas¹⁰⁹. Isso diz respeito mais a incapacidade dessa várias frações burguesas abandonarem seus interesses egoístas e se fundirem por interesses mais universais de forma orgânica. A crise de superprodução levada á cabo pela incapacidade de resolução dos problemas do café no longo prazo acaba por fornecer a certeza de que se devesse derrubar do pedestal do poder a fração dominante paulista. Portanto, o que de fato há é a campanha revolucionaria da Aliança Liberal vitoriosa no dia 3 de outubro.

Feitas estas considerações sobre a crise política que desemboca na desagregação da hegemonia cafeeira, vamos agora nos ater um pouco mais sobre a natureza das forças que

¹⁰⁹ Referimo-nos ao jogo político efetuado pelas forças do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais e de parte do Partido Democrático de São Paulo que por inúmeras vezes vacilou em adquirir a postura revolucionária, tendendo para acordos de modus vivendi com o governo de Júlio Prestes que se empossaria. Há uma vasta literatura sobre os acontecimentos e as tramas que movimentaram a formação da Aliança Liberal. Consultar (SOBRINHO, 1975); (NOGUEIRA FILHO, 1965); (CARONE, 1971); (FAORO, 2012); (SILVA, 1980).

herdaram essa crise e derrubaram o bloco no poder, já que essa se mostrou aos personagens políticos de então a única forma de alargar as bases daquela dominação, afinal os meios institucionais de diálogo estavam definidamente fechados¹¹⁰.

Sem solução de ruptura com a forma tradicional de fazer política em nossa formação social, a Aliança Liberal é um agregado de inúmeros grupos que pouco de homogêneo tem entre si, resultando na ausência de uma união orgânica.

Entretanto, se a própria Aliança Liberal não era totalmente coesa nos interesses dos grupos que a formavam, ela deve sua existência em grande parte à pacificação política do Rio Grande do Sul. Mais precisamente a capacidade que teve o PRR em conquistar o apoio do Partido Libertador¹¹¹ de Assis Brasil, o maior opositor do regime castilhistas depois da morte de Gaspar da Silveira Martins¹¹², regime do qual o grupo de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas eram herdeiros diretos. A aliança entre “ximangos” e “maragatos”¹¹³, portanto, potencializava a política gaúcha, fortalecendo-a frente ao cenário nacional de crise.

Não é porque tivessem apoiado a plataforma vitoriosa que em troca ganhariam o direito de influir nas decisões do novo governo provisório, os libertadores logo perceberiam esta verdade. A plataforma de Getúlio Vargas ao incorporar o liberalismo como estandarte criou uma ampla frente de forças, ganhando o apoio dos liberais do Partido Democrático e dos liberais do Partido Libertador. Embora a burguesia mineira tivesse proposto a candidatura de Vargas e a paraibana tivesse contribuído com o enorme impulso dado pela morte do candidato a Vice-Presidente João Pessoa, a força central em torno da qual giravam os outros grupos era

¹¹⁰ A criação de canais para escoar conflitos sociais, ainda que debilmente, seria um dos elementos que fariam do movimento de 1930 uma “recomposição das estruturas de poder” na ótica de Florestan Fernandes (2008). Esta criação seria uma das grandes dificuldades que o capitalismo dependente enfrentaria, sendo peça importantíssima das revoluções clássicas, permitindo que as classes dominantes atenuassem o poder desestabilizador da luta de classes.

¹¹¹ Formalizado em 1928, mas existente desde 1922, seria uma organização que agregaria as oposições ao PRR.

¹¹² Gaspar Silveira Martins fora um membro do Partido Liberal Federalista ocupando cargos políticos e ministeriais no final do regime imperial. Seu partido dominava o Rio Grande do Sul até a ascensão do Partido Republicano Rio-grandense de Júlio de Castilhos. Após a proclamação da república e uma tentativa com sucesso efêmero de derrubar o regime castilhistas entre 1893 e 1895, perde sua influência política no Rio Grande do Sul e morre em 1901. Assis Brasil, embora republicano de mesma data de Júlio de Castilhos, também rompe com este no decorrer do regime republicano por discordar de sua constituição fortemente inspirada pelo pensamento de Augusto Comte, que nenhum espaço dava para a minoria da oposição. (LOVE, 1975).

¹¹³ Ximango, alcunha dada pelos opositores do Partido Republicano Rio-Grandense para representar sua ditadura, significa um animal sedentário que se alimenta de carniça. Já Maragato é um termo que faz referência a uma região da Espanha, de onde vieram a maioria da população do Uruguai, local que, por sua vez, abrigavam sempre os federalistas opositores do PRR e de onde partiam para as insurreições contra este partido, logo é a expressão dada pelos republicanos para tingir de estrangeiros o grupos dos federalistas.

a burguesia gaúcha que tinha seus interesses voltados para o mercado interno e estava representada no PRR, grupo que não se poderia designar exatamente como portador de um liberalismo clássico.

Quanto à sua política econômica, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul não acreditava que a mão invisível do mercado pudesse controlar adequadamente suas atividades produtivas, antes tinha a preferência de apostar em alguns tipos de intervenções do que esperar o equilíbrio propalado pelos clássicos da economia política. Assim é que impulsionado pela crescente demanda desde a primeira guerra mundial, os plantadores de arroz se organizaram em sindicato em 1926 para estabilizar o preço do produto na alta. Ao perceberem o sucesso da medida associativa, os produtores de charque efetuaram o mesmo movimento em 1928 para combater o seríssimo problema do contrabando do produto platino. “O movimento ‘associativo’ dentro de setores da economia continuou ainda no período – os viticultores e os fabricantes de banha também criaram seu sindicato, assim como organizou-se a Federação das Associações Comerciais do Estado” (TRINDADE, 1980, p. 22). Vargas ainda criaria o Banco do Rio Grande do Sul em seu mandato como presidente daquele estado para auxiliar, fazer concessões e subsídios aos produtores. Não se trata apenas de uma intervenção isolada em um gênero da cadeia produtiva do estado como fazia São Paulo com o café, mas de um auxílio geral a todas as classes produtoras, inclusive localizadas na oposição como os produtores de charque.

Ao forçarmos na situação política, veremos que a Constituição estadual de 1891 inicia o regime que ficou conhecido como “Castilhismo”, segundo o qual, inspirado fortemente na Doutrina de Augusto Comte, a melhor forma possível de governo é aquela que exclui a oposição, até mesmo do diálogo. Reina no estado, portanto, algo próximo à monocracia republicana defendida pelo Sociólogo Francês durante todo o período. Desde o Governo de Júlio de Castilhos que se encerra em 1908, quando então assume Borges de Medeiros que governa até 1928, interrompido apenas no quadriênio 1908-1913 quando, impedido de se reeleger, escolhe pessoalmente Carlos Barbosa Gonçalves, como Júlio de Castilhos havia feito consigo, momento em que entrega a chefia do Estado à Vargas, todos numa sucessão ininterrupta de mandatos do PRR, demonstrando a sua hegemonia.

Tendo isso em vista, parece-nos que se equívoca Maria Izabel Noll¹¹⁴ ao dizer que essa nova geração, da qual Vargas é o maior expoente, promove o “esvaziamento” do projeto castilhista, ou da dominação borgista que é continuação daquela¹¹⁵. É claro que também compreendemos que “aqueles que enxergavam no Vargas dos anos 30 um outro Júlio de Castilhos, escreveram com grande exagero sobre a herança do ‘ditador positivista’” (LOVE, 1975, p. 235). Porém, a nossa interpretação é que se trata menos de um esgotamento do que primordialmente de uma modernização, de uma suprassunção do projeto castilhista de fazer forte e independente seu estado, onde a classe produtora unida poderia, assim, dirigir uma economia vigorosa.

Mas acerta Noll quando diz que a articulação interna com a oposição é que permitiu Vargas lançar seu projeto ao cenário nacional. Isso, talvez seja o que diferencia a primeira geração de republicanos rio-grandenses, a de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, que tinha de cuidar fundamentalmente do inimigo interno para governar, da de 1907 a qual tem em Vargas, o pacificador do Estado¹¹⁶. E aí podemos dizer que a tese de Barbosa Lima Sobrinho (1975) esta equivocada quando define o movimento vitorioso de 1930 como “as tempestades dos instintos e dos sentimentos regionalistas” gaúchos de se tornarem hegemônicos, vingando assim o ciúme que possuiria de São Paulo e Minas Gerais dirigirem o país.

De fato a Aliança Liberal iniciara uma “guerra de estados”, por que assim se dividiam as principais burguesias em jogo, sem uma base que as unisse nacionalmente, mais se justapondo do que formando uma aliança orgânica. Todavia, ela não se restringiria a esse revide com ares de vingança, assim como o regionalismo do Rio Grande do Sul não era separatista como a sua fama supunha. Pelo contrário, é necessário compreendermos o que

¹¹⁴ Trata-se do texto da autora intitulado “O contexto político revolucionário de 30 e a unificação dos partidos rio-grandenses (1928-1920) inserido numa coletânea com várias colaborações organizada por Héglio Trindade e da qual estamos utilizando seus variados textos. TRINDADE et al. *Revolução de 30: Partidos e Imprensa partidária no RS (1928—1937)*. Porto Alegre, L&PM, 1980.

¹¹⁵ Para uma discussão sobre a direção da política gaúcha por Júlio de Castilhos, predominante orientada para o fortalecimento do seu estado e buscando não se envolver nas maquinações e disputas presidenciais ver LOVE (1975).

¹¹⁶ O conceito de “Geração de 1907” é de Joseph Love (1975) e busca demonstrar como essa geração, dirigida pela antiga, foi ao mesmo tempo educada nos princípios castilhistas, mas também se tornou de certa forma independente pra formular projetos. Foi a guerra civil de 1923-1925 que definiu seu papel dentro do P.R.R., pois Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e Firmino Paim Filho foram “heróis” durante essa guerra, ao passo que outros nomes como João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor foram importantes dirigentes políticos para manter a unidade partidária do P.R.R. durante o pacto de Pedras Altas que conservou não só Borges de Medeiros no poder, embora o pacto tivesse eliminado a reeleição do presidente da constituição, mas também a hegemonia dos republicanos sobre o Estado.

defendia o Rio Grande do Sul em sua política econômica. Ora, contrariamente aos interesses do café, da borracha, do açúcar, do algodão, do cacau e todos os produtos que dominaram a dinâmica nacional durante a história de nossa formação social, o Rio Grande do Sul tinha sua economia fundamentalmente voltada para o mercado interno. Era a produção de charque que sempre se via em apuros com o contrabando uruguaio, de maior qualidade e mais barato, por isso preferido pelas classes médias e baixas de outros estados e da costa brasileira. Era a questão do barateamento do arroz de tipo que utilizava a irrigação e que buscava despojar o arroz indiano produzido em São Paulo que preocupava os gaúchos. Eram ainda os problemas relativos ao comércio interestadual e suas taxações de importação e exportação que sempre pesavam na balança gaúcha. Em suma, como acredita Joseph Love “a orientação para o mercado nacional” seria de importância fundamental para os objetivos gaúchos defendidos dentro do rearranjo político de 1930 (1975, p. 271).

Há também um segundo ponto muito importante a ser ressaltado aqui, que diz respeito ao papel do positivismo na herança dessa geração no comando do PRR. Trata-se fundamentalmente do erro da percepção que vê na figura de Getúlio Vargas um homem maquiavélico, no sentido vulgar do termo, pois ele não era o único membro gaúcho que dispunha de poder nessa Aliança. Oswaldo Aranha, por exemplo, foi encarregado desde o início para preparar a revolução e era o membro do grupo mais maleável para tratar disso com outros políticos mineiros e com os tenentes. Flores da Cunha, excelente amigo de confiança, era quem manobrava os corpos militares no Rio Grande enquanto Vargas dirigia a política do Catete. João Neves foi quem primeiro indicou o nome de Vargas para a presidência da Aliança Liberal. Lindolfo Collor, graduado em ciências sociais no Rio de Janeiro, era o membro mais intelectual do grupo e o mais ideológico em relação ao paternalismo positivista das classes trabalhadoras. E ainda haveriam de surgir dois militares também gaúchos que fariam história na política nacional, Pedro Góes de Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

De fato, a unidade de tantas personalidades históricas distintas entre si pode problematizar mais a análise, mas por outro lado, pode também legitimar a ideia de que ali se formulava um projeto, ou pelo menos traços de um projeto, que seria posto em prática logo na chegar ao poder, a saber, o projeto de sindicalização das classes sociais. O corporativismo, ou semicorporativismo como designam alguns autores¹¹⁷, teve início com um decreto emitido

¹¹⁷ Joseph Love (1975, p. 267).

poucos meses após a tomada do poder, em março de 1931, pelo então Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor.

Vejamos como a atuação do jornal partidário dos republicanos gaúchos *A Federação* pode corroborar essa ideia que estamos tentando identificar aqui como projeto corporativista. Fundado em 1883 por Júlio de Castilho, Assis Brasil entre outros, o jornal fazia parte do movimento de propaganda republicana ainda no contexto de crise política do Império e serviu durante todo o período republicano como veículo das ideias do PRR. Todavia, realmente importa mostrar que na fase da Aliança Liberal “nenhum dos órgãos republicanos tinha uma postura tão doutrinária quanto ‘A Federação’, salvo os jornais integralistas” (VIZENTINI, 1980 326-327), e o conteúdo dessa doutrinação dos leitores era claramente de inspiração positivista, herdado do castilhismo¹¹⁸.

Eis que então, travados os contatos por iniciativa de Antônio Carlos, ao ter sua candidatura negada por Washington Luís, para que Getúlio fosse candidato numa frente conjunta entre os dois estados mais a Paraíba, o jornal inicia um processo de “abandono” de exposição dos princípios doutrinários do positivismo para que sejam maquiadas as diferenças com a oposição libertadora, de modo a consolidar a Frente única Gaúcha (FUG). O resultado disso é a transformação do jornal em órgão de plataforma da Aliança Liberal, portanto, de divulgação de ideias liberais.

O momento é crucial, visto que representa uma mais clara definição dos diversos grupos políticos dentro do Rio Grande do Sul:

Esta fase estabelece um marco importante, de profundo significado, tanto na evolução política rio-grandense, como na orientação que se vinha observando em ‘A Federação’. A repercussão da entrevista de Borges de Medeiros, concedida a um jornal carioca, declarando aceitar os resultados das eleições, define o início de uma ruptura entre a ‘velha’ e a ‘nova’ geração de políticos republicanos. Uma das consequências imediatas do evento foi a renúncia de Othelo Rosa – admirador e defensor de Borges de Medeiros – da direção de ‘A Federação’, em 19 de março de 1930 (VIZENTINI, 1980, p. 329). [grifos nossos]

¹¹⁸ Remetemos o leitor à alguns artigos de *A Federação* dessa época anterior à plataforma da Aliança Liberal para que percebam o teor do jornal. São citações expressas e diretas de Augusto Comte, como da famosa relação entre ordem e progresso, e de transformação da mentalidade – “a cegueira moral”, o “egoísmo” da classe dirigente que não é capaz de olhar para a pobreza dos populares. (TRINDADE, ORG. 1980, p. 325-339).

O fato de passar a servir exclusivamente a causa dos aliancistas não significa o abandono dos pressupostos teóricos por parte do jornal gaúcho. Na verdade ele seguia os passos da “geração de 1907” que se destacava do comando político do PRR, ainda ligado à velha geração de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. E qual era a postura desse grupo dirigente diante da derrota nas eleições de março? Vacilação. Aqui também o jogo político é bastante fragmentado e cheio de reviravoltas, de deslizos dos políticos do Sul e de Minas, cabendo pouca articulação da parte Democrática de São Paulo¹¹⁹. Da exclusão destes últimos parece que proposital, inclusive. Contudo, chega-se ao acordo e a insurreição é realizada sob a liderança do grupo gaúcho.

Insistimos novamente que não se trata de analisar o perfil sombrio, maquiavélico ou titeriteiro¹²⁰ atribuído a Getúlio Vargas, mas de perceber exatamente como se forma esse grupo social, o qual leva subterraneamente, dentro do ideário da revolução, propostas políticas para a organização do conflito entre as classes sociais. Afinal, aquilo que se atribui a uma pessoa, por mais diferenciada que ela seja dos demais, tem sempre uma raiz coletiva ou, dito de outra forma, é também um fenômeno social¹²¹.

A postura inicial de Vargas na Aliança Liberal demonstra que ele não carregava consigo a “questão social”, pois segundo Dutra Fonseca, naquela altura, “Vargas nem a mencionara. Atribui-se a sua introdução à Lindolfo Collor, impressionado que estava com o corporativismo europeu” (1987, p. 123).

Nesse conjunto de questões que expõe como uma nova geração de políticos encabeçada por Getúlio Vargas e saída de dentro do Castilhismo Gaúcho, modernizando essa herança ao leva-la para a política nacional, porta consigo elementos que formam um projeto corporativista de organização societária é que acreditamos estar presente um dos pontos nevrálgicos que guiava a Aliança Liberal.

¹¹⁹ Oswaldo Aranha, a certa altura, ao desistir da revolução abandonaria a Secretária de Justiça do governo estadual de Vargas. Virgílio de Mello Franco, por sua vez, declararia “abandonar a comédia” das tratativas da revolução. Essas posturas, contudo, pareciam na verdade estar testando as suas bases partidárias, fortemente conservadoras, que dificilmente se colocariam em peso ao lado da revolução. Ao cindirem-se com seus líderes partidários, Borges de Medeiros e Antônio Carlos estavam na verdade se distanciando do pesado fardo tradicional de obediência ao partido - mumificado no modus vivendo de acordo presidencial de perda e recomposição resignatária -, ficando, assim, mais livres para articularem a revolução (NOLL, 1980, p. 27).

¹²⁰ Que manipula outras pessoas como se fossem fantoches.

¹²¹ O livro de Pedro Cezar Dutra Fonseca, que minucia o discurso de Vargas durante toda sua vida, mostra-nos como o político contemporizava em suas ideias. Ao debater o “governo desenvolvimentista” do Rio Grande do Sul na crise oligárquica diz que, nessa época (1927/1928), “o discurso de Getúlio é exemplo típico da mescla entre o positivismo autoritário tradicional e as novas ideias fascistas que se difundiam, salientando-se o traço comum de ambos ao centrarem fogo em vários princípios da ideologia liberal” (1987, p. 92).

Não obstante, setores do movimento social tenentista também estavam presentes na Aliança Liberal. O que os aproximou dela? Num primeiro momento da análise parece que são as propostas de representação e justiça direcionadas contra a corrupção do regime desde 1922, 1924 e durante a Coluna Prestes que levam os tenentes a crer que a situação gaúcha, que sempre se mantinha relativamente isolada dos conchavos políticos das trocas presidenciais durante a República, era o “repositório das aspirações republicanas” (LOVE, 1975, p. 265). Teriam acreditado, assim, que os postulados liberais da aliança se identificavam com suas reivindicações. Mas nos parece que há algo com maior poder de articulação do que os meros postulados da ideologia liberal.

Isto por que também havia uma concepção corporativa de organização das classes sociais entre os militares enfileirados na Aliança Liberal. Em parte ela ficou demonstrada na época da crise política quando, ainda antes da insurreição, Juarez Távora - aquele que se tornaria o “Vice-Rei do Norte” pelo poder de administração entre os interventores daquela região- replicara a mudança de postura de Prestes e a sua concepção de revolução marxista¹²²:

Concordo em que essa preeminência absoluta de uma classe sobre outra, na elaboração das normas que a ambas hão de reger, é maléfica e injusta. Mas não será invertendo a ordem existente, pela anulação sistemática da burguesia, de ascendência universal incontrastável, pelo proletariado, que se chegará ao almejado equilíbrio social. Isso apenas inverteria os polos da injustiça atual. *Creio, sim, no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, erigido em regular imparcial de suas dependências e interesses recíprocos.* E suponho que o regime republicano democrático é aquele que mais facilmente nos permitirá aproximarmo-nos desse equilíbrio ideal. Tratemos de adaptá-lo às nossas realidades, seguindo a diretriz já apontada por Alberto Torres na sua “organização Nacional” ou por um caminho paralelo que busque as novas tendências e necessidades do nosso povo e do nosso meio. (1965, p. 717-718). [grifos nossos].

De outra parte, ela não estava tão explícita assim, se pensarmos na atuação de Oswaldo Aranha, personagem gaúcho de formação mais cosmopolitista que seus pares. Oswaldo Aranha ajudaria João Alberto e Miguel Costa a formar as Legiões Revolucionárias que teriam como missão substituir os partidos políticos após 1930. Segundo Hélio Silva, em suas reuniões com intelectuais da época, Aranha teria sempre sua mesa repleta de livros

¹²² ¹²² O manifesto se encontra reproduzido integralmente na coletânea *A revolução de 1930, textos e documentos* (1981).

italianos acerca do fascismo, suas corporações e milícias (1972, p. 76). Esse, talvez, seja o elemento central que poderia apontar a existência de uma relação mais orgânica entre a representação burguesa originária do Rio Grande do Sul, em especial do PRR, e entre a pequena burguesia representada pelos tenentes e patentes mais altas¹²³ acerca da necessidade de estabelecer um projeto corporativista, ainda que mais brando que aquele expresso pelo fascismo, em suas variantes italiana ou alemã.

Em contribuição à existência dessa concepção corporativa nas forças armadas, um documento atribuído à autoria de Góis Monteiro¹²⁴, comandante das tropas rebeldes durante o levante em 1930, além de ser personagem formado dentro do contexto positivista gaúcho, é talvez mais esclarecedor ainda da orientação que desejavam aqueles grupos para a revolução, se vitoriosa:

Mas, entre o absolutismo e comunismo que nos ameaçam, será preciso colocar um dique, talvez com a feição fascista, mas de cunho Nacional, exclusivamente, abolidos os exageros ditatoriais de Mussolini. Os governos, sob qualquer acepção, devem ser entregues a técnicos para os assuntos administrativos; os poderes devem ser conferidos amplos nas ocasiões anormais, limitados na normalidade. A organização partidária que se deve tentar formar deve ter um programa nítido e consoante com as nossas necessidades reais, com as nossas tradições históricas, com a nossa geografia, com os nossos recursos. Nada de espírito teórico. Ser tão prático quanto possível, mantendo o idealismo Nacional e repelindo o materialismo puro. (1981, p. 358).

Outro elemento que agia para cimentar gaúchos e setores militares era a questão militar propriamente dita, pois ao poder contar em sua campanha com os “destacamentos” de João Alberto e de Miguel Costa, a revolução aliancista somava às suas forças os experientíssimos e habilidosos homens de guerra, pois a Coluna já tinha demonstrado sua invencibilidade incursionando pelo interior do país contra as forças governistas. Levando

¹²³ A propósito da representação política da pequena-burguesia pelos militares nos baseamos na análise de Marx. Em sua luta política a pequena burguesia age de forma vacilante e ambígua, se organizando “não, como meio de suprimir os dois extremos, o capital e o trabalho, mas como meio de atenuar a sua contradição e transformá-la em harmonia. Quaisquer que sejam as medidas propostas para alcançar esse propósito, por mais que ele seja ornado com concepções mais ou menos revolucionárias, o teor permanece o mesmo. Esse teor é a modificação da sociedade pela via democrática, desde que seja uma modificação dentro dos limites da pequena burguesia” (2011, p. 63).

¹²⁴ Não dispondo da assinatura do comandante, a autoria do documento, ventilado durante a segunda metade de 1930, foi atribuída a ele pela linguagem excessivamente técnica nos termos táticos e estratégicos para a insurreição e, principalmente, de acordo com a frase que termina o documento, presente também em outros documentos seus: “Contra Maquiavel só se luta com Maquiavel”. Os documentos podem ser encontrados em GUIMARÃES, M. L. L. S.; SÁ, P. S. M.; ESTEVÃO, S. N. M.; ASCENSÃO, V. L. A revolução de 1930: textos e documentos. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 1981. (Org).

grupos de retaguarda e vanguarda, a revolução só ganhava em segurança. Apesar de não mais participar do movimento, estava presente a herança do gênio militar de Carlos Prestes¹²⁵.

Já a Paraíba, além da vice-presidência, encontraria outros motivos para apoiar o golpe proposto pela Aliança Liberal. Após as eleições todos seus deputados, assim como grande parte dos de Minas Gerais também, não seriam reconhecidos pela Comissão Verificadora de Poderes num ato comum ao sistema eleitoral de então, mas muito inoportuno para o momento de crise em que ele se inseria. Por outro lado, a região da Princesa, interior da Paraíba e fronteira com Pernambuco, por onde comumente girava o comércio estadual e onde dominavam os coronéis daquele estado, fazendo as mercadorias não pagarem impostos ao adentrarem em território paraibano, é que arcaria com os resultados da modernização econômica que João Pessoa estava propondo. Cabedelo, município na região litoral, passaria a ser designado como local por onde o comércio deveria obrigatoriamente passar, para que o pagamento dos impostos fosse rigorosamente vigiado. Essa tentativa de controlar as forças mais conservadoras na Paraíba estimularia uma revolta na região, que chegaria até o ponto de Princesa se declarar território independente em junho de 1930. O impedimento de Washington Luís para que a Paraíba importasse armas para se defender da rebelião coincidiria com o assassinato de João Pessoa (julho) por motivos pessoais. Mesmo não se podendo afirmar que fora um ato decorrente da rebelião, o fato é que a morte de um representante da AL em meio a uma crise política profunda abria uma brecha óbvia a ser explorada para revigorar a ideia de luta armada contra o presidente (CARONE, 1971).

O caso da Paraíba é sintomático da generalização que a crise política assumia. Ele indicaria claramente como uma força pequena, ainda que da distante região Nordeste, teria papel fundamental no desenrolar da crise, pois o que fundamentalmente se passava na Paraíba era uma tentativa de modificar sua relação de forças, suplantando os grupos coronelistas do interior pelo domínio da burguesia urbana ligada ao litoral.

A maior contribuição de Minas Gerais para a revolução fora o rompimento com São Paulo, criando a última crise presidencial que a Primeira República conheceria. Ela era a

¹²⁵ Lembramos aqui da análise de Anita Prestes quando afirma que a vitória de Getúlio Vargas em 1930 teria contado em muito com o apoio das forças do Nordeste, que teriam acreditado que a revolução estava sendo feita por Prestes, o líder dos tenentes. A ideia do “Cavaleiro da esperança” deixada por aquela marcha ainda estaria muito viva entre aquela população. Naquela região os soldados da Coluna teriam sido “os verdadeiros desbravadores do caminho que levou ao solapamento dos alicerces da Primeira República. A Coluna Prestes e a ‘Revolução de 1930’ constituem dois momentos de um mesmo processo histórico, que conduziu a profundas transformações na vida nacional, contribuindo para que, na década de 30, o desenvolvimento capitalista no país adquirisse um novo e importante impulso” (1991, p. 114).

maior aliada da burguesia agrário-exportadora paulista, pois era com os votos de seu Estado que a trama republicana seguia seu ritmo. Já durante os conflitos armados, Minas Gerais caíra em uma situação difícil para apoiar o Rio Grande do Sul e o Quartel General revolucionário, uma vez que havia ali grande número de tropas federais. Além disso, o Partido Republicano Mineiro, diferentemente do Rio Grande do Sul, teve que enfrentar marcante divisão em seu estado, já que o presidente daquele estado, Antônio Carlos, se portou de modo indeciso para aceitar a ideia revolucionária, tanto que a articulação encabeçada por Oswaldo Aranha propunha esperar a posse de Olegário Maciel, político mais confiável segundo os gaúchos, para então iniciar o movimento. Não se poderia esperar de Minas que levasse a cabo os preparativos da revolução e a decisão de Borges de Medeiros de apoiar os jovens revolucionários é que traria grande impacto para a causa: o apoio do exército.

Quanto à política liberal-democrática de São Paulo, no que se refere à Aliança e ao movimento armado há alguns fatos curiosos dignos de nota. Sua representação se dava basicamente na pessoa de Paulo de Nogueira Filho, secretário geral do PD. Conta-nos o dirigente paulista que a estrondosa demonstração de entusiasmo que o povo paulistano dera à chapa da AL, mais especialmente o “queremos Getúlio”, foi tomada como demonstração da força que o PD tinha em São Paulo, como se o povo louvasse a agremiação paulista liberal e não o candidato Getúlio, daí o embaraço dos partidários quando subiu ao palco o outro candidato da chapa, João Pessoa, e nenhuma menção popular fora feita a ele. O perfil político que guiava o partido ficaria ainda mais perceptível na tentativa, logo após a insurreição da AL, de formação de quadros dirigentes do estado ao lado de membros da própria força governista alijada, o PRP, pois em alguns lugares haveria “que distinguir o situacionismo perrepeista majoritário truculento daquele que não o era; o núcleo minoritário democrático popularizável, do impopularizável; e o capaz do incapaz” (NOGUEIRA FILHO, 1965, p. 563).

É interessante ler em suas memórias, preciosas por ser o político que participara in loco do processo de deflagração da revolução desde o Rio Grande do Sul, como a todo instante dizia sentir que lhe omitiam a verdade ou que faziam questão de que São Paulo fosse “ludibriado” propositalmente¹²⁶. As forças do RS pareciam realmente ter pouca convicção

¹²⁶ Tomemos como exemplo a seguinte passagem: “A bem da verdade, não disponho ainda hoje de elementos suficientes para a formação de um juízo seguro e definitivo sobre a acusação que se tornou corrente de que o ‘Grupo de Comando’ da Revolução de 1930 cometeu a ignomínia de abandonar calculadamente o grupo revolucionário do Partido Democrático à sua própria sorte, para melhor quebrantar São Paulo. Faltaria, sem embargo, aos deveres morais, que me impus no delineamento deste relato, se não afirmasse, ao revolver este

sobre a capacidade política do Partido Democrático em se libertar da subordinação perrepista, já que muitos de seus correligionários aguentaram décadas o domínio incontestado daquele partido, seja sempre aceitando o resultado das eleições, seja fazendo ligeiras alianças com políticos que eram inimigos de ontem. Decorridos apenas dois anos, o processo se encarregaria de mostrar como estava muito bem fundamentada essa desconfiança. Compreende-se, pois, a postura dos gaúchos, em especial do PRR de manter os paulistas desconexos e alheios aos papéis mais substanciais da revolução, afinal mesmo exercendo o tipo de dominação burguesa equivalente em seu Estado¹²⁷, o PRR nunca se acaudatara á São Paulo, sempre mantendo autonomia suficiente para ser dono de si mesmo no jogo republicano.

Dentro do perfil autocrático das frações dominantes que se uniram para derrotar a burguesia agrário-exportadora, dois fatores devem ter pesado sobremaneira para que tomassem essa atitude radical. A primeira delas é a convicção, ou medo próprio dessa classe portadora de interesses egoístas, de que “a ordem não poderia ser mantida em meio ao caos econômico e de que a revolução era inevitável” (LOVE, 1975, p. 257). Ou seja, a clássica frase de Antônio Carlos de que se as frações dominantes não hegemônicas fizessem a “revolução” política, a crise poderia ganhar rapidamente outras esferas e dar ao descontentamento geral um caráter de revolução social.

O segundo ponto pode ser ventilado da seguinte forma: as forças agregadas na Aliança Liberal estavam deslocando o centro de atenção de sua política econômica. No caso do Rio Grande do Sul, ele já possuía sua economia voltada para o mercado interno há um tempo considerável, pelo menos desde a guerra Farroupilha (1835-1845)¹²⁸. Já em Minas Gerais, o

delicado terreno, que tive, então, no Sul, a nítida impressão de que fora inoculado na tropa gaúcha, aqui ou ali, com maior ou menor intensidade, vírus paulistófico...” (1965, p. 516).

¹²⁷ Para aqueles que pensam que, embora orientado para outras atividades, o perfil político de dominação da burguesia gaúcha era diferente dos demais basta lembrarmos alguns fatos interessantes. Ao permitir que a assembleia legislativa do estado pudesse debater apenas questões orçamentárias e chegasse durante o período republicano a ter no máximo seis cadeiras de representação, o PRR estabelecia uma brutal ditadura de seu partido; O PRR não realizou nenhum congresso partidário entre 1889 e 1923, período durante o qual Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros dominaram todos os encargos, administrativos ou políticos; Esse mesmo partido tinha o poder de cancelar eleições ou interferir na vida local dos outros chefes municipais, de empregar a violência e a fraude e contar sempre com a eficiência da brigada militar estadual, sempre muito numerosa (LOVE, 1975). Parece-nos que o preceito de Augusto Comte que dizia em seu Catecismo Positivista: “sempre senti um profundo desprezo pelo que se tem chamado, sob nossos diversos regimes, a oposição” (1973, p. 103) estava eficientemente materializado na sociedade gaúcha. Portanto, podemos afirmar que os traços que conformam o regime político do Partido Republicano Rio-grandense se identificam de forma íntima, embora constituído por outro caminho, ao perfil autocrático dos grupos burgueses paulistas.

¹²⁸ Foi o impulso dado pela intensa seca do Ceará em 1777, que perdeu seu posto de primeiro produtor de charque com destino ao litoral brasileiro, somado à série de revoluções que paralisaram a economia latino-

rearranjo político de 1930 receberia o estado em meio a um ritmo de transformações substanciais: “internamente, essa fase foi marcada pela mudança decisiva do poder econômico para a zona central, onde a metropolitana Belo Horizonte aparecia como um polo de crescimento” (WIRTH, 2006, p. 87) As zonas da mata e do Sul onde o café predominava teriam sua posição roubada pelo crescimento de outras localidades como o Triangulo Mineiro, por exemplo. A Paraíba, como vimos, tentava combater o domínio exclusivo dos plantadores de algodão e açúcar do interior para deslocar o centro de sua economia para a urbanização do litoral. E os tenentes começariam a desenvolver uma concepção segundo a qual as forças armadas deveriam ser a instituição mais forte do país, capaz de tutelar e até mesmo organizar a disposição das outras classes internas, e para isso o mercado interno deveria no mínimo funcionar de maneira mais dinâmica do que a constituição de 1891 propunha, já que esta com seus pesados impostos de importação e exportação entre os estados o teria engessado. Portanto, a decisão de agir militarmente para derrubar o regime no qual predominara, como sempre na história de nosso país, a vocação agrário-exportadora não parte de uma simples decisão de opinião, baseada na negativa de continuar o revezamento de poderes entre os estados dominantes, mas de condições materiais bem fundamentadas em cada grupo e região.

Pelo desfecho militar da crise vivida pela burguesia agrário-exportadora ela encontra o fim de sua dominação hegemônica. A vitória da Aliança Liberal, portanto, inicia o momento a partir do qual os interesses do grande capital cafeeiro de São Paulo não representam mais os interesses de todas as outras frações dominantes.

Contudo - e é aí que entra a persistência ontológica do padrão político de nossa classe dominante desde os tempos de Colônia -, como se veria após 1930, isso não significaria o aniquilamento da burguesia agrário-exportadora cafeeira como fração dominante, afinal os acontecimentos políticos conformados no rearranjo político de 1930 não seriam simples substituições de classes dentro do bloco no poder, mas sim uma recomposição de suas frações com o acesso, inclusive, da representação da classe média por setores militares em pontos-chaves da política.

Finalmente, a vitória da Aliança Liberal não levaria toda a sua composição de forças diretamente ao poder. Como aponta o brasilianista Thomas Skidmore (1976), a “coalizão

americana entre 1810 e 1830, forte concorrente do Estado, que fez a pecuária gaúcha se expandir e transferir para o segundo plano a agricultura. A Revolução Farroupilha foi, portanto, uma luta política para assegurar os interesses do Rio Grande do Sul de aproveitar, como membro do país recém independente, o comércio com o mercado interno frente à intransigente autoridade burocrática e centralizada do Império. (LOVE, 1975).

Revolucionária” se desmantelaria após 1930. Os constitucionalistas que defendiam os ideais liberais clássicos e que eram representados, sobretudo, pelo Partido Democrático de São Paulo, bem como os membros das outras frações burguesas dos estados dissidentes, excetuando o Rio Grande do Sul, que desejavam atenções mais regionalistas perderiam espaço para os grupos com proposições de corte nacionalista e de modernização por vias não democráticas, o que acabou por aproximar os tenentes de Vargas. A posição mais radical era representada pelo Clube 3 de Outubro, referência a data de início da “Revolução”, e pelas tentativas de substituir os partidos políticos por Legiões Revolucionárias, criações do político gaúcho Oswaldo Aranha e dos tenentes Miguel Costa e João Alberto.

O mais paradoxal desses fenômenos todos é que, dentre os grupos que ajudaram a desestabilizar o bloco histórico tal qual a Primeira República o conheceu, talvez aquele que menos contribuiu politicamente, aquele que procurou na medida do possível sempre atentar apenas para suas atividades egoístas, buscando quando muito uma proteção setorial para si, é que vai ser o maior beneficiado com o novo cenário que se descortinava. É o mercado interno quem melhor se aproveita das medidas que tomaria o recém-empossado governo Vargas e, conseqüentemente, a classe que dele se ocupa diretamente dentro da cadeia produtiva, a burguesia industrial. Não sem antes passar por um turbulento processo.

Burguesia industrial: alteração de uma postura política

Como tivemos a oportunidade de apreciar na seção anterior que tratou da dinâmica da estrutura social da Primeira República, a burguesia industrial é um dos grupos que menos se destaca nas críticas ao regime agrário-exportador, procedendo assim apenas de modo reativo na luta contra a concorrência das mercadorias importadas. Apreendemos de sua atuação a formação de parte de seus membros como imigrantes que, sendo agentes do comércio de importação e exportação, transformaram-se em industriais. Vimos que eles não se dispunham a qualquer tentativa de desenvolvimento mais global indústria e orientavam suas atenções apenas para seus ramos particulares. Notamos também que ela reproduz padrão idêntico de dominação política ao da burguesia cafeeira, o autocrático. Ainda mais, que ela estava subordinada aos interesses do grande capital cafeeiro e, portanto, era deles retardatária, como

ficou claro na posição tomada durante a eleição de 1930, o apoio ao PRP de Washington Luís e Júlio Prestes¹²⁹.

Estando a burguesia agrário-exportadora, a fração dirigente e autocrática, portadora de interesses egoístas por excelência em nossa política, contente com seu projeto monocultor e dependente dos polos externos, a burguesia industrial, por sua vez, estava contente com sua dependência desse projeto e auferia grandes lucros pela posição monopolista interna de suas indústrias e pela exploração e espoliação da massa operária. Note que nem a criação da CIESP em 1928, onde as disputas setoriais foram superadas, nem o desfecho da crise política que culminara no rearranjo político de 1930, fez a burguesia industrial arredar pé de sua posição política subalterna à sua matriz econômica, a burguesia agrário-exportadora.

Entretanto, politicamente falando, o caminho a ser seguido por nossa análise não é este de distanciamento entre as duas frações paulistas, já que a recém-derrotada grande burguesia cafeeira consegue reunir uma frente única em São Paulo que agrega, além do PRP, o Partido Democrático e a própria burguesia industrial para retomar a luta perdida em 1930. A guerra civil paulista de 1932 ganha este estatuto de grandeza por que Vargas em sua política do Catete não deseja reconstitucionalizar São Paulo na velocidade que os grupos civis reivindicam. Acreditando que quanto mais rápida fosse a promulgação de novos códigos civis, mais rápido São Paulo retomaria a hegemonia do país, Vargas e o novo grupo dirigente no poder se demoravam na elaboração planos próprios para o país.

É aqui que desemboca a posição política mantida pela burguesia industrial durante toda a Primeira República: na formação de uma aliança com as outras forças do estado de São Paulo para lutar contra o Governo Provisório buscando uma volta ao passado. Pois é esse o significado da insurreição paulista de 1932, uma reação às transformações que o novo governo tentava promover em relação ao antigo regime federalista¹³⁰. Mais simbólico do que

¹²⁹ Ao ser lançada a candidatura de Júlio Prestes, cindindo o pacto da burguesia paulista com a burguesia mineira, os industriais lançaram um manifesto no diário nacional afirmando que as indústrias seriam “uma forte potencia eleitoral” (FAUSTO, 1997, p. 46) para a campanha presidencial de Júlio Prestes.

¹³⁰ Plínio de Abreu ramos nos conta que, na verdade, a preparação do levante armado de 1932 pertencia, principalmente, ao PD, cabendo ao PRP apenas cargos secundários no secretariado. Mostra-nos também o autor, o caráter claramente reacionário daquele grupo: “O Partido Democrático, mesmo sem fâmulas, insígnias e canções marciais, não fora constituído de modo a aceitar responsabilidades de defesa do regime representativo. O anteprojeto de programa do PD, elaborado pelos Srs. Vicente Rao, Marrey Júnior, Cardoso de Melo Neto, Henrique Bayma e Vicente Pinheiro, e remetido à direção partidária a 10 de junho de 1932, defendia eleições indiretas para presidente da República e para o Senado, que passaria a denominar-se Conselho Federal; divisão hierárquica das unidades federativas em Estados, Províncias e Territórios e tratamento especial à religião católica em relação aos outros cultos, como se praticava na monarquia. Além dessas três exigências, inegavelmente discriminatórias, o anteprojeto, curiosa e pitorescamente, recomendava:

essa aliança é o fato de que a FIESP, a essa altura já nomeada segundo as leis do corporativismo, conforme veremos, vai se transformar no Quartel General da guerra pela reconstitucionalização do país.

Cabe lembrar aqui que em 1931 a lei de sindicalização do decreto 19.770¹³¹ obriga todas as classes sociais a se organizarem em sindicatos para poderem ter representação política. Não sem críticas, a burguesia industrial aceita a legislação sob promessa de “que a entidade de classe oficial ocuparia um lugar no interior do Estado para discutir questões pertinentes a seus interesses” (DEO, 2005, p. 138). Em 12 de junho de 1931 nascia a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Naquela altura, Roberto Simonsen, já o principal representante da burguesia industrial, participava da FIESP apenas como Diretor sem cargo. Acontece que em meio á conspiração paulista armada e devido à impossibilidade da volta ao Estado do presidente em exercício, Luiz Tavares, e ainda frente a menor habilidade dirigente do Vice Raul Rezende de Carvalho, segundo julgaram seus próprios membros, Simonsen é nomeado Presidente da organização. Cria-se, então, o Cadastro de Mobilização do Estado por ato do Governador Pedro Manoel de Toledo, desenrolando-se “a página mais importante do movimento, o seu centro de irradiação, que foi a mobilização industrial”, nas palavras de um apologeta da causa¹³².

A transformação das “indústrias de paz” em “indústrias de guerra” consistia numa questão vital para proporcionar mínimas condições ao levante estadual. Por outro lado, a situação era tal que “a mão de obra carecia de novo adestramento, as matérias primas, já de si escassas, deveriam ser substituídas em muitos casos e daí dificuldades que só poderiam ser superadas com ingente trabalho e indizível sacrifício” (OLIVEIRA, 1956, p. 9). Para dizer com outras palavras, estava dada uma situação em que era necessário lançar mão de técnicas de racionalização da produção. A escola Politécnica, então, oferecera seus estudos e serviços para a causa com “um corpo de cientistas que iluminara o ensino de engenharia no Brasil. Técnicos em todos os ramos da guerra surgiram, como milagre, naquela casa de ciência e trabalho”, Mário Whately, por exemplo, “pesquisador arguto da química transformada em

a) regulamentação médica e policial do meretrício; b) regulamentação do consumo de bebidas alcoólicas; c) estabelecimentos de cursos públicos de higiene social; d) exame pré-nupcial, e e) desenvolvimento da educação física e incremento aos esportes” (1980, p. 147-148).

¹³¹ Objeto ao qual será devotado maior cuidado analítico na próxima seção

¹³² Introdução de Octávio Pupo Nogueira ao livro de Clóvis Oliveira *A indústria e o movimento constitucionalista de 1932*. (1956, p. 5).

indústria militar”¹³³, coordenaria os trabalhos de fabricação de metralhadoras. Além disso, fábricas antigas seriam recuperadas, novos materiais seriam explorados para produzir pólvora, queimar-se-ia café em troca de óleo bruto, bônus aos operários que superproduzissem seriam oferecidos, seria criado o manequim do soldado constitucionalista, auxílio de materiais por parte da Light and Power (empresa canadense) viriam, e o próprio Simonsen doaria seu “Cadillac” com chofer próprio para a causa paulista!

Cabe notar que, de fato, a indústria fora pega desprevenida. O levante, mal preparado e prematuro, obrigara a indústria a desenvolver todo um arsenal de guerra em apenas três meses, dentro dos quais toda sua produção seria reorientada e “a obra empiricamente improvisada, evoluída, após, para uma produção cientificamente dirigida” (OLIVEIRA, 1956, p. 315). Desta maneira, lutara sim a FIESP reacionariamente ao lado da causa paulista contra o Governo Provisório, porém técnica, organizacional e produtivamente de forma revolucionária.

Contudo, como sabemos a História não permite retornos ao passado e ao lutar nessas condições lançando mão de um arsenal improvisado e vivenciando uma condição nova até então, de comandar a força do maior estado do país, a burguesia industrial alcança um grau de união em torno de um projeto comum nunca antes sonhado. A guerra de 1932, paradoxalmente, permite que ao entrar lutando pelo resgate do passado, a burguesia industrial, seus técnicos, engenheiros e representantes políticos saiam dela com uma nova capacidade dirigente que não tinham experimentado ainda em sua curta vida de classe organizada. Comparado à categoria social de empresários de países capitalistas desenvolvidos, o industrial brasileiro estava muito aquém daquela capacidade de direção, mas a realização desse *detour* histórico, iniciado em 1928 com sua associação específica de classe e que adquiriu traços mais vigorosos após a direção política na experiência da guerra civil de 1932 sem dúvida, foi decisivo para o amadurecimento de classe da burguesia industrial.

Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.).

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo

¹³³ CRUZ, 1933, p. 11, passim.

organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe (GRAMSCI, 1982, p. 4).

Sem cometer o erro de afirmar que havia ali um Estado dentro do Estado, o movimento de insurreição paulista de 1932, embora modesto em suas proporções e derrotado, acaba por assumir um caráter tal que toda uma hierarquia de pessoas e setores de inteligência e de guerra estava subsumida à pessoa de Roberto Simonsen e aos seus desígnios de líder. Tornava-se, pois, “um organizador de massa de homens”, isto é, aperfeiçoava enquanto intelectual orgânico de sua classe.

Contudo, se a burguesia industrial precisou que caísse em seu colo a oportunidade política de se tornar uma classe dirigente, ainda que momentaneamente, em termos econômicos ela vinha tendo uma atuação maciça pelo menos desde a primeira guerra mundial, quando a dificuldade de importar imprimiu poderoso impulso à suas atividades, fato já apontado por nós. Notamos também que a década de vinte também presenciou o surgimento de um novo setor industrial, o de bens de produção. Percebendo a articulação contraditória da indústria nacional com relação à produção cafeeira – quando nas crises mercantis pelas quais passava aquele ramo, ela ao mesmo tempo em que sofria com a queda de divisas para importar máquinas, se beneficiava com a menor concorrência de produtos estrangeiros -, um grupo predominantemente de intelectuais, novamente aqui os empresários se encontram na retaguarda de uma atividade que é feita em seu nome, resolve imprimir ares modernos à industrialização do país.

Trata-se da criação do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho). Objetivando racionalizar a produção e a administração com novos métodos científicos e visando não se atrasar demasiado em relação aos países ricos que já adotavam o fordismo e taylorismo em suas empresas, o órgão foi criado por uma comissão da Associação Comercial e abrangia educadores, médicos e engenheiros como Roberto Mange e Armando Salles de Oliveira do grupo d'O Estado de São Paulo. Aliás, foi por meio da associação com esse grupo, pelo tema da “educação”, que o projeto pode ser gerado, visto o enfraquecimento que a AC tinha sofrido após a criação da CIESP. Projetos semelhantes de organização racional do trabalho existiam desde a década de 20, mas não conseguiam ganhar a expressão que a fundação do IDORT alcançou então (TENCA, 1987).

Curioso é o fato de que, embora não faça referência direta à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), criada dias antes¹³⁴, e também não se encontrem muitos industriais em sua formação, Roberto Simonsen foi considerado sócio fundador. A proposta do instituto, segundo Álvaro Tenca, consistia em:

Orientar-se segundo os princípios universais da razão deixando de lado os interesses particularistas de qualquer ordem. Os mesmo motivos podem explicar, também, por que se retirava o termo ‘Paulista’, que parecia restringir geograficamente a ação, além do incômodo político que poderia causar, sobretudo naquela época (1987, p. 12).

É notável a estratégia do instituto de se por como representante de diversos interesses ao abandonar a nomenclatura “paulista”, questão candente no período como se veria em 1932. Os representantes da burguesia industrial, desta maneira, tentavam cumprir tarefa obrigatória para qualquer grupo que deseja obter a hegemonia: ser classe dirigente mesmo antes de chegar ao poder (GRAMSCI, 2002).

Adequando-se ao momento de cerco político pelos interventores em que vivia São Paulo, o IDORT definia seus objetivos nas diversas áreas e setores econômicos da sociedade, desde a agricultura ao trabalho intelectual. A propósito do termo, é exatamente essa a característica do IDORT durante toda a década, sua ação é predominantemente feita com base na disseminação do ideário da racionalização, um “verdadeiro catecismo” desde a sociologia às práticas militares, isso por que a maioria das fábricas não se interessava pelos seus serviços práticos. Esta pode parecer uma prática singular, mas atuar em prol de propósitos modernizadores para a burguesia industrial e não ser por ela aceito senão quando se julga em risco de perder seu poder social, é um sintoma muito comum dessa fração burguesa.

Assim, deveria passar algum tempo antes que os grandes líderes da burguesia industrial travassem relação mais íntima com esse instituto, pois somente ao final da década de 1930 – devendo-se levar em conta um breve período de parceria com o governo de Armando Salles em São Paulo (1933-1937) -, é que o IDORT vai ganhar notoriedade pelas suas “jornadas contra o desperdício” e se expandir pelas grandes capitais do país. Segundo Tenca (1987) grande parte dos institutos de Planejamento e Planificação social de Vargas criados depois da Segunda Guerra Mundial como políticas estatais teriam essa escola pedagógica Idortiana atrás de si.

¹³⁴ A FIESP, criada em 12 de junho de 1931, viu o IDORT ser fundado poucos dias depois, em 23 de junho.

Antes disso a representação máxima dessa classe estaria ocupada trabalhando com projetos próprios. Derrotado junto com a Frente Única Paulista em 1932, Roberto Simonsen tinha claro para si e sua classe que definitivamente não seria mais pelo caminho das armas que a burguesia industrial chegaria ao poder. Tratou então de elaborar nova perspectiva de atuação.

A criação de “elites” esclarecidas com competência para pensar o futuro do país, elaborar projetos de sociedade que não restringissem ao campo teórico, mas que tivesse como finalidade intervir na decisão dos grupos políticos: tal era a proposta do Simonsen, quando inaugurara a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em 1933. Em seu discurso proferido na inauguração da Escola, Roberto Simonsen deixava bem claro a orientação de quais atores deveriam formar a direção e quais deveriam se subalternizar dentro da pirâmide societária: “A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas” (1933, p. 7).

A criação da ELSP demonstra que a burguesia industrial não abandonava a causa paulista, ainda que o grupo vitorioso agora comandasse a política nacional de forma incontestável: “São Paulo, embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora, se prestar apoio integral ao novo órgão de ensino (1933, p. 7)”. Mas ainda que a velha luta paulista fosse canalizada para outras formas, muita coisa mudara. Como se pode depreender, a criação da ELSP é diferente da concepção do IDORT, embora possa ser visto como complementar em relação à formação de um grupo dirigente cada vez mais consciente de seus objetivos como classe dirigente.

Trata-se de uma escola de ensino superior que deve ser vista dentro de um contexto de profunda influência do pensamento sociológico¹³⁵. Conforme a análise do debate proposto por

¹³⁵ Considerando-se uma escola “inaugurada como instituição de direito privado”, com inúmeros professores estrangeiros para lecionar, predominantemente da sociologia norte-americana, a ELSP retirava seu embasamento teórico do positivismo, demonstrando que a força dessa ideologia não estava apenas no Rio Grande do Sul, embora se fizesse sentir em São Paulo por outros meios. Acreditava a escola que os mesmos métodos científicos das ciências exatas poderiam ser aplicados às ciências humanas, como aponta Ciro Berlynk, diretor geral da escola anos mais tarde: “Mas o estudo da sociedade humana estava demasiadamente insipiente entre nós para ter qualquer expressão ponderável no ensino superior brasileiro. Por isso, tendo em vista problemas que atormentam o mundo moderno, parecia àqueles jovens que, no estudo e solução desses problemas não deveríamos abandonar a orientação tão bem sucedida no campo das ciências físicas e biológicas. Por que abandonar o método científico e enveredarmos por filosofias novas e baseadas em ideias preconcebidas. Pois a ciência já não tinha conseguido resultados surpreendentes na utilização das forças da

Simonsen, ele esta perfeitamente consciente dos acontecimentos no cenário internacional, seja percebendo a crise do liberalismo e criticando o seu “excesso de individualismo” que tenderia a desunir as classes sociais - basta lembrar que a URSS começa a delinear um grande desenvolvimento econômico e, portanto, uma alternativa societal ao capitalismo -, seja solicitando doses moderadas de intervencionismo estatal, se pondo a par das necessidades de fortalecimento do Estado em meio ao mundo cada vez mais beligerante, mas sempre evitando a “tirania absoluta do coletivismo” ou ainda quando se colocava de acordo com a ideologia do imperialismo, o tecnicismo, para procurar sanar os problemas sociais: “reconheçamos que os erros são de origem subjetivas; não culpemos a máquina” (Ibid, p. 28).

Profundamente imbuído não só, mas predominantemente do pensamento sociológico da época, Simonsen ao criar a ELSP demonstra que sua classe, e ele como seu intelectual, não apenas substituíra a intenção da conquista política pela luta armada, mas também a perspectiva de orientação social, afinal citando Ortega y Gasset o industrial tinha perfeita compreensão de que vivia um momento histórico onde “as massas avançam”¹³⁶. Ora, essa alteração do comportamento burguesia industrial em relação à questão social ganha ares radicais para uma classe que sempre desprezou as leis sociais de trabalho. Por outro lado, ela é muito compreensível se tomarmos a questão da perspectiva do novo poder constituído pelo rearranjo político de 1930 que caminhava no mesmo sentido, porém por uma abordagem completamente diferente.

natureza? O emprego das forças da sociedade humana não poderia ser também estudado pela ciência a fim de elas serem libertadas e disciplinadas pela própria sociedade? Por que pode a ciência ser usada no estudo do mundo físico e animal, a ponto de ser utilizada largamente na manutenção do próprio corpo humana e, de outro lado, ser omitida no estudo das forças sociais? Diante do êxito alcançado na libertação e orientação das forças físicas e biológicas pela ciência, é perfeitamente plausível que se espere, pelo estudo científico, a libertação das forças sociais e o seu relativo memento” (S.D.) p. 8-9.

¹³⁶ Por sua vez, Ortega Y Gasset faz questão de deixar claro seu pensamento também conservador: “A mim, de quem é notório que sustento uma interpretação da história radicalmente aristocrática. É radical, por que eu nunca disse que a sociedade deva ser aristocrática, senão muito mais que isso. Eu disse, e sigo acreditando, cada dia com mais enérgica convicção, que a sociedade humana é aristocrática sempre, queira ou não, por sua essência mesma, até o ponto de que é sociedade na medida em que seja aristocrática, e deixa de ser na medida em que se desaristocratize” (1941, p. 46) [tradução nossa]. O livro de Gasset, *La Rebelion de Las massas*, é um alerta para o momento de descrédito em que vive a democracia liberal – “um tipo superior de vida pública”. Quando essa forma política tinha vigência, segundo o autor, as massas, as almas vulgares, compreendiam que as minorias aristocráticas dos políticos entendiam mais que elas sobre política e, assim, aceitavam o seu governo. Porém a crise do liberalismo vem arruinar todo esse edifício perfeitamente elabora pelos clássicos: “O característico do momento é que a alma vulgar, sabendo-se vulgar, tem a ousadia de afirmar o direito da vulgaridade e o impor onde queira” (Ibid, p. 45). O alerta, portanto, do livro é de que correríamos o risco de tal conjuntura nos levar para a barbárie, afinal onde não há minorias dirigindo não há seguridade social.

Mas em seus ímpetus políticos modernizantes, a burguesia industrial não estaria sozinha. Não seria por iniciativa própria apenas que ela se muniria de instrumentos capazes de colocá-la dentro do bloco no poder. Fundamentalmente, uma ajuda em seu nome partiria do âmago desse próprio bloco. E assim, numa relação anômala haveria um confluir de dois processos para um mesmo rumo, ainda que diferentes em sua natureza.

Burguesia industrial, Vargas e os intelectuais: o acesso ao bloco no poder

Ao assumir o Governo Provisório, Getúlio Vargas encontrara uma situação calamitosa nas finanças públicas. A crise internacional se sobrepôs à crise de superprodução interna. As consequências eram as piores imagináveis: redução do Produto Nacional Bruto em 18,7%, o desemprego de cerca de dois milhões de trabalhadores, o fechamento de algumas fábricas e a redução da jornada de outras, em suma, a queda das exportações do café e o trágico final da política de estabilidade cambial de Washington Luís geraram um profundo desequilíbrio nas contas externas do país que acabou sendo repassado para todo o conjunto da economia, como sói acontecer numa economia agrário-exportadora.

Mesmo Vargas levantando a possibilidade de lidar com a crise de maneira liberal, nos moldes da ortodoxia econômica, basicamente pelo enxugamento das contas públicas e retração da política monetária, ele se viu obrigado pela gravidade do abismo que se abria entre a produção cafeeira e o comércio internacional e pela escassa possibilidade de conseguir empréstimos externos para solver a economia, a alterar sua tática de combate à crise. Foi então que Vargas teve clareza de que “o enfrentamento da questão cafeeira era a chave para combater os efeitos da crise internacional e assegurar um certo nível de atividade para o conjunto da economia” (CORSI, 2000, p. 38).

Ainda no ano de 1930 Vargas retoma a política de salvação ao café que a Primeira República tinha criado, contudo, em novas bases. Agora era, sobretudo, pela ampliação do crédito interno e não mais por empréstimos externos, que o governo comprava as sacas excessivas da produção de café, queimando-as e evitando, assim, o seu colapso. Aqui o fenômeno é rico de significados. Pela compra dos seus estoques de café tanto se evitava a

morte social da burguesia que tinha seus interesses ligados ao café, como ela permitia a restauração de condições favoráveis ao avanço da industrialização.

Foram perdoadas 50% das dívidas dos fazendeiros de café, pagas aos bancos pelo governo com títulos da dívida pública e reformado o Ministério da Agricultura, além de promulgados incentivos para melhorar e diversificar a produção agrícola do país. Essas questões apontam, como sugere Boris Fausto (2010) em debate com a historiografia do fenômeno, que o rearranjo político de 1930 não rompe “revolucionariamente”, tal qual a fama atribuída ao episódio, com o padrão econômico da cafeicultura paulista. Antes sana as suas dificuldades financeiras e dá novo impulso à agricultura do país.

O mais importante a ressaltar é, contudo, como o socorro dado à produção monoexportadora do café, pela própria articulação contraditória que ela possuía com a industrialização, vai proporcionar que a dinâmica da economia se transfira para o setor verdadeiramente capitalista. É o clássico objeto de estudo de Celso Furtado. Ele demonstra como a junção da política de retenção dos estoques quando feita de forma nova, através da expansão do crédito interno e não mais por endividamento externo através de empréstimos, pois “a acumulação de café financiada do exterior se assemelha, portanto a uma exportação” (1980, p. 193), permite criar internamente maior capacidade produtiva. Esmiuchando essa teoria, ela quer dizer que, ao salvar a renda monetária do setor cafeicultor, salvavam-se também os empregos daquele setor e, portanto, os salários, os transportes e toda a dinâmica que a produção cafeeira representava para o mercado interno: “ao injetar-se na economia, em 1931, um bilhão de cruzeiros para aquisição do café e sua destruição, estava-se criando um poder de compra que em parte iria contrabalancear a redução dos gastos dos inversionistas” (Ibid, p. 194).

O estudo de Furtado mostra ainda como havia alternativa externa à valorização do café, mas para isso era preciso que fossem criadas, ainda que artificiais, por meio de subsídios, outras oportunidades de inversão dos capitais acumulados no setor cafeeiro, desestimulando a sua produção. É claro que essa reorientação se faria em detrimento daqueles produziam café ou então ela teria que forçar essa classe para que mudassem sua prática monocultora extremamente enraizada. Mas isso não ocorreu e essencialmente o processo, como ocorreu, representa a intenção do governo revolucionário de não abandonar a burguesia cafeeira à sua própria sorte, salvando-a da bancarrota. De fato, era coerente fazê-lo, pois a

atividade cafeeira era o setor estrutural ao redor do qual girava todo o restante da economia brasileira.

No entanto, poucos atores sociais viam com clareza a forma como se desenrolava o processo histórico. A sua não compreensão explica em parte a atitude da burguesia industrial de buscar progresso na área econômica ao mesmo tempo em que se portava reacionariamente na esfera política, acreditando que o Governo Provisório estava agindo contra seus interesses.

A própria análise de Celso Furtado, de contribuição impecável para entendermos o movimento econômico do período, quando atinge a esfera política comete alguns equívocos. Principalmente ao rejeitar qualquer determinação política consciente do novo grupo dirigente para a mudança da dinâmica econômica pós 30. Para Furtado, os fatores externos são os determinantes na mudança da política econômica ao vetar as formas com que até então se combatiam as crises de superprodução interna¹³⁷.

O enfoque restritivo aos fatores endógenos leva o pensamento de Furtado a certas confusões. Ele, por exemplo, ao negar que houvesse na insurreição efetuada pela Aliança Liberal uma alteração substancial dos quadros dirigentes do país, acaba por rejeitar qualquer interpretação que compreenda o rearranjo político de 1930 como uma iniciativa que procura alterar a configuração do poder político. Mais do que isso, estabelece uma confusão em sua obra ao não identificar quais interesses estariam sendo representados pelo novo bloco do poder, uma vez que se houve a ascensão de novos homens na esfera política, como Furtado chega a apontar, ele apenas o considera uma “coincidência histórica” (1983, p. 714)¹³⁸. Nossa pesquisa tende a entender essa alteração não como “coincidência histórica” como o

¹³⁷ Notemos as seguintes assertivas de Furtado: “Mas o fundamental não foi a ruptura dentro da classe dirigente, e sim a modificação fundamental no contexto externo. Foi essa mudança brutal e profunda no contexto externo que canalizou as energias do país em outra direção, desacreditou a ideologia do país ‘essencialmente agrário’, fez com que os novos líderes vissem a realidade de outra forma” (1983, p. 725). “Mas não se imagine que os que chegaram ao poder em 1930 tinham percepção da natureza das mudanças que estavam em curso, ou que dispunham de um projeto para o Brasil (...). As mudanças forma impostas pelos fatos” (Ibid, p. 726) e ainda “Anos depois tive com Oswaldo Aranha uma conversa sobre esses acontecimentos e ele me observou: ‘Celso você me explicou o sentido do que fizemos nessa época então eu não sabia de nada’... Nada disso foi feito a partir de um projeto; foram antes atos de desespero” (Ibid, p. 717). Trata-se de um depoimento de Celso Furtado para o seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas em 1980. Devemos a referência a ALVARENGA JUNIOR; MATTOS (2015) que chamaram a atenção para esse problema.

¹³⁸ FURTADO, 1983, p. 714. “Para ilustrar podemos citar as palavras de Furtado, em que afirma que a Revolução de 1930 terminou ‘afastando os grupos mais diretamente ligados à economia de exportação’, para posteriormente defender que após a Revolução ‘as classes que dirigem o país são, no essencial, as mesmas do período anterior’” (ALVARENGA JÚNIOR; MATTOS, 2015, p. 8).

economista, mas antes, conforme a acepção de Marx (2011), como um “ato necessário da luta de classes”.

Uma análise cuidadosa do período é capaz perceber a intencionalidade do Governo Provisório. É o que fazem Alvarenga Júnior e Mattos quando se debruçam em artigo sobre a política econômica dos anos 1930¹³⁹. Após complexo debate sobre as medidas tomadas pelo novo grupo dirigente, chegam a conclusão de que “havia sim um comportamento reativo de Vargas e sua equipe econômica, principalmente, ao perceber a crise global como uma janela de oportunidade para a condução da política econômica de forma heterodoxa” (2015, p. 13). Portanto, não se trata de ser forçado pelas circunstâncias externas a agir de tal maneira, mas de perceber, na brecha aberta pelas transformações na Divisão Internacional do Trabalho, a oportunidade de reformular suas táticas e baseá-las em interesses concretos presentes na estrutura social.

De resto, o próprio Getúlio Vargas em discurso de outubro de 1931 argumentava sapiência de que todas as outras atividades internas dependiam, para serem salvas, de uma política favorável ao café:

Economicamente o país caíra em verdadeiro colapso. A retenção prolongada do café nos reguladores paulistas obstruía literalmente os mercados nacionais, impedindo os lavradores de vender, ou sequer, de caucionar o que produziam. Em consequência, cessaram eles os seus pagamentos aos próprios colonos, e, por tal motivo, os comerciantes do interior, privados de receber o que já haviam adiantado, colocaram os atacadistas em dificuldades extremas, que se refletiam, por seu turno, nas indústrias, paralisando o respectivo movimento... A urgência de restabelecer o ritmo de nossa vida econômica determinou a providência da compra dos stocks, a qual permitiria o livre escoamento das safras futuras. Com essa medida, esperavam-se dois efeitos; interno, que era o de restituir o crédito ao lavrador, restaurando, portanto, aquele ritmo interrompido, e outro, externo, que era o de estabelecer a confiança nos mercados consumidores. (Apud CORSI, 2000, p. 38-39)

Finalmente é importante registrar que as medidas que tomou o Governo Provisório para reorientar a economia no sentido da industrialização, heterodoxas em relação ao liberalismo, foram conscientes e existiram desde 1930. No entanto, é somente a partir de

¹³⁹ O artigo se intitula *A política econômica nos anos 1930: evidências de uma ortodoxia consciente*. Análise econômica, Porto Alegre, ano 33, n. 64. p. 287-315, set. 2015.

1933, ou seja, do período constitucional e no Estado Novo, que elas ganhariam corpo e caráter de verdadeiras políticas conformadoras de um projeto¹⁴⁰.

Precisamente nesses termos é que o dinamismo da economia brasileira passava a se alicerçar no seu setor secundário e a perspectiva de constituir um mercado interno em bases verdadeiramente nacionais ganhava cada vez mais densidade dentro do grupo dirigente saído do movimento de 1930. Aproveitando agora também o ímpeto adquirido pelo setor de bens de produção instalado na década de 1920, a industrialização brasileira consegue romper aquela dependência umbilical que possuía desde sua origem, em especial no caso paulista, da acumulação mercantil-exportadora. Denominar-se-ia, entretanto, de industrialização restringida por que não conseguiria, num movimento único, implantar o núcleo do departamento de bens de produção e romper com a herança de país subdesenvolvido. Novamente aqui o momento monopolista da economia mundial impede que o país tenha bases técnicas e financeiras suficientes para dar esse passo rumo à total autonomia. Assim, ainda que parte da sua reprodução esteja assegurada endogenamente, ela não consegue se desprender das necessidades de divisas geradas pela exportação para importar máquinas. É nesse sentido que ela também ficou conhecida como industrialização por substituição de importações¹⁴¹.

Ora, apostar na industrialização de um país é investir num caminho que o leva a diminuir sua dependência em relação aos mercados externos. Daí decorre parte da astúcia política de Vargas e de seu grupo dirigente ao perceber esse desenvolvimento do parque industrial e não abandoná-lo à própria sorte como vinha fazendo a Primeira República, que no máximo dispensava a ele algumas proteções setoriais isoladas. Portanto, ainda que restringido e ainda que não represente medidas verdadeiramente conformadoras de um grande projeto nacional, esses fomentos tem o mérito de harmonizar o desenvolvimento material do país, a

¹⁴⁰ Durante o governo provisório (1930-1933), Vargas teria utilizado a sua experiência de governador do Rio Grande do Sul para, por meio de políticas monetárias, fornecer crédito para os empresários. Já durante o período constitucional (1934-1937) e no Estado Novo sua política econômica teria se baseado mais na política fiscal e nos déficits planejados para fomentar à industrialização. (ALVARENGA JÚNIOR; MATTOS 2015). Veja-se também o excelente livro de Francisco Luiz Corsi, *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

¹⁴¹ “A dinâmica da acumulação é apreendida, portanto, através de um esquema bidepartamental em que há reprodução conjunta do capital constante e do capital variável, onde as taxas de acumulação e de emprego são inequivocamente mais altas no departamento produtor de meios de produção, crescendo, entretanto sua capacidade produtiva a reboque da demanda final, diferentemente da dinâmica da acumulação de um capitalismo plenamente constituído” (AURELIANO DA SILVA, 1976, p. 118). Para uma análise mais geral da industrialização brasileira que antecede, bem como perpassa o movimento da industrialização restringida (1933-1955) veja a análise de João Manoel Cardoso de Mello em *O capitalismo tardio* (1971) onde o autor elabora esse conceito.

saber, o seu portentoso impulso industrializante, com a influência política de sua classe. Vejamos mais de perto.

Caso olhássemos para as atividades orientadas para a esfera do político veríamos que uma das primeiras ações do Governo Provisório foi estabelecer o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931 que regularizava a sindicalização das classes patronais e trabalhadoras. Embora a sindicalização fosse facultativa, somente os sindicatos regulamentados pelo decreto eram reconhecidos como legítimos. Ao pensarmos ainda, conforme os liberais perplexos, que a época se caracterizava pelo “avanço das massas” (ORTEGA Y GASSET, 1941), esse decreto vem de encontro a principal forma de organização dos operários até então, que era autonomia sindical¹⁴². Nesse sentido, o rearranjo político de 1930 se coloca na esteira da contrarrevolução a nível mundial promovida pela burguesia já em sua fase de “decadência ideológica” e “cretinismo parlamentar”, afinal a bem sucedida Revolução Russa (1917) fora capaz de estabelecer uma alternativa de sociabilidade pela qual os trabalhadores poderiam lutar. Se o decreto fora bem sucedido em sua tentativa de enquadrar as massas operárias na ideologia dominante, a questão é outra. Todavia, a tentativa era bem estruturada.

A herança positivista que a geração dos republicanos gaúchos de 1907 portava nos afigura bastante sintomática a esse respeito e Lindolfo Collor, participante então do governo e um dos elaboradores desse decreto, parecia ter consciência disso. O grupo de Oswaldo Aranha, Collor e Vargas, embora orientasse o projeto castilhistas para outras questões não presentes naquele líder, como a conquista do poder nacional, não se desvencilhara daquela tradição ideológica. Uma literatura já bastante conhecida indicou que a sociologia, para além do sistema criado para compreender que as relações sociais respondem a uma ordem maior, mais complexa e exterior aos simples indivíduos isolados - para utilizar uma analogia da época, tais quais os movimentos dos planetas respondiam à lei da gravidade -, ao nascer, também se engaja na preocupação de conter o “caos social” que vivia a Europa, assolada por revoluções, greves operárias e “desajustamentos sociais”. Ou, para dizer com outras palavras, justamente evitar o desmantelamento da sociedade burguesa, recém-inaugurada nos séculos XVII e XVIII¹⁴³.

¹⁴² Para uma discussão detalhada sobre a questão dos sindicatos e ainda do corporativismo: VIANNA, L. J. W. Sistema liberal e direito do trabalho. Estudos Cebrap, São Paulo: [s.d.], p.110-149. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/sistema_liberal_e_direito.pdf.

¹⁴³ A respeito da fundação da Sociologia como disciplina e seu viés conservador consultar LUKÁCS, 2003; LOWY, 2009; FERNANDES, 1960; NETTO, 2011.

O próprio Comte, considerado o pai da sociologia, seria a grande expressão desse projeto pela “ordem”¹⁴⁴. Para o pensador francês, a sociedade industrial teria atingido o auge da civilização e do progresso, entretanto, não teria conseguido combater uma desordem, que, em sua visão, nada tinha a ver com as condições materiais da sociedade, pois “em sua verdadeira fonte, [era] necessariamente mental” (1973, p. 75). Essa reforma moral que o positivismo propunha ao povo desordeiro completaria a evolução da modernidade:

Sejam quais forem os esforços cotidianos da agitação metafísica para fazê-los intervir neste debate frívolo, por meio do engodo chamado direitos políticos, o instinto popular já compreendeu, sobremaneira em França, quanto seria ilusório e pueril a posse de tal privilégio que, mesmo em seu grau atual de disseminação, não inspira qualquer interesse verdadeiro à maioria daqueles que o gozam de modo exclusivo. O povo só pode interessar-se essencialmente pelo uso efetivo do poder, onde quer que resida, e não por sua conquista especial. Logo que *as questões políticas, ou melhor, a partir de agora sociais*, se reportarem ordinariamente à maneira pela qual o poder deve ser exercido para melhor atender a seu destino geral, principalmente relativa, para os modernos, á massa proletária, não tardaremos a reconhecer que o desdém atual não se vincula de modo algum a uma perigosa indiferença. Até lá a opinião popular permanecerá estranha a esses debates que, aos olhos dos bons espíritos, aumentando a instabilidade de todos os poderes, tendem especialmente a retardar essa indispensável transformação. Numa palavra, o povo está naturalmente disposto a desejar que a vã e tempestuosa discussão dos direitos seja enfim substituída por uma fecunda e salutar apreciação dos diversos deveres essenciais, quer gerais, quer especiais. (Ibid, p. 91-92) [grifos nossos]

A tarefa do “povo”, entenda-se aqui classes subalternas, para Augusto Comte, não residiria em lutar pelo poder, não seria esse seu objetivo enquanto classe. Sua ação deveria se restringir apenas ao interesse pela educação e pelo trabalho, únicas atividades que lhe cabiam na sociedade. E é, assim, da primeira crise da modernidade que nasce, confundindo-se com a sociologia, o positivismo que tão grande influência vai exercer na formação dos políticos do Rio Grande do Sul.

Aqui temos uma modificação muito importante para entender as transformações pelas quais passavam a classe dominante autocrática no período. Na tentativa, aliás, parcial apenas e não muito bem sucedida, é preciso que se diga, do governo provisório de desorganizar a

¹⁴⁴ Ver também a excelente introdução de Evaristo de Moraes Filho ao pensamento de Augusto Comte na coleção grande cientista sociais, na qual aborda a questão do objetivo a que se propunha a sociologia ao nascer: “Com objetivos práticos nasceu a Sociologia na obra de Augusto Comte: conhecer para agir; compreender para reorganizar. Da sociologia é que viria o sistema novo de ideias gerais, orgânico, capaz de encaminhar a mudança na sociedade pós-revolucionária para uma nova organização, sem contradições nem conflitos capazes de levá-la à anarquia e destruição” (1978, p. 16).

classe trabalhadora¹⁴⁵, de seus sindicatos autônomos, ele transforma o *modus operandi* da questão social. Lidada até então unicamente pelo porrete, como caso de política, o diálogo com as massas trabalhadoras passa a acontecer também em outro cenário. A aplicação da legislação corporativista expressa a ideia de que as contendas entre trabalhadores e patrões devem ser resolvidas dentro do Estado, sob a inspeção de um juiz próprio do Ministério do Trabalho.

Faz-se necessário uma explicação mais consistente. Como veremos a seguir, o corporativismo não vem solitário como medida política dentro do debate da questão social, pois é acompanhado de leis que asseguram uma série de benefícios aos operários, como limite da jornada de trabalho, férias, fundos de pensão, etc. Ora, essas são demandas históricas da classe trabalhadora desde o início do século quando o país ainda vivia sob o signo da Constituição de 1891. Assim sendo, a legislação trabalhista criada nesses primeiros anos é uma conquista operária derivada de suas intensas e sangrentas lutas. De outra parte, pela forma com que foi efetivada, ao lado do regime corporativista que retira a autonomia de seus sindicatos e os atrela ao Estado, passa a refletir justamente o objetivo de conter seu avanço, no bojo das vitórias da Revolução Russa. Aqui é precisamente a forma de domínio da autocracia burguesa que se expressa, ou seja, é novamente, assim como o episódio “revolucionário” de 1930, uma reforma política pelo alto, dentro do Estado, e sem participação verdadeiramente popular, ou para nos expressarmos segundo consagrada acepção de Gramsci (2002), trata-se de uma “revolução passiva”.

Perceba que o objetivo do Governo Provisório não é o de representar as massas subalternas, procurando atender seus interesses como pensam aqueles que conceituam Vargas como “populista”, que atribuem enorme peso ao “queremismo” ou que julgam nascer de 1930 um “Estado de compromisso”¹⁴⁶. De fato, Vargas enquanto dirigente estatal capta determinadas demandas dos trabalhadores, mas as realiza dentro de moldes extremamente conservadores. Nesse sentido, é que “o discurso sobre a legislação trabalhista dirigia-se fundamentalmente aos capitalistas. (...) Tratava-se de mostrar a inexistência de contradição entre ordem e legislação trabalhista, entre paz social e algumas concessões aos trabalhadores” (FONSENCA, 1989, p. 295-196). A razão profunda que guiava o projeto corporativista era

¹⁴⁵ Para uma apreciação do quadro de continuidade dos movimentos grevistas e organizações dos operários no novo cenário de constante e brutal repressão, veja-se a rica pesquisa sobre a política de alianças do PCB no imediato pós 1930 (DEL ROIO, 1990).

¹⁴⁶ Predominante na literatura sobre o rearranjo político de 1930, os conceitos de Weffort encontram-se empregados em diversas obras de autores importantes como, por exemplo, Boris Fausto (2010), Leôncio Martins Rodrigues (1981), Eli Diniz e Renato Raul Boschi (1978), Liana Aureliano (1976), dentre outros.

menos a preocupação com o bem estar da classe operária, afinal a industrialização que dali partia era feita em grande medida na base do arrocho salarial, do que com uma tentativa de educar as classes burguesas, em especial a fração industrial, já que o corporativismo não se estendia ao campo, no tratamento da questão social.

Na medida em que a sindicalização tutelar das classes sociais exigiu que todas as classes que quisessem se organizar politicamente a fizessem de acordo com os moldes do corporativismo, obrigou a isto também a burguesia industrial. O esquema pelo qual todos deveriam se sindicalizar respondia pela criação de sindicatos ao nível distrital, sendo a exigência da reunião de três destes para formar uma federação regional, com sede na capital. Por fim, as federações deveriam contar o número mínimo de cinco para constituírem uma confederação com sede na capital da República.

Fato é que, encontrando muita dificuldade e solicitando inúmeros apelos, a maioria não atendidos, ao governo para facilitar o processo, a burguesia industrial cria seu sindicato de representação, a FIESP. A sua fundação ocorre em 12 de junho de 1931 e embora a questão da sindicalização fosse vista com muita cautela por partes dos industriais, estes realizaram uma campanha para aumentar seus sócios com o argumento de que a entidade teria, a partir daquele momento, a função de “órgão consultivo do governo”, e assim conseguiram alcançar o número estipulado para a criação do sindicato¹⁴⁷. Embora mais tarde o mecanismo de sindicalização das classes burguesas se altere por iniciativa de uma proposta de Simonsen acatada por Vargas¹⁴⁸, os industriais acabam por obedecer àquelas primeiras imposições do novo grupo dirigente, estreitando seus vínculos políticos com ele.

¹⁴⁷ Os requisitos exigidos seriam: a) Reunião de, pelo menos, 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 anos; b) Maioria, na totalidade dos associados, de 2/3, no mínimo, de brasileiros natos ou naturalizados; c) Exercício dos cargos de administração e de representação, confiado à maioria de brasileiros natos ou naturalizados com dez anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser admitidos estrangeiros em número nunca superior a um terço e com residência efetiva no Brasil de, pelo menos, vinte anos; Mandato anual em tais cargos, sem direito à reeleição. Como se pode verificar essa exigente legislação dificilmente seria cumprida pela classe industrial que além de escassa em suas lideranças era em grande parte formada por imigrantes. A burguesia industrial procura o tempo todo diminuir para sete o mínimo de representantes por sindicato e que a reeleição seja permitida, afinal se os sócios já contam em pequeno número, os líderes então se revejam constantemente na direção de seus órgãos (CARONE, 1977, p. 481 passim). Para uma análise da alternância das lideranças do órgão no período 1928-1966 consultar DEO, 2005, p. 140.

¹⁴⁸ Como aponta a análise de Anderson Deo (2005) em 1934 haveria uma reformulação da legislação que estabeleceria a pluralidade sindical e a FIESP se desdobraria em duas, a outra sendo a Federação das Indústrias Paulistas (FIP), órgão que, inclusive, seria reconhecido pelas instâncias legais (1937). A diretoria era a mesma nos dois casos, mas mantendo a organização privada, os industriais se protegiam de possíveis leis de fechamento de associações que o governo pudesse tomar.

O Governo Provisório desejava ir mais além. Ao criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio¹⁴⁹, órgão no qual eram chamados patrões, operários e técnicos especializados em questões trabalhistas para resolver as pendências trabalhistas, aquele grupo dirigente entendia que era muito mais vantajoso para a burguesia industrial ouvir as classes trabalhadoras regimentadas dentro dos sindicatos oficiais, local em que suas demandas seriam atendidas sempre de forma a diminuir o seu radicalismo – entenda-se radical como aquilo que procura combater o problema pela raiz - do que mantê-las num estado de descontentamento pela forma com que sofriam a exploração dentro e fora da fábrica. É claro que os conflitos não seriam eliminados, mas aquelas reivindicações que a situação burguesa de classe do governo não podia atender eram neutralizadas. E a ausência de graves distensões sociais era a melhor forma de assegurar o livre desenvolvimento das forças produtivas. No fundo, o que desejavam Vargas e sua equipe era que a produção industrial continuasse com maior segurança e que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro encontrasse cada vez menos greves, insurreições e conflitos de classe, ações essas que certamente atrapalhavam o funcionamento das fábricas e, conseqüentemente, o restante da economia. A tentativa de unir harmonicamente as duas classes fundamentais do capitalismo, burguesia e proletariado, é que animava o espírito do corporativismo¹⁵⁰.

Quando falamos em desenvolvimento industrial é preciso explicitar quão produtivas para os empresários significam essas medidas, mesmo que a classe industrial não as entendesse nesses termos. Para aqueles que afirmam que a legislação fabril procura proteger os trabalhadores dos patrões, Marx nos diz que ela, ao contrário, tende não só a modernizar a produção industrial, obrigando seus proprietários a lançarem mão de novas técnicas e máquinas, imprimindo assim um caráter de maturidade a essa produção, mas também, com relação aos trabalhadores, elimina seus hábitos indisciplinados e irregulares que muitos prejuízos dão ao resultado final do processo produtivo:

A regulamentação compulsória da jornada de trabalho em relação a sua duração, pausas, início e término, o sistema de revezamento para crianças, a exclusão de toda criança abaixo de certa idade etc. exigem, por um lado, o incremento da maquinaria e a substituição de músculos pelo vapor como força motriz. Por outro, para ganhar em espaço o que se perde em tempo, tem-se a

¹⁴⁹ Decreto nº 19.443, de 26 de novembro de 1930.

¹⁵⁰ Elaborado também por importantes nomes militantes sindicais da classe operária como Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta, agora cooptados pelo Estado, portanto, realizando o fenômeno do “transformismo” (GRAMSCI, 2002), era assim que o decreto de sindicalização 19.770 criado em 1931 se expunha pelas palavras de Lindolfo Collor: “Os sindicatos ou associações de classe serão os para-choques dessas tendências antagônicas; os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado” (Apud TEIXEIRA, 1990, p. 164).

ampliação dos meios de produção utilizados em comum: os fornos, os edifícios etc., portanto, em suma, uma maior concentração dos meios de produção e, por conseguinte, uma maior aglomeração de trabalhadores. A objeção principal, repetida de modo inflamado por toda manufatura ameaçada pela lei fabril, é, em verdade, a da necessidade de um investimento maior de capital para que o negócio se mantenha em sua escala anterior. Porém, no que diz respeito tanto às formas intermediárias entre a manufatura e a produção domiciliar quanto a esta última propriamente, a verdade é que o solo sobre a qual elas se alicerçam afunda quando se limitam a jornada e o trabalho infantil. A exploração ilimitada de forças de trabalho a baixo preço constitui o único fundamento de sua competitividade.

A condição essencial do sistema fabril, sobretudo quando submetido à regulação da jornada de trabalho, é uma segurança normal do resultado, isto é, da produção de determinada quantidade de mercadoria, ou do efeito útil intencionado, num dado espaço de tempo. As pausas fixadas por lei em sua regulação da jornada de trabalho pressupõem, além disso, que o trabalho seja interrompido súbita e periodicamente sem prejuízo para o artigo que se encontra em produção (...). Com a prática da jornada de trabalho ilimitada, do trabalho noturno e da livre devastação dos seres humanos, todo obstáculo natural-espontâneo é logo considerado uma eterna “barreira natural” à produção. Nenhum veneno elimina pragas com maior segurança do que a lei fabril remove tais “barreiras naturais” (2010, p. 545-546). [grifos nossos].

Forçando, pela lei tendencial da concorrência, o trabalho domiciliar e as pequenas manufaturas a ou se modernizarem ou desaparecerem, essa legislação social acaba por criar uma espécie de seleção natural que favorece a grande indústria, onde as “barreiras naturais” que impedem o seu predomínio acabam removidas. Portanto, o que Marx nos demonstra é que a regulamentação da jornada de trabalho não procura proteger o operário da ganancia do capitalista, mas antes a fomenta, por que educa o trabalhador a agir corretamente frente à regularidade da máquina e obriga o industrial a obediência dessa lei, mesmo não crendo nela. O resultado é o incremento massivo da segurança da produção final, já que ela atua contratendencialmente à anarquia da produção capitalista, que em sua vigência procura explorar desenfreadamente o trabalhador no chão da fábrica, seja pelo aumento do número de horas ou pela utilização de crianças e mulheres na fábrica¹⁵¹. Nesse sentido, o novo governo procurava constituir uma espécie de capitalismo “organizado”, pelo menos quanto à indústria,

¹⁵¹ A discussão é feita por Marx no livro *I d'O capital* (2013), capítulo 13, maquinaria e grande indústria. p. 445-574 Em específico, a citação é retirada da seção e) do subitem 8, que se intitula “transição da manufatura e do trabalho domiciliar modernos para a grande indústria. Aceleração dessa revolução mediante a aplicação das leis fabris a esses modos de produzir”. Interessante notar como no caso inglês, protótipo de análise desse processo para Marx, os capitalistas também vociferaram contra a as impossibilidades da legislação fabril, tendo que ser “lhes imposta”. Meses mais tarde, “os senhores fabricantes também descobriram: ‘Os males que esperávamos da introdução da lei fabril não se efetivaram. Não achamos que a produção esteja de modo algum paralisada. Na verdade, produzimos mais no mesmo tempo’” (Ibid, p. 547).

já que esse fenômeno representava vantagens ao modo burguês de sociabilidade. Do mesmo modo, a intenção de reger a exploração na fábrica a certos níveis medianos, porém intensos e constantes, leva à perda do monopólio daquela forma “completamente dependente do humor capitalista” (Ibid, p 459), que certamente não é racional para a contabilidade dos lucros, objetivo máxime da produção capitalista. Ainda que tímida e vacilante, a lei fabril que o Governo Provisório implantava naqueles primeiros anos da década de 1930 acabava por agir em prol da maturação da classe industrial e, quiçá, torna-la grande, forte e moderna. Se não de modo absoluto, ao menos relativamente à sua situação anterior.

Interessante notar também que Jorge Street, industrial durante a Primeira República, agora participava tanto de comissões de estudos sobre problemas operários, como do cargo de Diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, certamente pela posição de defesa do direito dos trabalhadores em se organizarem sindicalmente que sustentava pelo menos desde 1917. Auxiliou a promulgar decretos nesse período que estabeleciam a jornada de oito horas de trabalho por dia, a igualdade de trabalho entre o homem e a mulher, a idade mínima de 14 anos para ingressar na fábrica, benefícios como pensões e aposentadorias, 15 dias anuais de férias aos operários, período de descanso pré e pós-gravidez, bem como direito a amamentação durante o trabalho e a construção de creches para os filhos dos trabalhadores. Forçando, inclusive, a aceitação por parte dos industriais, seus antigos companheiros de associação, Street assim agia favorecendo essa legislação por que, segundo Petratti Teixeira, acreditava que a adoção desses princípios contribuiria para a “pacificação dos espíritos” e como oportunidade de criar um bom relacionamento entre “capital-trabalho, como necessário ao desenvolvimento do próprio capitalismo. Esse bom relacionamento evitava os conflitos e a desorganização do trabalho, prejudiciais à produção” (2000, p. 165).

Além disso, o novo grupo dirigente se punha em sintonia com o desenvolvimento capitalista a nível mundial também. Itália e Alemanha também experimentavam em seus governos, saídos de golpes intraclasses classe dominante, formas corporativistas. A diferença é que nesses casos utilizavam o corporativismo como meio de alavancar suas industrializações para alçar o estágio monopolista e não perder contato com outras potências na corrida imperialista¹⁵². No caso brasileiro, seu sentido era ainda o do arranque inicial da industrialização e de uma recomposição das frações dominantes dentro do bloco no poder.

¹⁵² Quem trata desse assunto é Nicos Poulantzas no livro *Fascismo y ditadura. la tercera internacional frente al fascismo*. Cidade do México: Siglo veintiuno, 1971.

Como aponta de forma incisiva Pedro Cesar Dutra Fonseca, o “corporativismo (...) significava a aproximação do Estado à burguesia industrial e, mais que isto, sua inclusão direta dentro do aparelho estatal em escala sem precedentes” (1989, p. 297).

O trabalho de estimular na atuação da burguesia industrial uma modernização nos seus moldes autocráticos - pois o corporativismo também era isto, uma forma de trato que permitia que não apenas a violência fosse o meio de diálogo com a classe trabalhadora -, era uma árdua tarefa que impunha a organização de um corpo especializado de funcionários do Estado para tal fim. Tome-se como exemplo a atuação de um intelectual chamado para ser técnico e consultor jurídico do Ministério do Trabalho ainda em 1932. Oliveira Vianna em suas palestras durante o período deixava clara sua intenção de se debruçar sobre o “o estado moderno e o problema da educação moral das elites”:

De fato, nesta ausência do sentimento de grupo (profissional, local ou nacional) esta uma das linhas de menor resistência da estrutura nacional. Já o disse por que, quando estudei, em dois livros conhecidos, as condições em que se processou a nossa formação social e quando demonstrei que, na nossa história e na nossa ecologia, tudo concorreu para dar primazia ao indivíduo em detrimento do grupo, para desenvolver a consciência individual em detrimento da consciência coletiva.

- ‘No Brasil, só o indivíduo vale e, o que é pior, vale sem precisar da sociedade – da comunidade. Estude-se a história de nossa formação social e econômica e ver-se-á como tudo concorre para dispersar o homem, isolar o homem, desenvolver, no homem, o indivíduo. O homem socializado, o homem solidarista, o homem dependente do grupo ou colaborando com o grupo não teve, aqui, clima para surgir, nem temperatura para desenvolver-se: ‘De onde nasce que nenhum homem nesta terra é republicano, nem vale ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras cousas públicas é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nenhum as faz, ainda que tenham água suja e se molhem ao passar os rios, e se orvalhem ao passar os caminhos’ – já dizia, há trezentos anos, o cronista Simão de Vasconcelos.’ (1952, p. 31)

A crítica demolidora de Oliveira Vianna pode ser entendida em um viés triplo. Primeiramente, fica clara sua postura genérica antiliberal ao criticar a prevalência do indivíduo sobre o grupo ou da “consciência individual em detrimento da consciência coletiva”. Aqui ele se emparelha não só com o momento histórico, mas também com a postura das novas forças dirigentes que se utilizam de ideologias outras para orientar suas ações. Em segundo lugar, o discurso não se direciona apenas ao liberalismo em geral, mas a um bem particular, o liberalismo da classe que domina o país há pelo menos três séculos, o liberalismo da burguesia agrário-exportadora que, classe dominante, faz da sua ideologia e da sua forma

de dominação política a de todos os outros grupos dominantes. Assim, crítica também sua incapacidade de se unir organicamente enquanto classe e agir no interesse maior da nação, superando seus interesses egoístas e dirigindo outros grupos, afinal, ela prefere molhar seus pés com água suja ao passar o rio e se orvalhar pelas estradas do que construir pontes e caminhos seguros para transitar. Por último, ao reivindicar a função criadora da política social para o Governo Provisório, vem apontar a forma autocrática – é claro que esse conceito não existe na obra de Oliveira Vianna – que a burguesia, em específico sua fração industrial lidava com as classes operárias. Todo início de industrialização, como no nosso caso, comete este tipo de erro. Cabe, portanto, ao Estado tomar a questão social em suas mãos e a regulamentar: “o espírito de ganho, a ambição do lucro indefinido, que dominava então as classes que detinham a riqueza, não via no homem de trabalho, no operário ou no artífice, senão um mero instrumento de produção, talvez menos valioso ou menos precioso do que (...) a máquina” (1951, p. 22).

Andava muito mal a classe dominante, segundo o novo grupo dirigente e sua equipe técnica. Excessivamente individualista por reivindicar a ideologia liberal, egoísta pela incapacidade de se unir organicamente enquanto classe e fomentar obras públicas e projetos para o desenvolvimento do país e atrasada em relação á modernidade por descuidar da questão social. Ao ser um dos representantes mais eficientes do Ministério do Trabalho, Oliveira Vianna também se percebe como construtor da “obra revolucionária” e, ao lado de Vargas e dos outros representantes gaúchos, participa da tentativa daquilo que parece ser uma reeducação desses grupos. A sua própria linguagem se expressa nesses termos: na busca do “desenvolvimento de uma mentalidade solidarista” que deveria penetrar no “subconsciente do brasileiro”, e do “deslocamento do centro de gravidade da alma brasileira”. Para Oliveira Vianna, portanto, o corporativismo traria “o novo sentido da mocidade brasileira”, e só assim a revolução se concretizaria¹⁵³.

Pra nós é muito claro que essas propostas modernizantes que políticos, intelectuais e técnicos lançam imediatamente à sua ascensão ao palco do poder, que todas essas medidas

¹⁵³ O livro de Oliveira Vianna, *problemas de direção e problemas de organização* [que contempla outro livro intitulado *Direito do trabalho e democracia social*], é um enorme compilado de palestras, conferências, estudos e ensaios do autor pós 1932 quando serviu como consultor jurídico do Ministério do Trabalho. Sua preocupação maior esta explicitada já no prefácio: “bem sabemos que as nossas elites políticas – por equívoco ou por confusão já secular – vem insistindo em desarticular e fragmentar, por um federalismo mal compreendido e mal praticado, sob o ilusório pretexto de realizarem, assim, a liberdade... Nesse pensamento unificador e centralizador, que revelo neste livro ou nestes livros, o que pretendo é formar a Nação: - e formá-la justamente pela organização centralizada do Estado e da sua economia” (1952, p. 9).

sócio-político-econômicas promulgadas já nos primeiros anos da década de 1930, embora contemplem aspectos de positividade frente à situação passada como a legislação operária, são profundamente conservadoras. Não querem negar a forma de domínio autocrático da burguesia brasileira, querem antes trazê-la para bases que se equiparem à nova configuração mundial, seja pela contrarrevolução burguesa que avança sistemicamente, seja pela disposição das economias nacionais que passam a ter estado fortes, industrializações maciças e padrões imperialistas de acumulação de capitais. Para dizer com outras palavras, querem impor transformações para manter a ordem, querem que o capitalismo brasileiro deslanche baseado na imersão do novo sem, contudo, suprimir o núcleo central do velho. É nesse sentido que não podemos considera-las como “coincidências históricas”, nem como posturas meramente reativas aos fenômenos externos. Elas são conscientes e fazem parte de políticas muito bem orientadas, ainda que como primeira etapa de um processo mais longo.

Não obstante, há algo de mais prático do que discursos e palestras tentando convencer a classe industrial a assumir essa nova postura social. Significativo, desse ponto de vista, seria a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933. Dos 254 deputados elegíveis para a Constituinte, o governo concedia que 20 fossem eleitos pelos sindicatos das “classes empregadoras”. Atente-se ainda que em vésperas da Assembleia os representantes ainda não haviam se sindicalizado pela dificuldade de cumprirem alguns dispositivos como somar 20 representantes industriais – note-se que a primeira exigência era de 30. O novo membro do Ministério do Trabalho, Salgado Filho, então muito benévolo, passa permitir que não só pessoas jurídicas, mas também indivíduos simples formem os sindicatos de classe com a liberdade circunscrita a todo Estado e não ao município como ordenava a lei sindical. Dentre outros, Alexandre Siciliano Junior, Horácio Lafer, Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, as maiores personalidades da classe, participam e são eleitos pela Assembleia¹⁵⁴. O ano de 1933 findava com a burguesia industrial dispondo de contato muito estreito com o poder, inclusive com algumas transposições diretas de seus líderes de associações patronais diretamente para a representação política.

De todos os representantes eleitos não havia quem não discursasse em elogio ao critério corporativo de representação das classes! Ao se reivindicar como deputados

¹⁵⁴ “De conformidade com a formula idealizada pela Comissão da Confederação os 17 lugares de deputados para representantes de empregadores, foram assim distribuídos: Distrito Federal, quatro; S. Paulo, quatro; Minas Gerais, três; Rio Grandes do Sul, três e Diversos, três. Dos quatro representantes do Distrito Federal dois seriam indicados pelos delegados eleitores industriais e dois pelos delegados eleitores do comércio” (CARONE, 1977, p. 565).

classistas, contrariamente ao discurso anterior da Primeira República onde procuravam negar a existência da luta de classes e associá-la à influência importada da Rússia, a burguesia industrial, por meio do corporativismo criado pelo governo provisório saído do golpe da Aliança Liberal, assumia uma postura mais harmônica com o poder instituído, muito diferente daquela adotada em 1932.

Como na História nem tudo são flores, as críticas ao regime não estavam totalmente suprimidas. Elas eram orientadas principalmente contra a legislação social trabalhista, mantendo o velho argumento de que era onerosa e não atendia ao princípio da progressividade. Segundo os industriais, ela corria o risco de tornar o Estado excessivamente intervencionista. Mas, a fração industrial em seu novo momento histórico tornava-se também pragmática, principalmente quando seu maior líder, Roberto Simonsen, passava a aceitar a colaboração do Estado na economia, desde que se restringisse apenas ao fomento da industrialização e não como reguladora da economia como um todo. Mais clara ainda seria a influência teórica, e curiosa, que Simonsen absorveria de um pensador eminentemente corporativista como o romeno Mihail Manoilescu, que em seus estudos procederia a demonstrar “a relação entre a situação de dependência em que certos povos se encontravam e o atraso de sua produção industrial, advogando a necessidade da atuação do Estado para a superação do referido atraso” (DINIZ, 1978, p. 69).

Quanto ao fomento para a expansão do parque industrial, não só o capital como a própria mão de obra especializada era reivindicada do estrangeiro, permitindo que leis regulamentassem as exportações desses capitais valorizados no país (CARONE, 1977). Neste âmbito, portanto, nada mudara com relação ao antigo regime, continuando a classe industrial submissa aos interesses de inversões de capitais das grandes potenciais imperialistas.

Solicitados pelo corporativismo para funcionarem como conselho técnico das políticas a serem implantadas pelo Governo Provisório, a burguesia industrial passava agora a viver de uma maneira mais harmônica com o governo varguista. Porém, agia de maneira oposta, ou mantinha a velha postura, nos momentos de intervenção maciça do Estado na economia como nos casos que procurava estabelecer uma legislação social para a classe operária. Essas ações fazem com que o projeto do novo grupo dirigente centrado no corporativismo e na tutela estatal para resolver os conflitos de classe e o esquema que traçava a burguesia industrial para conquistar a hegemonia a partir do chão da fábrica através de suas escolas preparatórias de dirigentes e de suas instituições que visavam racionalizar a produção e orientá-la de acordo

com moldes fordistas, tudo isso, evidentemente faz com que esses projetos sejam de naturezas bastante distintas e em certos momentos até contraditórios.

Contudo, inseridos dentro do processo histórico pelo qual passava a formação social brasileira, ambos os projetos acabavam confluindo para um sentido único, qual seja o de abandonar a orientação exclusivista da produção monocultora voltada para a exportação de gêneros agrícolas e apostar no fortalecimento do capitalismo brasileiro galgado no fortalecimento do mercado interno¹⁵⁵. Essa, talvez, seja a consequência mais estrutural da troca de direção política ocorrida com a insurreição armada em 1930.

Esperamos ter deixado clara a tentativa de indicar como a vitória de um grupo político dentre aqueles que formavam a Aliança Liberal, mais exatamente uma nova geração de republicanos gaúchos orientados pela perspectiva positivista de organização corporativa das classes sociais, e em alguma medida também setores militares, técnicos e intelectuais que tutelavam as discussões dentro do Ministério do Trabalho¹⁵⁶, e aí sim podemos considerar Getúlio Vargas como a expressão máxima desse grupo, funcionaram como “comissários do grupo dominante”, entenda-se a classe burguesa em geral, tanto sua fração agrária como a industrial, mas esta principalmente pelo acesso ao bloco no poder. Estes atores sociais se capacitaram para “o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2002), seja tentando desarticular a organização da classe operária seja criando facilidades para a classe industrial avançar dentro do capitalismo brasileiro. Atuaram como dirigentes políticos e procuraram esclarecer, principalmente, a burguesia industrial de como deveria se portar numa formação social dependente e subordinada, não para romper com esse caráter, mas para aproveitar ao máximo seus espaços com seu potencial produtivo, já que a divisão internacional do trabalho, ainda que suavizasse a sua determinação, não permitia superar, de um só folego, essa condição.

¹⁵⁵ O livro de Eli Diniz e Renato Raul Boschi, *empresariado nacional e estado no Brasil*, apesar de se identificar com a concepção de Weffort de que do rearranjo político de 1930 teria saído um “Estado de compromisso” que envolveria os diversos grupos em jogo, mas que identificamos como equivocada pelas próprias características das burguesias em cena, pelo caráter farsesco da representação operária oficial e pela constante luta de grupos e classe no período, tem o mérito de resgatar através de estudos de casos o papel da burguesia industrial nesse período. Assim, por outro caminho, ele chega a uma conclusão semelhante a nossa: “Através do processo de redefinição das alianças políticas subjacente à constituição deste novo pacto, a expansão econômica seria sustentada por duas correntes convergentes: o pensamento autoritário (...) e o pensamento industrialista, responsável, entre outras coisas, pela redefinição do papel da indústria na economia” (1978, p. 54).

¹⁵⁶ Cabe lembrar também que o industrial Jorge Street, “o poeta da indústria”, fora nomeado diretor geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931 e em 1934 escolhido para ser diretor do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo (TEIXEIRA, 1990).

São precisamente essas transformações ocorridas no período 1930-1933 que acreditamos ser o cerne daquilo que nomeamos como *um capítulo da “modernização conservadora”*¹⁵⁷ *da autocracia no Brasil*, dentre tantos outros que a nossa História, repleta delas, registra. Também é nitidamente nesse sentido que se coloca a assertiva de Nelson Werneck Sodré, de que foi “Vargas, na eventualidade, um instrumento da história, como dirigente mais esclarecido que a burguesia brasileira conheceu” (1990, p. 174), ainda que o período que analisamos aqui indique apenas o início desse processo.

¹⁵⁷ Deve-se paternidade do termo ao sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr. em seu clássico livro *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Conceito de caráter sociológico, baseamo-nos nele porque compara três vias gerais para o desenvolvimento do mundo moderno, a primeira conciliadora do capitalismo com a democracia parlamentar, casos dos EUA, França e Inglaterra, a segunda, também rota capitalista, porém conservadora e mesmo reacionária que se caracteriza pela formação da indústria através de uma revolução vinda de cima, sem participação popular, exemplificados pelo Japão e Alemanha e a terceira inspirada pela teoria comunista, presentes na Rússia e China. Consideramos, porém, mais essencial o que afirma sobre o caráter de inseri-las todos num único processo de formação do sistema capitalista enquanto totalidade (o autor não utiliza esta terminologia marxista): “Numa extensão muito limitada, estes três tipos (...) podem constituir vias e opções alternativas. Constituem, muito mais claramente, sucessivas fases históricas. Deste modo, apresentam entre si uma relação determinada e limitada. (...) Sem a anterior modernização democrática da Inglaterra, os métodos reacionários adotados pela Alemanha e pelo Japão dificilmente teriam sido possíveis. Sem as experiências capitalista e reacionária, o método comunista teria sido algo inteiramente diferente, se tivesse mesmo chegado a existir. É bastante fácil de compreender, até com certa simpatia, que a desconfiança indiana é, em boa medida, uma reação crítica negativa a todas as três formas de experiência histórica anteriores” (1975, p. 478). Desta forma fica mais clara a inserção do caso brasileiro, em especial o momento de 1930, na esteira da contrarrevolução burguesa a nível mundial e o corporativismo aqui implantado como forma de conter a participação das massas trabalhadoras, já que instigadas a lutar revolucionariamente pelo poder após 1917 com a Revolução Russa, no episódio de “modernização conservadora” capitalista para impulsionar a industrialização, de caráter “hiper-tardio”, conforme bem apontou Chásin (1978) no caso brasileiro. A utilização do conceito de “modernização conservadora” para a apreciação da natureza das transformações que a classe dominante impõe à formação social brasileira também não é nova. Ver o estudo de Carlos Nelson Coutinho (2011) *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas* que discute a relação do termo na obra de pensadores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e mesmo Nelson Werneck Sodré, embora não seja reservado a este um capítulo específico do livro como foi aos dois primeiros.

Considerações finais

Apesar da atmosfera de desânimo à qual viviam as demais frações burguesas e os outros grupos dominantes com relação ao rumo social imprimido pela hegemonia agrário-exportadora no final da década de 1920, atmosfera bem representada pelo livro *Retrato do Brasil* de Paulo Prado (1928) como lembrou Celso Furtado (1983, p. 713), o país não demoraria muito para ver suas bases cravadas na modernidade capitalista. A recuperação das duas crises entre nós, em especial a mundial, fora mais rápida do que em relação aos outros países e a política monetária expansionista retomada para salvar o café tivera o mérito de salvar também a economia como um todo, desviando-a ainda para os trilhos subterrâneos que a industrialização vinha construindo pelo menos desde a Grande Guerra. As forças paulistas assimilaram rapidamente sua derrota dolorosa na insurreição civil de 1932 e seus dirigentes passaram tão logo a elaborar novos planos de participação política, priorizando a formação de centros superiores de ensino. Em 1932 Vargas promulgara um novo Código Eleitoral, em 1933 novas eleições para a Assembleia Constituinte e em 1934 o país estava reconstitucionalizado. O cenário abruptamente mudara.

Quebrada a hegemonia dos interesses cafeicultores de São Paulo sobre o resto do país, um grupo vitorioso dentro dos embates da Aliança Liberal passa a disfrutar do poder e novas inclinações para o capitalismo brasileiro são lançadas. Reformas educacionais, medidas para modernização da administração pública e novas atividades agrícolas são fomentadas, para ficarmos com três exemplos. Neste estudo, entretanto, preferimos discutir a modificação que ocorre no plano estatal, em especial o acesso da burguesia industrial ao bloco no poder. Sendo o tema central aqui a autocracia burguesa, e não a influência que ela exerce no restante do pensamento social brasileiro como classe dominante e, portanto, portadora da ideologia dominante. Procuramos demonstrar como o novo grupo dirigente promove políticas sociais e econômicas que acabam por enquadrar as práticas dos industriais. Inversamente, essa mesma fração passa a elaborar seu projeto próprio de atuação política. Devido ao momento histórico da divisão internacional do trabalho que sofre relativa desorganização e da burguesia industrial que decide abandonar a postura reacionária de lutar contra o Governo Provisório, esses dois processos acabam por culminar para um mesmo sentido.

Uma nova disposição das classes sociais é adotada, significando profunda alteração na sociabilidade brasileira. Não mais a escravidão, nem o colonato são os alvos principais da discussão oficialista, embora seja da ciência desses representantes que aquelas formas de trabalho continuam a impulsionar a acumulação de capital interna e externa. A nova panaceia é visualizada na sindicalização das classes que compõe o parque industrial e a urbanização, ela é o remédio para combater todos os males sociais, assim se acredita.

Desta forma, o corporativismo, presente nas duas forças que dominaram a Aliança Liberal, o grupo de Vargas e os tenentes, ainda que de forma mais difusa nestes últimos, é aceito pela classe empresarial, com ressalvas, na medida em que ela é chamada para atuar como conselho consultivo do Governo. Concomitantemente, as novas leis fabris articuladas para estabilizar a luta de classes e fornecer segurança para que o trabalho cumpra sua função na relação de exploração, são repelidas pelos industriais como onerosas e protetoras dos operários, o que faz o Governo ter de forçar sua aceitação. Getúlio Vargas e a sua comissão de intelectuais e técnicos especializados no trato da questão social tem, assim, que atuar literalmente como dirigentes da burguesia industrial, ou seja, apesar das iniciativas dessa fração que procuram padronizar a relação patrão-operário dentro da fábrica pelo fordismo, é o Governo Provisório quem se encarrega de atuar nas esferas política e social em seu nome. O trato policial da questão social estava demasiadamente encrustado na burguesia industrial – uma vez que também era estruturalmente necessário para a sobrevivência da indústria num contexto agrário-exportador - para que ela simplesmente aceitasse essa imposição.

Por outro lado, notamos como o corporativismo se restringiu apenas à legislação industrial, não alcançando as relações de trabalho no campo. Isso, em grande medida, deixava intocados certos aspectos da dominação burguesa agrário-exportadora, apesar de ter ela perdido o processo de direção política. É por isso que antes de uma revolução no sentido verdadeiro do termo, o processo político de 1930 procedeu a uma reconfiguração das várias frações burguesas. Não foi um simples defenestramento dos interesses ligados ao café como a derrubada do PRP e o cerco militar a São Paulo deram a entender, estão são aparências enganadoras, embora necessárias. É claro que, na medida em que procurou integrar nacionalmente o mercado interno, abolindo impostos interestaduais, quebrou algumas formas de existência das burguesias que antes se restringiam aos limites federativos. Mas, ao não levar a legislação social ao campo e lá descuidar de sua aplicação, ela deixava às massas trabalhadoras rurais apenas a sorte de permanecerem sob os mesmos moldes antigos de dominação.

Seguindo essa lógica, fica mais clara a afirmação de Caio Prado Júnior datada de 1942: “os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás” (2004, p. 11-12). O historiador não quer subestimar o impulso do parque industrial que o novo cenário apresentava, tampouco quer afirmar que absolutamente nada mudara na estrutura social. Segundo entendemos, sua perspectiva aponta diretamente para a forma com que a classe dominante atravessa os momentos de transformação política. Ora, a estrutura agrária se manteve praticamente intocada pelo novo Governo e a preocupação com os trabalhadores do campo tampouco esteve entre suas prioridades¹⁵⁸. Não se trata de desleixo ou esquecimento. Esse é o modo autocrático burguês brasileiro de fazer revoluções. Se apropriando do Estado para promover as transformações fundamentais pelo alto e alijando as massas subalternas de seu processo.

Por esse mesmo turno é que o corporativismo, enquanto mecanismo de colaboração entre as classes sociais, não é, para o caso brasileiro, a superação do caráter autocrático de nossa burguesia. Essencialmente porque ele não dispensa a violência com relação ao movimento operário, principalmente com relação aqueles que negam a receber a tutela política do governo¹⁵⁹.

Não é difícil ir mais longe. Para demonstrar como as modernizações institucionais dessa autocracia conseguem refletir suas determinações nos departamentos de repressão basta

¹⁵⁸ Não é atoa que, além da orientação pautada nos estudos de Caio Prado (1966) que seguimos aqui, vários dentre os grandes pesquisadores de nossa História, quando resolveram “pensar” a natureza de nossa formação social, tiveram de inserir a constante permanência da grande propriedade agrário-exportadora em suas reflexões, como o atestam os grandes companheiros de Caio Prado nesse hercúleo processo iniciado após 1930 e que foram Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Mesmo contribuições que adotam os conceitos de “oligarquia” e “Populismo”, por nos rejeitados, conseguem captar alguns aspectos importantes do período, como, por exemplo, a análise de Aspásia Camargo que, nesse sentido, chega a apontar que a forma assumida pelo Estado brasileiro após 1930 adquiriu certa flexibilização para, mesmo ao alhear a burguesia agrário-exportadora do centro do poder político, dar-lhe “em contrapartida a garantia do monopólio de terra e, mesmo nos períodos de abertura política, o controle absoluto das populações rurais” (1981, p. 126), permitindo assim manter sua estrutura latifundiária concomitantemente às transformações que inauguraram o mais importante impulso dado ao parque industrial por um dirigente burguês brasileiro.

¹⁵⁹ Caso as greves tivessem cessado e a questão social andasse as mil maravilhas, um personagem proeminente da política brasileira do século XX provavelmente não tomaria a decisão mais importante de sua vida naqueles anos como Caio Prado Júnior tomou então. Certamente não teria sido por acaso que ele, membro do Partido Democrático de São Paulo, se desencantaria tanto e tão profundamente com a política daquele partido como com a postura do Governo Provisório de Vargas, que apoiara inicialmente e pelo qual até fora preso por soltar um “viva Getúlio” em comício do candidato do PRP, Júlio Prestes. Como aponta Luiz Bernardo Pericás sobre a relação entre o período de intensas greves disseminadas pelas crises política e econômica que o país vivia e a militância política do historiador paulista, “é nesse contexto de intensificação da luta de classes que Caio Prado Júnior ingressa e começa a atuar nas fileiras comunistas. Já em 1932 ele será um dos fundadores de duas entidades, a Cooperativa Internacional dos Trabalhadores (alguns autores se referem à organização como Sociedade de Socorros Mútuos Internacionais) e o Clube dos Artistas Modernos” (2016, p. 36).

atentar para as transformações que se operam no DEOPS-SP “desde as primeiras horas do regime varguista” (FLORINDO, 2011, p. 125-126). Criado em 1922 por Washington Luís, então presidente de São Paulo, a Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) sofreria alterações importantes ainda no ano de 1930, e dentre as mais importantes estaria o seu desmembramento em uma Delegacia de Ordem Política (DOP) e outra de Ordem Social (DOS), ambas regidas e coordenadas por uma superintendência (SOPS) diretamente ligada à Secretaria de Segurança Pública, o que “para além de mostrar a disposição do novo governo em evitar oposições, reflete a nova dimensão que o controle da ordem política e social alcançaria nos assuntos do poder [Decreto lei n. 4.790 de 05/12/1930]” (Ibid, p. 126). Ainda abriria caminho para mais tarde, em 1935, serem diversificadas as formas de dominação do Estado, estipulando criminosas por leis as manifestações contra o regime nessas duas esferas e ampliando o enquadramento criminal das dissidências.

Portanto, o que a nova forma corporativista de sindicalização das classes sociais faz é abrir canais de diálogo bastante limitados que não colocam em discussão questões fundamentais para a classe capitalista. Basta notar como Oliveira Vianna concebe o país organizado nesses moldes:

O antigo pária transfigurou-se: é hoje um cidadão consciente da sua dignidade, confiante no futuro, seguro da sua existência, partilhando de todos os benefícios e vantagens da civilização e do progresso. Não tem, é certo, a posse de fábricas ou de milhões; mas, tem as suas cooperativas de produção, as suas cooperativas de crédito, as suas cooperativas de consumo, com que obtém, na medida e na proporção das suas necessidades, os proventos que o rico obtém com suas fábricas e os seus milhões. Não habita palácios opulentos e suntuosos; mas, mora numa casa, pequenina sem dúvida, mas higiênica, confortável, ajardinada, risonha, alegrada pelo rádio. Não tem rendimentos de capitais, como os ricos; mas, tem, através do mecanismo das instituições de previdência social, os meios materiais de manter-se, não só a si, mas aos seus, na moléstia, na invalidez, na velhice, no desemprego, em pensões e serviços que equivalem a verdadeiras rendas, provindas – e isto é que é importante – de um capital, que é também seu, porque constituído, em parte, pelas suas contribuições de associado. Não pode, é certo, frequentar teatros luxuosos, nem cinemas caros; mas, tem os desportos do seu sindicato, os recreios organizados pelo Estado, os “serviços” do seu Instituto de Previdência, as suas colônias de férias para si e para os seus, com os seus climas de altitude, tal como os ricos com as suas estações termais ou os seus balneários. Em suma: sob a ação da nova política social, o trabalhador moderno vive em outro clima moral, em outro ambiente social, com outra decência, outra nobreza, outra consciência do seu valor humano. (1951, p. 39-40).

Apesar do embelezamento teórico das promessas de cidadania com que o ideólogo maquia a realidade e das comparações que, a nosso ver, soam até mesmo perversas para a

dignidade humana, a segregação entre ricos e pobres, patrões e trabalhadores, capitalistas e proletários é banalizada como algo comum e natural, como algo que deve ser adotado como padrão social de toda a existência! Além de não ser uma forma de abolir a exploração capitalista, já que o corporativismo procura mantê-la em níveis seguros, ele não anula os rearranjos políticos e a forma conciliadora com que a burguesia conduz nosso capitalismo, pelo contrário, ele é o produto desta forma de dominação reproduzida em um novo patamar histórico.

Assim, após toda essa transformação histórica pela qual percorremos em nossa análise ainda, podemos notar que estão presentes aquelas três características do que conceituamos como autocracia burguesia no primeiro capítulo. Quando o corporativismo não alcança o campo e mesmo quando ele mantém a existência operária presa ao mínimo de subsistência como atestam as greves do período, ela reafirma esse caráter de exploração brutal do trabalho. Quando nega as classes ligadas ao trabalho o direito de participar das decisões do rumo do país, ela nada faz para impedir que a trama política nacional seja disputada apenas pelas frações dominantes, revezando e se rearticulando nos muros intraclasse sempre que novos grupos de pressão se apresentem.

Finalmente – e talvez a mais interessante das questões pela categórica contradição que apresenta –, a necessidade que essa autocracia afirma de sempre se apoderar do Estado também não se ausenta aqui. Ela consegue, via corporativismo brasileiro, ou seja, através de uma profunda transformação no modo como até então os países capitalistas desenvolvidos tem articulado o seu sindicalismo, que era pela ação autônoma da classe trabalhadora, trazer grande contingente operariado para dentro do Estado, postando-se como seu principal interlocutor em lugar da burguesia industrial e, ao mesmo tempo, articulando isso de modo tal que o fenômeno não represente sua participação nas tomadas de decisões do jogo político, mantendo-as alheadas do poder.

Ora, se uma “revolução” – com todas as aspas que o movimento de 1930 merece em relação a esse conceito¹⁶⁰ - acontece dentro desse princípio de rearticulação das forças

¹⁶⁰ O conceito “Revolução” que aqui empregamos procura seguir as abordagens marxianas que entendem assim se caracterizar a ruptura radical das relações de propriedade, das relações de produção e da estrutura econômica da sociedade e também a ascensão de uma nova classe social ao poder, que é quem executa esta transformação no modo de vida material, à qual vai, em maior ou menos velocidade, dependendo do momento e do ritmo histórico, transformando todo o processo da vida social. Trata-se, portanto, de uma “época de revolução social” (MARX, 2008). Vejam-se também as análises de Gramsci (1978b) sobre o fascismo e como ele não o entende enquanto revolução verdadeira por que não há substituição da classe dominante e não há contestação da propriedade privada dos meios de produção, já que o mesmo se caracteriza como um

burguesas de uma formação econômico-social, certamente ela não procura quebrar a máquina do Estado, como a análise de Marx (2011) em o 18 Brumário nos ensina. Opostamente, ela vai agir no sentido do seu aperfeiçoamento, tendendo a torna-la uma monstruosa organização burocrática e militar de modo a adequar a dominação de classe com o momento histórico. Não foi assim que a facção de Vargas agiu já nos primeiros anos do regime (1930-1933), objeto aqui de nosso estudo, nomeando interventores para todos os estados menos Rio Grande do Sul, fortalecendo o exército nacional, engrossando o corpo burocrático e, mais ainda, no período do Governo Constitucional (1934-1937) com uma série imensa de Conselhos e Órgãos de regulamentação e fomento de setores específicos, reformas tarifárias, controle do câmbio e Plano Geral de Viação, tudo isso sem entrar no período do Estado Novo¹⁶¹?

Outra vez em nossa história o Estado foi tomado de assalto e usado para criar a tessitura necessária que atendesse os interesses das frações burguesas em jogo. Estimulando novas forças produtivas, aquelas que verdadeiramente interessam ao desenvolvimento burguês, o capitalismo brasileiro encontra, assim, a sua via prussiano-colonial de entificação. Via prussiana na medida em que a grande propriedade preserva suas dimensões latifundiárias, estabelecendo nelas modos capitalistas de extrair mais-valor por vínculos ainda ligados à dependência ou subordinação do trabalhador, tal como foi efetuada a revolução burguesa na Alemanha nos contornos históricos de 1871¹⁶². Colonial pelo caráter específico da sua gênese e acumulação de capitais, em bases escravistas, e que só consegue criar sua indústria no momento em que os outros capitalismo direcionam suas economias para o estágio monopolista. Trata-se, portanto, de uma industrialização hiper-tardia¹⁶³. O processo se reflete mais adequadamente quando o conceito de via prussiano-colonial da conta de explicar a articulação dialética desses momentos, ou seja, quando a industrialização do país, ocorrendo retardatariamente às conflagrações imperialistas, faz-se preservando a mesma estrutura agrária herdada da Colônia, em bases muito semelhantes ao escravismo daquela¹⁶⁴.

A definição da forma particular de entificação de um capitalismo tem seu fundamento na medida em que é através dela que conseguimos captar as leis tendenciais pelas quais esse mesmo capitalismo age. Conseguimos compreender, inclusive, o seu “princípio geral”, a

fenômeno de base pequeno-burguesa que faz as vezes de ditadura do grande capital na transição para o capitalismo monopolista, representando a mentalidade de um “capitalismo nascente”. São as chamadas “teses de Lion” de 1926, aqui sob o nome de *A situação italiana e as tarefas do PC*. p. 201-241.

¹⁶¹ Conforme Corsi (2000).

¹⁶² Para as analogias da Via-Prussiana com o caso brasileiro ver Carlos Nelson Coutinho (2000)

¹⁶³ Quanto à especificidade da via colonial ver Chásin (1978).

¹⁶⁴ Conforme Caio Prado Júnior (1966) e Antônio Carlos Mazzeo (2015).

relação que esse particular estabelece com o universal, entendido aqui como a disposição articulada de todos os outros capitalismo, como uma totalidade (LUKÁCS, 1978). Como lembra José Paulo Netto em sua magistral aula sobre o método de Marx¹⁶⁵, quem fala em tendência não afirma uma lei absoluta tal como nas ciências naturais, pois aponta também contratendências e quem fala em contratendência fala em intervenção humana. E para as forças que buscam a sua democratização, nada é mais importante do que compreender as leis de funcionamento desse capitalismo, pois assim elas podem, entendendo suas conexões internas, elaborar uma intervenção prática que se baseie nessas próprias forças democráticas de modo a reconstituir a luta dialética de transformação de sua essência, em nosso caso, a autocrática, nos imposta desde a formação do nosso Estado Nacional no século XIX.

Para finalizar, apenas uma breve nota sobre a relação dialética entre as formas de soberania que nunca deixaram de atuar em nossa formação social extremamente conservadora. No desenrolar dos acontecimentos da crise de hegemonia agrário-exportadora e da luta pelo poder das frações e grupos que se propunham a assumir a nova responsabilidade de dirigir o país, não era nada fácil lutar contra a nossa essência autocrática. Porém, já no começo do século as greves operárias de caráter anarquista e antipolítico (1906) expressavam a germinação de lutas democráticas. As paredes de 1917 e a fundação do partido comunista em 1922 reforçaram enormemente esta luta. A grande massa do tenentismo, demonstrando que também a classe média podia tender para o lado democrático ainda que muito influenciada pela ideologia dominante, fora derrotada, cooptada e atraída para dentro do Estado em 1930. No mesmo momento, o Bloco Operário-Camponês (BOC) também caíra frente à repressão policial interna, tendo como reforço ainda em sua derrota a ditadura stalinista que se instaurava na URSS que desarticulava seu grupo dirigente. Contudo, essa breve história da luta democrática demonstra também que o princípio da contradição que é imanente a uma sociedade dividida em interesses antagônicos não se extirpa dessa maneira, suprimido pela violência. Ele precisa, antes, ser superado o que representa um elemento de qualidade distinta, pois ambos os polos, nesta relação, tendem a gerar algo novo. Assim, a gestação de um projeto nacional-democrático dentro da Aliança Nacional Libertadora resistia nesse conflito. De outro lado, forças conservadoras e reacionárias representadas por formas de “regressividade”, como o integralismo de Plínio Salgado (CHÁSIN, 1978) em formação desde a década de 1920, tentavam frear esse ímpeto pela igualdade. Assim prosseguiria a luta de classes no panorama brasileiro.

¹⁶⁵ Aulas disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=tTHp53Uv_8g. Acesso em: 20 ago. 2016.

Referências

- ALVARENGA JÚNIOR, M.; MATTOS, F. A. M. A política econômica nos anos 1930: evidências de uma ortodoxia consciente. *Análise econômica*, Porto Alegre, ano 33, n. 64. p. 287-315, set. 2015.
- AMERICANO, J. *A lição dos factos*. São Paulo: Acadêmica Saraiva & c., 1924.
- ANDRADE, M. *O movimento modernista*. In: _____. Aspectos da literatura brasileira, Martins editora S.A., 1974. p. 231-255.
- ANDRADE, O. *A utopia antropofágica*. Obras completas. São Paulo: globo, 2000.
- BANDEIRA, M.; MELO, C.; ANDRADE, A.T. *O ano vermelho*. A revolução russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.
- BARBOSA, R. *A questão social e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1958.
- BARSOTTI, P. D.; LOVATTO, A. Apontamentos sobre o partido republicano e a política em São Paulo. *Novos Rumos*, Marília, v. 52, 2015. n.p.
- BASBAUM, L. *História sincera da república*. de 1889 a 1930. São Paulo: Alga-omega. 1976.
- BEIGUELMAN, P. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. Aspectos políticos. São Paulo: Edusp, 2005.
- BILAC, O. *A defesa nacional*. Discursos. Rio de Janeiro: Edição da Liga da Defesa Nacional. 1917.
- BOSCHI, R. R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- CAMARGO, A. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. v. 10. Sociedade e política. (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. p. 121-224.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARONE, E. *A República Velha*. Instituições e classes sociais. São Paulo: Corpo e alma do Brasil. 1970.
- _____. *A República Velha*. Evolução política. São Paulo: Difel, 1971.
- _____. *O Pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Corpo e alma do Brasil. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977.
- _____. *O centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional*. (1827-1977). Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.
- _____. *O tenentismo: acontecimentos - personagens - programas*. Rio de Janeiro Difel, (1975).

CARVALHO, J. M. *Coronelismo*. Verbetes disponíveis em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORONELISMO.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CASALECCHI, J. E. *O partido republicano paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHANG, H. J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHÁSIN, J. Premissas, conclusões e futuras aproximações. In: *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências humanas, 1978. p. 603-652.

COHN, G. Ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, M. A. (Org). *O saber militante*. Ensaio sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987. p. 48-53.

COMTE, A. *Catecismo positivista*. São Paulo: Abril cultural, 1973. (coleção os pensadores).

_____. *Discurso sobre o espírito positivista*. São Paulo: Abril cultural, 1973. (coleção os pensadores).

CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora Unesp: Fapesp, 2000.

COUTINHO, C. N. A. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

CRUZ, A.. *Verdades e bastidores*. Prefácio do general Góis Monteiro. Rio de Janeiro: Alba, 1933

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DEL ROIO, M. T. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

DEO, A. *A federação das indústrias do estado de São Paulo e as novas inflexões do capital na década de 1990..* 2005. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

_____. *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos de extração prussiano-colonial*. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

DINIZ, E. ; BOSCHI, R. R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DUARTE, P. *Júlio Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. Historiografia e história. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, O. (org). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 359-423.

_____. As mudanças sociais no Brasil. In: O. (org). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 221-271.

_____. A herança intelectual da sociologia. In: *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960. p. 273-89.

_____. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis. In: In: HOLANDA, S. B.. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. A época colonial. v. 1. do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: Difel, 1968. p. 72-86.

FLORINDO, M. T. O DEOPS/SP na era Vargas. *Aurora*, Marília, ano V, n. 7, jan. 2011. p. 124-139.

FONSECA, P. C. D. *Vargas – o capitalismo em construção 1906-1954*. Hucitec.

FORJAZ, M. C. S. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora nacional, 1980.

_____. Depoimento. In: *A revolução de 1930: Seminário Internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora universidade de Brasília, 1983.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GASSET, J. O. *La rebelion de las massas*. Buenos Aires: Espasa-calpe argentina, s. a. 1941.

GOMES, A. M. C.; FERREIRA, M. M. *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, 1988.

GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978a.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1982.

_____. *Cadernos do cárcere*. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. v. 5.

_____. A questão meridional. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.

_____. *Escritos políticos*. Lisboa: Seara nova, 1978b. v. 4.

_____. *Escritos políticos*. 1910-1920. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2004. v. 1.

GRUPPI, L. *O pensamento de Lenin*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUIMARÃES, M. L. L. S.; SÁ, P. S. M.; ESTEVÃO, S. N. M.; ASCENSÃO, V. L. *A revolução de 1930: textos e documentos*. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 1981. (Org).

HOBBSAWM, E. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

_____. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

HOLANDA, S. B. Instituições coloniais: antecedentes portugueses. In: HOLANDA, S. B.. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. A época colonial. v. 1. do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: Difel, 1968. p. 15-25.

LAMARÃO, S.; FARIA, A. *Associação Comercial de São Paulo*. (ACSP). Temático. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-comercial-de-sao-paulo-acsp>. Acesso em: 19 out. 2016.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEOPOLDI, M. A. *Política e interesses na industrialização brasileira*. As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e terra, 2000.

LEVI-MOREIRA, S. *Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924)*. Revista de história, São Paulo, n. 116, 1984. p. 67-74.

LIMA, L. M. *A coluna Prestes*. Marchas e combates. São Paulo: Alfa-omega, 1979.

LOBATO, M. Cidades mortas. In:_____. *Cidades mortas*. Contos e impressões. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia editores, 1921. p. 3-5.

LOSURDO, D. Contratualismo e Estado moderno. In: *Hegel, Marx e a tradição liberal*. Liberdade, igualdade, estado. São Paulo: Unesp, 1998. p. 85-111.

_____. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOVE, J. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na república velha. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O brasil republicano. v. 8. Estrutura de poder economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 2006. p. 111-139.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen*. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. O particular à luz do materialismo dialético. In: _____. *Introdução à uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p. 73-122.

- MARTINS, J. S. *O Cativo da terra*. São Paulo: Ciências humanas, 1979.
- _____. *Conde Matarazzo*. O empresário e a empresa. São Paulo: Hucitec, 1973.
- _____. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de história*, São Paulo, n. 121, ago/dez. 1989. p. 5.26.
- MARX, K. *O capital*. livro I. capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências humanas, 1978.
- _____. *Contribuição á crítica da economia política*. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- _____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Glosas críticas marginais ao artigo "o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano"*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.
- MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil*. origens da autocracia burguesa no brasil. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. Notas sobre o "modo de produção escravista colonial". *Nova Escrita Ensaio*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 81-95, 1980.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MESQUITA FILHO, J. *A crise nacional*. Reflexões em torno de uma data. São Paulo: Seção de obras d'O Estado de São Paulo, 1925.
- _____. Júlio Mesquita e a república. In: DUARTE, P. *Júlio Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 215-258.
- MILLIET, S. *O roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Departamento de cultura da prefeitura de São Paulo, 3ª ed., revista e aumentada, 1941.
- MOORE JÚNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: edições cosmos, 1975.
- MORAIS, E. Deduções sociológicas. In: _____. *A campanha abolicionista*. 1879-1888. Rio de Janeiro: Leite ribeiro: 1924. p. 383-401.
- MORAIS FILHO, E. Introdução. In: _____ COMTE, A. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1978.
- NETTO, L. E. *O conservadorismo clássico*: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, J. P. *Curso o método em Marx*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tTHp53Uv_8g. Acesso em: 20 ago. 2016.
- _____. *Introdução ao método da teoria social*. Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=12:introducao-ao-metodo-da-teoria-social&catid=2:artigos. Acesso em: 20 nov. 2016.

NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais e lutas de um burguês progressista*. O partido democrático e a revolução de 1930. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. 2 vol.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, C. *A indústria e o movimento constitucionalista de 1932*. São Paulo: Serviço de publicações do centro e da federação das indústrias do estado de São Paulo, 1956.

OLIVEIRA, M. Políticas de imigração na Argentina e no Brasil, 1886-1924: semelhanças e diferenças. Anais do XXVI simpósio nacional de história – ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300621217_ARQUIVO_PoliticadeimigracaoMarciodeOliveirartf.pdf. Acesso em: 22 set. 2016.

PERICÁS, L. B. *Caio Prado Junior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na república velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PINHEIRO, P. S. *Trabalho industrial no Brasil: uma revisão*. Estudos Cebrap. São Paulo, 14, p. 120-131. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/trabalho_industrial_no_brasil.pdf.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins fontes, 1977.

_____. *Fascismo y ditadura*. la tercera internacional frente al fascismo. Cidade do México: Siglo veintiuno, 1971.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

PRADO, M. L. C.; CAPELATO, M. H. R. A borracha na economia brasileira da primeira república. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. v. 8. Estrutura de poder economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 314-336.

PRADO, P. Retrato do Brasil. *Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Ibrasa, 1981.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

_____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: _____. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 15-85.

PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RAMOS, P. A. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1980.

RODRIGUES, N. A loucura epidêmica de Canudos. In: _____. *As coletividades anormais*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006. p. 41-56.

RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária. (1930-1964). In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. v. 10. sociedade e política. (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. p. 507-555.

SAES, F. A. M. *A controvérsia sobre a industrialização na primeira república*. Estudos avançados, São Paulo, v.3, n.7, dez. 1981. p. 20-39.

_____. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SARTORETTO, L. Fascismo e imperialismo - um complexo jogo de grande política. *História e luta de classes*, Marechal Cândido Rondon, v. 22, ano 12, set. 2016. p. 110-123.

_____. *O sentido da colonização como gênese do capitalismo brasileiro*. 105 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

SCHUMPETER, A. J. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SILVA, L. M. L. A. *No limiar da industrialização*. Estado e acumulação de capital. 1919-1937. 188 f. Tese. (Doutorado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1976.

SILVA, H. 1931. *Os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

_____. 1933. *A crise do tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1968.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

SIMONSEN, R. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. Brasileira. São Paulo: Companhia editora nacional, 1973.

_____. *Rumo á verdade*. São Paulo: São Paulo editora limitada, 1933.

SPINDEL, C. R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. São Paulo: Paz e terra, 1980.

SOBRINHO, B. L. *A verdade sobre a revolução de outubro – 1930*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

SODRÉ, N. W. *A história da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

_____. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985.

_____. *Capitalismo e revolução burguesa no brasil*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

SUPERTI, E. *O positivismo e a revolução de 1930*. A construção do Estado moderno no Brasil. 1998. 154f. Dissertação. (mestrado em ciências sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade federal de São Carlos, São Carlos.

TEIXEIRA, P. P. *A fábrica do sonho*. Trajetória do industrial Jorge Street. São Paulo: Paz e terra. 1990.

TRINDADE, H.; et. al. (Org). *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS. (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

TENCA, A. *Razão e vontade política. O idort e a grande indústria os anos 30*. 1987. 130f. Dissertação. (mestrado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade estadual de Campinas, Unicamp.

TODOROV, T. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins fontes, 2014.

VIANNA, L. J. W. *Sistema liberal e direito do trabalho*. Estudos Cebrap, São Paulo: [s.d.], p.110-149. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/sistema_liberal_e_direito.pdf.

VIANNA, O. O significado sociológico do antiurbanismo colonial. (gênese do espírito insolidarista). In: *Instituições políticas brasileiras*. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: Senado federal, 1999. P. 127-143.

_____. Problemas de organização e problemas de direção. O povo e o governo. In: _____. *Problemas de organização*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

_____. Direito do trabalho e democracia social. In: _____. *Problemas de organização*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

VILLELA, A. *O desenvolvimento industrial na Rússia, 1860-1913*. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, 1970. p. 31-85.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

WIRTH, J. Minas e a nação. um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O brasil republicano. v. 8. Estrutura de poder economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 2006. p. 84-111.

Bibliografia

- Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Júlio de Castilho. *O pensamento político de Getúlio Vargas*. Coordenação de Escola do Legislativo “Deputado Romildo Bolzan”. Porto Alegre 2004. 237 p. O pensamento político v.2.
- AITA, C S; A. ; AXT, G. (Org), *Getúlio Vargas: Discursos (1903-1929)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. 896 p.(Série Perfis parlamentares; n. 2).
- AMARAL, A. Machado de Assis. In: _____. *Elogio da mediocridade*. (estudos e notas de literatura). São Paulo: Editora “Nova Era”, 1924. p. 113-132.
- ARRUDA, P. F. *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Expressão popular, 2012.
- BARAN, P. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril cultural, 1984.
- BERLINCK, C. A escola de sociologia e política de São Paulo. (1933-1958). [s.l.]. [195-].
- CANDIDO, A. *A revolução de 1930 e a cultura*. Novos estudos Cebrap, São Paulo, v.2, 4, p. 27-36, abril 1984.
- _____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz.; Publifolha, 2000. p. 101-126.
- CARONE, E. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. 1922-1938. São Paulo: Ática, 1989.
- CUNHA, P. R. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- LIMONGI, F. A escola livre de sociologia e política de são paulo. In: MILLLIET, S. (org). *História das ciências sociais no brasil*. Vol. I São Paulo: Revista dos tribunais Ltda, 1989, p. 217-233.
- LUZ, N. V. *O papel das classes médias no movimento republicano*. Marília, Unesp, 1963.(comunicação oral)
- PAULO NETTO, J. A recuperação marxista da categoria de revolução. In: D’INCAO, M. A. *O saber militante*. ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. p. 292-305.
- ROSA, V. S. *O sentido do tenentismo*. Alfa ômega: São Paulo, 1976.
- SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- VIZENTINI, P. G. F. *Os liberais e a crise da República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TRONCA, I. *Revolução de 30: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SEREZA, H. C. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SILVA, H. *Vargas*. Porto Alegre: L & PM editores, 1980.